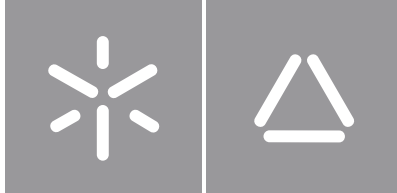




Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Rafaela Sofia Gonçalves Ribeiro

**À procura de um lugar na cidade: Imigração
brasileira e dinâmicas imobiliárias em Braga**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Rafaela Sofia Gonçalves Ribeiro

**À procura de um lugar na cidade: Imigração
brasileira e dinâmicas imobiliárias em Braga**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Sociologia
Especialização em Políticas Sociais

Trabalho efetuado sob a orientação de
Professor Doutor Fernando Bessa Ribeiro
Professora Doutora Rita Ribeiro

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

mar adentro
partir
para ao outro lado chegar

ter onde morar
ter onde rir e dançar
ter onde conhecer e o que desvendar
ter onde ler e se poetizar
ter onde se apaixonar
ter onde ser

na semelhança e na diferença
sempre de forma respeitosa
ter onde ser

na cidade ou no campo,
mas sempre ter onde ser

ser livre e ser inteiro
mar adentro, forasteiro

(Rafaela Ribeiro)

Agradecimentos

Sempre me foi transmitida a ideia de que cada um colhe aquilo que planta. Assim sendo, cada um constrói o seu próprio caminho, que não é reto, mas sim curvilíneo, marcado por lombas, pontes, aceleramentos e travagens, inversões de marcha e, por vezes, até despistes. Pese embora ninguém o possa percorrer no nosso lugar, esse caminho pode tornar-se mais fácil quando caminhamos de mão dada com as pessoas certas.

Nesse sentido, quero agradecer, primeiramente, aos meus estimadíssimos orientadores, a professora doutora Rita Ribeiro e o professor doutor Fernando Bessa. Obrigada por me ensinarem que “desistir” não é palavra que tenha lugar no nosso dicionário e que com determinação e persistência tudo se consegue, mesmo quando o contexto não é o mais ameno ou aprazível. “Roma e Pavia não se fizeram num só dia”. Obrigada, ainda, pelos ensinamentos, oportunidades e por me acompanharem há vários anos, sempre me incentivando a percorrer os meus sonhos, ainda que, volta e meia, me deem um puxão para que assente os pés na Terra, embora sem nunca me limitarem ou cortarem as asas. É para o meu bem, eu sei. Poderia agradecer por mais 1001 coisas, mas este parágrafo não chega para expressar gratidão tamanha e, sejamos sinceros, a tese já vai longa.

Em seguimento, um obrigada ao professor doutor Albertino Gonçalves por estimular de forma constante em mim o pensamento crítico e a vontade de saber mais e por, através das suas metáforas e complexidades, nos fazer questionar tudo e observar todos os ângulos das questões. Foi, sem dúvida, uma experiência enriquecedora conviver com pessoas como o senhor. Não hei de esquecer as conversas e cigarros produtivos nos intervalos das aulas.

Não posso também esquecer o apoio da professora doutora Beatriz Padilla e da doutora Thais França pela prontidão no esclarecimento de dúvidas que foram surgindo e, especialmente, no que concerne à disponibilização de referências às quais, de outro modo, não conseguiria ter acesso.

Em quarto lugar, um agradecimento especial à minha querida amiga Lulu e ao Sil, e à restante comitiva barcelense que, de forma mais ou menos direta, estiveram sempre presentes nos momentos bons e menos bons e que me apoiam incondicionalmente, desde há muitos anos. Do mesmo modo, quero agradecer ao Sérgio e à Joana pela paciência, pela presença, pelas tardes de estudo, trocas de ideias e, não descurando tudo o resto, pelos brigadeiros e pelas viagens. Quem diria que em tão pouco tempo se constrói algo tão incrível. Ademais, um obrigada à restante “galera” do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Ciências Sociais (GEICS) e à minha Beauvoir, pois tornaram mais leve todo este processo, que, por vezes, é solitário, mas com vocês não o foi. Obrigada pela partilha de

saberes e por cultivarem ou despertarem em mim a vontade de lutar pela mudança. A cada reunião me impressiono mais.

Agradeço também aos meus pais pela paciência e pelos valores que me foram transmitidos, sendo que, entre eles está, com certeza, a coragem para enfrentar os desafios que nos são colocados. Além disso, agradeço pelos esforços realizados para me proporcionar uma educação de qualidade, ainda que, por vezes, duvidando das minhas capacidades, especialmente quando me viam, deitada no sofá, nas tardes (raras, diga-se de passagem) de procrastinação. Não poderia ainda esquecer o meu rico e pachorrento Talisquinha, pela sua companhia nos dias (e noites) de estudo intensivo e pelas idas à rua que ficaram “a ver navios”, sendo compensadas em *snacks*.

E porque sem eles este trabalho não seria possível, um obrigado a todos os entrevistados – imigrantes, senhorios, agentes imobiliários e a todos os indivíduos chamados a representar o poder público (aos vereadores, Olga Pereira e João Rodrigues, e ao antigo vereador, Miguel Sopas Bandeira), à Empresa Municipal BragaHabit e à doutora Delfina Pimentão e doutor Rômulo Barreto, pela disponibilização de dados. Um obrigado também a todas as Juntas de Freguesia que atenderam ao pedido que lhes foi direcionado e prontamente facultaram os dados necessários, contribuindo também para o resultado final.

Por fim, obrigada à querida e sempre prestável Conceição Antunes Fernandes (dona Conceição, como irá guardada no meu coração), integrante do corpo não docente do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, pelos conselhos e incentivo constante e pela paciência na hora da procura por salas para a realização das entrevistas presenciais e resolução de outros problemas.

Agradecer faz (e sabe) bem. Obrigada.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Resumo

À procura de um lugar na cidade: Imigração brasileira e dinâmicas imobiliárias em Braga

O dinamismo demográfico e económico dos últimos anos marca incontornavelmente as nossas cidades, com enfoque na dimensão habitacional, por onde circula o capital com interesses no imobiliário. Este constitui-se como um dos seus campos privilegiados de ação, sempre orientado para a procura de lucro, incluindo o obtido através dos investimentos no setor habitacional, não considerando a habitação como um direito humano fundamental, mas sim como uma mera mercadoria. Tal pode ser observado também no contexto da cidade de Braga. Neste território urbano emergem dinâmicas, mormente mercantis, marcadas pela inflação dos preços de venda e de arrendamento habitacional. Entre estas, podemos destacar o crescente dinamismo demográfico, propiciado pelo acolhimento de fluxos migratórios, em particular, brasileiros, que possuem já uma longa história migratória transatlântica, em direção a Portugal, marcada por várias vagas e que, nos últimos anos, vêm registando um crescimento considerável. Além de colocarem desafios em diversos âmbitos e oferecer oportunidades diversas, estes fluxos transformam as nossas cidades, que não são mais as cidades tal como as conhecíamos, mas sim novas configurações urbanas, profundamente alteradas. Assim, com objetivo de compreender de que forma as recentes dinâmicas migratórias provenientes do Brasil para a cidade de Braga influenciam as dinâmicas do mercado imobiliário, recorreu-se à mobilização de uma metodologia de tipo qualitativo-quantitativo, adotando o método do Estudo de Caso Alargado e as técnicas de análise de dados estatísticos secundários, etnografia virtual e à realização de entrevistas semiestruturadas, realizadas com unidades múltiplas de análise. Verificase, então, que os perfis migratórios dos indivíduos provindos do Brasil em direção a Portugal são hoje muito diversificados, fenómeno que marca inclusive a diversidade de motivações que alimentam esta vaga e impactam nas decisões, em vários momentos – saída, chegada e fixação. Apesar de reportarem um défice no usufruto do direito à cidade, a satisfação ao nível do acolhimento, em geral, é elevada, alimentando um sentimento de pertença e vivência da cidade como um todo, inclusive ao nível de infraestruturas e equipamentos. Além destas dinâmicas demográficas foram analisadas outras que influem também no mercado, um mercado em ebulição e rarefação, aprofundando a sua instabilidade e agravando as dificuldades no acesso à habitação de modo generalizado, num cenário de diminuição da oferta e concomitante aumento dos preços.

Palavras-Chave: Brasil; Portugal; Braga; Dinâmicas migratórias; Mercado imobiliário.

Abstract

Searching for a place in the city: Brazilian immigration and real estate dynamics in Braga

The demographic and economic dynamism of recent years has unavoidably marked our cities, with a focus on the housing dimension, where capital with interests in real estate circulates. This is one of its privileged fields of action, always oriented towards the search for profit, including that obtained through investments in the housing sector, not considering housing as a fundamental human right, but as a mere commodity. This can also be observed in the context of the city of Braga. In this urban territory, mainly mercantile dynamics emerge, marked by the inflation of sale prices and housing rents. Among these, we can highlight the growing demographic dynamism, propitiated by the reception of migratory flows, particularly Brazilians, who already have a long transatlantic migratory history towards Portugal, marked by several waves and which, in recent years, have been registering considerable growth. Besides posing challenges in several areas and offering diverse opportunities, these flows transform our cities, which are no longer the cities as we knew them, but new urban configurations, deeply changed. Thus, in order to understand how the recent migratory dynamics from Brazil to the city of Braga influence the dynamics of the real estate market, we resorted to the mobilization of a qualitative-quantitative methodology, adopting the Extended Case Study method and the techniques of secondary statistical data analysis, virtual ethnography, and semi-structured interviews, carried out with multiple units of analysis. It is verified, then, that the migratory profiles of individuals coming from Brazil to Portugal are today very diverse, a phenomenon that marks even the diversity of motivations that feed this wave and impact their decisions, at various moments - departure, arrival, and settlement. Despite reporting a deficit in the usufruct of the right to the city, their general satisfaction with the welcome is high, feeding a sense of belonging and experience of the city as a whole, including the level of infrastructure and equipment. Besides these demographic dynamics we analysed others that also influence the market, a market in boiling and rarefaction, deepening its instability and aggravating the difficulties in access to housing in a generalized way, in a scenario of decreasing supply and concomitant increase in prices.

Keywords: Brazil; Portugal; Braga; Migratory dynamics; Real estate market.

Resumen

Buscando un lugar en la ciudad: inmigración brasileña y dinámica inmobiliaria en Braga

El dinamismo demográfico y económico de los últimos años ha marcado indiscutiblemente nuestras ciudades, con especial atención a la dimensión de la vivienda, por donde circulan los capitales con intereses inmobiliarios. Este es uno de sus campos de acción privilegiados, siempre orientado a la busca de beneficios, incluidos los obtenidos a través de las inversiones en el sector de la vivienda, no considerando la vivienda como un derecho humano fundamental sino como una mera mercancía. Esto también se puede observar en el contexto de la ciudad de Braga. En este territorio urbano surgen dinámicas, principalmente mercantiles, marcadas por la inflación de los precios de venta y de los alquileres de las viviendas. Entre ellas, podemos destacar el creciente dinamismo demográfico, propiciado por la recepción de flujos migratorios, en particular brasileños, que ya tienen una larga historia migratoria transatlántica hacia Portugal, marcada por varias oleadas y que, en los últimos años, vienen registrando un crecimiento considerable. Además de plantear retos en varios ámbitos y ofrecer diversas oportunidades, estos flujos transforman nuestras ciudades, que ya no son las ciudades que conocíamos, sino nuevas configuraciones urbanas, profundamente cambiadas. Así, para comprender cómo la reciente dinámica migratoria procedente de Brasil hacia la ciudad de Braga influye en la dinámica del mercado inmobiliario, recurrimos a la movilización de una metodología de tipo cualitativo-cuantitativo, adoptando el método de Estudio de Caso Extendido y las técnicas de análisis de datos estadísticos secundarios, etnografía virtual y realización de entrevistas semiestructuradas, llevadas a cabo con múltiples unidades de análisis. Se comprueba, pues, que los perfiles migratorios de los individuos procedentes de Brasil hacia Portugal están muy diversificados en la actualidad, fenómeno que marca también la diversidad de motivaciones que alimentan esta oleada y que inciden en las decisiones, en los distintos momentos - salida, llegada y asentamiento. A pesar de reportar un déficit en el usufructo del derecho a la ciudad, el nivel general de satisfacción con su acogida es alto, alimentando un sentimiento de pertenencia y experiencia de la ciudad en su conjunto, incluidas sus infraestructuras y equipamientos. Además de estas dinámicas demográficas analizamos otras que también influyen en el mercado, un mercado en ebullición y rarefacción, profundizando su inestabilidad y agravando las dificultades de acceso a la vivienda en general, en un escenario de disminución de la oferta y de aumento concomitante de los precios.

Palabras clave: Brasil; Portugal; Braga; Dinámica migratoria; Mercado inmobiliario.

ÍNDICE

Agradecimentos	iv
Resumo	vii
Abstract	viii
Resumen	ix

Considerações iniciais	1
-------------------------------------	---

Capítulo I - O processo metodológico

1. Contextualização da investigação e definição do problema	6
2. Estratégias, método e técnicas de investigação	8
3. Delimitação e sistematização dos dados	19
4. Limites e validade.....	25

Capítulo II - As migrações

1. Globalização e os fluxos migratórios contemporâneos	28
2. Portugal migrante: entre a emigração e a imigração.....	38
3. Caminhos cruzados, passado e presente comuns: ligações luso-brasileiras	43
4. Um novo cais, uma nova realidade: políticas, integração, desafios e oportunidades	51
4.1. Desafios e oportunidades.....	51
4.2. Políticas e enquadramento legal	59

Capítulo III - A questão urbana e habitacional em Portugal

1. Habitação: sobre um direito adiado, mercantilizado e financeirizado.....	76
---	----

Capítulo IV - Migrações, mercado imobiliário e viver em Braga

1. Imigrantes e habitação: primeiros passos, primeiras complicações?	93
2. Fenómeno migratório e flutuações imobiliárias: teorias explicativas	96
3. O município bracarense como pano de fundo: flutuações imobiliárias e forças motrizes.....	105

Capítulo V - Apresentação e discussão dos resultados

1. Descrição da amostra.....	112
1.1. Imigrantes brasileiros/as.....	112
1.2. Representantes do Poder Público	117
1.3. Consultores/as imobiliários/as.....	118
1.4. Senhorios/as	119
2. Experiência migratória em Braga, Portugal: Opções e vivências quotidianas.....	120
3. Mercado imobiliário bracarense: experimentação, tendências e expectativas	158

Considerações finais	177
-----------------------------------	-----

Referências bibliográficas	182
---	-----

Legislação	208
-------------------------	-----

Leis, decretos legislativos, despachos e resoluções	208
---	-----

Outros.....	209
-------------	-----

ANEXOS	211
---------------------	-----

Anexo 1. Guiões de Entrevista.....	211
------------------------------------	-----

Anexo 2. Consentimento Informado com Garantia de Anonimato.....	219
---	-----

Anexo 3. Consentimento Informado sem Garantia de Anonimato.....	220
---	-----

Anexo 4. E-mail de Requerimento de Dados às Instituições	221
--	-----

Anexo 5. Carta às Juntas de Freguesia	222
---	-----

Anexo 6. Tabela de Caracterização dos/as Entrevistados/as Imigrantes.....	223
---	-----

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1. As entrevistas realizadas: o processo de recolha e garantias	22
--	----

Tabela 2. Ocupação Profissional: Um Exercício de Comparação	114
---	-----

Tabela 3. Tipologia de Vistos/ Autorizações de Residência (Entrada e Permanência).....	116
--	-----

Tabela 4. Caracterização dos Entrevistados – Poder Público.....	118
---	-----

Tabela 5. Caracterização dos Entrevistados – Consultores Imobiliários e Respetiva Empresa	119
---	-----

Tabela 6. Caracterização dos Entrevistados – Senhorios/as	120
---	-----

Tabela 7. N.º de Indivíduos Residentes por Freguesia ou União de Freguesias, por género.....	147
--	-----

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Rendimento Médio Mensal (Individual)	115
Gráfico 2. Distribuição geográfica dos/as entrevistados/as imigrantes pelo município.....	148

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Contextos de Discriminação	140
--	-----

Considerações iniciais

Tradicionalmente país de emigração – sendo estes movimentos de saída uma constante estrutural na história portuguesa (Godinho, 1978), desde o século XV, aquando do surto marítimo decorrente, em boa medida, dos interesses imperiais e mercantis da coroa portuguesa e de uma burguesia à procura de lucros (Baganha, 2001; Prado Jr. 2012) –, Portugal consolida a sua posição também como país de imigração ao longo do último quartel do século XX, logo após o marco histórico que foi o 25 de abril de 1974 e conseqüente processo de descolonização e independência das ex-colónias (Góis e Marques, 2018). A realidade migratória portuguesa complexifica-se e diversifica-se, a população estrangeira continua a crescer a olhos vistos e o país passa a integrar vários sistemas migratórios, emergindo inclusive como nóculo central do sistema migratório lusófono que, à época, se desenvolvia e cristalizava (Baganha, 2009) – tendências expectáveis e incontornáveis, especialmente mundo globalizado marcado pela crescente compressão das dimensões tempo-espaço (Harvey, 1989). Desta forma, os fluxos migratórios oriundos dos países lusófonos intensificam-se, tornando-se estruturais, exibindo diferentes vagas migratórias e marcando invariavelmente a realidade migratória nacional, alimentando inclusive a ilusão de que o país havido efetivado a transição para um “país de imigração”, algo que, não obstante, não ocorreu (Horta, 2011; Góis e Marques, 2018; Peixoto, 2004).

No que se refere às ligações luso-brasileiras em particular, estas são marcadas por períodos ora harmoniosos, ora atribulados, tendo sido a estreita e histórica ligação transatlântica entre Brasil e Portugal instituída, num primeiro momento, com base numa relação política e económica marcadamente desigual, entre a “metrópole” e a “colónia” (Scott, 2001), transitando posteriormente, aquando da independência do Brasil, para um outro tipo de relação com matizes ou nuances distintas, perdendo a colonização a primazia em relação à emigração, transformando-se os “colonos” em verdadeiros “emigrantes” (Arruda, 2007; Alves, 2001).

Precisamente no momento em que Portugal começa a consolidar a sua posição enquanto país de acolhimento – não desconsiderando a dualidade que marcava e continua a marcar a nossa realidade migratória –, também a comunidade brasileira começa, na década de 1980 e motivada por razões diversas, a registar um crescente movimento de saída, inclusive em direção a Portugal (Menezes, 1997; Barbosa, 2003). Assim, esta comunidade possui um percurso migratório dirigido a Portugal marcado por várias vagas (Malheiros, 2007; Padilla, Marques, Góis e Peixoto, 2015) – nomeadamente duas, com a possibilidade de se estabelecer hoje uma dita terceira vaga, que continua a exhibir características verificáveis nas vagas anteriores, mas que se distingue essencialmente pela diversidade de perfis que a

compõem (França e Padilla, 2018). É precisamente a partir de 2007/2008 que este passa a ser o maior grupo estrangeiro a residir em território nacional, verificando-se uma “brasilianização dos fluxos” (Padilla, 2009). Muito embora os números tenham vindo a diminuir nos anos austeros da crise, sensivelmente a partir de 2016 verifica-se uma inversão dessa tendência, fenómeno para o qual vários fatores contribuíram (França e Padilla, 2018). Assim, esta é hoje a comunidade estrangeira residente mais significativa, representando a nacionalidade brasileira 27,8% do total de estrangeiros a residir em Portugal (RIFA, 2020).

Esta expressividade crescente – quer dos fluxos migratórios oriundos do Brasil em particular, quer dos fluxos provenientes de outros territórios/ nações em geral –, confronta-nos com novos desafios, oferecendo também múltiplas oportunidades (a vários níveis), exigindo a aplicação e constante (re)adaptação, ditadas pela força das circunstâncias, de políticas de cariz variado, almejando alcançar uma integração adequada destas populações, na verdadeira aceção do termo.

Ora, a fixação destes recém-chegados verifica-se essencialmente nas áreas urbanas, pois, geralmente, é na cidade onde se concentram mais oportunidades, além de que, via de regra, a maioria da população mundial dá hoje preferência ao ambiente urbano ou citadino, em detrimento do rural (ONU, 2018). Assim, além de trazer consigo modificações nos padrões comportamentais e nas relações sociais, a migração produz inclusive uma nova forma de cidade (Durham, 1984). Afinal, não podemos esquecer que cada cidade “é apenas a ‘cidade do momento’ permeável à mudança que fará dela uma outra cidade” (Baptista, 2001).

O setor habitacional não é indiferente a isto. Verifica-se, então, um crescente dinamismo demográfico e económico que marca a realidade das nossas cidades em contínua expansão, com enfoque nas dimensões habitacionais e imobiliárias. Estamos perante um campo privilegiado de ação do capital devido nomeadamente aos ganhos elevados e de baixo risco proporcionados pelo investimento no imobiliário, em contraponto com o oferecido por outros investimentos financeiros. Não podendo o capital escapar à procura incessante de lucro, incluindo o obtido através dos investimentos na habitação, esta, apesar da sua relevância indiscutível como bem social e da sua configuração como um direito consagrado em vários instrumentos legais, quer nacionais, quer internacionais, vem sendo “um direito sucessivamente comprometido” (Pinto, 2020), um pilar frágil e instável, ou, como Vilaça (2001) constatou há já 20 anos atrás, mas prevalecendo excessivamente atual, o “parente pobre da política”.

Esta pobreza deriva da aprovação de políticas públicas largamente insuficientes, pois temos um Estado que relega (como sempre relegou) a habitação para segundo plano, fiando-se no mercado para

suprir a função da oferta e remetendo para as famílias os custos do financiamento (Drago, 2021), passando de um agente regulador direto para um organismo que incentiva e contribui amplamente para a mercantilização e financeirização desta que é uma das dimensões centrais da vida e da reprodução social (cf., entre outros, Silva e Menezes, 2014; Aalbers, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019; Rolnik, 2013, 2015; Santos, 2019). Estas tendências, de resto, marcam a história da crise da habitação em Portugal, mas também um pouco por todo o mundo, sendo que hoje esta se afirma enquanto sendo uma crise de habitação de escopo global (cf., entre outros, Madden e Marcuse, 2016; Wetzstein, 2017).

Ademais, em alguns casos, foram até promovidas medidas contraproducentes, como sendo o caso de diversos instrumentos que, como veremos, atendem largamente aos interesses especulativos capitalistas de uma minoria, acabando por prejudicar o cidadão comum, para o qual a vida na cidade se torna largamente inacessível, promovendo, um pouco por toda a parte, o aumento das desigualdades socio-espaciais e habitacionais.

Surgem, então, novos desafios alimentados e impulsionados por dinâmicas mercantis, que assumem um caráter predatório, mas que têm vindo, cada vez mais, a afirmar-se e a condicionar os nossos territórios urbanos e, em particular, a habitação urbana. Podemos enunciar, como resultado das tendências supracitadas, o aumento incontrolável das rendas para muitos inquilinos que não possuem qualquer tipo de apoio e a distorção entre os rendimentos reais dos indivíduos e os preços especulativos predatórios praticados no mercado habitacional (quer no segmento da compra, quer no de arrendamento), sendo que os rendimentos reais dos indivíduos não acompanham os preços especulativos (cf., entre outros, Ribeiro *et al*, 2020). Podemos acrescentar ainda a instabilidade dos contratos de arrendamento de curto prazo e os intensos processos de turistificação e *airbnbização* que, por consequência, promovem a gentrificação e o *bullying* imobiliário. A estas somam-se, ainda, o aumento dos fluxos migratórios, que colocam também uma crescente pressão sobre os territórios e sobre o mercado imobiliário, e as precariedades históricas que, em muitos casos, prevaleciam por resolver (Allegra e Tullumello, 2019).

Estas dinâmicas, mormente mercantis, podem ser observadas também no caso da cidade de Braga, capital de distrito e uma das cidades portuguesas que vem firmando a sua posição enquanto grande cidade, ambicionando, paulatina e gradualmente, atrair visibilidade e investimento (quer a nível nacional, quer no exterior) e novos residentes, e cujo crescente dinamismo demográfico e económico têm contribuído para a transformar. Procura-se, então, compreender especificamente quais destas dinâmicas (e o porquê) agem sobre este território particular, dando particular enfoque na impacto dos

fluxos migratórios, em particular brasileiros, pois, em linha com aquilo que se verifica a nível nacional no que se refere aos números respeitantes à população brasileira residente, esta é também a maior comunidade estrangeira residente no município bracarense, que vem também ele registando um aumento considerável ao nível dos fluxos recebidos.

No respeitante à relação entre o fenómeno da imigração e o aumento dos preços habitacionais em concreto, existe ampla bibliografia, especialmente internacional (não tendo encontrado qualquer estudo em contexto português) e essencialmente económica, não sendo, de todo, consensual. Alguns estudos obtêm uma correlação positiva entre as duas variáveis, asseverando que os movimentos migratórios aumentam os preços habitacionais (Saiz, 2007; Coleman & Landon-Lane, 2007; Stillman & Maré, 2008; Degen & Fischer, 2010; Gonzalez & Ortega, 2013; McDonald, 2013; Mussa, Nwaogu, Pozo, 2017). Embora pareça, à partida, mais razoável esperar que a imigração aumente os valores da habitação – mais não seja por aumentar a procura –, existem vários outros estudos que demonstram o inverso. Assim, outros investigadores obtêm correlações negativas, evidenciando que um aumento da população imigrante concorre para a diminuição dos preços habitacionais (Hatton & Tani, 2005; Saiz & Wachter, 2011; Accetturo, 2014; Sá, 2015), sendo o principal argumento explicativo destes resultados o facto de a entrada de imigrantes, a depender da forma como eles são encarados e assimilados, gerar um movimento de saída dos nativos. Outros defendem ainda que a imigração não tem qualquer impacto (nem positivo, nem negativo) nos preços em questão (Furlanetto & Robstad, 2016).

Não obstante o enfoque nos fluxos migratórios, como acontece com todos os fenómenos sociais, as causas explicativas e forças motrizes que ocasionam a tendência de crescimento dos preços habitacionais são, como veremos, múltiplas e impactam de diferentes formas (cf., entre outros, Sabal, 2005; Betts, 2008; Geng, 2018; Lin, Ma, Zhao, Hu, Wei, 2018; Doorn, Arnold, Rapoport, 2019), variando inclusive consoante o *locus* em análise, constituindo-se Braga sempre enquanto experiência particular (embora possa apresentar dinâmicas comuns a outras cidades).

Trata-se de uma questão poliédrica, polémica e sobretudo premente, exigindo a mobilização de metodologias, métodos e técnicas específicas. Deste modo, adotando simultaneamente uma metodologia de tipo quantitativo e qualitativo, recorrendo ao método do Estudo de Caso Alargado (Santos, 1983; Burawoy, 1998, 2009) e às técnicas de análise de dados estatísticos secundários, obtidos juntos das Juntas de Freguesia do município de Braga, etnografia virtual, realizada no contexto da rede social *Facebook*, e à realização de entrevistas semiestruturadas, realizadas com 4 grupos distintos de entrevistados, isto é, com unidades múltiplas de análise, pertinentes para a discussão – imigrantes,

consultores imobiliários, proprietários de imóveis para arrendamento (senhorios) e representantes do poder público local – procurou-se dar resposta à questão: *De que forma as recentes dinâmicas migratórias provenientes do Brasil para a cidade de Braga influenciam as dinâmicas do mercado imobiliário?*

Sendo estas dinâmicas multifacetadas, a sua compreensão implicou o escrutínio das vivências e experiências particulares dos/as próprios/as imigrantes entrevistados/as, em diversos âmbitos. Tal reflete-se notoriamente na estruturação da tese, dividida em cinco capítulos¹. O primeiro capítulo dá conta das opções metodológicas tomadas ao longo da investigação, contextualizando-a, definindo as estratégias adotadas e todo o caminho percorrido para a realizar e expondo, inclusive, os seus limites e validade. Seguem-se os capítulos dedicados à contextualização do tema, afunilando do geral em direção ao particular, do global ao local, procurando enquadrar as conceptualizações teóricas no *locus* bracarense. Num terceiro momento procede-se à caracterização da amostra dos/as entrevistados/as e são apresentadas, discutidas e interpretadas (reflexiva e detalhadamente) as informações recolhidas, baseando a discussão em nos dados recolhidos.

¹ Ao longo dos capítulos, consentidamente, é possível que sejam encontrados excertos e partes textuais utilizadas pela autora para a elaboração de outros artigos (Ribeiro, Teixeira e Ribeiro, 2021; Ribeiro e Ribeiro, 2021). Outros fragmentos textuais poderão vir a ser utilizados futuramente.

CAPÍTULO I | PROCESSO METODOLÓGICO

1. Contextualização da investigação e definição do problema

Com o sonho de sair de casa sucessivamente adiado pela percepção dos preços elevados praticados no mercado imobiliário, percepção essa acicatada pelos baixos salários e precários empregos de que dispõe hoje a grande fatia das camadas jovens do nosso país – na qual, amargamente, me incluo –, adiando, por conseguinte, a concretização plena do sentimento de “transição” para a idade adulta, comecei a questionar-me recorrentemente sobre quais seriam os fatores explicativos para esta subida acentuada. Questionava-me (e questiono), em particular, sobre Braga, cidade onde estudei e onde cogitava fixar-me, cidade que até há relativamente pouco tempo era conhecida, como veremos adiante, como a capital de distrito onde havia abundância de oferta e preços baixos no setor imobiliário. Porém, falamos de *águas passadas*. Assim, esta investigação surge com o intuito central de, precisamente, identificar e compreender as causas que explicam a atual situação urbana em Braga, marcada pela rarefação da oferta habitacional, nomeadamente no setor do arrendamento, e o concomitante aumento do custo da habitação, temática sobre a qual a produção científica ainda se encontra subexplorada, especialmente no âmbito das ciências sociais.

Como acontece com todos os fenómenos sociais, importa também aqui salientar que as causas explicativas e as forças motrizes que ocasionam a tendência de crescimento dos preços habitacionais são múltiplas e impactam de diferentes formas sobre a realidade em observação. Não podendo eu dar conta de todas elas de forma aprofundada numa única tese de mestrado, debruçar-me-ei, ao longo da presente investigação, sobre o fenómeno da imigração, em particular da imigração brasileira. Esta vem registando uma tendência de crescimento na cidade, que se verifica, inclusive, no simples ato de percorrer os corredores da universidade e nas ruas da cidade. Esta delimitação vai ao encontro do princípio fundamental que é assente por Eco, que assevera que “quanto mais se restringe o campo melhor se trabalha e com maior segurança” (1995: 35) e pela ideia de Becker (1993: 119) de que “[...] é utópico supor que se pode ver, descrever e descobrir a relevância teórica de tudo”. Todavia, uma vez mais saliento que esta não é a única explicação para a problemática aqui analisada, sendo que outros aspetos e particularidades que contribuem simultaneamente para o fenómeno de crescimento dos preços serão também elencados, especialmente com recurso aos dados recolhidos através das entrevistas semiestruturadas realizadas e posteriormente analisadas.

A decisão pelo enfoque nos movimentos migratórios brasileiros que chegam hoje à cidade de Braga não foi deliberada *in a vacuum*, bem pelo contrário: foi discutida e longamente ponderada, balanceando prós e contras e desafiando inquietações, especialmente no que concerne à perpetuação de estereótipos e preconceitos que, no sentido oposto, se pretendem aqui, do ponto de vista particular da investigadora, combater com afinco. A realidade é que esta população é consecutivamente utilizada como “bode expiatório” *sui generis* para o aumento dos preços. Para corroborar tal afirmação, basta verificarmos, nas redes sociais, as caixas de comentários das inúmeras notícias com que determinados jornais locais nos brindam acerca da “pujança do mercado”.

Apesar das relações próximas entre a sociologia e a economia, debato-me, obviamente, com maiores dificuldades no que concerne à análise económica, derivadas da minha leiguice nesse campo de investigação e/ ou atuação. Como tal, a exploração daquele que seria o objetivo inicial – compreender de que forma as recentes dinâmicas migratórias provenientes do Brasil para a cidade de Braga impactam nas dinâmicas do mercado imobiliário e na vida quotidiana da cidade – não me bastou, levando-me a desviar o enfoque único no mercado imobiliário para uma lente mais abrangente, incluindo o processo migratório em si, procurando indagar também as suas motivações, contornos e consequências, com o intuito de melhor conhecer a população em questão na investigação.

Posto isto, com o título “*À procura de um lugar na cidade: Imigração brasileira e mercado imobiliário em Braga*”, esta dissertação tem como objeto de pesquisa central a imigração brasileira para o município bracarense. Em particular, procura indagar o processo de adaptação à nova realidade e a reorganização da vida destes/as imigrantes recém-chegados/as a vários níveis, focando-se essencialmente na questão da habitação – uma vez que esta é um dos primeiros fatores para a inclusão social dos/as imigrantes no país de acolhimento – e das restantes dinâmicas que permeiam o setor habitacional. Assim, emerge a seguinte questão de investigação: *de que forma as recentes dinâmicas migratórias provenientes do Brasil para a cidade de Braga influenciam as dinâmicas do mercado imobiliário?*

Com o intuito de dar resposta a esta questão, foram formulados os seguintes objetivos teórico-metodológicos específicos: (i) analisar os fatores de atração que motivam os/as brasileiros/as a imigrar para Portugal e, em particular, para a cidade de Braga; (ii) mapear a distribuição geográfica dos/as brasileiros/as pela cidade e os motivos que determinam a escolha dos lugares onde se concentram; (iii) entender como se processa a integração social dos/as imigrantes nas várias dimensões da vida social, bem com a forma como os/as migrantes põem em prática o seu “direito à cidade” (Lefebvre, 1968); (iv)

analisar as tendências e transformações do comportamento do mercado imobiliário bracarense face às dinâmicas presentes, inclusive as migratórias; (v) Compreender as potenciais tendências futuras e propor medidas de política pública adequadas às tendências populacionais e habitacionais em Braga.

Assim sendo, e com o intuito de alcançar aquilo a que me propus e a dar devida resposta aos objetivos teórico-metodológicos, foram adotados um conjunto de métodos e técnicas que serão elencados, explorados e devidamente justificados nos pontos seguintes.

2. Estratégias, método e técnicas de investigação

O objetivo de toda a investigação é, primeiramente, resolver problemas e contribuir para o alargamento do conhecimento sobre um determinado objeto de estudo, sendo, então, este um processo de enriquecimento do conhecimento (Bell, 1997: 14). Para tal, a metodologia adotada é decisiva. Deste modo, uma investigação deve sempre explicitar nitidamente os pressupostos teóricos ou postulados em que assenta. Cada investigação é singular, exigindo a persecução de caminhos distintos: “toda a pesquisa tem o propósito de resolver um problema específico que, em aspetos importantes, não é parecido com nenhum outro problema, e deve fazê-lo dentro de um ambiente específico diferente de todos os que existiram antes” (Becker, 1993: 13). Assim, neste ponto, é exposto e justificado o processo heurístico, bem como as opções metodológicas que foram tomadas com a finalidade de atingir os objetivos elencados anteriormente.

De acordo com Pardal e Correia (1995: 10), a metodologia de investigação consiste no “corpo orientador da pesquisa que, obedecendo a um sistema de normas, torna possíveis a seleção e articulação de técnicas, no intuito de se poder desenvolver o processo de verificação empírica”. Esta encontra-se relacionada com “os laços que existem entre o que queremos saber e os caminhos a trilhar para lá chegar” e, ademais, “clarifica o modo como o curso da pesquisa é determinado pela natureza dos questionamentos de partida e pelos fenómenos em estudo” (Augusto, 2014: 2).

Assim, a metodologia pode ser quantitativa, qualitativa ou as duas em simultâneo e de forma complementar. Importa aqui salientar que, do ponto de vista epistemológico, nenhuma das abordagens – quantitativa ou qualitativa – é “mais científica do que a outra”, sendo que as metodologias não são boas ou más em si, mas sim mais ou menos adequadas para resolver problemas de determinada natureza e alcançar determinados objetivos (Minayo e Sanches, 1993: 247). Embora as duas abordagens possuam características distintas, nenhuma se sobrepõe, e a sua aplicação depende, então, puramente daquilo que o objeto empírico exige, sendo as razões da escolha mais profundas e complexas, refletindo “mais do que um gosto ou preferência” (Augusto, 2014: 2). Assim sendo, podemos discorrer que a

metodologia não será um ponto de partida, mas sim um ponto a que chegamos após a análise da realidade que nos propomos a estudar. Quando a decisão acerca da metodologia de investigação a seguir é acertada, a probabilidade de atingir os objetivos estipulados é superior.

Posto isto, no presente estudo optou-se pelo emprego de uma abordagem mista e complementar, uma metodologia de tipo *quali-quant* (cf., entre outros, Morgan, 2007; Pearce, 2012), um “politeísmo metodológico” nas palavras de Bourdieu (2004: 101), pois, comumente, este “operacionalismo múltiplo” é encarado como sendo necessário para abarcar de forma mais completa a realidade em estudo – uma realidade mutável e dinâmica –, devido às insuficiências e limitações das metodologias em separado (Denzin, 2015: 1). Apesar destes paradigmas operarem “sob diferentes assunções ontológicas, epistemológicas e axiológicas no que concerne ao propósito e à natureza da pesquisa”² (Augusto, 2014: 1), como é referido, as duas abordagens não podem ser pensadas como opostas ou contraditórias. Pelo contrário, “os mesmos princípios subjacentes se aplicam a ambas as maneiras de trabalhar” (Becker, 1993: 14) e “é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspetos mais ‘ecológicos’ e ‘concretos’ e aprofundadas em seus significados mais essenciais” (Minayo & Sanches, 1993: 247).

Nesta abordagem específica – que Morgan (2007) e Pearce (2012) denominam por “pragmática” –, não há um raciocínio indutivo ou dedutivo, mas sim abdução, que se move, avançando e recuando entre a indução e a dedução (Morgan, 2007: 71), em busca de um aperfeiçoamento contínuo e do alcançar de uma explicação mais aprimorada. Aqui, dos elementos quantitativos podem emergir determinadas questões relevantes de serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa (Minayo e Sanches, 1993: 247). Inerentemente, este tipo de metodologia propicia um maior cruzamento de dados, permitindo “multiplicar o campo dos possíveis” (Mendes, 2003: 1) e permitindo ainda aquilo que é tradicionalmente denominado por “triangulação”, um cruzamento das informações recolhidas de forma a obter maior confiança (Goldenberg, 2000: 62-63). Apesar de estar convencionada a ideia de que a triangulação se refere à “aplicação e combinação de várias metodologias de pesquisa no estudo de um mesmo fenómeno”, convém ressaltar que existem diferentes tipos de triangulação, que podem ser exercidos em simultâneo – “triangulação múltipla”: dos dados, do investigador, das teorias e, por fim, triangulação metodológica (Denzin, 2015: 2). O intuito é sempre de corroborar mutuamente os dados, garantir uma compreensão aprofundada do fenómeno em questão e auxiliar aquando da validação do

² Dicotomia “quantitativo” vs “qualitativo”: realidade única passível de ser medida de forma confiável e válida, recorrendo a princípios científicos vs realidades múltiplas, socialmente construídas e individualmente significadas, cuja interpretação depende do investigador; afastamento entre investigador e objeto de estudo vs investigador e objeto de estudo dependentes e relacionados; pesquisa isenta de valores vs investigação influenciada pelos valores de quem investiga (Augusto, 2014: 1).

estudo, embora, para Denzin (2015: 1), a triangulação não seja uma ferramenta ou uma estratégia de validação em si, mas antes uma alternativa à própria validação.

Pearce (2012: 833) reforça ainda a ideia de que “é impossível atingir a subjetividade ou objetividade puras” e que a abordagem pragmática reconhece isto, defendendo aquilo que Morgan (2007: 71-72) denomina por “intersubjetividade”. Deste modo, a abordagem pragmática, por sua vez, atua capturando esta dualidade e, parafraseando a autora, aceitando que existe um único “mundo real” e que todos os humanos têm as suas próprias interpretações desse mesmo mundo (*idem, ibidem*). Tal convoca à discussão o princípio weberiano da “neutralidade axiológica” (Weber, 1983[1917], 119-178; 2006) – *Wertfreiheit* –, “formulação puramente conceitual ou, em outras palavras, que não consegue sair do terreno epistemológico” no entender de Pereira (2013: 396). Não cabendo, porém, aqui discutir de forma aprofundada, importa incluir a ressalva de que o próprio Weber tomou partido, escolheu, enfim, não foi indiferente ao mundo social e político em que viveu (Loyola, 2002; Burawoy, 2004; Löwy, 2014; Ribeiro, 2017).

Esta inoperabilidade ocorre porque, perante os factos sociais, o/a investigador/a não consegue manter total objetividade/neutralidade, uma vez que ele/a próprio/a se encontra imerso/a e produz a realidade que estuda – não olvidando que o conhecimento é sempre situado e construído historicamente e socialmente (Santos, 2008) –, sendo mais do que um/a mero/a observador/a passivo/a, não podendo “apagar-se” (Laville e Dionne, 1999: 34), caracterizando-se, assim, a objetividade, de acordo com Demo (1995: 70), como uma “utopia da ciência”. Nesse mesmo sentido, Burawoy (2009: 46) afirma que “nenhuma reivindicação de imparcialidade nos pode libertar dos dilemas de fazer parte do mundo que estudamos ou das consequências não intencionais daquilo que escrevemos”. Dahrendorf (1971: 41-53), por exemplo, enumera vários momentos em que, no decorrer da investigação científica, a ciência social contacta ou poderá contactar com os juízos de valor, sendo o primeiro momento a própria escolha da temática.

De facto, “variam muito as posições, desde a dos defensores intransigentes da ciência formal ou empírica, para quem a realidade se impõe objetivamente, até a dos que acham, no outro extremo, que a realidade é apenas o que subjetivamente imaginamos ser” (Demo, 1995: 70). A este propósito, convém, contudo, ressaltar que não se está aqui a defender que tudo é ciência: “às objetivações parciais e interessadas dos agentes engajados no campo, opõe-se a objetivação do campo como um conjunto de pontos de vista” (Bourdieu, 1997: 44). Assim, segundo Cohn (2006: 11-12):

O conhecimento científico é objetivo nos resultados (que valem igualmente para todos os que o procuram), mas não na gênese, pois a força motriz da pesquisa é dada por valores (que valem

somente para os que aderem a eles). Isso equivale a dizer que sem referências a valores não se pratica ciência (pois então ela carece de interesse), mas, se o cientista não souber despojar-se dos valores que o guiaram na seleção de seu objeto de estudo ao realizar a pesquisa, cometerá um erro, da perspectiva weberiana: o de apresentar como conhecimento científico com valor universal aquilo que não passa de reiteração em outros termos dos interesses práticos particulares aos quais ele adere.

Esta investigação pode ser inclusive definida como sendo um estudo de caráter exploratório-explicativo (Gil, 1989: 44-46), o que significa que a temática em estudo precisa de ser explorada e explicada. O objetivo das pesquisas de nível exploratório é “proporcionar uma visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado facto”, sendo estas pesquisas realizadas, sobretudo, quando existe pouco conhecimento acumulado e sistematizado, quando o tema é novo e emergente (*idem, ibidem*: 45; Neuman, 2014: 38), algo que se verifica, especialmente se considerarmos a inexistência de trabalhos que relacionam as variáveis “preços habitacionais” e “imigração” no contexto português e, em particular, no contexto bracarense. Por sua vez, esta é uma investigação de caráter explicativo pois tem também como preocupação central “identificar os fatores que determinam ou que contribuem para a ocorrência dos fenómenos” (Gil, 1989: 46), nomeadamente indagar os fatores que influem no fenómeno do aumento repentino e exponencial dos preços habitacionais no município bracarense. Estas pesquisas explicativas procuram compreender “porque é que as coisas são como são”, indo além do nível descritivo, aprofundando causas e razões (Neuman, 2014: 39-40).

Para Marconi e Lakatos (2003: 83), “não há ciência sem o emprego de métodos científicos”. Ora, “da diversidade dos problemas e objetos da sociologia resulta uma diversidade de seus métodos” (Boudon, 1989: 13), sendo que, uma vez mais, “o tipo de método utilizado depende não apenas do gosto pessoal do pesquisador, mas também das indagações a que ele se propõe” (*idem, ibidem*: 11). Assim, como método de pesquisa, foi eleito o método de Estudo de Caso (Greenwood, 1965; Benbasat, Goldstein e Mead, 1987; Goldenberg, 2000; Yin, 2001), neste caso, um projeto de casos múltiplos incorporados, de acordo com a caracterização de Yin (2001: 61), isto é, com unidades múltiplas de análise. E porque “o melhor método não é aquele mais conhecido e de domínio amplo, mas aquele que consegue investigar todos os pontos relevantes para que os resultados da pesquisa sejam alcançados” (Lage, 2013: 53), focar-nos-emos em particular no Estudo de Caso Alargado (Santos, 1983; Burawoy, 1998; 2009). Segundo Lage (2013: 54), o Estudo de Caso é uma etapa preliminar que, proporcionando uma análise holística do caso – ao encontro daquilo que é referido por Goldenberg (2000: 33) –, permite posteriormente uma ampliação do universo das implicações sobre o estudo, como veremos de seguida.

O método de Estudo de Caso pressupõe que “se pode adquirir conhecimento do fenómeno adequadamente a partir da exploração intensa de um único caso”, embora, em ciências sociais, esse “único caso” geralmente não seja um único indivíduo (Becker, 1993: 117; Greenwood, 1963: 331): “Os

casos podem ser indivíduos, grupos, organizações, movimentos, eventos ou unidades geográficas” (Neuman, 2014: 42). Para Yin (2001:27) a característica que diferencia este método reside na sua “capacidade de lidar com uma ampla variedade de evidências”. Verifica-se, geralmente, uma tendência que associa o método em questão a estudos de tipo qualitativo. Porém, Bryman (2012: 67-68) defende que essa associação não é apropriada pois, apesar de determinadas técnicas qualitativas serem particularmente favoráveis a um exame intensivo e detalhado de um dado caso, “estudos de caso são frequentemente espaços para o emprego tanto de pesquisa quantitativa, quanto de qualitativa”, ditando a sua flexibilidade metodológica (Greenwood, 1963: 332), o que alinha com o *mix* metodológico adotado.

Benbasat *et al*/ (1987: 370) fazem um apanhado destas características definidoras do método do Estudo de Caso, muitas das quais se enquadram no contexto da presente investigação: (i) o fenómeno é analisado no seu contexto natural; (ii) os dados são recolhidos através de múltiplas técnicas; (iii) a informação advém de uma ou poucas entidades, procurando aumentar o conhecimento do particular; (iv) a unidade de análise é estudada intensivamente; (v) é utilizado especialmente em pesquisas exploratórias (embora Yin (2001: 21-22) discorde, acreditando que “os estudos de caso estão muito longe de serem apenas uma estratégia exploratória”, colocando em causa a disposição hierárquica das estratégias de investigação); (vi) não há utilização de controlos experimentais ou manipulação; (vii) o investigador pode não conseguir especificar antecipadamente o conjunto de variáveis independentes e dependentes; (viii) os resultados dependem fortemente da capacidade de integração do investigador; (ix) alterações nos métodos de seleção e coleta de dados podem ocorrer à medida que o investigador desenvolve novas hipóteses; (x) nestes estudos, a questão de investigação é do tipo “porquê?” e “como?”; e, por fim, (xi) focam-se em eventos contemporâneos.

Podemos, então, indagar que o propósito do Estudo de Caso não é a generalização dos resultados, mas sim a compreensão e interpretação aprofundada e exaustiva de fenómenos específicos. O facto da generalização não ser o propósito deste método é também apresentado como uma das suas críticas, embora “os leitores possam generalizar inconscientemente, assim como fariam partindo das suas próprias experiências de vida” (MacNealy, 1997: 184). Além disso, cabe ainda referir que este método é frequentemente utilizado quando há a necessidade de explorar uma situação que ainda não está bem definida ou compreendida (*idem, ibidem*: 184), algo que, de facto, se verifica no presente estudo.

No que concerne ao Estudo de Caso Alargado (*Extended Case Method*) em particular, deriva da antropologia das décadas de 1950 e 1960 de Gluckman, Mitchell e van Velsen, tendo sido recuperado

e aprofundado posteriormente por Santos (1983) e Burawoy (1998; 2009). Para Burawoy (2009: 19-72), este método incorpora e baseia-se nos princípios daquilo que denomina por ciência reflexiva, ciência essa que se opõe à hegemónica ciência positiva – embora agregue também aspetos desta, funcionando os dois modelos de forma dual, coexistente e interdependente (*idem, ibidem*: 39) –, sendo um exemplo das ciências sociais críticas (CSS) (Neuman, 2014: 117). Ao invés de seguir os “4 R’s” da ciência positiva – não reatividade, regularidade, replicabilidade e, por fim, representatividade –, a ciência reflexiva apresenta outros quatro princípios distintos: intervenção (o observador como participante), processo (observações projetadas no tempo e no espaço), estruturação (atenção às forças externas que modelam os acontecimentos e situações) e reconstrução (partindo de um quadro teórico existente com o intuito de descobrir anomalias e testar a teoria) (Burawoy, 2009: 62-67; Mendes, 2003: 4).

Uma premissa central que distingue estes dois modelos de ciência é precisamente a ideia de que “existe um mundo ‘externo’ que pode ser construído como separado de e incomensurável para com aqueles que o estudam” (Burawoy, 2009: 48): “No modo positivo, a ciência social recua e observa o mundo que estuda, enquanto no modo reflexivo a teoria social intervém no mundo que procura apreender, desestabilizando sua própria análise” (*idem, ibidem*: 72). Assim, para a ciência reflexiva, a investigação social deve ser construída com base num diálogo e interação contínua entre o investigador e o objeto empírico, sendo então um modelo de ciência que “abraça não o desapego, mas sim o envolvimento como caminho para o conhecimento” (Burawoy, 2009: 20). O investigador interage com os participantes e, ao contrário daquilo que a ciência positiva acredita, esta interação não interfere negativamente, mas sim positivamente, ajudando a melhor expor a vida social (Neuman, 2014: 117).

Este método objetiva evitar o determinismo e o relativismo, procurando uma pluri/multicausalidade e olhando os fenómenos “a partir de baixo”, isto é, do ponto de vista das classes menos privilegiadas, mas tendo sempre presente as forças externas modelares (Estanque, 2003: 63): “O investigador vê o mundo social simultaneamente de dentro para fora (ou seja, do ponto de vista subjetivo das pessoas que estão a ser estudadas) e de fora para dentro (ou seja, do ponto de vista das forças externas que agem sobre essas mesmas pessoas)” (Neuman, 2014: 117). A escala “macro” e “micro” atuam conjuntamente para criar um contexto real específico pois, em determinados momentos, podemos focar-nos mais no “macro” ou no “micro”, mas não há como isolar a interferência de um no outro: verificam-se articulações, estas são dimensões “interatuantes” (Estanque, 2003: 63). Segundo Estanque, “pode dizer-se que esta perspetiva metodológica pretende ultrapassar a velha dicotomia entre a estrutura e a capacidade de ação dos sujeitos”, sendo que “a mudança depende das formas de articulação entre ambas as dimensões” (2003: 65), assim como do micro *vs* macro.

Ao contrário do que acontece nos métodos positivistas – onde é seguida uma estratégia “segregadora” de generalização e uniformização dos casos, desconsiderando contextos e abordando esses mesmos casos como “átomos independentes” – o método do Estudo de Caso Alargado apela a uma estratégia comparativa distinta, procurando a originalidade e singularidade de cada caso com o intuito de assim alcançar as forças externas influentes (Burawoy, 2009: 49-50), opondo à generalização “pela quantidade e pela uniformização” a generalização “pela qualidade e pela exemplaridade” (Santos, 1983: 11). Como bem explica Santos (1983: 11-12), “em vez de reduzir os casos às variáveis que os normalizam e tornam mecanicamente semelhantes, procura analisar, com o máximo detalhe descritivo, a complexidade do caso, com vista a captar o que há nele de diferente ou mesmo de único”. Assim, “a riqueza do caso não está no que há nele de generalizável, mas na amplitude das incidências estruturais que nele se denunciam pela multiplicidade e profundidade das interações que o constituem” (*idem, ibidem*: 12). Como afirma Burawoy (1991: 281), “a importância do caso único reside naquilo que ele nos diz sobre a sociedade como um todo e não sobre a população de casos semelhantes”. Neste sentido, para Lage (2009: 9-10), o Estudo de Caso Alargado não é mais que um “estudo de caso convencional que tem alargadas as suas implicações aquando das suas conclusões”, propiciando uma análise mais profunda e oferecendo uma estrutura metodológica ampla, permitindo “discorrer acerca de questões importantes relacionadas com o tema e presentes na sociedade”.

Assim como todos os outros métodos são criticáveis e possuem limitações, este não é exceção. Santos (1983: 12) enumera dois riscos que o Estudo de Caso Alargado apresenta quando indevidamente aplicado: o risco do descritivismo e o risco da sobreteorização. Para os superar é necessário, em primeiro lugar, “escolher bem o caso e saber ‘puxar’ por ele teoricamente” e, em segundo lugar, é preciso ter em consideração que “um caso, por mais rico e complexo, nunca cobre (ou dificilmente cobre) todas as questões teóricas levantadas pela análise estrutural”, podendo, eventualmente, cair numa generalização indevida (*idem, ibidem*: 12).

No seu texto, Burawoy também está consciente das limitações do método em questão, limitações essas inclusive inerentes ao modelo reflexivo de ciência. O autor fala-nos dos “efeitos de poder” (2009: 73), ou seja, das questões do poder e da dominação que atravessam as relações que são estabelecidas entre observador e o objeto empírico/indivíduos em estudo. Estas relações de poder “são capazes de transmutar intervenção, processo, estruturação e reconstrução em dominação, silenciamento, objetificação e normalização” (Silva, 2018: 1512). Para ultrapassar estas limitações inevitáveis, é necessário problematizá-las e controlá-las, adotando uma postura de constante autocrítica (*idem, ibidem*: 1513).

Foquemo-nos, agora, nas técnicas eleitas para a recolha de informação. Para Marconi e Lakatos (2003: 174), a técnica apresenta-se como um “conjunto de preceitos ou processos de que se serve uma ciência ou arte”, correspondendo também à “habilidade para usar esses preceitos ou normas”. Estas procuram auxiliar o investigador na procura pelos dados. Atendendo ao enfoque no *mix* metodológico – metodologia qualitativa e quantitativa simultaneamente –, como técnicas para a recolha de dados foram privilegiadas a análise de dados estatísticos oficiais, a entrevista semiestruturada e, por fim, etnografia virtual no contexto das redes sociais. A utilização de várias fontes de informação permite-nos obter um retrato mais fidedigno da realidade e uma compreensão mais aprofundada do fenómeno que pretendemos analisar: como refere Goldenberg (2000: 62) e como já observamos, “é o conjunto de diferentes pontos de vista e diferentes maneiras de coletar e analisar os dados (qualitativa e quantitativamente), que permite uma ideia mais ampla e inteligível da complexidade de um problema”.

Dados secundários dizem respeito aos “dados em segunda mão”, apresentando a informação filtrada e organizada de acordo com um objetivo definido, orientados para uma determinada finalidade (Campello, Cendón e Kremer, 2003: 28). Estes dados podem ser oficiais ou não oficiais: “é oficial uma fonte que depende de uma autoridade pública”, geralmente “agentes do Estado ou pessoas mandatadas pela autoridade do Estado e que agem no quadro das suas funções” (Saint-Georges, 1997: 21-22). Todavia, como afirma Saint-Georges (1997: 22), “nem todos os documentos oficiais são imediatamente acessíveis aos investigadores”. Ora, de facto, os dados estatísticos pretendidos para análise eram confidenciais, abrangidos pela Lei da Proteção de Dados Pessoais em vigor, o que tornou a recolha mais morosa, burocrática e árdua, como veremos no ponto seguinte do presente capítulo.

No que concerne às entrevistas, para Haguette (1997: 86) esta técnica define-se como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte do outro, o entrevistado”. Para Quivy e Campenhoudt (2005: 191-192), o que distingue a entrevista de outros métodos é precisamente “a aplicação dos processos fundamentais de comunicação e de interação humana”, permitindo “retirar das entrevistas informações e elementos de reflexão muito ricos e matizados”. Estas informações são obtidas através da aplicação de um “guião de entrevista”, que pode ser mais ou menos estruturado, onde consta “uma lista de pontos ou tópicos previamente estabelecidos de acordo com uma problemática central e que deve ser seguida” (Haguette, 1997: 86), ou seja, uma lista de temas a abordar, definidos de acordo com aquilo que o investigador preestabeleceu e pretende conhecer.

Nesta investigação recorreu-se, então, à entrevista semiestruturada pois, segundo Flick (2004: 89), os sujeitos expõem mais facilmente os seus pontos de vista perante uma entrevista com um planeamento relativamente aberto do que com um questionário ou entrevista padronizada. Deste modo, apesar de o entrevistado ser direcionado para um determinado tema – ou seja, de certa forma, “limitamos” a sua conversa, havendo um guião –, há o favorecimento de respostas espontâneas que permitem conhecer a real perceção dos diferentes entrevistados acerca do fenómeno. Nas palavras de Quivy e Campenhoudt (2005, 192-193):

A entrevista semidirectiva, ou semidirigida, é certamente a mais utilizada em investigação social. [...] Geralmente, o investigador dispõe de uma série de perguntas-guia, relativamente abertas, a propósito das quais é imperativo receber uma informação por parte do entrevistado. [...] Tanto quanto possível, «deixará andar» o entrevistado para que este possa falar abertamente, com as palavras que desejar e pela ordem que lhe convier. O investigador esforçar-se-á simplesmente por reencaminhar a entrevista para os objetivos cada vez que o entrevistado deles se afastar e por colocar perguntas às quais o entrevistado não chega por si próprio no momento mais apropriado e de forma tão natural quanto possível.

Além disso, podem sempre surgir, pela voz do entrevistado, outros aspetos emergentes, nos quais o próprio investigador não tinha pensado e/ou que não estão previstos na teoria a que se recorreu: “é preciso deixar-se surpreender, ser guiado e seguir o entrevistado nos seus percursos e justificações discursivas” (Mendes, 2003: 13). Veremos, também no ponto seguinte, como decorreu o processo de realização de entrevistas, bem como quantas e a quem foram realizadas.

Se a análise de dados secundários oficiais nos permite aceder a dados objetivos e concretos, os dados recolhidos através da entrevista permitem-nos aceder às versões subjetivas dos sujeitos, relacionando-se valores, atitudes e opiniões singulares de cada sujeito (Boni e Quaresma, 2005: 72). O mesmo – e ainda mais – nos proporciona a própria etnografia, inclusive na sua versão virtual. No que a esta se refere, para Hine (2004: 55) esta “mudou muito desde os dias em que era empregue por antropólogos para entender as culturas de lugares distantes”. Após todas as transformações tecnológicas ocorridas “recentemente”, compreender o papel dos *media* sociais – em particular das redes sociais – nas várias dimensões da vida dos indivíduos e a forma como estes se relacionam com e nestas novas plataformas tornou-se uma opção de pesquisa cada vez mais recorrente. Não podemos simplesmente desprezar a condição digital em que nos vemos embebidos e que a internet faz hoje parte da vida quotidiana e das interações (quer sociais, quer emocionais) da maioria da população, de um modo global. Como tal, foi necessário readaptar ou desenvolver novas metodologias que possibilitassem a exploração e documentação da riqueza deste novo *cyber locus* (Hine, 2008: 2): a etnografia é reatualizada, abre-se todo um novo campo de possibilidades, tornando exequível o encontro com uma série de dados distintos,

“os quais, isolados, podem parecer insignificantes, mas que juntos, conforme Mauss inspira a pensar, seguem a *representação da concentração de uma série de princípios e valores*” (Ferraz e Alves, 2017:6).

De acordo com Hine (2008: 2), este tipo de etnografia funda-se na ideia de “comunidade online”, uma nova configuração de formação social – pois, ainda assim, há aglutinação ou agregação de um grupo de indivíduos com interesses comuns –, independente do espaço físico – experienciando um deslocamento não físico, mas sim experimental (Hine, 2004: 61) –, e que permite investigar a forma como as pessoas interagem umas com as outras nestas comunidades virtualizadas. Contudo, ainda de acordo com a autora supracitada (*ibidem*: 4), o princípio etnográfico básico – o desenvolvimento do entendimento por meio da participação do investigador e da coleta progressiva de dados – prevalece de acordo com as abordagens mais tradicionais. Porém, não raramente, esta “nova” forma de recolha de informação é alvo de crítica, sendo acusada de “perversão da tradição metodológica no exercício etnográfico desenvolvido no campo da cultura analisada em terra firme” (Ferraz & Alves, 2017: 5).

Ademais, alguns autores referem que a etnografia virtual pode igualmente ser “aberta” ou “encoberta”, isto é, as pessoas com quem é mantida a interação tomam conhecimento (ou não) da nossa posição enquanto investigador/a (Schneider e Hormess, 2018: 14-15). Como refere Hine (2008: 2), “a coleta passiva de dados de *online settings* pode parecer um caminho fácil e conveniente para a observação cultural, mas, repetidamente, etnógrafos descobriram que um envolvimento mais ativo paga dividendos”. Ora, como também será posteriormente explicitado, nesta dissertação optou-se pela vertente aberta – inclusive devido à premissa da participação ativa na comunidade –, sempre cientes do um potencial “efeito observador” enunciado por Schneider e Hormess (2018: 15), ou seja, a inevitável influência que o/a investigador/a tem no ambiente que estuda simplesmente pelo facto de *estar*.

Também nesta investigação a perspetiva da “etnografia global”, como proposta por Burawoy (2000), se apresenta como pertinente – devido à dimensão global da crise da habitação e do fenómeno globalizado que são as migrações –, especialmente pelas suas relações intrínsecas com o próprio método adotado, o método do Estudo de Caso Alargado. A etnografia global alerta-nos para a fulcralidade de olhar o caso como sendo atravessado por dinâmicas externas globais que são necessárias de explorar, ou seja, de rastrear as forças externas influentes, pois, afinal de contas, “o local não pode ser meramente lido como um segmento [desapegado] da estrutura global” (Burawoy, 2000: x). Deste modo, “esta compreensão metodológica alargada permite inscrever o observado no seu território como também inseri-lo nas agendas e relações sociais extralocais”, ou seja, permite “pensar além do local, ao ser

iluminada por fluxos, informações e interseções geográficas entre diferentes locais e escalas, sem perder a riqueza fenomenológica, característica da etnografia” (Ganga e Fonseca, 2013: 35).

Por fim, foquemo-nos nas técnicas eleitas para análise e tratamento dos dados variados recolhidos. Ora, “as técnicas de análise de dados variam em função da estratégia de investigação, bem como da natureza das variáveis” (Silvestre e Araújo, 2012: 179). Assim, podemos estar cientes de que existem diversas técnicas de tratamento de informação, e a sua seleção não deve ser feita ao acaso, antes deve ser consequência de uma ponderação minuciosa, considerando nomeadamente o problema e o objeto de estudo. No mesmo sentido, Gil (1989: 166) refere que a análise tem como objetivo, precisamente, “organizar e sumariar os dados de forma tal que possibilitem o fornecimento de respostas ao problema proposto para a investigação”.

Deste modo, foram vários os métodos privilegiados para análise e tratamento da informação recolhida. Num primeiro momento, e procurando analisar e sistematizar os dados estatísticos secundários que foram possíveis de obter, procedeu-se a uma análise estatística descritiva. Esta, segundo Hout (2002: 60), consiste no “conjunto das técnicas e das regras que resumem a informação recolhida sobre uma amostra ou uma população, isso sem distorção nem perda de informação” e é útil para a interpretação de dados numéricos, “através da criação de instrumentos adequados: quadros, gráficos e indicadores numéricos” (Reis, 1996: 15).

Já para a informação recolhida com as entrevistas semiestruturadas e com a etnografia virtual – devidamente agregadas posteriormente em tabelas de categorização do conteúdo –, o método de análise de conteúdo (cf., entre outros, Bardin, 1977) revelou-se como o mais adequado. Esta é uma técnica de tratamento de dados muito popular no âmbito da investigação social, pois “oferece a possibilidade de tratar de forma metódica informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade” (Quivy & Campenhoudt, 2005: 227).

De acordo com Bardin (1977: 7), a análise de conteúdo consiste precisamente num “conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a ‘discursos’ (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”, sendo que “o factor comum destas técnicas múltiplas e multiplicadas (...) é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência”. Deste modo, esta técnica de análise “oscila entre os dois polos do rigor da objectividade e da fecundidade da subjectividade”, procurando a “desocultação” daquilo que se encontra oculto, nas entrelinhas, além das aparências, alimentando uma “atração pelo escondido, o latente, o não-aparente, o potencial de inédito (do não dito)” (*idem, ibidem*: 7). O investigador adota um posicionamento distinto,

distanciando-se da “leitura (normal) do leigo”, adotando uma posição quase de “agente duplo, detective, espião”, assumindo-se esta como uma “técnica de rutura” face à intuição aleatória, simplista e de fácil compreensão do real, procurando dizer não à “ ‘ilusão da transparência’ dos factos sociais, recusando ou tentando afastar os perigos da compreensão espontânea”, adotando uma atitude de “vigilância crítica” (*idem, ibidem*: 7; 24), numa lógica semelhante à da “vigilância epistemológica” introduzida por Bachelard (1996). Assim, a análise de conteúdo tem como objetivo a superação das incertezas e o enriquecimento da leitura (*idem, ibidem*: 25).

Ainda de acordo com a autora (1977: 102), esta técnica de análise divide-se em três fases principais, indispensáveis: (i) pré-análise, que é a fase da organização e sistematiza as ideias preliminares; (ii) exploração do material, que pressupõe o estabelecimento de categorias, unidades de registo e unidades de contexto, sendo esta a fase mais longa, dando-se também aqui a “transformação (...) dos dados em bruto do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo” (Bardin, 1977: 97); e, por fim, (iii) tratamento dos resultados e interpretações, sendo este o momento da intuição, da análise reflexiva e crítica, em que se devem salientar os aspetos essenciais e identificar fatores ou temas-chave abordados.

Todavia, esta técnica de análise de dados também se depara com obstáculos ou críticas. Minayo *et al* (2002) enumeram alguns desses obstáculos. O primeiro prende-se com o facto de os dados poderem parecer, à primeira vista, óbvios, o que pode fazer com que se percam aspetos importantes para o conteúdo e objetivos da pesquisa. O segundo refere-se ao facto de não nos podermos centrar unicamente na descrição do método (subestimando o resto). O terceiro obstáculo ocorre quando o quadro teórico do investigador não está de acordo com as conclusões às quais ele chegou no seu estudo.

Após esta breve exposição teórica acerca da metodologia, métodos e técnicas adotadas e a exposição dos objetivos quer gerais, quer específicos da dissertação, avançaremos, agora, para a descrição concreta da forma como foram praticados os procedimentos de pesquisa.

3. Delimitação e sistematização dos dados

Esta investigação, está, como vimos, delimitada ao estudo de uma possível crise habitacional que vem sendo discutida hoje na cidade de Braga e suas conexões com os movimentos migratórios, em particular brasileiros, passíveis de serem identificados na cidade. Uma vez que as motivações para a escolha da temática – motivações essas que vão além da afinidade pessoal, baseando-se também, obviamente, na relevância teórica e social da própria temática – e os respetivos objetivos da investigação foram já previamente enunciados, avançaremos, então, para a identificação do objeto empírico, para a

definição e estratégia(s) de amostragem utilizada(s) e para a descrição da forma como se processou e desenvolveu a recolha e, por conseguinte, o tratamento dos dados.

Tendo em consideração o carácter exploratório-explicativo do estudo, prévia e devidamente justificado, e o facto de se desconhecer a dimensão exata da população a analisar – pois, como veremos adiante, em primeiro lugar, existem várias formas de contornar os meios regulares de entrada no país, sendo que muitos indivíduos migrantes permanecem em situação irregular e, em segundo lugar, estas são populações que se caracterizam por um grande “nomadismo” –, foi decidido que, quanto à seleção dos imigrantes participantes para realização das entrevistas semiestruturadas, o método de amostragem não probabilístico por “bola de neve” ou auto-gerado seria o método mais adequado. Ademais, e apesar deste ter sido o caminho adotado para aproximação à população migrante, estamos perante um estudo de casos múltiplos (Yin, 2001: 61), o que significa que existe mais do que uma unidade de análise, pelo que os métodos de amostragem podem diferir. De facto, foram utilizados mais dois métodos adicionais, também eles não probabilísticos: a amostragem intencional, para as entrevistas conduzidas com representantes do poder público, e a amostragem por conveniência, para alcançar os senhorios e agentes imobiliários.

Ora, a amostra corresponde a um subgrupo de uma determinada população ou universo, sendo constituída por um grupo de x unidades de observação, que devem apresentar características compatíveis e de interesse para a investigação. Ela é não probabilística, pois a escolha dos participantes não segue um modelo aleatório, totalmente independente dos julgamentos e interesses do investigador. No que à amostragem por “bola de neve” se refere, de acordo com Patton (1990: 176), recorre-se a indivíduos que têm interesse para o estudo – que, neste caso, são imigrantes brasileiros/as a habitar na cidade de Braga – e estes indicam ou referenciam outras pessoas com características semelhantes – casos ricos em informação, bons exemplos para o estudo – e assim sucessivamente, até se alcançar o número adequado de entrevistas que, num cenário ideal, seria quando se atingisse a designada “saturação empírica”. Esta última pode ser definida como um “instrumento epistemológico que determina quando as observações deixam de ser necessárias, pois nenhum novo elemento permite ampliar o número de propriedades do objeto investigado” (Thiry-Cherques, 2010: 20), sendo esta inclusive uma forma de validação externa do estudo. Apesar disso, e apesar dos esforços empreendidos – e, a meu ver, bem sucedidos – para que a amostra fosse o mais vasta e abrangente possível – procurando entrevistar pessoas provenientes de todas as regiões do Brasil, de ambos os sexos, com um intervalo de idades considerável, com diferentes orientações sexuais, políticas e religiosas, de diferentes

estratos socioeconómicos e com variados tipos de visto de entrada no país –, estamos cientes das limitações do critério de saturação, pois os dados nunca se esgotam realmente.

No que se refere à amostragem intencional, esta é composta por elementos deliberadamente selecionados pela investigadora. Foi adotada, como mencionei, para encetar os contactos com os representantes do poder público. Neste caso, existiam determinados indivíduos que foram considerados como indispensáveis para desenhar um retrato fidedigno acerca da realidade da imigração e, especialmente, do mercado imobiliário no município. É o caso de João Rodrigues, atual vereador dos pelouros do Planeamento e Ordenamento, Gestão Urbanística, Regeneração Urbana, Habitação, Inteligência Urbana e Inovação Tecnológica. Também os antigos vereadores do pelouro da Habitação, Olga Pereira e Miguel Sopas Bandeira, e o entretanto (em dezembro de 2021) substituído administrador executivo da Empresa Municipal BragaHabit, Vítor Esperança, foram considerados entrevistados-chave. Os contactos foram estabelecidos via *e-mail*, subscritos pelos orientadores, e prontamente aceites. Todavia, e apesar dos vários contactos e troca de *e-mails* realizados com o intuito de chegar à fala também com o atual Presidente da Câmara, Ricardo Rio, e com a Vice-Presidente, Sameiro Araújo, também eles considerados de relevo para a investigação, nunca houve um retorno efetivo, não obstante uma resposta inicial positiva.

Já os senhorios e agentes imobiliários entrevistados foram selecionados recorrendo à amostragem por conveniência, onde os indivíduos são selecionados pela facilidade de acesso. Esta opção foi tomada devido à dificuldade em encontrar indivíduos que preenchessem esses requisitos e demonstrassem disponibilidade e interesse em participar. Por essa mesma dificuldade, foi enviado um pedido de adesão ao grupo da rede social *Facebook* intitulado “Casas/Apartamentos/Quartos para arrendar em Braga” – grupo que contava com a participação de 26.400 membros à data de 15 de dezembro de 2021 – e enviada mensagem privada para cada uma das pessoas que haviam publicitado anúncios no último mês (quer pertencessem a agências imobiliárias formais, quer fossem particulares). Após o contacto, várias imobiliárias responderam positivamente. Porém, apenas duas acabaram por participar efetivamente. A justificativa apresentada foi o excesso de trabalho e a falta de tempo. No que se refere aos senhorios, o desinteresse em participar foi generalizado, tendo sido conseguida unicamente uma entrevista. Esse desinteresse, pelo que foi possível apurar nos vários contactos recusados, deveu-se ao facto de a maioria não oferecer contrato formal, ou seja, essas pessoas, não declaram o aluguer, atuando de forma indocumentada, e, por esse motivo, não querem nem se sentem à vontade para se posicionarem nas entrevistas, mesmo quando o anonimato é assegurado.

Assim, foram realizadas 24 entrevistas, recorrendo a formatos de recolha diversos – presencial, via plataforma *on-line Zoom Colibri* e via telefónica. Devido aos diferentes grupos de entrevistados e, por conseguinte, aos diferentes interesses e pontos de vista acerca do assunto em investigação, foram estruturados quatro guiões distintos, com perguntas direcionadas para cada grupo específico, que se encontram em anexo (Anexo 1). De modo a tornar os procedimentos transparentes, e ao encontro daquilo que é estabelecido pelo código deontológico dos sociólogos, foi devidamente apresentado o documento referente ao consentimento informado (Anexo 2 e Anexo 3), explicitando qual a necessidade, os objetivos e os métodos aplicados pelo estudo e assegurando o anonimato (embora tenham sido atribuídos pseudónimos aos consultores imobiliários e à senhoria entrevistada) – exceto aos representantes do poder político, devido à relevância e legitimidade atribuída aos seus testemunhos – e o direito à desistência e eliminação do testemunho em qualquer momento da investigação. Os/as entrevistados/as foram também informados acerca da gravação do testemunho e da posterior transcrição *verbatim* ou *ipsis litteris* dos testemunhos, evitando assim a eventual descontextualização das respostas. A tabela 1 sintetiza o processo:

Tabela 1. As entrevistas realizadas: o processo de recolha e garantias

<i>Grupo em análise</i>	<i>N.º de entrevistados</i>	<i>Período da recolha</i>	<i>Método de recolha dos testemunhos</i>	<i>Garantia de anonimato</i>
Imigrantes	17	10/10/2021 a 06/01/2022	Presencialmente e <i>on-line</i> via <i>Zoom Colibri</i>	Sim
Representantes do Poder Político	4	19/10/2021 a 29/10/2021	Presencialmente e via telefónica	Não
Imobiliárias	2	20/12/2021 a 21/12/2021	Presencialmente e <i>on-line</i> via <i>Zoom Colibri</i>	Sim
Senhorios	1	17/12/2021	Via telefónica	Sim

Fonte: Tabela produzida pela autora.

Como é regra nas entrevistas, o guião deve ser submetido a um pré-teste, com o intuito de avaliar a sua adequação como instrumento de recolha dos dados para a investigação e permitir o seu aprimoramento quando este se revela necessário. Como tal, o pré-teste foi realizado recorrendo à ajuda de colegas de curso, de nacionalidade brasileira. Foram, de facto, realizadas melhorias e adaptações em determinadas questões que, posteriormente, permitiram o decorrer satisfatório das restantes entrevistas. Estas foram realizadas, quando presencialmente, nos escritórios dos entrevistados, no Centro de

Investigação em Ciências Sociais (CICS) ou na sala de videoconferência do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, sem quaisquer interrupções. Quando realizadas via telefónica ou com recurso à plataforma *Zoom Colibri*, a partir de casa, embora surgissem alguns imprevistos, essencialmente devido a problemas de conexão à internet e/ou ruídos de fundo, típicos da azáfama do *home office*, decorreram também de forma bem-sucedida. Aquando da análise, recorrendo à técnica de análise de conteúdo como já foi aqui evidenciado, foram definidas, então, determinadas categorias e subcategorias (pré estabelecidas e emergentes), sintetizadas numa tabela, construída em *Excel*, para auxiliar a análise. Eventuais limitações serão enunciadas no ponto seguinte.

No que se refere aos dados estatísticos secundários pretendidos, estes prendiam-se, essencialmente, com características sociodemográficas – sexo, idade, escolaridade, cidade de proveniência dos indivíduos brasileiros/as a habitar no município e distribuição territorial dos/as mesmos/as –, assegurando igualmente a manutenção do princípio da confidencialidade. Foi elaborada uma lista – que ia sendo constantemente atualizada, inclusive com a contribuição e sugestões de determinados entrevistados – com as possíveis organizações ou instituições que poderiam, eventualmente, deter essas informações que se descortinavam como relevantes para que fosse possível compreender a composição desta vaga migratória, sendo elas: (i) o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF) – Delegação de Braga, da parte de quem, apesar dos vários contactos realizados, nunca foi obtido qualquer retorno; (ii) o Consulado-Geral do Brasil no Porto, que, após alguma insistência, referiu que teriam que analisar o assunto de maneira um pouco mais detida, pois existiriam alguns bancos de dados que talvez pudessem ser úteis, mas haveria questões técnicas (pois talvez não fosse tecnicamente viável recuperar as informações com o recorte pretendido) e legais que precisavam de ser analisadas, nunca tendo comunicado qualquer decisão final; (iii) o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, no Brasil, indicado pelo próprio Consulado no *e-mail* de resposta, ao qual dirigi o meu pedido que foi devidamente respondido e encaminhado para a unidade responsável pela Zona Eleitoral do Exterior, mas que não surtiu qualquer acrescento; (iv) ao Agrupamento de Centros de Saúde Cávado I – Braga, que prontamente respondeu, sendo, porém, que existem/exigem diversas formalidades que não seriam exequíveis tendo em consideração a data de entrega da dissertação; (v) as várias Juntas de Freguesia do Município Bracarense, sendo que, com alguma insistência, foi possível obter dados (parcos) de 14 das 37 Juntas de Freguesia, sendo que devemos também ter em consideração a recente reestruturação e transferência de executivo realizada devido às eleições autárquicas 2021, que poderá ter afetado a colaboração; (vi) vários funcionários da Câmara Municipal de Braga, especialmente aqueles que trabalham diretamente com estas populações como, por exemplo, mediadores interculturais e através do Serviço de Apoio ao

Emigrante/Imigrante, que também prontamente disponibilizaram alguns dados, embora pouco relevantes para esta investigação em particular; (vii) e, por fim, a associação UAI, uma associação cultural Luso-brasileira de apoio à integração em Portugal, da qual também não foi obtida qualquer resposta.

Como os dados pretendidos estavam sob posse de entidades oficiais, tornou-se necessário a elaboração de um pedido formal para lhes aceder. Com antecedência, tendo em consideração o carácter moroso destes processos, foi pensado um e-mail formal, subscrito pelos orientadores, onde o acesso aos dados foi requerido. O *e-mail* modelo enviado às diversas instituições e a carta formal enviada para as Juntas de Freguesia encontram-se em anexo (Anexo 4 e Anexo 5 respetivamente).

Por fim, no que se refere à etnografia virtual como técnica de recolha de dados, esta foi realizada em dois grupos existentes na rede social *Facebook*. Os grupos são privados, sendo que o primeiro conta com a participação de 18 100 membros e o segundo de 8300. A opção pela realização da etnografia virtual recorrendo a estes grupos como “*cyber locus*” deveu-se, exclusivamente, ao facto de serem as comunidades mais numerosas presentes na referida rede social e, além disso, foram indicados por utilizadores prévios. Os participantes não se restringem ao município bracarense, mas sim a todo o distrito e, por vezes, até a outros distritos, e é necessário ter em consideração que podem estar incluídos também indivíduos de outras nacionalidades, tal como eu, e também indivíduos que, eventualmente, já retornaram ao país de origem.

O acesso aos grupos foi, de certa forma, simples. Primeiro, alguns colegas brasileiros referiram a existência destes grupos. Após pesquisa rápida na rede social, foi enviado um pedido de adesão. Foi necessário responder a uma série de perguntas, inclusive justificando o interesse pelo grupo e pela própria comunidade. Após expor as verdadeiras motivações, explicando que iria recorrer ao grupo como terreno de recolha de dados para uma dissertação de mestrado que se encontrava em curso – o que me leva a definir a recolha realizada como “aberta” –, a minha participação no grupo enquanto membro foi aceite.

O objetivo primordial da participação nos grupos prendia-se, essencialmente, com o desejo de apreender o modo de funcionamento das redes de apoio, entreajuda e alerta que se estabelecem entre os próprios migrantes e, em particular, captar reações e perceções particulares quanto à questão das rendas e do custo de vida na cidade de Braga. As publicações aprovadas são, de facto, muito variadas: procura de emprego; divulgação de pequenos/médios negócios; divulgação de atividades culturais; pedidos/doação de mobiliário, roupa, entre outros bens; questões burocráticas e esclarecimentos;

procura de habitação; indicações de pessoas que exerçam determinados serviços (como médicos/as, cabeleireiros/as, estética, etc.), entre outros.

Aquelas publicações que foram consideradas relevantes para a investigação foram agregadas numa tabela de análise de conteúdo que sintetiza temáticas, publicações e respetivas caixas de comentário coletadas, dividida em (i) grupo do Facebook, (ii) propósito do Grupo, (iii) data da publicação, (iv) quem publicou? (v) temática da publicação, (vi) conteúdo da publicação e comentários e, por fim, (vii) categoria. A recolha ocorreu quer através da visita diária a ambos os grupos, quer através de uma pesquisa rápida por palavras-chave, sendo elas #casa, #arrendamento, #imobiliária, #ajuda, #dúvida, #dicas, #braga e #imigrar.

4. Limites e validade

Ao longo do processo de investigação foram sentidas diversas limitações e constrangimentos. O maior constrangimento foi temporal: o tempo foi limitado para que fosse possível desenvolver a investigação com a profundidade pretendida. Os métodos de recolha de informação são rigorosos, morosos e exigem imensa concentração e análise intensiva. Adicionalmente à questão temporal, podemos também referir como grande limitação o contexto pandémico marcado pela dispersão do vírus SARS-CoV-2, no qual se desenvolveu toda a investigação. Esta circunstância colocou desafios de natureza diversa e exigiu a readaptação de determinados aspetos como, por exemplo, o método de realização das entrevistas, sendo que a maioria delas foram realizadas em formato on-line e algumas via telefónica, o que acarreta sempre limitações, inclusive em relação à qualidade dos dados recolhidos (por exemplo, devido à dificuldade de leitura da linguagem não verbal, geralmente também importante, exigindo a sua interpretação).

Outro constrangimento significativo foi a dificuldade de acesso aos dados secundários pretendidos para a análise. Como o próprio professor Miguel Bandeira reconheceu ao longo da entrevista, realizada em 2021, “a nossa administração tem uma cultura de sonegação da informação, e parece que nisso ainda não nos libertamos do tempo salazarista. 50 anos após o 25 de abril e todos os organismos continuam a esconder a sua informação”. De facto, há uma espécie de “cultura do sigilo” e de pouca transparência que não permite o fácil acesso a determinadas informações, mesmo quando as informações requeridas são anónimas e a pessoa envolvida/em questão não estará exposta a qualquer risco ou desvantagem. Essa dimensão poderia inclusive suscitar um debate sobre a importância da disponibilização de dados para a própria produção e divulgação do conhecimento que, não obstante, não caberá aqui desenvolver. A par disso, a própria inexistência ou falta de organização e sistematização dos

dados por parte das organizações e instituições às quais estes foram requeridos e a indiferença demonstrada foram, também elas, uma limitação.

Por fim, uma outra limitação foi, evidentemente, a sensibilidade que envolve a temática e que já foi aqui enunciada como tendo sido uma das principais preocupações aquando da escolha do tema e definição do problema. Ademais, houve a tentativa de um maior envolvimento com as próprias comunidades que estiveram sob análise etnográfica. Porém, essa foi também limitada. Apesar de devidamente identificada e explicitando os objetivos do contacto, quando procurava publicar algo em algum dos grupos, a minha publicação não era aprovada. Uma dessas tentativas de contacto sem sucesso foi, precisamente, com o intuito de tentar compreender quais as imobiliárias pelas quais esta população mais optava ou recomendava, para poder realizar os contactos e tentar agendar uma entrevista (inclusive, houve uma tentativa de publicação da mesma questão por parte de um colega brasileiro e, ainda assim, foi recusada).

Apesar das limitações aqui expostas, a pesquisa procura contribuir para um conhecimento mais aprofundado acerca do fenómeno em estudo, sendo que também a utilidade da pesquisa já foi aqui referida. Porém, é necessário, além da questão da utilidade, examinar também a sua qualidade (Flick, 2013: 194). Ora, de acordo com Flick (2013: 201), os critérios utilizados precisam de ser adequadamente apropriados aos métodos. Enquanto numa investigação de tipo quantitativo o rigor é geralmente verificado através da análise das ditas validade interna e externa, segundo Lincoln e Guba (1991), a abordagem qualitativa pede aplicação de critérios distintos. Do mesmo modo, entendemos que esse pressuposto se adequa também a uma abordagem de tipo quali-quantitativa.

Deste modo, os autores supracitados (1991) propõem (i) a fidedignidade e fidelidade, considerados os critérios mais importantes, conseguidas por meio da replicabilidade, ou seja, se os métodos e técnicas estiverem corretamente descritos, permitindo a sua reaplicação e alcance de resultados similares, isso facilitará também a sua (ii) confirmação. Mencionam ainda (iii) a credibilidade, ou seja, a capacidade dos participantes corroborarem os dados e (iv) a transferibilidade, isto é, os resultados do estudo podem ser aplicados noutros contextos, ideia próxima à ideia da validade externa, embora nem sempre no sentido de uma generalização representativa.

Ora, variadas práticas podem ser adotadas permitindo produzir, então, um “caminho de verificação”, como refere Flick (2013: 202) parafraseando Guba e Lincoln (1989). Na presente investigação, procurou-se tornar todo o processo o mais transparente possível, tendo sido disponibilizadas informações sobre o desenvolvimento dos instrumentos, inclusive os planos preliminares

que depois vieram (ou não, quando foram necessárias adaptações) a ser concretizados. Na impossibilidade de partilha de todos os dados recolhidos “em bruto”, estes foram sintetizados e disponibilizados sem viés, tendo sido inclusive descritos todos os procedimentos para lhes aceder. Ao longo do tempo foram tiradas anotações (agora aqui expostas) sobre decisões metodológicas e outras questões que foram consideradas de relevo, com o intuito de colocar o leitor a par das opções que foram sendo realizadas. Também se procurou que o processo de análise dos dados recolhidos fosse o mais transparente possível, inclusive através da partilha dos esquemas ou estruturas das categorias e tabelas de análise de conteúdo. Foi também possível verificar que os relatos recolhidos foram, de uma maneira geral, ao encontro dos conceitos trabalhados no enquadramento teórico.

Como tal, em termos da própria validade interna, podemos considerar que o estudo responde às questões propostas, embora estas tenham sofrido, ao longo do tempo, adaptações e readaptações, consoante se conhecia, de maneira um pouco mais detida e/ou aprofundada, o fenómeno sob observação. Em termos de validade externa, devido ao próprio carácter do estudo e ao que já foi aqui previamente mencionado, estamos cientes de que os resultados não poderão ser generalizados, fruto inclusive da metodologia adotada e das próprias características do método mobilizado, o Método de Estudo de Caso Alargado, que procura precisamente a originalidade e singularidade de cada caso na sua exemplaridade, e não a uniformização dos casos, sem prejuízo de o conectar com as estruturas e as dinâmicas sociais, algumas de dimensão global. Porém, podemos afirmar que os propósitos do método foram cumpridos.

CAPÍTULO II | MIGRAÇÕES

1. Globalização e os fluxos migratórios contemporâneos

Desde os tempos mais recuados, a humanidade desloca-se, individualmente ou em grupo, partindo das mais distintas proveniências geográficas, instigada pelas mais diversas motivações. Este é, então, um fenómeno que faz parte da formação histórica do mundo, é um fenómeno estrutural da humanidade: “(...) Os seres humanos sempre se moveram em busca de novas oportunidades, ou para escapar da pobreza, conflito ou degradação ambiental”³ (Castles, de Haas, Miller, 2014: 5). Contudo, “embora os seres humanos migrem desde tempos imemoriais, a crescente e complexa interconexão global alterou as relações entre países de envio, acolhimento e trânsito” (Segal, 2019: 136). Assim, apesar de, de acordo com Papademetriou (2008: xv), a história estar repleta de “Eras das Migrações”⁴, o mundo assiste, na contemporaneidade, ao fenómeno migratório mais relevante, complexo e diversificado do último século (Bernartt, Mendéz, Piovezana, Pezarico, 2017: 1)⁵ – simultaneamente facilitado e facilitando a globalização –, levando Castles, de Haas e Miller (2014) a batizar esta como a “Era das Migrações”, intrinsecamente conectada com a emergente “Era da Super Diversidade” (Cantle, 2013; Bader, 2018). Inclusive, os autores supracitados (Castles *et al*, 2014: 16-17) registam determinadas transformações e tendências ao nível das migrações internacionais na contemporaneidade, sendo a *globalização das migrações* uma delas⁶, o que significa que há uma tendência para que um número crescente de países seja simultaneamente afetado pelos movimentos migratórios.

Certo é que, com a globalização, se verifica um “rápido aumento dos fluxos transfronteiriços” dos mais variados tipos, sejam eles “financeiros, comerciais, de ideias, de poluição, de produtos oferecidos pelos meios de comunicação social e de pessoas” (Castles, 2005: 21). Esta, nas suas mais diversas dimensões, bem como a facilidade em viajar e a comunicação transnacional, através da

³ As traduções realizadas ao longo de toda a dissertação são da inteira responsabilidade da autora.

⁴ Para informação aprofundada sobre este aspeto recomendamos a leitura de Massey (1990; 1999) ou ainda Castles *et al* (2014). Os referidos autores procedem à divisão, em vários períodos, da história moderna das migrações, ambos partindo dos movimentos expansionistas europeus do século XVI sob a égide da colonização e do capitalismo mercantil.

⁵ De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), em 2019, o número de migrantes em todo o mundo rondava os 272 milhões. Contudo, apesar deste parecer um número expressivo, convém ressaltar que as migrações continuam a ser exceção e não regra.

⁶ Na sua obra “*The Age of Migration*” (2014), Castles *et al* apresentam seis tendências que se vêm estabelecendo ao nível das migrações internacionais: (i) globalização das migrações, como referido; (ii) a mudança ao nível da direção dos fluxos migratórios dominantes; (iii) a diferenciação das migrações, apercebendo-se de que a maioria dos países se depara hoje, em simultâneo, com categorias diversificadas de migrantes simultaneamente; (iv) proliferação da transição migratória, que ocorre quando países típicos de origem de migrantes se tornam países de trânsito e destino; (v) a feminização das migrações; (vi) e, por último, a crescente politização das migrações.

compressão das dimensões tempo-espaço (Harvey, 1989), melhoraram a mobilidade internacional da população e ofereceram oportunidades de migração, até então, indisponíveis para muitos (Segal, 2019: 136), criando a ideia de um mundo sem fronteiras, repleto de promessas e oportunidades. Neste sentido, para Castles (2005: 7), as migrações são consubstanciais ao processo de globalização, revelando-se impossível pensá-los enquanto fenómenos desconectados.

Para Bauman (1999: 7), o conceito de globalização encontra-se “envolto numa névoa”. Isto significa que não é estático, encontrando-se em permanente evolução, e a sua definição não é, de todo, consensual, revelando-se enquanto “um vasto e intenso campo de conflitos” (Santos, 2002: 27; Giddens, 1990). Steger (2003: 9) avança com uma explicação para o facto deste ser um conceito contestado e não consensual, afirmando que é precisamente a falta de concordância académica em torno de quais são os processos sociais que se encontram na sua essência que o colocam nessas circunstâncias. Esta imprecisão conceitual “cria mitos” (Vasconcelos, Yoshitake, Santos, Fraga, 2008: 97) como, por exemplo, a questão da “falsa homogeneização global”, até porque, como sabemos, as desigualdades têm vindo a exacerbar-se (cf., entre outros, Moses, 2006).

Apesar das discordâncias, e de reconhecer a dificuldade do pretendido, Steger (2003: 9-12) faz um esforço no sentido de sintetizar determinadas qualidades comuns a várias definições influentes sobre aquilo que se define por globalização, entre as quais: (i) a criação e multiplicação de redes interdependentes e atividades que ultrapassam todo o tipo de fronteiras – geográficas, políticas, económicas e culturais; (ii) a expansão e o estreitamento das relações sociais, atividades e interdependências; (iii) a aceleração e intensificação das trocas sociais e das atividades; e, por fim, (iv) a ideia de que a globalização envolve também o plano subjetivo da consciência humana. A partir desta reflexão, foi-lhe possível propor a seguinte definição:

A globalização refere-se a um conjunto multidimensional de processos sociais que criam, multiplicam, esticam e intensificam as interdependências e trocas a nível global, impulsionando, simultaneamente, uma consciência crescente nas pessoas acerca das profundas conexões entre o local e o distante (Steger, 2003: 13).

O facto de ser possível encontrar uma definição não exclui a complexidade e o desacordo em que o conceito está envolto. Em primeiro lugar, não podemos esquecer que este é um fenómeno multidimensional, abrangendo dimensões económicas, sociais, políticas, culturais, religiosas e jurídicas, todas elas profundamente conectadas (Santos, 2002: 26), exercendo, assim, “uma influência muito intensa sobre os mais diversos domínios da vida quotidiana” (Ribeiro, 2017: 140). Assim, torna-se importante conservar em mente a necessidade de uma abordagem multidisciplinar pois cada investigador/campo académico pode estar “parcialmente certo ao identificar corretamente uma

dimensão importante do fenómeno em questão”, mas é impossível “reduzir um fenómeno tão complexo quanto a globalização a um único domínio correspondente à sua própria especialidade” (Steger, 2003: 14), pelo que a abordagem multidisciplinar permite evitar visões reducionistas, focadas num único lado da moeda.

Em segundo lugar, é útil lembrar que, apesar de com a globalização aquilo que se passa a nível local ser moldado por eventos que ocorrem a muitos quilómetros de distância e vice versa (Giddens, 1990: 64), emitindo repercussões à escala planetária (Ribeiro, 2017: 140), este é um processo desigual, existindo maneiras muito distintas de o experienciar, que variam, por exemplo, de acordo com a parte do mundo onde nos situamos/que habitamos (Steger, 2003: 13), ou, quem sabe, de acordo com a classe social a que pertencemos, ou até mesmo outros aspetos, se adotarmos uma perspetiva interseccional.

Para Ribeiro (2017: 141) “analisar a globalização implica ainda escrutinar a sua idade”. Assim, em terceiro e por último, podemos presumir que uma outra razão de discórdia é a que se instala em torno da questão “*quão velho é o processo de globalização?*”. Segundo Steger (2003: 18) a resposta a esta pergunta “depende de até onde estamos dispostos a estender a cadeia de causalidade que resultou nestas tecnologias e arranjos sociais recentes que a maioria das pessoas passou a associar a esta palavra da moda”. Alguns autores acreditam que esta é nossa contemporânea, tendo surgido unicamente nas últimas décadas do século passado. Outros estão dispostos a recuar aos estonteantes desenvolvimentos do século XIX, aquando do romper da Revolução Industrial. Outros ainda consideram que as suas origens coincidem com as origens do próprio sistema mundial capitalista, há cerca de cinco séculos atrás. Outros têm em consideração tempos ainda mais remotos. Particularmente, e ao encontro do que é defendido por Steger (2003: 19), considerar-se-á que este é um processo com uma história extraordinariamente longa, sendo a globalização “tão velha quanto a própria humanidade”. Também Sen (2002) afirma que a globalização é um processo milenar, alertando ainda para o facto de que o ocidente teve uma importância reduzida na sua moldagem.

Contudo, torna-se relevante ressaltar a ideia de que considerar a globalização como um fenómeno com origens longevas não implica afirmar que este é um fenómeno estanque: na verdade, “a forma particular assumida pela globalização pode diferir entre eras históricas” (Held, McGrew, Goldblatt e Perraton, 1999: 17), sendo que determinadas evoluções tecnológicas e sociais foram progressivamente aumentando a intensidade e o alcance global dos processos, elevando-o, sucessivamente, a um nível superior (Steger, 2003: 20). Neste sentido, Held *et al* (1999: 17) recomendam a comparação e

diferenciação entre as formas históricas de globalização através de quatro dimensões sócio-espaciais: (i) a extensão das redes globais; (ii) a intensidade das interconexões globais; (iii) a velocidade dos fluxos globais; (iv) e a propensão do impacto da interconectividade global.

Adotando uma visão não eurocentrada, Steger (2003: 19-36) procede a uma análise e divisão da “história da globalização” em cinco períodos históricos, tendo, de certa forma, em consideração as dimensões sócio-espaciais enunciadas por Held *et al* (1999). Partindo do período pré-histórico (i), onde há cerca de 12 000 anos atrás pequenos grupos de caçadores e recolectores chegaram aos “quatro cantos do mundo”, trocando a vida nómada por um estilo maioritariamente sedentário, e onde os contactos intergrupo se mantinham geograficamente muito limitados – e, geralmente, aconteciam por mera coincidência –, não permitindo as “novas tecnologias da época” ultrapassar os obstáculos sociais e geográficos, o autor avança até à contemporaneidade (v). No entanto, faz algumas paragens, nomeadamente: (ii) no período pré-moderno (3500 a.c. – 1500 d.c.), onde a invenção da roda e da escrita significaram um *boost* tecnológico e social, promovendo a multiplicação e a extensão das comunicações a longa distância e as trocas culturais, de bens, de tecnologias e, inclusive, de doenças, elevando o processo de globalização a um outro nível; (iii) no início da era moderna (1500-1750), onde a Europa e as suas práticas sociais serviram como principal potenciador da globalização, onde o desejo expansionista e o embarque para a descoberta além mar intensificaram os fluxos demográficos, culturais, ecológicos e económicos, lançando as bases do dito “sistema mundial capitalista”; (iv) no período moderno (1750-1970), onde a principal protagonista é a Revolução Industrial, com todas as suas invenções e desenvolvimentos – essencialmente ao nível dos transportes e da comunicação – que permitiram ultrapassar os obstáculos geográficos que ainda prevaleciam, apesar da destruição que os seus achados vêm provocando no meio ambiente, como ressalva o autor.

Em jeito de nota, e sem pretensões de ignorar ou reduzir toda a história por detrás do processo como o conhecemos hoje, a aplicação do termo “globalização” limitar-se-á, doravante, ao período contemporâneo. Estas impetuosas, rápidas e profundas transformações com as quais nos deparamos na contemporaneidade, a par da veloz circulação de informação – inclusive a respeito das oportunidades (reais ou, por vezes, imaginadas) existentes noutros países –, propiciadas por este processo conflituoso e contraditório, exercem um impacto cabal sobre os movimentos migratórios, modificando-os inclusive: “os padrões contemporâneos de imigração representam uma rutura brusca para com o passado” (Massey, 1990: 60). Parece, então, existir um consenso académico generalizado de que a globalização

constitui o principal motor da migração internacional na hodiernidade⁷ (Massey, Arango, Hugo, Kouaouci, Pellegrino, Taylor, 1998: 277). Mas, afinal, como definir o ato de “migrar”? O que se entende por “migrações”?

A generalidade das definições do conceito de migração são elaboradas por referência a um determinado conjunto de aspetos ou, ainda, como afirmam Cohen (1996: xi-xiv) e King (2002: 90-91; 2012: 136-138), recorrendo a binómios, dicotomias ou díades das migrações, como, por exemplo, a deslocação no espaço e no tempo, isto é, por distâncias mais curtas ou mais longas, durante um período mais breve ou mais demorado de tempo, de forma livre ou forçada, entre outras questões que podem aqui ser consideradas. Porém, para Nolasco (2016: 3), “todas as definições do que são migrações são arbitrarias”, uma vez que “não há consenso relativamente à amplitude geográfica a percorrer, nem à duração da permanência no destino, nem tão pouco às consequências sociais implicadas no movimento para que o mesmo possa ser considerado como migratório”.

De acordo com a Organização Internacional para as Migrações (OIM), um migrante é “uma pessoa que se muda do seu local de residência habitual, seja dentro de um país ou através de uma fronteira internacional, temporária ou permanentemente, e por uma variedade de razões” (2019: 132). Então, as migrações pressupõem, antes de mais, o cruzar de uma fronteira, seja ela interna, dentro de um mesmo país, ou externa. Neste último caso, diz respeito às migrações internacionais, foco desta tese. Contudo, como Castles (2005:17) também nos relembra, “na grande maioria das ocasiões em que se cruzam fronteiras não há migração”, uma vez que grande parte dos indivíduos que viajam fazem-no sem intenção de permanecer prolongadamente. Assim sendo, parte-se do pressuposto de que migrar implica também permanecer/estabelecer residência, de forma permanente ou semipermanente (Lee, 1966:49). Porém, segundo Nolasco (2016: 4), considerar unicamente a duração do movimento e a distância percorrida é insuficiente para cobrir todas as possibilidades da realidade migratória. Neste sentido, o autor, mobilizando os contributos de Jackson (1991), adiciona-lhes a variável social, defendendo que “a mobilidade no espaço e a sua durabilidade no tempo, para se constituírem como movimento migratório, têm que ter consequências sociais” (Nolasco, 2016: 4). Então, assim sendo:

Em primeiro lugar teremos que encarar a migração como [...] uma marcada movimentação através de uma fronteira administrativa bem definida [...]. Em segundo lugar, a migração terá de ser um fenómeno contínuo dentro de um dado limite temporal [...]. Terceiro, a migração terá de envolver

⁷ Ainda assim, estamos cientes de que as fronteiras se abrem plenamente para o fluxo de mercadorias e capitais, mas não da mesma forma para a circulação de pessoas, comumente limitada pelas autoridades estatais, receosas pelos desafios que eventualmente se colocam. Na realidade, “as pessoas são hoje menos livres para migrar do que o eram há cem anos atrás” (King, 2012: 5). Paradoxalmente, o controlo destes fluxos migratórios (e a sua limitação) não têm como resultado o abrandar dos fluxos, mas sim a sua “reinvenção”, por exemplo, reforçando o seu carácter irregular (Castles *et al*, 2014: 2). Esta é uma das ironias da globalização.

necessariamente uma transição social bem definida, implicando uma mudança de estatuto ou uma alteração no relacionamento com o meio envolvente, quer físico quer social (Jackson, 1991: 5-6).

Nolasco (2016: 5) refere ainda uma quarta dimensão, típica das migrações internacionais: a dimensão política. Ao migrante, não lhe basta a vontade para se mover para outro país. Essa decisão poderá eventualmente ser condicionada e sancionada pelas entidades soberanas e “*managers of unease*” do país para o qual este se pretende mover – é “o exercício do direito de soberania”, uma vez que “o processo migratório implica não apenas uma realocação física mas também uma mudança de jurisdição e de pertença” (Nolasco, 2016: 6).

Este esforço de concetualização/definição das migrações torna evidente as distinções existentes entre os diferentes “tipos de migrantes”, entre a panóplia diversa de “possibilidades migratórias”. Isto é, nem todos os migrantes migram pelas mesmas razões, existindo diversas categorias/tipos de migrantes que vivenciam contornos distintos que, não podendo ser homogeneizados, devem ser tidos em consideração nas suas diferenças. Ora, a sua pluralidade e complexidade obrigam a uma simplificação através de “exercícios de tipologização”, criando-se “categorias de migrantes”, geralmente organizadas de acordo com determinadas características mais evidentes (*idem, ibidem*: 6). Peixoto (1998: 26-27) faz um “apanhado” destas características que recorrentemente são utilizadas aquando da categorização de movimentos migratórios. Entre elas encontram-se, por exemplo, o tipo de fronteiras territoriais cruzadas, a duração e periodicidade dos movimentos, a sua voluntariedade, as motivações na base do movimento (laborais, estudantis, políticas, ambientais, entre outras), os níveis de qualificação dos migrantes, o estatuto administrativo do migrante, etc. Convém, contudo, ressaltar a ideia de que “qualquer migrante ou processo migratório é multidimensional na forma como acontece, sendo transversal a várias categorias”, ou seja, comumente, as experiências migratórias não podem ser consideradas de forma unidimensional, pois isso mais não seria que uma simplificação redutora da realidade (Nolasco, 2016: 10).

A título de exemplo, recuando até 1958, de forma inovadora, Petersen procede à formulação de uma tipologia onde propõe cinco categorias migratórias distintas: (i) primitiva, desencadeada por questões ecológicas, devido à falta de meios para satisfazer determinadas necessidades fisiológicas; (ii) forçada, impelida pelo Estado ou outra instituição social de poder, e, não raramente, contra a vontade do próprio migrante; (iii) impelida, uma espécie de subcategoria dentro da “forçada”, mas onde o migrante tem algum tipo de liberdade para decidir se pretende ou não mover-se; (iv) livre, dependendo exclusivamente da vontade do indivíduo; (v) massiva, quando a migração se transforma num “comportamento coletivo”. Desde então, o fenómeno migratório evoluiu, multiplicou-se e diversificou-se,

adquirindo “novas facetas, novas motivações, outros enquadramentos legais”, crescendo “em complexidade e amplitude” e abrangendo “outras áreas geográficas” (Nolasco, 2016: 7). Por conseguinte, surgiram também novas tipologias.

A este propósito, pode-se introduzir a perspetiva bastante completa de Castles (2005: 18-20), que procede à categorização da seguinte forma: (i) imigrantes laborais temporários, que migram por um período limitado para conseguir emprego e enviar dinheiro para casa; (ii) imigrantes altamente qualificados e empresários, que geralmente se movem no seio dos mercados de trabalho internos das empresas multinacionais e das organizações internacionais, ou tentam a sorte nos mercados globais; (iii) imigrantes irregulares, pessoas que entram num dado país à procura de emprego sem documentos/autorizações necessárias; (iv) refugiados, indivíduos que se vêm forçados a abandonar o seu país, uma vez que corriam perigo; (v) requerentes de asilo, indivíduos perseguidos que procuram proteção, embora sejam diferentes dos refugiados; (vi) migrações forçadas, que incluem refugiados e requerentes de asilo, mas também, por exemplo, migrantes climáticos ou vítimas de catástrofes ambientais; (vii) migrações tendo em vista a reunificação familiar; (viii) e, por fim, imigrantes retornados, indivíduos que regressam ao seu país de origem após um período no estrangeiro. Com o intuito de enriquecer a perspetiva, acrescentar-se-á a migração estudantil, isto é, indivíduos que se movem com a intenção de estudar noutro país, e a categoria de migrantes aposentados, a fim de gozarem a sua reforma no estrangeiro, categorias que têm inclusive vindo a crescer em Portugal (França & Padilla, 2018: 11).

Por conseguinte, para Arango (2000: 295), “talvez a maior dificuldade de estudar migração resida na sua extrema diversidade em termos de formas, tipos, processos, atores, motivações, contextos socioeconómicos e culturais, e assim por diante”. Ora, esta incrível diversificação dos tipos migratórios e dos processos a eles associados, a par da espontaneidade que caracteriza a ocorrência do fenómeno em questão no mundo globalizado de hoje, tornam cada vez mais difícil – senão mesmo impossível – imaginar uma teoria única e abrangente das migrações (King, 2012: 7). Assim sendo, “deve ficar claro [...] que a migração é demasiado diversa e multifacetada para ser explicada numa única teoria” (*idem, ibidem*: 11; Arango, 2000: 283). Portes (1997) afirma mesmo que a tentativa de desenvolver uma “grande teoria da migração” é uma investida inútil, condenada ao fracasso. No mesmo sentido, e avançando na discussão, Baganha (2002: 134) defende que “mesmo que uma tal teoria viesse a surgir, teria que ser construída a um tal nível de abstração que a sua operacionalização seria não apenas altamente problemática como, provavelmente, condenada à circularidade”.

Assim sendo, “o que existe são teorias de variável valor analítico e de previsão, centradas sobre aspetos específicos dos processos migratórios e seus respectivos impactos e condicionantes” (*idem, ibidem*: 134), ou seja, existem apenas “conjuntos teóricos fragmentados que se desenvolveram isoladamente uns dos outros, normalmente segmentados por fronteiras disciplinares” (Nolasco, 2016: 11). Isto significa que “cada disciplina tende a trazer sua própria ortodoxia epistemológica, escala de análise e tipos privilegiados de dados; parafraseando Bourdieu, seu próprio *habitus* académico” (King, 2012: 10). Contudo, sabemos que nenhuma teoria ou campo académico por si só cobre toda a realidade: “as migrações (como os outros fenómenos do social) são temas cuja complexidade não pode ser exaurida por nenhum olhar disciplinar isolado” (Peixoto, 2004: 13). Posto isto, acontece que, por vezes:

As teorias existentes geralmente prometem mais do que aquilo que têm capacidade para entregar. Elas tendem a ser parciais e limitadas, no sentido de que são úteis para explicar uma determinada faceta ou dimensão, ou para iluminar uma característica particular, ou são aplicáveis a certos tipos de migração em certos contextos e não a outros (Arango, 2000: 294).

Apesar das limitações reconhecidas devido ao carácter não cumulativo e não complementar das teorias das migrações, alguns autores procedem à tentativa de síntese destas (cf., entre outros, Massey, Arango, Hugo, Kouaouci, Pellegrino e Taylor, 1993; Arango, 2000; Peixoto, 2004; King, 2012; Nolasco, 2016). Porém, antes de avançar para a súpula das teorias, procurando aquela que se adequa melhor ao objeto em estudo, importa salientar que a primeira tentativa para descrever e explicar determinadas tendências e padrões migratórios pode ser encontrada na obra do geógrafo Ravenstein, “*The Laws of Migration*”, ainda no final do século XIX, mais precisamente em 1885. Este pode ser considerado como o precursor dos estudos das migrações, “o primeiro e único autor clássico do tema” (Nolasco, 2016: 15), servindo as suas ideias pioneiras como ponto de partida para muitos outros estudos e formulações teóricas que, eventualmente, evoluíram ao longo do tempo.

Posto isto, King (2012) divide as teorias das migrações internacionais em: (i) Teorias Económicas Neoclássicas e Teorias *Push-Pull*; (ii) Teorias da Migração, Transições e Desenvolvimento; (iii) Modelos Histórico-Estruturais; (iv) Teoria da “Nova Economia da Migração Laboral”; e, por fim, (v) Teorias dos Sistemas e das Redes Sociais. O primeiro grupo de teorias, herdadas das ideias veiculadas por Ravenstein, refletem o paradigma económico neoliberal predominante na década de 70/80 do século passado, e atuam quer a nível micro, quer macro. Nestas, o racionalismo, o individualismo e o liberalismo constituem-se como tríade orientadora, encarando o indivíduo enquanto ser livre e racional, capaz de tomar decisões e pesar “prós e contras” de forma a conseguir os melhores resultados com os menores custos, e idealizando as migrações como “autocorretivas”. Já no segundo grupo teórico – Teorias da Migração, Transições e Desenvolvimento –, encontramos teorias macro que partem da ideia base de que

“desenvolvimento produz migrações”, conectando mudanças nos comportamentos migratórios a diferentes estágios do dito “processo de modernização”. No que respeita aos Modelos Histórico-Estruturais, também eles de nível macro, estes são inspirados pela teoria marxista, onde as estruturas sociais, culturais, políticas e económicas constroem e orientam o comportamento dos indivíduos. Neste grupo encontramos essencialmente três teorias: (i) a Teoria do Mercado de Trabalho Dual e Segmentado, que defende a ideia de que determinados países possuem um mercado de trabalho primário, com empregos seguros e bem pagos destinados aos trabalhadores nativos, e um mercado de trabalho secundário, cujos empregos são inseguros, mal pagos e pouco qualificados, preenchidos essencialmente por migrantes e sendo que o mercado de trabalho secundário poderia ele próprio ser dividido em subsecções de emprego, de acordo com o género, a raça/etnia e a nacionalidade, pelo que passa a ser também ele segmentado; (ii) Teoria da Dependência, segundo a qual o mundo estaria dividido entre países “centrais” e países “periféricos” e onde o desenvolvimento dos primeiros repousava na exploração dos segundos; e (iii) a Teoria do Sistema Mundo que, surgida na esteira da Teoria da Dependência, constitui uma análise sofisticada do desenvolvimento e da expansão do sistema capitalista global a partir do século XVI. O penúltimo grupo, que diz respeito à Teoria da “Nova Economia da Migração Laboral”, pode atuar nos três níveis – micro, meso e macro – e combina a tomada de decisão a nível familiar com a ortodoxia da Teoria Neoclássica. Por último, e sendo estas as teorias que consideramos mais adequadas tendo em conta o objeto em estudo e os seus contornos, encontramos as Teorias dos Sistemas e das Redes Sociais.

A Teoria dos Sistemas Migratórios e a Teoria das Redes Sociais aparecem como abordagens alternativas para o estudo do fenómeno em questão, com o intuito de “fornecer uma base para o diálogo entre as disciplinas das ciências sociais [...] ajudando a pavimentar o caminho para quadros conceptuais mais compreensivos no entendimento sobre as migrações” (Castles & Miller, 2009, p. 27). De acordo com Arango (2000: 292) os ditos “sistemas migratórios” constituem “espaços caracterizados pela associação relativamente estável de um grupo de países recetores com uma série de áreas de origem”, ou seja, determinados países, com vínculos e afinidades diversas estabelecidas e que perduram no tempo, trocam entre si diversos elementos – neste caso, migrantes –, formando um sistema. Os movimentos migratórios que moldam o sistema geralmente emergem da existência de elos de ligação prévios entre os países de envio e de receção de migrantes, não raramente baseados em laços coloniais e culturais, influências políticas, trocas diversificadas e investimentos (Castles, 2000: 172; Peixoto, 2004: 27; Nolasco, 2016: 24), não sendo a proximidade geográfica um fator fulcral.

Ademais, importa ressaltar que não há exclusividade na pertença aos sistemas, isto é, muitos países estão implicados em mais do que um sistema simultaneamente, dependendo da complexidade e densidade das suas relações internacionais (Nolasco, 2016: 25). Este é o caso de Portugal que, integrando o sistema migratório lusófono, não deixa de integrar o sistema europeu. Além disso, a estrutura dos sistemas pode variar, existindo, por vezes, mais do que um país central/recetor no mesmo sistema – sendo este chamado de “sistema multipolar” –, e podendo também a sua posição variar ao longo do tempo (*idem, ibidem*: 25). Contudo, cada sistema é um sistema, constituindo um caso particular, devendo ser analisado nas suas especificidades (Kritz e Zlotnik, 1992). Como tal, e como será visto adiante devido à sua relevância para a análise, Baganha (2009) trata de descrever o “sistema migratório lusófono” mais aprofundadamente.

Ora, inicialmente, os movimentos migratórios que ocorrem no interior do sistema podem até ser pouco relevantes. Contudo, com o passar do tempo, e à medida que o sistema se torna estável/se cristaliza, isto contribui para a formação das chamadas “redes migratórias” (Castles, 2000: 172; Nolasco, 2016: 25): “uma vez que um movimento é estabelecido, os migrantes seguem principalmente “caminhos batidos” (Stahl, 1993) e são ajudados por parentes e amigos que se encontram já na área de imigração” (Castles, 2000: 172). Assim, estas “redes migratórias” constituem “conjuntos de laços interpessoais que conectam migrantes, não migrantes e ex-migrantes em teias de parentesco, amizade e origem compartilhada” (King, 2012: 21). Estas afirmam-se a um nível intermediário da análise, situando-se entre o nível micro da tomada de decisão individual e o nível macro dos determinantes estruturais (Faist, 1997), contribuindo para preencher uma das principais lacunas na teorização sobre as migrações (Arango, 2000).

Estas redes podem ser encaradas enquanto formas de “capital social”⁸ (Bourdieu, 1980), facilitando e aumentando a probabilidade de movimentações internacionais futuras, uma vez que os migrantes iniciais partilham informações (sendo estes espaços de intercâmbio sobre as experiências migratórias) e criam condições de acolhimento no país de destino para novos possíveis migrantes. Por

⁸ A ideia de capital deriva da área económica. Contudo, ele manifesta-se em diversas outras áreas, permitindo-nos conhecer a estrutura, o modo de funcionamento da sociedade e, inclusive, classificar o mundo social. As diferentes formas de capital, que estabelecem relações desiguais de poder, têm a capacidade de se converterem de um campo para outro, de um tipo de poder noutra. Uma dessas áreas – ou campo de atuação de um determinado tipo de capital, como Bourdieu diria – é a área das relações sociais, denominando-se esse tipo de capital por “capital social”. De acordo com o próprio (1980: 67) “capital social é o conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão ligados à posse de uma *rede durável* de relações mais ou menos institucionalizadas de interconhecimento e de inter-reconhecimento”, ou seja, diz respeito “à vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns (...), mas também são unidos por *ligações* permanentes e úteis”. Este é, segundo Portes (2000: 135), um conceito de índole instrumental, que se centra nos “benefícios angariados pelos indivíduos em virtude da participação em determinados grupos” – neste caso em particular relacionado com ou de relevo para o fenómeno migratório. Então, capital social significa que tenho uma rede de relações sociais duráveis e estratégicas que me permitem ter um conhecimento amplo do campo social em que mantenho algum interesse. Deste modo, a proporção de capital social detida por um determinado sujeito diz respeito à extensão da rede de relações que são alimentadas. As relações não são mantidas por meio de uma proximidade geográfica, mas sim fundadas na troca material ou simbólica de algo que, neste caso, pode ser troca de informações, conselhos e recomendações, entre outros.

consequente, expandem a rede, reduzem custos e riscos⁹ do movimento migratório, e tornam, assim, o processo mais atrativo (Massey e España, 1987; Massey, 1990: 69-70). Existem diversos tipos de redes migratórias como, por exemplo, redes pessoais e familiares, redes de trabalho e ainda redes de migração ilegal (Boyd e Nowak, 2012: 79-83). Contudo, eventualmente estas redes acabam por se dissolver, uma vez que não se podem estender até ao infinito (King, 2012: 22).

Assim, pode dizer-se que as redes estão entre os fatores explicativos mais importantes da migração, inclusive no que concerne às migrações brasileiras com destino a Portugal (Padilla, 2004; 2006; 2009). Contudo, além da sua reconhecida importância, é geralmente necessário mais do que capital social para que ocorram movimentações: nenhum fator isolado pode ilustrar na plenitude as razões por detrás da decisão. Veremos adiante a panóplia de fatores potenciadores desta nova vaga migratória além Atlântico.

2. Portugal migrante: entre a emigração e a imigração

Nas palavras de Padilla e Ortiz (2012: 161), “uma correcta interpretação dos movimentos migratórios portugueses actuais só é possível depois de entender a sua história migratória, começando pela emigração”. Ora, para Godinho (1978), a emigração é uma constante estrutural na história portuguesa, quase que como um desígnio da nossa sociedade (Góis, Marques e Pinho, 2017: 6), tendo tido início ainda no século XV, aquando da colonização dos Açores e da Madeira (cf., entre outros, Serrão, 1970: 597; Arroteia, 1983: 15)¹⁰, encontrando-se, então, estes primeiros movimentos essencialmente ligados aos objetivos mercantis e imperiais da coroa portuguesa (Baganha, 2001: 445). Assim sendo, na realidade, “o surto marítimo que enche sua história do século XV (...) fora apenas provocado por uma burguesia comercial sedenta de lucros, e que não encontrava no reduzido território pátrio satisfação à sua desmedida ambição” (Prado Jr., 2012 [1933]: 11). Desde então, “a emigração foi interiorizada nos modos de vida e na mentalidade dos portugueses, contribuiu para mudanças na sociedade e na economia do país e integrou experiências migratórias, laborais, educativas, linguísticas ou outras na matriz sociológica do país ao longo do tempo” (Góis *et al*, 2017: 6). Assim sendo, e adotando este olhar retrospectivo, os movimentos migratórios registados ao longo da história contribuíram, de forma óbvia, para a construção do país tal como o conhecemos hoje, sendo “virtualmente impossível pensar Portugal

⁹ “Os custos das migrações incluem os custos monetários diretos de fazer uma viagem, os custos pagos pela informação e pela procura para obtenção de um novo emprego, os custos de oportunidade de rendimentos perdidos durante a procura por emprego, e os custos psíquicos de deixar um ambiente que lhes é familiar e mover-se para um lugar estranho.” (Massey, 1990: 69).

¹⁰ Ferreira (1976: 32-33) estabelece, contudo, uma distinção entre o colono – “emigrante que emigra para as colónias por iniciativa do Estado, no quadro de um plano nacional” – e o indivíduo que “por motivos pessoais, independentemente dos planos estatais e, frequentemente, mesmo contra eles, deixa a sua terra natal”. Porém, Almeida e Barreto (1976: 169) defendem que há uma forte conexão entre estes dois fenómenos, considerando a emigração enquanto uma “continuação lógica, heroica e vibrante de uma outra epopeia, a dos Descobrimentos”.

sem abordar a emigração e a imigração e a forma como, em conjunto, modelaram a sociedade portuguesa” (Góis e Marques, 2018: 126).

São várias as razões que, desde os tempos mais remotos até à atualidade, justificaram e continuam a justificar a diáspora portuguesa pelo mundo fora. Desde o mais simples desejo de aventura, passando pela procura por alternativas às crises, ao desemprego e à pobreza, ou como um escape à guerra e à intolerância política, milhões de portugueses, seguindo ritmos distintos e de forma legal ou ilegal, tentam a sua sorte além fronteiras, em paragens mais ou menos longínquas, procurando respostas e soluções que em casa não encontrariam (RTP, 2020). De acordo com as Nações Unidas, como veiculado pelo Observatório da Emigração (2019), existem mais de 2,6 milhões de portugueses a viver no exterior.

Padilla e Ortiz (2012: 161-162), de certa forma na esteira de Arroteia (1983), procedem a uma sumarização da história emigratória portuguesa, dividindo-a por fases. A primeira fase seria a fase transatlântica, fundamentalmente em direção ao Brasil e aos Estados Unidos da América, que perdura essencialmente até ao final da segunda Guerra Mundial. Uma segunda fase diria respeito à primeira vaga migratória intraeuropeia, predominantemente para França e Alemanha, sendo os emigrantes prontamente recebidos por estes países europeus debilitados e recuperando dos efeitos da 2ª Grande Guerra¹¹, desde aproximadamente a década de sessenta do século passado até à Revolução dos Cravos de 1974. Nesse momento, devido à queda do regime salazarista e ainda à crise petrolífera que afetou algumas das principais economias europeias, os fluxos emigratórios em geral registaram um abrandamento (Malheiros, 2002). Por sua vez, após a retomada desses mesmo fluxos, a terceira fase corresponde à segunda vaga intraeuropeia, desencadeada sobretudo pela adesão à antiga Comunidade Económica Europeia (CEE) – atual União Europeia (UE) –, diversificando-se as modalidades migratórias e os próprios destinos (acrescendo, por exemplo, países como a Suíça, Luxemburgo, Espanha e Andorra). Por fim, a última e mais recente fase é denominada pelas autoras como “globalização e anticrise”, caracterizada essencialmente pela emigração de trabalhadores crescentemente qualificados após a crise de 2007 – que fez disparar os números do desemprego e levou Portugal a recorrer a um resgate financeiro do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Central Europeu (BCE) e Comissão Europeia (CE) em 2011 – e por migrações de retorno, sendo, ao contrário dos ciclos de emigração anteriores, a emigração portuguesa dos anos 2000 significativamente mais diversificada em termos de destinos (Góis e Marques, 2018: 140).

¹¹ É, assim, atribuído a Portugal “um novo papel na divisão internacional do trabalho: o de reservatório de mão-de-obra para os países industrializados” (Ferreira, 1976: 41).

Ora, de forma equivocada, de acordo com Peixoto (2004: 2), após o período de abrandamento dos fluxos emigratórios registado durante a década de setenta, “o declínio da emigração, e mesmo a sua eventual extinção, foi algumas vezes anunciado”. Não obstante esse facto não tenha sido consumado, pois os fluxos de saída nunca cessaram, este declínio pode, como veremos, ser considerado um ponto de viragem na história e na realidade migratória portuguesa, com mudanças consideráveis no que concerne à relação entre o fenómeno emigratório e imigratório.

Tal como a emigração de portugueses para o mundo não é um fenómeno recente, também não o é a imigração para Portugal. A presença de estrangeiros – nomeadamente em Lisboa – era já evidente desde finais do século XV, isto para não recuar aos povos celtas, romanos, mouros, visigodos e vários outros que dão origem ao próprio povo português, povo que é fruto da miscigenação de outros povos que migraram rumo à Península Ibérica durante séculos. Dada a sua localização geográfica, no século XV o país atraía corsários e mercadores, provenientes da Inglaterra, Holanda, algumas regiões espanholas e cidades italianas e, a par disso, também aqui aportavam milhares de indivíduos africanos escravizados, com a finalidade de serem comercializados (Malheiros, 2002). Todavia, a partir de meados do século XVII, Lisboa começa a perder o seu estatuto de metrópole internacional e o seu perfil cosmopolita é erodido, pelo que os fluxos abrandam, durando a relativa calma até aos finais da década de 1960, altura em que Portugal começa a rejuvenescer ao nível da entrada de imigrantes (que aumenta fortemente nos anos 1970 e 1990) (*idem, ibidem*).

Assim, com o (lento) rejuvenescimento verificado – potenciado pelo fim da guerra colonial, do processo de descolonização e consequente independência das ex-colónias e ainda da subsequente instabilidade política e militar que se instalou nos PALOP¹² –, é precisamente neste período que Portugal consolida a sua posição enquanto país de imigração: “entre o retorno e o repatriamento de muitos nacionais portugueses e o acolhimento de centenas de milhares de estrangeiros, a demografia nacional ganhou diversidade e complexidade” (Góis e Marques, 2018: 125). Assim sendo, não é possível pensar a imigração portuguesa de um ponto de vista simplificado: na maioria das vezes, esta “é o resultado de processos múltiplos, históricos, económicos e sociais, que, sendo de nível macro ou meso, se singularizam na vida dos migrantes que acolhemos no país” (*idem, ibidem*:127-128).

A população estrangeira continua a crescer ao longo das décadas seguintes, atingindo, pela primeira vez, no início dos anos 90, a centena de milhar, sendo que, em 2020, de acordo com estatísticas

¹² Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) é a denominação atribuída ao conjunto de países africanos (ex-colónias portuguesas) que adotaram a língua portuguesa como língua oficial: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Criada em 1979, esta foi a primeira organização intergovernamental de língua portuguesa.

do portal *SEFStat*, eram já mais de 660 mil estrangeiros a habitar em território nacional, 662 095 para ser precisa¹³. Além disso, as origens geográficas dos imigrantes diversificam-se também ao longo da década de 90, com uma certa estagnação de indivíduos provindos dos PALOP e um aumento significativo da percentagem de indivíduos provenientes da Ásia, Brasil e ainda do leste europeu (devido nomeadamente à desagregação Jugoslava e da URSS), acolhendo Portugal agora também imigrantes provenientes de países com os quais “os laços históricos, culturais, políticos e económicos eram fracos ou inexistentes” (Marques e Góis, 2011: 215).

Ademais, estes movimentos de entrada muito diversos resultam na integração do país em vários sistemas migratórios – que surgem quando “dois ou mais países trocam migrantes entre si” (Castles, 2005: 23) –, interconectando-se em Portugal diferentes redes/rotas migratórias. Numa primeira fase, o país integra sobretudo o sistema migratório africano, ocupando a posição de “país final” ou de “transição” para o sistema migratório europeu. Desde os anos de 1980 integra também o sistema migratório sul-americano, enquanto “país final” de acolhimento de migrantes (essencialmente provindos do Brasil), mas também como porta de entrada para a Europa. Também a partir dos anos 80, Portugal emerge como nóculo central do sistema migratório lusófono¹⁴ (cf., entre outros, Baganha, 2009) – composto por países de língua oficial portuguesa – que se desenvolvia e cristalizava¹⁵. É hoje evidente que “o fluxo migratório oriundo dos países lusófonos (de África e do Brasil) com destino a Portugal constitui uma migração estrutural (com diferentes vagas migratórias) que, apesar de não ter sido em todos os momentos o fluxo dominante, marca decisivamente a realidade migratória nacional”, assumindo-se as migrações cruzadas entre constituintes da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) como característica única das migrações portuguesas contemporâneas (Marques e Góis, 2011: 230). Adiante, já no final do século XX, o país afirma-se com maior intensidade como país de acolhimento no interior do próprio sistema migratório europeu, devido à entrada massiva de imigrantes de leste (*idem, ibidem*: 220). Esta participação simultânea em vários sistemas migratórios demonstra a “abertura dos sistemas migratórios à mudança e constitui um reflexo das alterações políticas económicas e sociais que ocorrem nas suas diferentes partes constituintes” (*idem, ibidem*: 219).

¹³ É importante referir que todos os dados estatísticos utilizados correspondem a dados disponíveis nas fontes oficiais, o que significa que indivíduos em situação irregular não são contemplados, sendo esta imigração irregular característica da globalização (Sassen, 1999). Além disso, haverá que referir aqui também a atribuição da nacionalidade portuguesa a muitos imigrantes, sendo que os imigrantes entretanto nacionalizados deixam de ser contabilizados nos números oficiais da imigração.

¹⁴ Apesar da referência aqui a Portugal como “nóculo central”, Marques e Góis (2009: 43) recordam que este sistema migratório lusófono pode ser considerado bicéfalo (e, por vezes, até tricéfalo) – Portugal e Brasil (e, ocasionalmente, Angola) –, estando todos sujeitos a ser centro ou periferia no contexto do sistema, devido à circularidade das migrações e ao facto da rotatividade do papel de cada um depender de momentos específicos da história.

¹⁵ A partir destas estruturas de apoio desenvolvem-se redes sociais que acabam por constituir um elemento central e promover a manutenção do próprio sistema e das conexões entre os países que o constituem (Marques e Góis, 2011: 219).

Ora, a aceleração dos movimentos de entrada que se verificava e todas estas dinâmicas e conexões que se estendiam, criavam a ilusão de que o país se tornara num país de imigração (Góis e Marques, 2018: 126): Portugal imaginava-se a si próprio enquanto “um país que fizera a transição entre a emigração (que caracterizava um estado de subdesenvolvimento estrutural) e um país de imigração, um país do centro, que abandonava a periferia e se tornava central”¹⁶ (*idem, ibidem*: 126). Como refere Boaventura de Sousa e Santos, cria-se um “imaginário do centro” (Santos, 1990: 6-7; 1994: 50; 2018: 599), ou seja, “o hábito elitista de se pensar em Portugal como se fosse globalmente um país rico, ocultando as realidades de uma sociedade semiperiférica e as suas necessidades específicas de política” (Rodrigues, 2017). Segundo Santos,

Este discurso produz um duplo efeito de ocultação. Por um lado, oculta o facto de que a sociedade portuguesa é uma sociedade de desenvolvimento intermédio e que, como tal, tem problemas próprios muito diferentes daqueles que enfrentam países como a Alemanha, a França ou a Suécia. Por outro lado, dada esta realidade, a imaginação do centro é um discurso que não tem tradução adequada na prática real da governação. Daí a discrepância muito acentuada entre o país oficial retratado pela imaginação do centro e o país não oficial que vive na pele a distância entre essa imaginação e a vida real de todos os dias (Santos, 2002).

Somos, então, um país capaz de variadas utopias, como relembra Boaventura (1990: 1) fazendo referencia ao poeta Enzensberger: ora, em concreto, Portugal passa apenas a ser marcado por uma dualidade¹⁷, pois todas estas transformações se processam sem que Portugal fosse capaz de ultrapassar a sua posição histórica e estrutural enquanto país de emigração, boicotando o anunciado fim dos movimentos emigratórios, mantendo simultaneamente fluxos de entrada e de saída de indivíduos (Horta, 2011: 250; Góis e Marques, 2018: 126). O que se verificou foi um desviar das atenções dos movimentos de saída para os movimentos de entrada, algo comum: estes últimos são frequentemente mais visíveis (Peixoto, 2004: 2).

Assim, o que se espera são “ ‘transições’ suaves de estádios onde a emigração impera, para outros dominados pela imigração”, sendo que “tal deve suceder na sequência de processos de desenvolvimento económico” (Peixoto, 2004: 3). Basta refletirmos, por exemplo, sobre a vaga emigratória que se instalou após o rebentar da mais recente crise económica: a entrada de imigrantes dominou os finais do século XX e os primeiros anos do século XXI, mas os fluxos de saída logo trataram

¹⁶ Apesar de não se transformar, de facto, num país central, esta complementaridade entre fluxos migratórios de entrada e de saída, a par da dinâmica e diversificação das origens dos imigrantes e também dos países de destino dos portugueses, contribuiu, porém, para (re)caracterizar, (re)inventar e (re)posicionar o país enquanto semiperiferia no sistema migratório global (Góis e Marques, 2009; Góis e Marques, 2018). Mais precisamente, o país passa de periférico (na Europa) a semiperiférico, transformando-se numa “porta de entrada” para o sistema migratório europeu, numa “plataforma giratória, de semiperiferia ou de cruzamento entre sistemas migratórios regionais diferenciados” (Marques e Góis, 2011: 216). Não obstante, a mobilização de conceitos como o de semiperiferia possui uma validade empírica cada vez mais questionável, uma vez que a dominação direta da periferia pelos países centrais tende a dispensar os países semiperiféricos (Ribeiro, 2017: 170).

¹⁷ Esta é, na atualidade, uma tendência geral: nenhum país é exclusivamente de “imigração” ou “emigração” – as movimentações ocorrem nos dois sentidos, como bem nos recorda Bauman (2007: 18) e como reafirma Cantle (2013: 83): “(...) a realidade é que as comunidades anfitriãs também se encontram num estado de fluxo, e ainda para mais num período de globalização. A chegada de migrantes é apenas uma parte da mudança – embora muitas vezes a mais visível”.

de se sobrepor. Além disso, isto poderá ser observado aquando do aprofundamento no que concerne ao movimento emigratório brasileiro para Portugal e as vagas a ele associadas.

Tudo isto molda a complexa e multifacetada realidade migratória portuguesa. Assim sendo, resumidamente, e como Malheiros (2002) já antevia, “Portugal continua a equilibrar estas duas forças: por um lado, uma enorme diáspora que mantém laços sociais, económicos e culturais estreitos com Portugal e, por outro, fluxos de imigrantes das ex-colónias (...), apesar da crescente diversificação”.

3. Caminhos cruzados, passado e presente comuns: ligações luso-brasileiras

Após a fixação dos primeiros colonos na ilha da Madeira, o movimento emigratório português aviva-se cada vez mais, essencialmente de acordo com as supostas “necessidades decorrentes da colonização das outras ilhas – Açores, Cabo-Verde e S. Tomé e Príncipe – e das que lhe foram impostas pela manutenção e defesa das praças e fortalezas dispersas pela costa africana e Índias Orientais” (Arroteia, 1983: 15). O mesmo sucede aquando da chegada a território brasileiro – “terras de Vera Cruz” – da esquadra comandada por Pedro Álvares Cabral em 1500 (Holanda, 1997: 44)¹⁸, território que logo se constituiu como o principal destino da emigração portuguesa¹⁹, preservando-se enquanto tal fundamentalmente até à década de 1960 (Arroteia, 1983: 23; Barbosa, 2003: 195). Os portugueses constituíram “o mais numeroso, consistente e duradouro grupo de imigrantes livres que o Brasil recebeu” (Barbosa, 2003: 175), deixando, assim, Portugal marcas evidentes e indeléveis na história da sociedade brasileira, marcas essas agrídoces (cf., entre outros, Holanda, 1997; Arruda e Fonseca, 2001; Sousa, Martins e Pereira, 2007). Assim sendo, a estreita e histórica ligação transatlântica entre Brasil e Portugal foi instituída e preservada, pelo menos numa primeira fase, com base numa relação política e económica marcadamente desigual entre a “metrópole” e a “colónia” (Scott, 2001: 2).

Nesse primeiro momento, “a política da Metrópole portuguesa consistia no incentivo à empresa comercial, com base em uns poucos produtos exportáveis em grande escala e assentada na grande propriedade”, atendendo aos interesses da acumulação da riqueza na metrópole, mais precisamente nas mãos da Coroa e seus protegidos e dos grandes comerciantes (Fausto, 2006: 47-48; Ribeiro, 1995: 279).

¹⁸ Nesta tese, não se utilizará o termo “descobrimientos”. Como afirma Kilomba (2019: 155) a ideia de “descobrimento” “só pode existir quando o continente é fantasiado e conceitualizado como um espaço sem história prévia, um espaço cuja história começou após a chegada dos europeus e europeias” o que, de facto, não é real. Além do mais, para muitos entendidos, antes mesmo da viagem de Cabral à dita “nova terra”, esta já havia sido, de algum modo, conhecida e até cartografada, colocando em questão a “intencionalidade do achamento” e da divisão celebrada anos antes através do Tratado de Tordesilhas (Holanda, 1997: 46-61).

¹⁹ Torna-se relevante aqui salientar que, de acordo com Barbosa (2003: 177), “a maioria dos emigrantes portugueses que saíam de Portugal para o Brasil colonial, iam para encontrar com um outro português já estabelecido naquele país”, demonstrando, uma vez mais, a importância das redes.

Assim sendo,

Desde o início do século XVI – muito cedo após a descoberta – que o Brasil passou a ser associado à imagem do sucesso financeiro de uma colônia que alimentava o Reino de Portugal. Essa função de fonte de riqueza, foi-se tornando mais evidente à medida que declinava o Império do Oriente, que progrediram as plantações de açúcar no Nordeste e que prosperava o comércio dos escravos (Menezes, 1997: 32).

O modelo de organização econômica adotado era, então, o modelo de *plantation*, de caráter agro-mercantil, que consistia na monocultura sustentada por trabalhadores subordinados e escravizados²⁰ – especialmente negros²¹ (trazidos de África), mas também indígenas –, orientada para o consumo externo – exportação – e sedimentada em grandes extensões de terra – os grandes latifúndios (cf., entre outros, Prado Jr., 1981 [1945], 2012 [1933]; Ribeiro, 1995: 278-286; Furtado, 2005 [1959]; Fausto, 2006: 58). Isto marcou a inserção da sociedade brasileira no recém surgido sistema econômico e mundial capitalista, incluindo, simultaneamente, aspectos arcaicos, como o escravismo, e mais modernos, como a produção orientada para o mercado (Ribeiro, 1995: 284).

De acordo com Arruda (2007:13), e apesar de como referimos previamente estas serem encaradas enquanto fenômenos que logicamente se sucedem, “até às primeiras décadas do século XIX a colonização tem evidente primazia em relação à emigração”. Entretanto, “(...) a consciência crescente que os habitantes do Brasil foram tendo do seu quase mitológico potencial, aliada às taxas elevadas sobre os súditos na Colônia, agravada pelos erros da Administração e apimentada pela percepção das frivolidades estereis da Corte portuguesa, foi criando uma situação insustentável” (Menezes, 1997: 33), situação essa alimentada também pela difusão dos ideais de liberdade por parte das Revoluções Francesa e Norte-Americana. Isto conduz, posteriormente, à renovação da estrutura política brasileira no início do século XIX, transformando o Brasil colônia no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves (Baganha, 2001: 447), tornando-se posteriormente independente do domínio português, fazendo valer o descontentamento latente.

Desde então, muito embora “os trilhos das passagens estivessem há muito sulcados e a transferência de pessoas não só tenha mantido as tendências anteriores como ganho incremento e novos

²⁰ “Com a sua população pouco superior a um milhão de habitantes e suas demais conquistas ultramarinas da África e Ásia de que cuidar, pouco lhe sobrava, em gente e cabedais, para dedicar ao ocasional achado de Cabral” (Prado Jr., 2012 [1933]: 11), pelo que se valeram da escravidão – inicialmente indígena, posteriormente negra, como Fausto (2006: 49-54) bem documenta – alimentando um autêntico e asqueroso processo de comércio atlântico de seres vivos, coisificando-os – “florestas, animais, especiarias, homens, diferenciavam-se apenas enquanto objetos animados e inanimados no afã espoliativo que orientou as colonizações da época moderna” (Arruda, 2007: 14) – e encarando-os como “simples instrumentos de ganho” (Ribeiro, 1995: 281): “sem escravos não era possível aos clonos abastecerem-se da mão-de-obra de que necessitavam” (Prado Jr., 2012 [1933]: 23). Como tal, “a fazer fé em estimativas recentes, de 1500 a 1800 foram exportados de África para as Américas cerca de 8,3 milhões de escravos”, não só por Portugal, mas também por outros países que ocupavam terras do dito Novo Mundo, como, por exemplo, a Inglaterra, a França e a Holanda (Alexandre, 1991: 293).

²¹ A palavra “negro/a” é utilizada respeitosamente e pela incapacidade de encontrar um sinônimo adequado, limitação pessoal, mas compreendendo toda a carga social e emocional do conceito, entendendo o termo como estando localizado no interior da história da escravização e da colonização, como Kilomba (2019: 156) bem alerta, conectado com “uma experiência coletiva de opressão racial, brutalidade e dor” e carregando consigo todo um conjunto de outros termos pejorativos associados à palavra em si, estando ciente de que “nunca significa ser chamada/o apenas de *negra/α*, é ser relacionada/o a todas as outras analogias que definem a função da palavra *N*.”

matizes”, com o fim da colonização e conseqüente proclamação da independência em 1822 e o seu reconhecimento formal em 1825 por parte de Portugal, e com a proibição do tráfico internacional de escravos, as movimentações de portugueses para a antiga colônia alteram-se – sendo, de certa forma, condicionadas pelas vicissitudes políticas, mas nunca anuladas –, transformando os antigos colonos em verdadeiros emigrantes (Alves, 2001: 3): “as gerações lusitanas nascidas desde o século XVI até às primeiras décadas do século XX estão, de forma indelével, associadas ao *colono* e mais tarde ao *emigrante* que deixava o verde Minho em direção às terras tropicais americanas”, sendo que esta referência e alusão à região minhota não é também ela em vão, uma vez que “historicamente, o Noroeste ou mais especificamente o Minho foi a região que mais contribuiu para este caudal emigratório ao Brasil”²² (Scott, 2000: 30-31). Inclusive, para Baganha (2001: 445), a independência do Brasil dá início a uma nova fase da emigração portuguesa, “tornando-se essencialmente num movimento internacional de trabalho”, encarnando um papel de fornecedor de imigrantes para o “Novo Mundo”, papel esse que, de acordo com Menezes (1997: 34), ainda persiste.

Assumidas como paraísos terrenos, imaginário produzido na Europa fini-medieval, as colônias eram tidas como complementos naturais das nações colonizadas, onde a identidade dos povos europeus se firmava pela contra-prova do “outro”, na qual a diversidade cultural europeia, frente à unicidade cultural dos povos ameríndios, facilitou a conquista, a catequese e a posterior colonização, concepção ideologicamente firmada pela ideia de superioridade civilizacional que se traduz em rótulos cravados nos territórios conquistados, chamando-se eufemisticamente o Brasil Colônia por América Portuguesa, quando todos estão a ver que se trata de uma colônia de exploração, gradualmente transformada em colônia de povoamento, mais pela ironia da história, do que pela vontade intencional de seus feitores (Arruda, 2007: 14).

Assim, após o processo de independência do Brasil, “o número de imigrantes portugueses que se mudou para esse país para trabalhar em posições de baixo ou médio *status* aumentou” (Barbosa, 2003: 174): estes já não ocupavam apenas altos cargos administrativos na ex-colônia²³, mas começam a assumir alguns empregos que outrora eram restritos aos indivíduos escravizados (*idem, ibidem*: 174). Este movimento emigratório deveu-se ao facto de Portugal, aquando da perda do monopólio colonial brasileiro, cair num período de declínio económico (*idem, ibidem*: 174), sendo o Brasil independente idealizado enquanto oportunidade de superação e de enriquecimento além fronteiras – idealização que,

²² “(...) gerações sucessivas de portugueses nascidos no Minho tiveram estreita e íntima vinculação com a colônia e, mais tarde, império e república brasileira. De fato, a emigração para o Brasil estava integrada num conjunto de estratégias de sobrevivência e reprodução social de muitas famílias minhotas e representou um importante mecanismo de acomodação e equilíbrio entre a escassez de recursos e o crescimento constante da população, crescimento este, favorecido pela introdução da cultura do milho que permitiu o fim da fome periódica que assolava a região. Já na primeira metade do século XVII, o milho era o principal produto agrícola da região minhota. (...) Muitas famílias, consciente ou inconscientemente, faziam com que a saída periódica de alguns de seus filhos com destino ao Brasil tivesse um papel fundamental para a manutenção da estabilidade da unidade produtiva familiar baseada na pequena propriedade. Numa região onde a terra era escassa e a população crescia era imperativo manter uma relação constante e harmônica entre o binômio população e recursos” (Scott, 2000: 32).

²³ “Ainda assim, outros portugueses chegaram no Brasil durante essa época, não apenas como colonos subsidiados, mas também como migrantes por conta própria. Livros de registo de passaportes do fim do século XVIII mostram que havia um pequeno, porém constante, fluxo de pessoas que migravam para o Brasil independentemente. Estes não faziam parte de nenhuma iniciativa de colonização de um estado patrocinador, mas buscavam um futuro melhor” (Barbosa, 2003: 177).

deveras, não desapareceu –, continuando este a atrair um grande número de portugueses. Contudo, muito embora alguns conseguissem alcançar efetivamente o sucesso económico – os ditos “Brasileiros”²⁴ (Scott, 2000: 31) –, na realidade, muitos daqueles que imigravam para o Brasil prevaleciam em situações de pobreza (*idem, ibidem*: 174).

Ademais, a par disso, para Alves (2001: 4) também “o crescimento económico brasileiro, a crescente urbanização e as profundas alterações técnicas ao nível das comunicações (navegação, correios, telégrafo) (...) tornaram mais proveitosas as condições da emigração oitocentista do que as verificadas no período colonial”. Mas nem tudo são rosas. Subsistiram, é certo, algumas crises, sendo que a população brasileira demonstrou publicamente, por várias ocasiões, a sua “animosidade em relação aos imigrantes portugueses através de tumultos e distúrbios civis”, alimentando-se, por diversas razões, um sentimento “antiportuguês” (Barbosa, 2003: 186-187). Contudo, colocando de parte as animosidades, o governo brasileiro continuou a encorajar a imigração portuguesa, encarando Portugal enquanto fornecedor prontamente disponível de imigrantes “brancos” (*idem, ibidem*: 187). Deste modo, “como contrapeso para a crescente população negra, o império brasileiro recebeu entusiasmadamente qualquer europeu que quisesse imigrar para esse novo país, já que eles ajudariam a minimizar, até um certo ponto, a presença africana”, desejo da elite dominante (*idem, ibidem*: 188) que, diante das teses do chamado darwinismo social, procurou, por meio de uma intensa miscigenação, subtrair a contribuição de negros/as na construção do Brasil, procurando um branqueamento dessa mesma população, tentando “invisibilizar o visível” (Kilomba, 2019: 145), algo que, de fato, não ocorreu (cf., entre outros, Schwarcz, 1993).

Ora, já no final do século XIX e no início do século XX verifica-se, a nível diplomático, um afastamento entre os dois países, relegando-se esse relacionamento bilateral, de certa forma, para segundo plano, “devido a diversas vicissitudes intrínsecas a cada um, mas também dificultadas pelas conjunturas de conflito generalizado no sistema internacional” (Santos e Amorim, 2010: 2). No decurso desse último século subsistem, ainda, algumas animosidades que conduzem a episódicas crises luso-brasileiras²⁵ (Menezes, 1997: 36). Contudo, os movimentos migratórios, apesar de, por vezes, condicionados – por exemplo, aquando do período de política de anti-imigração marcadamente nacionalista praticada por Vargas (1930-1945/1951-1954) – nunca cessaram. Assim sendo, “a imagem dos portugueses no Brasil é o produto da combinação entre a presença histórica dos colonizadores

²⁴ “Não é portanto casual que a figura do “Brasileiro”, isto é, do português enriquecido que retorna à terra natal, esteja tão bem vincada na obra de Camilo Castelo Branco” (Scott, 2000: 31).

²⁵ “(...) episódio do asilo político ao General Humberto Delgado, as posições do Brasil na ONU contrárias à política africana do anterior Regime português e, ainda mais recentemente, as dificuldades no reconhecimento de diplomas do ensino superior e no acesso de cidadãos brasileiros a território português” (Menezes, 1997: 36).

("reinóis") e a influência social dos contingentes de imigrantes que lhes sucederam nos séculos XIX e XX" (Menezes, 1997: 32).

É apenas nos anos de 1960 que o Brasil perde a sua posição como destino mais importante da emigração portuguesa, lugar que foi paulatinamente tomado pela França (Barbosa, 2003: 195). Desde então, "o Brasil nunca mais atrairia tantos portugueses como no passado", experienciando pela primeira vez, o país em questão, na década de 1980, um movimento inverso (*idem, ibidem*: 195-196):

Brasileiros começaram a emigrar e muitos descendentes dos antigos imigrantes mudaram-se para a terra de seus pais ou avós em busca de melhorias económicas. Hoje em dia países como Portugal, Itália e Japão têm grandes comunidades de imigrantes brasileiros que seguem as tradições migratórias de alguns de seus antepassados (Barbosa, 2003: 196).

Ora, esta movimentação de brasileiros para fora do país, que vem sendo alimentada por diversas vagas e correntes migratórias e que vem aumentando desde a década de 1980, foi potenciada pela chamada "década perdida", período de estagnação e até mesmo recessão económica e industrial, potenciada pela crise global instalada, associada a uma crise política intensa e alimentada pelo avanço dos processos e políticas neoliberais (sobretudo conduzido pelos EUA de Reagan e a Inglaterra de Thatcher) e por uma retração de políticas sociais (cf., entre outros, Bethell, 1990; Hobsbawm, 1994).

No que concerne em particular aos fluxos migratórios brasileiros direcionados a Portugal, convencionou-se dividir o fenómeno em duas vagas²⁶: (i) uma primeira vaga, que vai de final dos anos 1970/ inícios de 1980 até o final dos anos 1990, à partida impulsionada pela dita "década perdida" brasileira, mas também pela Revolução dos Cravos de 1974, pelo processo de descolonização e pela adesão de Portugal à UE, que permitiu redefinir a identidade portuguesa, deixando para trás o passado ditatorial e restaurando o estado democrático e de direito, e reavivar o relacionamento luso-brasileiro desvanecido; (ii) e uma segunda vaga que se inicia no virar do século e que perdura até à crise económica que teve os seus principais impactos em Portugal a partir de 2010.

De uma vaga para a outra verificam-se mudanças consideráveis, essencialmente no que diz respeito à quantidade, nível das qualificações, tipo de inserção laboral e, ainda, quanto aos níveis de feminização (Malheiros, 2007; Padilla, Marques, Góis & Peixoto, 2015). A primeira vaga era composta essencialmente por profissionais qualificados, que comumente conseguiam postos de trabalho correspondentes às suas qualificações e envolvia números baixos de migrantes, ou seja, era pequena em quantidade. Já a segunda vaga foi bem mais expressiva numericamente, marcada por uma inserção laboral precária e, muitas vezes, não compatível com as qualificações – fenómeno denominado de

²⁶ Convém, contudo, ressaltar que, apesar de uma certa invisibilidade dos movimentos, a migração brasileira para Portugal é antiga, sendo que os primeiros brasileiros em Portugal foram os "torna viagem" dos séculos XIX e XX (Padilla *et al*, 2015:10).

“proletarização” (Feldman-Bianco, 2002; Padilla & Ortiz, 2012: 164) – e, além disso, com níveis de feminização elevados. “Em ambas as vagas, ressalta-se o caráter laboral do fluxo, que se insere em nichos específicos como Lisboa e Porto” (França e Padilla, 2018: 5). É aqui, nesta segunda vaga, que, pela primeira vez, os brasileiros são percebidos enquanto uma ameaça ou um “problema”, percepção decorrente do processo de proletarização. Esta é também muito marcada pela presença vincada de estereótipos, essencialmente no que concerne à mulher brasileira (embora não unicamente)²⁷, através da hipersexualização e exotização da mesma, seguindo uma lógica de “colonialidade de gênero” (Lugones, 2008), inseparável da “colonialidade do poder” (cf., entre outros, Quijano, 2005), colonialidades²⁸ que, apesar de alegada e cerimoniosamente se encontrarem extintas, prevalecem a vários níveis, essencialmente do discurso e da prática – frequentemente marcados pela “nostalgia” e “glorificação” da atrocidade colonialista. Isto justifica-se pois, segundo alguns autores, a colonialidade, apesar de ser parte do colonialismo – “processo e sistema colonial em si e que foi empregado para dominação e exploração do trabalho e das riquezas dos colonizados” (Oliveira e Lucini, 2021: 101) –, é algo que se estende além do próprio (cf., entre outros, Wallerstein, 1992). Como refere Santos (2007: 1), “as linhas cartográficas “abissais” que demarcavam o Velho e o Novo Mundo na era colonial subsistem estruturalmente no pensamento moderno ocidental e permanecem constitutivas das relações políticas e culturais excludentes mantidas no sistema mundial contemporâneo”, referindo o autor que “o pensamento moderno ocidental é um pensamento abissal”. Encontram-se, assim, as opressões herdadas do colonialismo ainda bem vivas: “O colonialismo é uma ferida que nunca foi tratada. Uma ferida que dói sempre, por vezes infecta, e outras vezes sangra”, sendo, deste modo, “a ferida do presente é ainda a ferida do passado e vice-versa; o passado e o presente entrelaçam-se como resultado” (Kilomba, 2019: 158).

É a partir de 2007/2008 que a comunidade brasileira passa a ser o maior grupo estrangeiro a residir em Portugal, contando com 106 704 indivíduos em 2008 (*site* pordata²⁹), ocorrendo aquilo que Padilla (2009) denomina por “brasilianização” dos fluxos. Este crescimento atinge o seu pico em 2010, com 119 195 brasileiros regulares em Portugal (*site* pordata). Posteriormente, regista-se uma primeira diminuição desses números por conta da crise e do clima de austeridade vivenciado em Portugal, marcado pelo desemprego, redução dos salários e aumento dos impostos, diminuindo os fatores

²⁷ Contudo, mais recentemente, de acordo com França e Padilla, este discurso tem vindo a ser alterado, essencialmente nos media portugueses: “parece ter surgido no discurso mediático português um outro tipo de representação sobre os imigrantes brasileiros, que, repetidamente, anunciam com entusiasmo o surgimento de uma “nova onda migratória” brasileira para o país” (França e Padilla, 2018: 14).

²⁸ Poder-se-ia também aqui acrescentar o conceito de “colonialidade do ser” e “colonialidade do saber” (cf., entre outros, Lander, 2005; Mignolo, 2005; Quijano, 2005).

²⁹ “População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades”, retirado de <https://tinyurl.com/24c795zx>.

atrativos, desacelerando os fluxos e propiciando migrações de retorno (Gmelch, 1980; Padilla & Ortiz, 2012: 165), até porque geralmente, nestas conjunturas, os migrantes encontram-se em situações mais vulneráveis do que os autóctones e porque esta quebra em Portugal coincidiu precisamente com os anos prósperos de crescimento da economia brasileira, aquando da governação do presidente Lula da Silva (período de 2003 a 2011).

Em 2016, o número de brasileiros em Portugal havia baixado para os 79 569 (*site pordata*³⁰). Contudo, ainda assim, é de notar que, durante este período de diminuição do fluxo, se verificou um aumento considerável do número de estudantes provenientes do Brasil no Ensino Superior Português, especialmente nos ciclos de mestrado e doutoramento, resultado de medidas e parcerias tendo em vista a internacionalização (lorio e Ferreira, 2013; lorio e Fonseca, 2018; França e Padilla, 2018). Segundo o jornal multimédia JPN (Silva, 2019), de acordo com dados veiculados pela Direção-Geral das Estatísticas da Educação e da Ciência (DGEEC), os estudantes estrangeiros a tirar curso em Portugal aumentaram 86% em apenas quatro anos – sobretudo na dita “mobilidade de grau” –, sendo os de nacionalidade brasileira os que mais crescem. Assim, pode dizer-se que “o fluxo de estudantes brasileiros manteve viva a migração do país para Portugal” (França e Padilla, 2018: 8).

Já a partir de 2016 verifica-se uma inversão da tendência, com um crescimento rápido e exponencial dos números. De acordo com dados do SEF (Serviço de Estrangeiros e Fronteiras) referentes ao ano de 2020, em relação a 2019 o número de brasileiros com autorização de residência a viver em Portugal aumentou 21,6%, correspondendo a cerca de 183 993 indivíduos dos 662 095 estrangeiros a residir em situação regular em Portugal, representando a nacionalidade brasileira 27,8% do total (RIFA, 2020)³¹. Num futuro próximo, veremos como se comportarão as tendências e quais serão os *outputs* da pandemia de Covid-19 que atormentou o ano de 2020³² e 2021 e que continua a deixar as suas marcas, mas, por enquanto, o valor pré-referido foi o mais elevado desde 2012 (*idem, ibidem*). Isto vai ao encontro das tendências de êxodo recentes no Brasil, um êxodo sem precedentes assim como veiculado pelos dados disponibilizados pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (2021). De acordo com os dados

³⁰ “População estrangeira com estatuto legal de residente: total e por algumas nacionalidades - Brasil”, retirado de <https://tinyurl.com/24c795zx>.

³¹ A população brasileira como mais numerosa seguem-se os provindos do Reino Unido (7% do total) e os indivíduos de nacionalidade cabo-verdiana (5,5% do total). De acordo com Góis (2008), as migrações cabo-verdianas rumo a Portugal constituem talvez um dos movimentos mais antigos, sendo que “terá certamente começado ainda no século XVI ou XVII, pouco tempo após o início do povoamento das ilhas do arquipélago de Sahel”. A vaga mais contemporânea deste mesmo fluxo surge, contudo, maioritariamente nos anos 60, “altura em que migraram para a (então) metrópole um número significativo de trabalhadores cabo-verdianos para laborarem no sector mineiro, na construção civil e em obras públicas”, permanecendo até hoje, embora se verifiquem variações ao nível do stock (*idem, ibidem*). No que respeita aos movimentos provenientes do Reino Unido, estes são mais recentes, mais concentrados em determinadas regiões e, em grande parte, influenciados pelos benefícios fiscais oferecidos.

³² Não obstante, encontram-se já notícias de milhares de brasileiros que procuraram o repatriamento, devido à crise económica desencadeada pela crise sanitária e à falta de meios para permanecer em Portugal (cf., entre outros, TVI24, 2020; Folha de S. Paulo, 2020; Expresso, 2020; Público, 2020; Público, 2021). Além disso, como veremos adiante, 2020 ficou também marcado por dois processos de regularização extraordinária – nomeadamente em março e novembro – que, com certeza, terão também impacto nos números.

partilhados, a comunidade brasileira no exterior ultrapassou os 4,2 milhões de cidadãos, sendo que as concentrações mais expressivas desta são, precisamente, nos Estados Unidos da América, Portugal, Paraguai, Reino Unido e Japão (MRE, 2021: 3). Estes valores têm apresentado uma tendência de crescimento contínuo essencialmente desde 2016, ano de grandes mudanças no país em questão (*idem, ibidem*: 4), como veremos de seguida. Uma vez mais, os dados são incoerentes com os dados oficiais portugueses: de acordo com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil (*idem, ibidem*: 17-18), a comunidade brasileira em Portugal é de cerca de 276 200 indivíduos, quase mais 100 000 pessoas contabilizadas face aos dados disponibilizados pelo mais recente relatório do SEF. Não obstante a discrepância dos dados oficiais, isto leva alguns autores – os quais subscrevo – a sugerir que estamos hoje perante uma nova vaga de imigração brasileira, uma terceira vaga (França e Padilla, 2018).

Então, desde 2016, vários fatores contribuíram para a retomada dos movimentos. Por um lado, a recuperação económica de Portugal e o “fim” da austeridade, as alterações no quadro legislativo migratório e no acesso à nacionalidade, os programas de benefícios fiscais para imigrantes altamente qualificados e aposentados (como, por exemplo, o “regime fiscal para residentes não habituais”), e, ainda, o *boom* do mercado imobiliário e turístico (*idem, ibidem*: 10). Por outro lado, a crise política e económica que se instalou no Brasil após o golpe parlamentar com o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff (Jinkings, Doria e Cleto, 2016), a corrupção, os níveis elevados de violência urbana e ainda a polarização nas eleições presidenciais de 2018 (França e Padilla, 2018: 10). A estes podem ser acrescentados ainda o valor do real face ao euro e a vinda de brasileiros/as que se encontravam noutras nações europeias cujo custo de vida é superior.

Assim, “a retomada do crescimento numérico, a intensificação da mobilidade estudantil, a presença significativa de investidores e o aumento do número de aposentados são algumas das novas características” desta recente vaga que se vem formando (*idem, ibidem*: 10-11). Todavia, Góis, em declarações ao Jornal Público (2019), acredita que não estamos propriamente perante uma nova vaga, mas sim perante um “ressurgimento da imigração brasileira em direcção aos mesmos sectores”. Já França e Padilla (2018: 11) ressaltam que esta alegada nova vaga migratória “continua a exibir características identificadas na vaga anterior”, mas que, o que marca a diferença é, precisamente, a “diversidade dos novos perfis”: aos migrantes pouco qualificados e precários da segunda vaga, crescem agora imigrantes qualificados, investidores, estudantes e aposentados, não permitindo uma homogeneização.

De todo o modo, apesar dos laços histórico-coloniais se afirmarem como um fator incontornável que conecta estes dois países – sendo que, como afirma Menezes (1997: 32), “ninguém terá a ignorância ou a amnésia de sustentar que isto nada significa para os nossos Povos” – os motivos gerais da opção por Portugal são vários, não se reduzindo exclusivamente a esses laços históricos, e indo além das motivações específicas que caracterizam cada vaga migratória em particular (Padilla, 2006: 49-50). Neste sentido, Padilla (*ibidem*: 49-50) adita a isto a questão da (i) emigração de retorno/contracorrente de portugueses e/ou seus descendentes; (ii) a partilha do idioma e uma certa familiaridade cultural (fatores que, não obstante, se relacionam com o passado colonial); (iii) a não necessidade de visto para entrar em território luso; (iv) a existência de redes sociais prévias (capital social) em Portugal; (v) as diferenças salariais e das condições de trabalho entre os dois países em questão; (vi) e ainda as imagens otimistas veiculadas pelos meios de comunicação brasileiros acerca de Portugal.

Assim sendo, a herança histórica colonial que conecta Brasil e Portugal é apenas uma face do dado. Os laços estendem-se além, através de uma língua comum, de relações privilegiadas ao nível económico, diplomático, educacional e de investimentos, de laços de solidariedade e camaradagem além mar. Uma relação marcada por idas e retornos, por convergências e divergências, sabores agridoces, laços mais ou menos sólidos, mas que nunca se desvanecem por completo.

4. Um novo cais, uma nova realidade: políticas, integração, desafios e oportunidades

Como é agora possível discorrer, o perfil migratório de cada país tem-se alterado consideravelmente ao longo dos últimos anos, complexificando-se e diversificando-se, fenómeno em grande parte fomentado pela facilidade de circulação potenciada pelo processo globalizatório, abrindo alas às migrações internacionais. Portugal não é exceção, devendo o enquadramento legal do fenómeno e respetivas políticas adaptarem-se e reinventarem-se face a estas realidades emergentes, desenvolvendo novos olhares em torno da temática, permitindo alcançar uma integração adequada dos indivíduos deslocados, ultrapassando os desafios que se colocam e, em simultâneo, tirando partido das múltiplas oportunidades.

4.1. Desafios e oportunidades

Segundo Putnam (2007: 137), “um dos desafios mais importantes que as sociedades modernas enfrentam, e, ao mesmo tempo, uma das oportunidades mais significativas, é o aumento da heterogeneidade étnica e social”. A partir desta heterogeneidade despontam (ou podem despontar) convergências calorosas e uma panóplia proveitosa de oportunidades, mas também (e muitas vezes em simultâneo) questões desafiantes que, não raramente, desaguardam em problemas. Estes desafios não se

encontram limitados unicamente ao campo político – onde, como veremos, a interculturalidade se tem evidenciado como preocupação central –, mas extravasam para a sociedade civil em geral, comprometendo a convivência pacífica, o respeito mútuo e a manutenção de laços entre culturas, países e comunidades diferentes. Assim, a cultura é o cerne daquilo que une e divide as sociedades contemporâneas (cf., entre outros, Touraine, 2004: 722), sendo que, como bem argumenta Wolton (2003), aprender a lidar com a diversidade constituirá o caminho inevitável e a riqueza das sociedades futuras.

Então, temos um tecido social cada vez mais matizado – muito potenciado pelo fenómeno migratório, embora as sociedades possam ser culturalmente diversas por outras razões³³ –, colocando-nos diretamente em contacto com uma infindável diversidade de culturas, idiomas e identidades, isto é, com o Outro, a *différance* (Hall, 2003), compreendida muitas vezes como um ente estranho, diferente. Esta noção de diferença remete-nos para a ideia de pertencimento e de identificação para com um grupo ou coletividade, uma crença subjetiva em algo que é comum, uma “força criadora de comunidade”, comunidade essa imaginada e sustentada por essa mesma crença, não possuindo uma existência *de facto* (Weber, 2004 [1922]: 267; 270). Esta comunidade autodefine-se e autodiferencia-se: há a construção de uma identidade (cultural e social) comum, que se forma ou afirma, precisamente, em contraste com outras, isto é, na sua diferença relativamente às outras, em função da sua alteridade, como um “reverso positivo” (*idem, ibidem*: 269), e simultaneamente na relação com essa mesma alteridade, ou seja, o “estado” que pertence ao diverso e não a mim nem aos meus.

O Outro – que pode ser encarado de diversas formas – e toda esta diversidade não estão mais longínquos: estão mais próximos do que nunca, “coabitam connosco nos espaços públicos, nas instituições, e reclamam respeito e direitos” (Ramos, 2013: 348), dispendo-se os indivíduos, mais do que em qualquer outro momento passado, a expressar as suas singularidades e diversidade característica. Assim, esta diversidade integra cada vez mais todos os domínios da vida pública e deve ser considerada enquanto “uma das fontes do desenvolvimento, entendido não apenas em termos de crescimento económico, mas também como meio para alcançar uma existência intelectual, emocional, moral e espiritual mais satisfatória” (UNESCO, 2001: 3). Ela é “tão necessária para a Humanidade como a biodiversidade o é para a natureza”, constituindo “uma fonte de intercâmbios, inovação e criatividade” (*idem, ibidem*: 2).

³³ Como enumera Barrett (2013: 15), as sociedades podem ser culturalmente diversas “por meio da imigração de pessoas que nasceram e foram criadas noutros ambientes culturais e que, portanto, trouxeram características desses mesmos ambientes para a nova sociedade na qual se estabeleceram; através da presença de grupos minoritários nacionais (como catalães e bascos na Espanha, ou galeses e escoceses no Reino Unido); ou através da presença de comunidades minoritárias estabelecidas há muito tempo (como judeus ou ciganos) dentro de um país”.

Apesar de, como previamente referido, a diversidade poder ter diversas genealogias, a figura primordial do Outro e do diverso, ou seja, aquele que espelha a diversidade por excelência é, precisamente, aquele que migra (Ramos, 2013: 343): “migrar (...) implica necessariamente o contato com o diverso, pertencer a uma cultura, a uma forma de compreender o mundo e passar a conviver com outra, a partir do deslocamento geográfico” (Oliveira, 2012: 85). As próprias comunidades migrantes são hoje incrivelmente diversas – como é o caso da comunidade brasileira em Portugal –, o que favorece ainda mais a diversidade no interior de cada Estado, diversidade essa que Bader (2018: 178-179) identifica como sendo uma das três grandes mudanças no paradigma da superdiversidade, sendo necessária uma lente “multidimensional”, “dinâmica”, “inter-relacional” e “interacional” apropriada para analisar a diversidade das migrações contemporâneas “multivariáveis”.

Ora, no entender de muitos autores, Portugal precisa de imigrantes (cf., entre outros, Peixoto, Craveiro, Malheiros e Oliveira, 2017; Quintino, 2018; Góis, Abecasis, Alfaiate, Hancock e Lozano, 2019): embora esta possa não ser a solução para todos os problemas, poderá ser uma atenuante, sendo possível assinalar uma variedade de contribuições positivas da imigração que merecem lugar de destaque. A nível demográfico, os imigrantes contribuem para as migrações de substituição, auxiliando na gestão e atenuação das consequências demográficas negativas do envelhecimento e do declínio da população. Por exemplo, em 2019, verificou-se uma inversão da tendência de descida da população a residir em Portugal, registando-se um saldo positivo de 19 292 pessoas (algo que não acontecia desde 2009), com o contributo do crescimento migratório, uma vez que o saldo natural se manteve negativo (INE, 2020). Além disso, a população imigrante tende a ser mais jovem do que a nativa, encontrando-se comumente em idade fértil, o que poderá também contribuir para o aumento da taxa de natalidade e, uma vez mais, para reverter as consequências demográficas negativas e rejuvenescer a população. A nível económico e laboral, também devido à sua juvenildade, os movimentos migratórios contrariam a tendência de diminuição da população ativa – tendência essa potenciada pelo envelhecimento populacional, mas também pelos números elevados da emigração –, assegurando as necessidades da força de trabalho, isto é, os recursos humanos necessários, resolvendo certos desequilíbrios existentes no mercado laboral. Inclusive, na maioria das sociedades de acolhimento, entre as quais Portugal, os imigrantes apresentam taxas de atividade superiores às dos nacionais (Oliveira, 2020: 153; Oliveira, 2021: 145). Além disso, partilham saberes, competências e experiências diversas, contribuindo para o desenvolvimento diferenciado do ambiente em que se encontram e, por vezes, adotam posturas empreendedoras e inovadoras que contribuem para a dinamização económica do país recetor. No que se refere ao sistema de segurança social, cooperam significativamente pois, apesar de se encontrarem

em maior risco de pobreza, de acordo com dados oficiais, os imigrantes contribuem mais para o sistema de apoio social do que beneficiam: em 2019, os imigrantes contribuíram com 884 milhões de euros para a Segurança Social, constituindo 8,5% do total de contribuintes no país (Oliveira, 2020: 5; 210), tendência que se manteve durante o ano de 2020 (Oliveira, 2021: 205-206), sendo que este grupo continua a ter menos beneficiários de prestações sociais por total de contribuintes (*idem, ibidem*: 206). Assim, é possível romper com o mito da “subsidiodependência”, tão recorrentemente utilizado para acicatar preconceitos, conduzindo ao ódio e à discriminação. Podem ainda ser referidas as contribuições a nível cultural e de enriquecimento mútuo, comumente relegadas para segundo plano, mas não menos importantes, e o aprofundamento das relações entre países.

Porém, convém ressaltar que só plenamente integrados estes podem contribuir com o seu melhor para o país de acolhimento, daí a necessidade da adoção de boas práticas através da implementação de políticas e medidas perspicazes e eficazes. Existem fatores que se revelam determinantes para o sucesso dessa integração e que devem constituir-se como eixos centrais das políticas implementadas, entre os quais: (i) ter um trabalho; (ii) domínio da língua (o que para os/as brasileiros/as em Portugal não é propriamente um problema, a não ser quando se trata de expressões muito específicas); (iii) integração dos filhos na escola; (iv) processo de legalização; (v) existência de rede(s) de apoio; (vi) aquisição de casa própria; e, por fim, (vii) a possibilidade de reagrupamento familiar (Bäckström e Pereira, 2012: 94).

Paralelamente, não podemos descurar que o processo migratório implica diversas mudanças em diversas esferas da vida. Este “não é simplesmente sinónimo de encontro cultural, sendo um processo complexo e contraditório”, simultaneamente “uma experiência de perda, rutura e mudança”, que pode ser vivenciada pelo indivíduo de forma traumatizante ou harmoniosa e que implica um processo contínuo de “adaptação social e psicológica à cultura de acolhimento, a um meio novo, desconhecido ou hostil” (Ramos, 2013: 348). Assim, a experiência não pode ou não deve ser “romantizada”: nem tudo são rosas e a romantização do processo contribui para a criação de expectativas irreais ou que, por vezes, caem por terra. Ademais, convém refletir sobre o facto de que, por natureza, os migrantes se encontram mais expostos a situações de vulnerabilidade e precariedade, por exemplo, em alturas de crise, não só económica mas também de outros exórdios, como sendo o caso da crise de saúde pública provocada pelo vírus SARS-coV-2 que atravessamos e que não podemos ignorar³⁴. Deste modo, inevitavelmente, “a deslocação implica, quase sempre, sacrifícios e incertezas, uma vez que a adaptação

³⁴ Para mais informação sobre os impactos da pandemia de SARS-coV-2 nos projetos migratórios consultar, cf., entre outros, OCDE (2020); OIM (2020); Guadagno (2020);

a um novo país, com códigos culturais e visões do mundo frequentemente diferentes, é um desafio que se coloca” (Bäckström *et al*, 2012: 83-84), não só a quem chega, mas também aos autóctones do país de acolhimento.

Então, as mobilidades migratórias são um desafio, por um lado, para aqueles que as experienciam e, por outro, trazem consigo outros desafios políticos, sociais e culturais, essencialmente no que concerne à aceitação, integração e efetiva inclusão daqueles que se movimentam, levando-nos até a repensar as formas de compreender o “eu”, o “Outro” e o próprio mundo, despertando “o nosso outro “eu”, e com ele o nosso “pior” ou “melhor” lado” (Bernartt *et al*, 2017: 11-12). Assim, a diversidade “trouxe à tona a dificuldade de as pessoas se colocarem no lugar do outro e lidarem com outras culturas, outras concepções, outras maneiras de se conceber o mundo, outras “cores”, a disputa pelo poder e espaço, dentre outros aspectos” (*idem, ibidem*: 12).

Deste modo, não obstante o convívio entre diferentes culturas seja motivo de celebração e enriquecimento para todos os que dele partilham, questões problemáticas podem surgir (Rodrigues, 2011: 13): concomitante e lamentavelmente, surgem inúmeras conflitualidades e hostilidades, tornando-se o imigrante – encarado enquanto o Outro – alvo de avaliações estereotipadas, apressadas e superficiais que, não raramente, culminam em atitudes e comportamentos racistas ou discriminatórios, apinhados de ódio, de “diferenciação ou desprezo” ou até de “medo supersticioso diante dos patentemente distintos”³⁵ (Weber, 2004 [1922]: 167). Assim, além de terem que enfrentar todas as mudanças e dificuldades advindas das mesmas – a adaptação a uma nova língua, cultura, trabalho, grupo de pares, diferentes práticas educativas, comunicacionais, entre outros aspetos –, os migrantes são ainda confrontados com problemas relacionais e atitudes de discriminação (Ramos, 2013: 347), chegando, por vezes, à violência, quer física, quer psicológica. Convém ainda salientar que as atitudes/reações em relação aos migrantes são também elas altamente complexas, variando consoante os diferentes grupos de imigrantes e as “ameaças” percecionadas (Segal, 2019: 136): será um(a) imigrante brasileiro(a) tratado da mesma forma que um(a) imigrante alemã(o)?

Isto germina ruturas cabais nas relações humanas, fragilizando ainda mais os laços que já se encontram frágeis, temática sobre a qual Bauman (2004) se debruça com afinco. Então, esta diversidade – quando mal compreendida e mal aproveitada – pode criar conflitos e polarização cultural e política,

³⁵ Importa refletir sobre este processo de diferenciação, como faz Kilomba (2019: 166), que afirma que a discriminação não ocorre porque determinado indivíduo é diferente. Pelo contrário, as pessoas tornam-se diferentes por meio do próprio processo de discriminação (*idem, ibidem*: 166).

havendo, na melhor das hipóteses, uma tolerância e não solidariedade entre “diferentes” (Bauman, 2007: 19). Como tal,

O Outro poderá ser visto como alguém a tolerar, como um sujeito pleno de um grupo social, como uma fonte social e cultural positiva, como um cidadão com direito à afirmação, à diferença e à participação, ou como ameaça e fonte do mal e, conseqüentemente, um sujeito a excluir, a discriminar ou a eliminar (Ramos, 2013: 347).

Ora, certos discursos simplistas, homogeneizados e infundados de culpabilização – como o da subsidiodependência, do medo da perda da identidade nacional, do medo da contaminação cultural e da mudança de valores, a ameaça do terrorismo e a conexão (desadequada) do “estrangeiro” a este fenômeno, entre outros –, tendem a influenciar as atitudes do país anfitrião e a forma como este se posiciona perante o Outro, conduzindo, não raramente, à última situação descrita na citação, onde o migrante é frequentemente rotulado como fonte de todos os males. Aliás, estas diferenças culturais e narrativas estão inclusive a ganhar palco no contexto dos *media* e a ser utilizadas como estratégia para ganhar eleições, adquirindo voz por meio de partidos políticos populistas, saudosistas, e paternalistas, onde o discurso de ódio e de segregação é “o pão nosso de cada dia” (Fielder e Catalano, 2017; Hout, 2019).

O preconceito, a injustiça, a discriminação e a violência em relação ao “Outro”, baseados nessa “diferença cultural” hipostasiada, passou a ocupar o seu lugar – o que Sarat Maharaj chamou de um tipo de “sósia-assombração do *apartheid*” – junto com racismos mais antigos, fundados na cor da pele ou na diferença fisiológica (Hall, 2003: 46).

Isto acontece quando o Outro é encarado negativamente, “como parte não integrante de um sistema”, gerando-se “um desconforto claro e evidente de todas as partes envolvidas” (Abdo, 2016: 41). Assim, com o fim das distâncias geográficas potenciadas pelas facilidades oferecidas pela globalização, revela-se ou escancara-se a extensão das distâncias culturais (Wolton, 2003: 186).

Não nos enganemos, porém, acreditando ingenuamente que a cultura e as identidades são algo puro, essencialista, estático ou imutável⁶. Com a crescente diversidade potenciada pela globalização e pelo encurtar das distâncias geográficas, e ainda devido à instabilidade e mudanças constantes que caracterizam a hodiernidade e à forma como diferentes práticas e bens culturais se atualizam incessantemente (Bauman, 2007: 19), verifica-se, na realidade, uma transformação ao nível das noções de identidade – quer pessoal, quer coletiva –, criando-se, muitas vezes, identidades múltiplas ou híbridas (cf., entre outros, Hall, 2003: 74). Várias identidades se sobrepõem assumidamente e os grupos estão mais porosos e flexíveis. Estas não são herdadas, como se acreditava no passado, havendo um crescente número de indivíduos que não se enquadram nas “caixas” identitárias pré-definidas ou estandardizadas

⁶ Esta é, inclusive, uma das justificativas para a decadência do multiculturalismo, que analisava as identidades como estáticas e atribuídas ou herdadas (Cantle, 2013: 75).

(Fanshawe & Sriskandarajah, 2010: 5). São fluidas e transitórias, há liberdade de as escolher, criar e readaptar constantemente. Como conclui Bauman (2005: 22), inclusive ao encontro do posicionamento de Lapiere (1998) e Barth (1998), “a fragilidade e a condição eternamente provisória da identidade não podem mais ser ocultadas. O segredo foi revelado”. Também Hall (2006: 12-13) define a identidade com uma “celebração móvel”. Neste sentido,

O sujeito assume identidades diferentes em diferentes momentos, identidades que não são unificadas ao redor de um "eu" coerente. Dentro de nós há identidades contraditórias, empurrando em diferentes direções, de tal modo que nossas identificações estão sendo continuamente deslocadas. Se sentimos que temos uma identidade unificada desde o nascimento até a morte é apenas porque construímos uma cômoda estória sobre nós mesmos ou uma confortadora "narrativa do eu". A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia (Hall, 2006: 13).

O mesmo ocorre com/ a par da cultura: “à medida em que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com cada uma das quais nos poderíamos identificar – pelo menos temporariamente” (Hall, 2006: 13). Vivemos, então, nos termos de Giddens (1991), numa era onde a cultura é portadora de grande reflexividade, tendo a capacidade de se reinventar, abrindo portas a uma variedade de caminhos. Um desses caminhos poderá eventualmente ser o alargar da tal “comunidade imaginada” fundada na crença de algo comum referida inicialmente. Como bem explica Oliveira (2012: 87), “os grupos humanos não são conjuntos lógicos e isolados de cultura *a priori*, às quais as pessoas naturalmente pertencem, pelo contrário, eles são continuamente construídos e desconstruídos através do contato”. Assim, os imigrantes e os autóctones de um determinado local atuam conjuntamente como “coprodutores” de uma cultura específica. Deste modo, as culturas são dinâmicas, podendo incorporar contribuições estrangeiras no seu interior, sem se sujeitarem necessariamente à dominação e/ou contaminação cultural³⁷. Como refere Barth (1998: 188), “a interação num sistema social como este [englobante] não leva ao seu desaparecimento por mudança e aculturação; as diferenças culturais podem permanecer apesar do contacto inter-étnico e da interdependência dos grupos”.

Barth (1998: 188) vai além na discussão e acrescenta inclusive que “as fronteiras persistem apesar do fluxo de pessoas que as atravessam”, isto é, “as distinções de categorias étnicas não dependem de uma ausência de mobilidade, contacto e informação”, mas antes “acarretam processos sociais de exclusão e de incorporação pelos quais categorias discretas são mantidas, apesar das transformações na participação e na pertença no decorrer de histórias de vidas individuais”. No mesmo sentido, Hall (2003: 45) refere que a globalização gera duas tendências contraditórias: por um lado, o

³⁷ Tomemos como exemplo o conhecido bloco carnavalesco “Minho de Janeiro”: 1º Bloco de Carnaval em Braga, fundado em 2019 por imigrantes brasileiros residentes na cidade, com o intuito de trazer para cá um pouquinho do seu Brasil, e que conta com apoio do próprio executivo camarário.

hibridismo homogeneizador e, por outro, o ressurgimento do nacionalismo, uma forma de identidade (que se crê) fixa. O próprio Bauman (1999: 8) assevera que “a globalização tanto divide como une; divide enquanto une – e as causas da divisão são idênticas às que promovem a uniformidade do globo”. Ora, isto vai ao encontro daquilo que Cantle (2013) denomina por “paradoxo da diversidade” e que Putnam (2007: 151) metaforicamente bem elucida: “a diversidade, pelo menos a curto prazo, parece impulsionar a exteriorização da tartaruga que existe em todos nós”. Assim, curiosamente,

Quanto mais diversificadas as sociedades se tornam e quanto mais as pessoas se encontram expostas às diferenças, mais parecem recuar para a sua própria identidade, abraçar políticas de identidade e apoiar ideologias separatistas. Isso pode ser, em parte, derivado da falta de um compromisso real para com a diferença, um distanciamento bastante cauteloso que nos torna mais determinados a apegarmo-nos às certezas da nossa própria comunidade (Cantle, 2010: 72).

Há, então, ao mesmo tempo que uma “renovação” ou “atualização”, um processo de fixação e de fidelização às origens, até porque há sempre “uma necessidade latente no ser humano de se identificar, de demarcar território, de ressaltar características que o diferencie dos demais, de se apoiar no conceito de tribalismo” (Abdo, 2016: 42). Então, “existem barreiras aos fluxos externos; no entanto, embora estas sejam poderosas o suficiente para proteger as culturas locais de serem oprimidas pelos contributos externos, elas não são poderosas o suficiente para bloquear completamente esses contributos” (Hassi e Storti, 2012: 12).

Podemos agora compreender, ao encontro do que é referido por Bader (2018: 183), que as mudanças culturais propiciadas por estas dinâmicas variam num *continuum*, “desde a purificação fundamentalista através da retenção ou mesmo assimilação (lenta e despercebida) – seja na cultura étnica majoritária, seja numa nova amálgama – até à ‘perda’ de cultura étnica e mistura rápida e célebre, pela mescla, hibridez ou sincretismo cultural”. Estes processos e a forma como um determinado país ou comunidade se posiciona nesse *continuum* dependem em larga medida de fatores externos como, por exemplo, condições sociais, económicas, políticas e institucionais³⁸ e dependem ainda dos “níveis” de hostilidade e discriminação por parte de grupos dominantes e da implementação de políticas públicas que “promovem” mais ou menos essa discriminação (*idem, ibidem*: 184).

Aquilo que é necessário e que se coloca como um desafio às sociedades contemporâneas diversificadas é, então, “criar um novo e mais amplo sentido do ‘nós’ ” (Putnam, 2007: 139), assumir o tal compromisso real para com a diferença. Assim, urge encontrar caminhos que facilitem este processo e que permitam que pessoas diferentes aprendam a viver em comunidade e paridade, processo no qual

³⁸ Este é precisamente um outro campo de conflito, que mobiliza as classes populares mais fragilizadas que, não raramente, se confrontam com a concorrência das populações migrantes em diversas dimensões da vida quotidiana, inclusive na disputa por trabalho e habitação. Isto reflete-se ainda nas escolhas eleitorais.

a ideia de interculturalidade e de diálogo intercultural pode desempenhar um papel relevante. É ainda necessária organização, mobilização e união urgentes em torno daquela que é a “causa comum”, lutando (i) contra a “crescente competição e fragmentação dessa mesma causa em organizações distintas” – fatores desagregadores muito potenciados pela crescente diversidade no interior dos próprios grupos migrantes e que podem conduzir a conflitos internos³⁹ e à perda ou enfraquecimento da “voz coletiva” – , (ii) contra as ameaças da “expertocracia paternalista” que cresce e (iii) procurando mobilizar coligações com os “parceiros naturais”, como sindicatos e partidos políticos de esquerda, também eles seriamente enfraquecidos no contexto da superdiversidade, não obstante a cooperação institucional com órgãos públicos seja irremediavelmente seletiva (Bader, 2018: 185-194).

Isto é um verdadeiro desafio, quer para as comunidades, quer para os próprios governos que, embora lentamente, vêm reconhecendo as mudanças ao nível da fluidez da população, o impacto das diásporas transnacionais, as suas potencialidades e implementando políticas mais ou menos satisfatórias para a sua gestão positiva. De acordo com Bader (2018: 194), é preciso continuar a luta para que estas políticas garantam, em primeiro lugar, condições para um “estatuto legal totalmente seguro (embora internamente diferenciado) para todos os ‘migrantes’” e, em segundo, um “conjunto das liberdades de comunicação política”, não só para cidadãos e residentes permanentes, mas também para temporários.

4.2. Políticas e enquadramento legal

Com o intuito de fazer face aos desafios colocados pelas migrações internacionais, “os Estados desenham um leque muito diferenciado de políticas migratórias” (Padilla e Azevedo, 2017: 1). Estas políticas têm como finalidade agir sobre a disfuncionalidade, a (des)governança e a funcionalidade das migrações internacionais, como definidas por Mármora (2002) e adequadamente sintetizadas por Padilla (2017: 11), não tendo, contudo, a capacidade de agir diretamente sobre as causas estruturais das migrações, uma vez que estas requerem um tipo distinto de políticas públicas (*idem, ibidem*: 11-12)⁴⁰.

De acordo com Padilla e Azevedo (2017: 1), entre este leque de políticas ou formas de intervenção que podem eventualmente ser adotadas pelo Estado – ator central, mas não exclusivo⁴¹ – para gerir o fenómeno migratório salientam-se: (i) políticas de promoção, retenção ou regulação migratória (reunificação familiar, refugiados, livre circulação); (ii) políticas de vinculação e recuperação

³⁹ Segundo Bader (2018: 191) “os conflitos internos e as lutas entre as minorias funcionam a favor da(s) maioria(s) estabelecida(s) e privilegiada(s), porque os fracos não só devem organizar-se, como também cooperar e unir-se na luta contra todos os tipos de desigualdades, enquanto os privilegiados não precisam ou apenas têm de o fazer nos casos em que os seus privilégios são seriamente atacados e ameaçados”

⁴⁰ Não obstante, as políticas migratórias em particular podem ser chamadas a atuar em paralelo com outro tipo de políticas públicas: educativas, de saúde, de desenvolvimento, de emprego, de género, direcionadas aos jovens, entre outras (Padilla, 2017: 12).

⁴¹ De acordo com Padilla (2017: 7), “cada vez mais atores além dos Estados desenvolvem políticas migratórias”, encontrando-se as migrações “presentes tanto na agenda internacional como nas agendas regionais e nacionais”. A intervenção pode, por exemplo, ser pensada a nível municipal (no domínio cultural, de habitação, emprego, entre outros).

do emigrante (retorno, de recuperação de recursos qualificados, de reconhecimento simbólico, entre outros); (iii) políticas de incorporação do imigrante na sociedade de destino (integração, assimilação, regularização, inserção, cidadania e participação política, entre outras); e ainda (iv) políticas respeitantes às relações internacionais que abrangem acordos multilaterais ou bilaterais. Estas políticas e a forma como as mesmas são colocadas em prática podem, ou não, favorecer os movimentos migratórios (Padilla, 2017: 7), sendo precisamente a imagem que se constrói de quem chega e de quem parte que exerce um papel relevante nesse processo (*idem, ibidem*: 10).

Ora, as variadas políticas portuguesas talhadas para gerir este fenómeno das migrações, têm, como veremos ao longo deste ponto, vários alicerces importantes (Malheiros, 2002), passíveis de identificar apesar do vácuo existente no que se refere à síntese em matéria de políticas migratórias. Procurar-se-á conferir particular atenção às relações Brasil-Portugal, nomeadamente acordos e decretos que as fortificam, tomando em consideração os interesses particulares do presente estudo. Ademais, analisar-se-á o enquadramento legal que embasa o fenómeno na atualidade e que vem sendo ele mesmo reconhecido enquanto uma boa política de integração de imigrantes, inclusive a nível internacional.

Na realidade, podemos verificar que, num relativamente curto espaço de tempo, Portugal tem feito progressos notáveis em matéria de políticas de imigração, ostentando, na atualidade, um quadro jurídico positivo, abrangente, progressivo e de aceitação, sendo considerado um dos países com políticas de imigração e integração dos seus imigrantes melhores e mais justas. De acordo com o índice MIPEX⁴² – *Migrant Integration Policy Index* – Portugal ocupa um lugar no *Top 10*, acompanhado pelos nórdicos e outros países tradicionais de imigração. O acesso à saúde, educação e residência permanente ressaltam no estudo como os aspetos menos positivos da experiência migratória, opondo-se a estes enquanto aspetos mais favoráveis a mobilidade e inserção no mercado laboral⁴³, as políticas de antidiscriminação e ainda as políticas de reunificação familiar e acesso à nacionalidade (MIPEX, 2020). Para Martins (2015: 65) “o mérito destes resultados emerge da aposta contínua na evolução das políticas de integração no campo das migrações, considerando as potencialidades da imigração para Portugal”.

⁴² “O Índice Global de Avaliação das Políticas de Integração de Imigrantes (MIPEX) é uma ferramenta única que mede as políticas de integração de migrantes em países de cinco continentes, incluindo todos os Estados-Membros da União Europeia (Reino Unido inclusive), outros países europeus (Albânia, Islândia, Macedónia do Norte, Moldávia, Noruega, Sérvia, Suíça, Rússia, Turquia e Ucrânia), países asiáticos (China, Índia, Indonésia, Israel, Japão e Coreia do Sul), países da América do Norte (Canadá, México e EUA), países da América do Sul (Argentina, Brasil, Chile) e Austrália e Nova Zelândia na Oceânia. Os indicadores foram desenvolvidos para criar uma imagem rica e multidimensional das oportunidades dos migrantes de participarem na sociedade. (...) O índice é uma ferramenta útil para avaliar e comparar o que os governos fazem com o intuito de promover a integração dos migrantes em todos os países analisados” (MIPEX 2020). Este índice analisa políticas referentes a: (i) acesso à nacionalidade; (ii) anti-discriminatórias; (iii) educação; (iv) reunificação familiar; (v) saúde; (vi) mercado de trabalho e oportunidades; (vii) residência permanente; (viii) participação política.

⁴³ Esta posição favorável ao nível da inserção no mercado de trabalho pode dever-se à possibilidade de regularização através do contrato de trabalho, sendo esta política pouco comum nos restantes países europeus, que atuam de forma mais restrita.

O caminho trilhado é, porém, como referimos, ainda relativamente recente: de acordo com Pires (2003), as questões da imigração apenas passaram efetivamente a fazer parte dos conteúdos programáticos do governo em 1995 (Pires, 2003). No mesmo sentido, Malheiros (2002) e Marques e Rosa (2003) confirmam que Portugal dá os primeiros passos rumo à estruturação de uma política migratória apenas no início da década de 1990, com o objetivo de integrar de facto os seus imigrantes, garantir os seus direitos e melhorar a sua condição social (Teixeira, 2019: 55).

Ora, este crescente zelo verificado na década de 1990 é despoletado por vários fatores, sendo estes internos e externos. Entre os internos, Malheiros (2002) invoca o crescimento significativo da população estrangeira, a par de uma crescente consciencialização acerca da presença cada vez maior de imigrantes ilegais/indocumentados, e ainda a visibilidade dos problemas sociais que afetavam – e, na realidade, continuam a afetar – muitos indivíduos estrangeiros em território português, como, por exemplo, desemprego, exclusão, habitação precária, entre outros. Além disso, é neste momento que a ação das organizações não governamentais (ONG) e outras associações de imigrantes se torna vincada, defendendo os direitos destes indivíduos e exigindo uma atitude proativa por parte do governo e da sociedade civil em geral (*idem, ibidem*). A estas pressões, o governo respondeu inicialmente com políticas setoriais, tendo apenas mais tarde alargado a políticas multidimensionais. As primeiras, por exemplo, no campo educacional, com a criação, em 1991, do “Secretariado EntreCulturas” (Despacho Normativo n.º 63/91) tendo em vista a promoção da educação multicultural, sendo esta a primeira resposta política de gestão da diversidade e encontrando-se atualmente integrada no Alto Comissariado para as Migrações (ACM)⁴⁴, bem como se registaram passos relevantes em direção à igualdade de direitos no trabalho, segurança social e também habitação (Malheiros, 2002), com o Programa Especial de Realojamento (PER), por exemplo.

Por sua vez, no que se refere aos fatores externos, encontramos essencialmente a adesão de Portugal à atual UE, que exerce uma influência evidente sobre os seus Estados-membros, devendo estes transpor aquilo que é decidido supranacionalmente para a legislação nacional (*idem, ibidem*), promovendo uma “europeização das políticas migratórias” (Ette e Faist, 2007), muito embora cada Estado seja responsável pela forma de implementação final de cada política/lei particular (Wenden, 2004). Porém, é apenas a partir de 1999 – com o Conselho Europeu de Tampere –, que a questão da imigração se torna verdadeiramente fulcral nas políticas deste organismo supranacional, procurando

⁴⁴ O Alto Comissariado para as Migrações (ACM) (Decreto-Lei n.º31/2014) surge da necessidade de modernização da política migratória e tem como missão “colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões” (artigo 3.º). Este organismo tem nomeadamente em prática vários planos/projetos como é o caso do Plano Estratégico para as Migrações (PEM), Programa Escolhas, Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (RNAIM), etc.

uma abordagem global do fenómeno migratório, ou seja, de certa forma, procurando estabelecer “uma parceria europeia para um consenso comum para a gestão dos fluxos migratórios na Europa” (Martins, 2015: 63).

Não obstante, apesar de efetivamente o fenómeno da imigração ser verdadeiramente politizado apenas na década de 1990, devemos mencionar a Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976, marco prévio, mas que consagra o princípio da igualdade dos cidadãos perante a lei (artigo 13.º), independentemente de uma série de características – entre as quais a ascendência, raça ou território de origem –, e prevê determinados direitos – baseados nos princípios da universalidade, da igualdade e da equiparação – para estrangeiros/imigrantes, em particular no que se refere a: (i) educação e ensino; (ii) reagrupamento familiar; (iii) exercício de uma atividade profissional subordinada ou independente; (iv) orientação, formação, aperfeiçoamento e reciclagem profissional; (v) acesso a saúde; e, por fim, (vi) acesso ao direito e aos tribunais (SEF, 2020). O direito ao exercício político é, porém, muito limitado. Outras liberdades são também asseguradas, como, por exemplo, a liberdade de expressão, de pensamento e a liberdade religiosa (Teixeira, 2019: 54). Além disso, a Constituição reconhece ainda determinadas vantagens acrescidas aos cidadãos estrangeiros provenientes de países de língua oficial portuguesa – como é o caso dos imigrantes brasileiros –, refletindo-se também este tratamento preferencial em alguns aspetos do código jurídico do país (Malheiros, 2002).

Ademais, devemos referir ainda que a primeira lei de regulação dos fluxos migratórios – Decreto-Lei n.º 264-B/81 – entra em vigor em 1981, impulsionada pela consolidação do processo de transição democrática (Carvalho, 2017: 6) e com o intuito de regular a entrada, permanência e saída de estrangeiros do território nacional, reconhecendo a “necessidade de rever normas já desajustadas por forma a adaptá-las às exigências do interesse nacional”. Até então, segundo Oliveira (2013: 31), “a legislação existente era dispersa, destinando-se, apenas, a disciplinar a expulsão e o direito de asilo”. Ora, esta legislação permanece inalterada até à década de 1990 – apesar da “bolsa de clandestinos” que vinha sendo formada desde a década de 80 e que era do conhecimento do público em geral, bem como das entidades competentes (Baganha, 2005: 31-32) –, sendo modificada apenas após a adesão de Portugal à CEE, em 1986, a ratificação do Acordo Schengen, em 1992, e da Convenção de Dublin de 1993 que, com o intuito de harmonizar a legislação nacional com a europeia, dá origem a uma nova Lei de Estrangeiros – Decreto-Lei n.º 59/93 (Carvalho, 2017: 6). Segundo Oliveira (2013: 32), esta pretendia “disciplinar a concessão de vistos, clarificar o regime de concessão de autorizações de residência e reforçar as garantias de controlo, de forma a obviar situações de permanência ilegal no País”. É também aqui que nasce a diferenciação entre cidadãos comunitários e cidadãos provenientes de países terceiros

à CEE, atual UE, facilitando a circulação dos primeiros mas colocando entraves à circulação dos segundos (Carvalho, 2017: 6).

Em Portugal, apesar dos ditos entraves, é precisamente nesta altura que se processa a primeira grande operação de regularização extraordinária (Decreto-Lei n.º 212/92), procurando resolver o problema dos imigrantes irregulares ou indocumentados, que se tornava cada vez mais expressivo. Este problema foi essencialmente desencadeado pelo período de crescimento económico vivenciado no país e pela elevada necessidade de mão de obra, fomentada pelo crescente investimento público e pelo desenvolvimento no setor da construção (Carvalho, 2017: 7). Esta operação de regularização foi justificada com base em motivos humanitários, embora, para Carvalho (*ibidem*: 6), estivesse também por detrás a afirmação de interesses e objetivos conectados com a política externa, nomeadamente a manutenção de vínculos especiais com as ex-colónias.

Segundo Padilla (2007: 218) “estas medidas de regularização ou legalização dos imigrantes são excepcionais, de uma perspectiva jurídica e administrativa, mas são uma consequência natural e lógica das migrações irregulares vinculadas à existência de uma economia informal”, uma vez que “na maioria dos casos, os imigrantes que se legalizam já estão incorporados ou integrados em algumas esferas da sociedade de acolhimento”, preenchendo determinados critérios. Estes processos garantem a extensão de determinados direitos e alargam a proteção destes indivíduos em situações de vulnerabilidade agravada pela clandestinidade. Já em 1996, dá-se um novo processo de regularização extraordinária (Lei n.º 17/96), abrangendo essencialmente indivíduos provenientes dos PALOP, tal como o seu predecessor (*idem, ibidem*: 218), justificado politicamente, segundo Baganha (2005: 33), “pela necessidade de legalizar os imigrantes que não tinham sido abrangidos pela anterior Regularização de 1992/93 ou que, entretanto, se tinham tornado ilegais”.

Posteriormente, em 1998, procede-se novamente à alteração da Lei da Imigração (Decreto-Lei n.º 244/98). Esta é, para Pinho (2012: 155), a primeira verdadeira Lei da Imigração, tendo em consideração que é a primeira que inclui questões relativas à integração dos migrantes, assumindo que “importa estabelecer os adequados meios de controlo dos fluxos migratórios, tendo em vista a salvaguarda de interesses legítimos do Estado e dos imigrantes, a quem se pretende assegurar condições de integração harmoniosa na comunidade nacional” (Decreto-Lei n.º 244/98). Aqui são introduzidas alterações no que respeita ao direito de reunificação familiar, direito concedido previamente, mas passando agora a ser exigida uma prova de alojamento adequado e de meios económicos suficientes para a suprir as necessidades do respetivo agregado familiar (Oliveira, 2013: 32).

O decreto supracitado incluiu também um mecanismo de regularização excepcional de imigrantes irregulares, que conduziu a que, em 2000, o Estado português recebesse inesperadamente 41 401 pedidos de regularização de cidadãos não pertencentes à UE (Baganha, Marques e Góis, 2004; Baganha, 2005: 34). Assim, considerando os pedidos pendentes de legalização e para responder às fortes pressões dos *lobbies* da construção civil, obras públicas e da indústria do turismo, é estabelecido, em 2001, um novo enquadramento legal através do Decreto-Lei n.º 4/2001 (Baganha, 2005: 34). É aqui criada a figura da “autorização de permanência”, atribuída a imigrantes irregulares que fossem portadores de um contrato de trabalho válido e que haviam entrado no país até novembro do ano em questão, com a possibilidade de permanecerem em Portugal pelo período de um ano, renovável até ao limite de cinco anos. A regularização dependia da capacidade de absorção do próprio mercado de trabalho (Carvalho, 2017: 9), sendo os imigrantes encarados enquanto “recurso temporário à falta de mão-de-obra existente” (Baganha, 2005: 35). O público-alvo já não era maioritariamente proveniente dos PALOP, mas sim mais diversificado, diversidade essa característica da migração portuguesa do virar do século: Europa de Leste, Brasil, PALOP e outros (Padilla, 2007: 218). Isto permitiu a duplicação da população estrangeira em situação regular estabelecida em território nacional em menos de cinco anos (Carvalho, 2017: 9). Além disso, a mesma Lei criminalizou também o contrabando de pessoas e reforçou as penas para a angariação/contratação de imigrantes irregulares (*idem, ibidem*: 9).

Dois anos depois, procede-se a novas alterações, entrando em vigor o Decreto-Lei n.º 34/2003. Este introduz nomeadamente a revogação do artigo referente à concessão de autorizações de residência, introduzindo um sistema de quotas para regular o fluxo de entrada de trabalhadores provenientes de Estados terceiros, procurando condicionar e controlar a entrada de imigrantes laborais ilegais, sendo que o intuito seria exigir, à entrada, um visto de trabalho (*idem, ibidem*: 11), assumindo nitidamente a relação entre a admissão de imigrantes e os interesses particulares nacionais. É particularmente notória a distinção entre “a migração laboral legal e outras formas de imigração que trazem consigo a criminalidade, o abuso da segurança social e a insegurança”, reforçando o nexo migração-segurança devido à memória ainda muito presente dos atentados do 11 de setembro de 2001 (Pinho, 2012: 156). Contudo, o sistema de quotas foi considerado um fracasso, constituindo um verdadeiro “emaranhado burocrático” (Oliveira, 2013: 41), e foi clara a relutância dos empregadores em contratar “à distância”, diretamente do país de origem, continuando estes a contratar através dos canais irregulares (Carvalho, 2017: 11). Assim, devido à manutenção da imigração ilegal, procedeu-se a um novo processo de regularização extraordinária – Decreto Regulamentar n.º 6/2004.

Até então, de acordo com Pinho (2012: 155), os diplomas que exercem implicações mais diretas sobre a emigração brasileira da época em Portugal são o Decreto-Lei n.º4/2001 e as alterações ao mesmo através do Decreto-Lei n.º 34/2003. Entretanto, ainda em 2003, honrando as relações históricas e diplomáticas estabelecidas entre Portugal e Brasil e com o intuito de reafirmar essa relação especial/privilegiada, regulamenta-se a aplicação do Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado previamente – a 22 de abril de 2000, aniversário da “descoberta” do Brasil – em Porto Seguro, Bahia, através do Decreto-Lei n.º 154/2003. Este tratado atualiza e agrega todos os anteriores. Na sequência deste foram aprovados uma série de acordos bilaterais. Este estreitamento dos laços bilaterais é um aspeto relevante pois, para Padilla (2017: 10),

[...] tratar o assunto das migrações de forma unilateral é atualmente tão inútil como problemático, daí que os Estados e as próprias entidades e organizações internacionais tenham optado por novas estratégias de governação das migrações, focadas em diálogos, consultas de alto nível, foros internacionais, encontros bilaterais e multilaterais.

Entre esses acordos encontramos o Acordo Sobre a Contratação Recíproca de Nacionais, vulgarmente conhecido como “Acordo Lula” (Decreto n.º 40/2003). Este brota após um longo processo de concertação, onde estiveram envolvidos vários atores, entre os quais a Casa do Brasil de Lisboa, associação de imigrantes ativa e oficialmente reconhecida que mantinha contacto direto com o governo brasileiro e expunha a situação em que os seus imigrantes se encontravam em Portugal (Padilla, 2007: 219). Na sequência da assinatura do acordo desencadeou-se um processo de regularização extraordinária, sendo a primeira vez que um processo deste género foi direcionado para um grupo de imigrantes em particular e não para o universo de todos os imigrantes, o que, de acordo com Padilla (*ibidem*: 220), “gerou reações por parte das outras comunidades estrangeiras residentes”⁴⁵. Este Acordo previa que as entidades competentes trocassem entre si informações acerca das “oportunidades de trabalho e os sectores de actividade em que as mesmas existiam, assim como sobre as disponibilidades de mão-de-obra, legislação laboral e sobre entrada, permanência e contratação de cidadãos estrangeiros” (Pinho, 2012: 161). É ainda, através deste, estabelecido (ou atualizado) o conhecido “estatuto de igualdade” destinado a “cidadãos brasileiros residentes em Portugal e aos cidadãos portugueses residentes no Brasil, estando ambos sujeitos às mesmas obrigações de natureza laboral e à mesma proteção” (Oliveira, 2013: 41-42), ou seja, estão ambos sujeitos aos mesmos direitos e deveres, salvo certas exceções (essencialmente no que se refere ao direito do exercício político). Em 2020, de acordo com o Relatório Imigração Fronteiras e Asilo (RIFA), foram instruídos 7 532 estatutos de igualdade, dos

⁴⁵ Estas reações poderão estar também na base do processo de regularização extraordinária de 2004 previamente mencionado, Decreto Regulamentar n.º 6/2004 (Padilla, 2007: 220).

quais 7 499 correspondem a pedidos de igualdade de direitos e deveres e 33 a pedidos de igualdade de direitos políticos, registando-se um aumento de aproximadamente 2,9% face ao ano anterior, confirmando a tendência crescente verificada já desde 2016 (2021: 34).

Ademais, ao mesmo tempo, são ainda firmados os Acordos para a Facilitação de Circulação de Pessoas (Decreto n.º 43/2003) – com o intuito de tornar “mais fácil e fluida” a circulação dos nacionais, estabelecendo a isenção de vistos para cidadãos de ambas as nacionalidades, titulares de passaportes válidos, que desejem entrar e permanecer no território do outro país por um período de até 90 dias –, e para a Prevenção e Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes (Decreto n.º 42/2003) – com o objetivo de combater o crime organizado transnacional e o flagelo do tráfico humano. Além destes, outros Acordos e Tratados foram ou haviam sido firmados, por exemplo, em matéria de igualdade, fiscalidade, turismo, educação, ciência e inovação, segurança social, entre outros (cf., entre outros, Cervo e Magalhães, 2000; AICEP Portugal Global, 2017; Bueno, 2021). Assim, de acordo com Pinho (2012: 157),

O imigrante brasileiro que reside em Portugal é um nacional de um Estado terceiro relativamente à União Europeia. Mas é, simultaneamente, nacional de um país signatário de acordos com Portugal, a maioria dos quais com versões anteriores celebradas num período anterior ao do padrão migratório actual, nomeadamente quando a migração entre Portugal e Brasil fluía na direcção oposta.

Tudo isto vem apenas confirmar a “discriminação positiva de que este fluxo tem sido e continua a ser alvo”, sendo o enquadramento jurídico desta corrente migratória específico e altamente privilegiado (Baganha, 2005: 41), podendo esse facto explicar a evolução dos fluxos e, inclusive, a sua composição (Pinho, 2012: 157-158). Assim sendo, está claro que a velha e densa história entre os dois países justifica cuidados especiais, distinguindo imigrantes brasileiros dos demais imigrantes pois estes “têm sobre si a influência de um Estado que pode fazer demandas que não são facilmente deixadas ao vento” (Machado, 2011: 130). Recuando no tempo, já o Tratado de Paz, Amizade e Aliança de 1825 reconhecia que “os súbditos de ambas as Nações, Brasileira e Portuguesa, serão considerados e tratados nos respectivos Estados como os da Nação mais favorecida e amiga” (Cervo e Magalhães, 2000: 299-302). Ora, será impossível elaborar uma política migratória sem considerar estes factos, bem como os interesses estratégicos e de política externa.

Apesar dos esforços a nível legal e independentemente da facção política que se encontrava no poder, até então a política migratória portuguesa nunca atingiu os objetivos a que se propunha⁴⁶, reconhecendo sucessivamente a falência dos mecanismos reguladores e a necessidade de “lançar

⁴⁶ Não obstante, apesar de independentemente da facção política no poder nunca ter cumprido os objetivos a que se propunha, convém frisar que, obviamente, as orientações dessa mesma política – mais orientada para a integração *vs* mais orientada para a regulação dos fluxos – variam consoante o(s) partido(s) político(s) no poder, uma vez que estes encaram o fenómeno migratório de forma distinta. Outros fatores podem influenciar a orientação das políticas como, por exemplo, os recursos disponíveis, a pressão pública, a visibilidade do problema, o contexto económico que o país atravessa, entre outros.

amnistias gerais ou parciais para esvaziar as bolsas de imigrantes ilegais” (Baganha, 2005: 38). O quadro regulador esteve sempre em dissonância com a realidade migratória, que se foi alterando ao longo das décadas, e encontrava-se fortemente influenciado pelas dinâmicas do mercado (*idem, ibidem*: 38; Pinho, 2012: 156; Oliveira, 2013: 41). Era necessária nova legislação, “mais desburocratizada, mais realista e equilibrada” (Oliveira, 2013: 42), onde as prioridades políticas se encontrassem adaptadas aos contextos.

Neste sentido, 2006 e 2007 são anos marcados por uma reviravolta, com a entrada em vigor de uma nova Lei da Imigração (Lei n.º 23/2007) – no quadro das políticas de regulação – e por um repensar da Lei da Nacionalidade – no âmbito das políticas de promoção e integração –, reafirmando a urgência do combate à exclusão social e aos problemas sociais dos imigrantes. Além disso, é publicado também em 2007 o 1º Plano para a Integração dos Imigrantes (PII), um plano integrado e multidimensional, sistematizando “os objectivos e os compromissos sectoriais do Estado português para acolher e integrar os imigrantes que nos procuram”, tendo em consideração a importância crescente do pilar da integração na experiência migratória (PII, 2007: 3; Casas, 2016). Assim, foram definidos para o triénio 2007-2010 – com o contributo de vários atores além do Estado, introduzindo uma (ainda embrionária) metodologia colaborativa na construção das políticas – um conjunto de compromissos e medidas concretas para atuação daquele que não deixa de ser o ator central, nomeadamente o Estado. Este é posteriormente renovado pelo 2º PII em 2010, decorrendo até 2013. Estes planos valeram a Portugal, enquanto país de acolhimento, um lugar de destaque no âmbito internacional no que se refere a políticas migratórias de integração (Martins, 2015: 64), como foi referido no início deste ponto.

Quanto à Lei da Nacionalidade, atualmente vigora a Lei Orgânica n.º 2/2020, a 9ª alteração à Lei n.º 37/81. Apesar desta não ser uma questão central neste trabalho, ela tem sofrido várias alterações significativas e dignas de serem destacadas, essencialmente no que concerne às exigências para efeitos de aquisição e atribuição de nacionalidade portuguesa. Este processo tem vindo a ser paulatinamente simplificado, ajustando-se às necessidades sociodemográficas do nosso país e contribuindo para a integração dos imigrantes⁴⁷. Ora, se analisarmos os quadros legislativos que enquadram a questão da nacionalidade damos de caras com opções muito distintas. De acordo com Teixeira (2019: 64)

As normas que regem a atribuição de nacionalidade de um país são orientadas por três principais princípios, o “*ius soli*”, o “*ius sanguinis*” e o “*ius domicilli*”. O *ius soli*, é uma expressão de origem latina que significa “direito de solo”, isto é, indica um princípio pelo qual a nacionalidade pode ser

⁴⁷ A título de exemplo, podemos destacar a mais recente alteração, onde os laços de efetiva ligação à comunidade nacional se resumem, agora, à comprovação do conhecimento suficiente da língua portuguesa, à inexistência de condenação a pena de prisão (igual ou superior a 3 anos, transitada em julgado) e à inexistência de perigo ou ameaça à segurança e defesa nacional. Em jeito de comparação, anteriormente era necessário que os netos de nacionais portugueses comprovassem residência legal, aquisição ou locação de imóvel em Portugal por um período mínimo de 3 anos, viagens regulares, entre outros.

atribuída de acordo com o lugar de nascimento. Por sua vez, o *ius sanguinis* é uma expressão de origem latina que significa “direito de sangue”, isto é, indica um princípio pelo qual a nacionalidade deve ser atribuída de acordo com a ascendência e origem étnica. O *ius domicilli* é uma expressão de origem latina que indica um princípio pelo qual a nacionalidade pode ser atribuída por domicílio como elemento de naturalização.

A estes princípios fundamentais podemos acrescentar ainda o princípio da declaração de vontade por casamento, união de facto ou adoção. O *ius soli* (ou critério territorial) e o *ius sanguinis* (ou critério de consanguinidade) defendem a primazia da nacionalidade originária, enquanto os dois princípios restantes – o *ius domicilli* (ou critério residencial) e a declaração de vontade por casamento, união de facto ou adoção – defendem a nacionalidade dita derivada ou adquirida⁴⁸. Ora, o enquadramento legal de 2006 vem precisamente reforçar a combinação entre estes vários critérios, passando Portugal inclusive a ser reconhecido internacionalmente como um dos países com enquadramento legal mais favorável para a aquisição da nacionalidade, sendo considerado inovador “ao conciliar critérios de nascimento, descendência, residência, e opção voluntária para o pedido de nacionalidade” (Rodrigues e Lopes, 2017), exibindo ainda importantes impactos na concessão de nacionalidade às segundas e terceiras gerações de imigrantes.

Assim, assistiu-se a um aumento significativo do número de cidadãos que acederam à nacionalidade portuguesa a partir de 2007. De acordo com o Relatório “Acesso à Nacionalidade Portuguesa: 10 anos da Lei em Números” (Oliveira, Gomes e Santos, 2017: 103), apenas entre 2007 e 2016, quase meio milhão de cidadãos requereu a nacionalidade portuguesa. Já em 2019, consoante o que é exposto no RIFA (2020: 26-27), o SEF registou um total de 74 116 pedidos de aquisição da nacionalidade portuguesa, correspondendo a um aumento de 79,4% face ao período homólogo do ano transato. Desses, 68 116 dos pareceres foram positivos. A aquisição por naturalização (a partir de 5 anos a residir no território) foi o critério mais deferido, com 51 057 pedidos aceites. A proveniência mais representativa foi a brasileira, com 22 928 pedidos aceites. Já de acordo com os dados de 2020, ano marcado pela pandemia SARS-CoV-2, verifica-se um ligeiro abrandamento ao nível dos pedidos (-6,9% face ao período homólogo), contando com 68 981 pedidos, dos quais 63 494 dos pareceres foram positivos. De todos os pedidos, as nacionalidades mais representativas são o Brasil, com 20 847, e Israel, com 20 782. Neste último ano, a aquisição por naturalização (atribuída aos descendentes de Judeus Sefarditas) foi o método mais expressivo, marcando 35% (24 394) dos pedidos.

Já no que se refere à entrada em vigor da Lei n.º 23/2007 e sua posterior regulamentação através do Decreto-Regulamentar n.º 84/2007, procurou-se construir uma política nacional de imigração,

⁴⁸ Cada um destes mecanismos exige o cumprimento de determinados requisitos.

de efetiva regulação dos fluxos, promovendo a luta contra a imigração clandestina através da facilitação do processo de legalização, da introdução de novos procedimentos – por exemplo, tirando partido das novas tecnologias – e do reforço das sanções (Oliveira, 2013: 42). Além disso, foram criadas novas regras no que respeita ao reagrupamento familiar, bem como novos instrumentos de atração de imigração qualificada (*idem, ibidem*: 42). Por conseguinte, age mais eficazmente na promoção da imigração legal, no combate à precariedade e, como tal, na integração efetiva dos migrantes, reconhecendo a igualdade de tratamento e de direitos⁴⁹, sejam eles económicos, laborais, sociais, culturais e alargando até alguns direitos políticos (por exemplo, em matéria de sindicalização).

Esta legislação revoga os regimes legais anteriores e encontra-se ainda em vigor, contando já com oito alterações, sendo a mais recente o Decreto-Lei n.º 14/2021, que traz por escrito as mais recentes alterações e restrições ao programa de Autorizações de Residência para Atividade de Investimento, comumente conhecido como *Golden Visa* (sobre o qual nos debruçaremos adiante), alterações essas que deverão entrar em vigor a partir do dia 1 de janeiro de 2022. O diploma de base tem como objetivo definir as condições e procedimentos de entrada, permanência, saída e afastamento de cidadãos estrangeiros de território nacional, assim como o estatuto de residente. A título de exemplo, para evidenciar algumas das alterações proporcionadas pelo regime legal que ainda vigora, pode ser referida a simplificação dos títulos que permitem entrar, viver e laborar em Portugal⁵⁰.

Assim sendo, de acordo com o *site* do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) (2021) e a última versão do diploma em análise, nomeadamente com o constante no artigo 45.º que diz respeito aos tipos de vistos concedidos no estrangeiro, vigoram hoje: a) vistos de escala aeroportuária; b) visto de curta duração (por exemplo, para fins turísticos); c) visto de estada temporária (que permite a entrada para fins variados, inclusive trabalho e investigação, estudo, saúde, estágio, voluntariado, entre outros); e, por fim, d) visto para obtenção de autorização de residência (que também permite a entrada para fins variados como, por exemplo, fixação de residência de reformados, reagrupamento familiar, estudo e trabalho). O visto deverá ser válido e adequado à finalidade da deslocação. Cada visto requer determinada documentação/ requisitos gerais, sendo que a não apresentação de todos os documentos necessários poderá implicar o indeferimento do pedido. Ademais, além do visto, são ainda necessários

⁴⁹ Não obstante, é necessário levar em consideração que os imigrantes, mesmo aqueles que se encontram em situação irregular, também possuem direitos fundamentais.

⁵⁰ Por exemplo, são eliminados os vistos de estudo e os vistos de trabalho, enquanto vistos independentes, e criados vários subtipos para o visto de estada temporária, que permite a permanência pelo período de três meses (ou mais, em casos excecionais justificados). Além disso, é também simplificado o regime de atribuição de autorização de residência (consoante apresentado no artigo 74.º da lei em questão), que pode ser temporária (válida por um ano e renovável por períodos sucessivos de dois) ou permanente (sem data de expiração, destinada a estrangeiros que possuam autorização de residência temporária há, pelo menos, cinco anos e demonstrem intenção de viver em território português de forma definitiva) e para fins variados.

outros documentos para a viagem, como é o caso do passaporte válido e comprovação de meios de subsistência suficientes para se sustentar durante o período da estadia e para a viagem ou, em contrapartida, um termo de responsabilidade.

Neste aspeto, o caso brasileiro é particular, precisamente pela série de acordos bilaterais estabelecidos entre Portugal e Brasil previamente referidos. Estes isentam os indivíduos da necessidade de visto de entrada para permanecerem durante um curto período de tempo (90 dias, prorrogável por outros 90) em território nacional das duas partes contratantes, para fins turísticos exclusivamente, sendo-lhes vedada a possibilidade de exercício de uma atividade profissional devido à ausência de visto adequado. Então, desde que não se justifique a proibição de entrada em território nacional, apresentem passaporte válido e meios de subsistência suficientes, e mantenham a intenção de não permanecer além do período legal (comprovada, por exemplo, com a posse de um bilhete de ida e volta), é permitida a sua entrada. Contudo, não raramente, os indivíduos aproveitam-se destes benefícios para contornar a lei, sendo que ela própria, inadvertidamente, facilitou a imigração ilegal: por vezes, depois de cá entrarem sem a necessidade de visto, instalam-se, excedem o período de permanência legal, cambiando para situação irregular, e exercem atividade profissional informalmente, sujeitando-se, muitas vezes, a uma precariedade e desproteção absurdas. Apesar da entrada como turista ser a maior responsável nestes casos, a entrada com visto de estudo (sem autorização para trabalho, pois o contrário também existe) para encobrir as verdadeiras motivações também é possível e não é rara, bem como a entrada por carta-convite e com visto de trabalho, não permanecendo na empresa contratante (Thumé, 2020). Este processo é comumente conduzido com o auxílio de redes de migração, formais ou informais.

No que se refere à entrada em Portugal com visto para obtenção de autorização de residência, após entrar em território nacional, o indivíduo deverá solicitar junto do SEF um título para fixação de residência (MNE, 2021). A autorização de residência poderá ser concedida ao cidadão estrangeiro para diversos fins, nomeadamente: (i) para exercício de atividade profissional subordinada; (ii) para exercício de atividade profissional independente; (iii) para atividade de investigação ou altamente qualificada; (iv) para atividade de investimento (ARI, também conhecidos por *vistos gold*, que iremos aprofundar adiante devido ao seu interesse para a situação em que o mercado imobiliário português se encontra e às suas controvérsias); (v) para estudo em estabelecimento de ensino secundário; (vi) para estudo em estabelecimento de ensino superior; (vii) para estágios não remunerados; (viii) para voluntariado; e, por fim, (ix) para reagrupamento familiar (ACM, 2021). Além dos referidos fins, existem ainda outros três mais específicos e excecionais: (i) autorização de residência para as vítimas de tráfico de pessoas ou de ação de auxílio à imigração ilegal; (ii) autorização de residência para titulares do estatuto de residente de

longa duração noutro Estado membro da União Europeia; e (iii) autorização de residência através do «cartão azul UE» para exercício de atividade altamente qualificada (*idem, ibidem*).

Assim, “desde 2008 que Portugal observa uma alteração nos perfis das entradas de estrangeiros e um aumento de alguns fluxos – caso dos estudantes, de investigadores e altamente qualificados, trabalhadores independentes, investidores e de reformados” (Oliveira, 2020: 33). Em termos concretos, de acordo com o Relatório Estatístico Anual do Observatório das Migrações (Oliveira, 2020: 33), os vistos de residência atribuídos nos postos consulares em 2019 perfizeram um total de 22 703 e, tomando em consideração a razão de entrada em território nacional⁵¹, os motivos mais expressivos foram o “estudo, intercâmbio de estudantes do ensino secundário, estágio profissional ou voluntariado”, o “reagrupamento familiar” e o “visto de residência para reformados, religiosos e pessoas com rendimentos”, com 10 580, 5 565 e 3 168 respetivamente. Já consoante o RIFA referente a 2019, os motivos mais relevantes na emissão efetiva de novos títulos de residência foram o reagrupamento familiar (38 204), a atividade profissional (31 511) e o estudo (13 356). No que concerne aos dados entretanto disponibilizados referentes ao primeiro ano marcado pela pandemia, 2020 respetivamente, verifica-se uma inversão da tendência de revitalização da procura de vistos, tendo-se verificado uma redução de 28,6%, descendo, então, para 16 215 emissões, essencialmente devido às restrições impostas à circulação e ao fecho de fronteiras, a nível global (Oliveira, 2021: 33). De acordo com o RIFA 2020, os motivos mais relevantes na concessão de novos títulos de residência permaneceram inalterados, perpetuando um lugar no pódio o reagrupamento familiar (35 736), a atividade profissional (29 715) e o estudo (12 285). Importa aqui referir, como Oliveira (2020: 36-37) bem alerta, que os dados variam por razões diversas, sendo o volume de títulos concedidos pelo SEF sempre superior ao número de vistos de residência emitidos na rede consular, pois, geralmente: (i) a emissão de vistos de residência (emitidos pelo MNE) não se converte automaticamente em autorizações de residência (emitidas pelo SEF), podendo verificar-se intervalos temporais mais ou menos longos entre os dois momentos; (ii) por vezes, há novos títulos emitidos em território nacional pelo SEF que dispensam vistos de residência no momento da entrada no país (como é o caso dos cidadãos da UE); (iii) além disso, o SEF pode atribuir novos títulos sem que estes se reflitam em novas entradas de estrangeiros no país, pela razão de que determinados indivíduos podem adquirir pela primeira vez um determinado título em função de uma determinada razão de concessão, mas já residiam previamente no país com outro título distinto.

⁵¹ Contudo, convém ressaltar que estes dados excluem visto de residência para Atividade de Investimento.

Porém, as razões que justificam a entrada em Portugal variam sempre de acordo com o fluxo migratório que se encontra sobre observação, até porque a população estrangeira não é homogênea. Então, no que se refere à comunidade brasileira em particular – comunidade mais expressiva em território nacional –, esta possui também os mais variados perfis que, inclusive, refletem também variadas classes sociais, com distintas possibilidades económicas. De acordo com dados do RIFA referentes a 2020, no que respeita à comunidade brasileira residente, os motivos mais relevantes na atribuição da autorização de residência foram precisamente o reagrupamento familiar (47%) e o exercício de atividade profissional (36,3%), seguidos da finalidade de estudo (12,8%), outros motivos (3,9%) e, por fim, certificado de residência de cidadão da UE ou de familiar proveniente de Estado terceiro (CRs) (0,002%). As autorizações de residência para atividade de investimento (ARI) são apresentadas isoladamente, contabilizando-se, no ano de 2020, 1182 autorizações de residência concedidas para esse fim – menos 63 do que no ano anterior –, das quais 126 foram atribuídas a cidadãos brasileiros – verificando-se também uma redução de 84 face ao ano anterior –, sendo esta a segunda nacionalidade mais representativa neste campo, logo a seguir à chinesa (que, em 2020, arrecadou 296 ARI).

Apesar de haver ainda poucos dados que nos permitam analisar a forma como os números evoluíram durante o ano de 2020 nas mais diversas dimensões e nenhuns dados acerca do ano de 2021, sendo que o contexto pandémico desencadeado pelo vírus SARS-CoV-2 se vem alastrando no tempo, nem que nos permitam prever com exatidão como irão evoluir futuramente, tendo em consideração o estado de emergência em que o país se vem encontrando – ora granjeando avanços, ora admitindo a necessidade de recuos –, e com o intuito de mitigar os seus impactos, convém referir que o governo decidiu, por duas vezes – nomeadamente em março e em novembro de 2020 – regularizar os imigrantes e requerentes de asilo com processos pendentes no SEF, garantindo-lhes os mesmos direitos e apoios (incluindo saúde, apoios sociais, emprego e habitação), embora que provisoriamente (ACM, 2020). Ademais, o direito à saúde foi atribuído também àqueles que nunca haviam dado entrada com nenhum processo no SEF, tendo oportunidade de o fazer nesse momento (embora não sendo abrangidos pela medida de regularização extraordinária), medida relevante em tempos de crise sanitária e para atender àqueles que se encontram em situação de maior vulnerabilidade (*idem, ibidem*).

Ainda no ano transato, terminou o período de vigência do Plano Estratégico para as Migrações (PEM), plano esse implementado em 2015. Decorrida a implementação dos dois PII, foi necessário elaborar um balanço e análise crítica do percurso realizado até então, bem como repensar formas de atuação com o intuito de adequar as políticas a novas realidades (Casas, 2016: 40). O fenómeno migratório, e os perfis migratórios em particular, como temos vindo a observar, têm sofrido múltiplas

transformações, às quais era necessário dar respostas. Assim, o PEM surge como fruto da aprendizagem com os PII, como consequência de um contexto de alterações profundas, por exemplo, ao nível dos perfis de novos imigrantes, e do acentuar da crise demográfica, com a emigração de muitos portugueses para o estrangeiro e com o retomar do saldo migratório negativo (PEM, 2015: 5). Procurava-se contemplar, num mesmo plano, tanto a necessidade de integração social dos imigrantes, bem como impulsionar a ligação afetiva entre Portugal e cidadãos emigrados, e ainda promover uma gestão adequada e coordenada dos fluxos migratórios (*idem, ibidem*: 5).

Assim, o plano, com perspetiva de duração de 5 anos (2015-2020), contemplava 106 medidas, transversais a vários domínios, enquadradas em 5 eixos prioritários que pretendiam dar resposta aos principais desafios vivenciados pelo país, nomeadamente: (i) combate transversal ao défice demográfico e o equilíbrio do saldo migratório; (ii) integração e capacitação das comunidades imigrantes; (iii) inclusão dos novos nacionais; (iv) responder à mobilidade internacional, com o intuito de captar migrantes e valorizando as migrações e a captação de talentos, enquanto potenciadores de crescimento económico; (v) melhor articulação entre imigração e emigração, facultando condições para o regresso e reintegração dos cidadãos nacionais emigrados. Também os atores envolvidos na implementação do PEM são diversos: órgãos estatais, municípios, associações de imigrantes, organizações não governamentais e IPSSs, as próprias comunidades (imigrantes, emigrantes e locais), entre outros, aparentemente adotando uma abordagem de natureza *bottom-up*², reconhecendo a relevância dos contextos, do terreno, das redes locais e da atuação dos “*street-level bureaucrats*” como definidos por Lipsky (2019 [1980]) na implementação das políticas públicas. Se os seus contributos foram ou não tomados em consideração, é já uma outra questão que não cabe aqui aferir.

No âmbito destes planos, e para terminar, podemos ainda fazer uma breve referência ao Pacto Global para as Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares (PGM), aprovado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2018 e implementado em Portugal em 2019, sendo o “primeiro grande compromisso internacional para responder aos desafios colocados pelos novos fluxos migratórios” (PGM, 2019). De acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019, que aprova o Plano Nacional de Implementação, o Pacto baseia-se em 10 princípios orientadores, sendo eles: (i) a promoção de uma visão centrada nas pessoas; (ii) a cooperação internacional; (iii) a soberania nacional; (iv) o Estado de

² “A abordagem *bottom-up* surgiu no final da década de 70 e início da década de 80 do séc. XX, e foi formulada como uma clara crítica à abordagem *top-down*. De acordo com os autores que defendem esta abordagem (*bottom-uppers*), o que realmente se constitui como política pública é aquilo que se passa ao nível da implementação no “terreno” (*bottom*)” (Mota, 2020: 137). Lipsky (2019 [1980]: 17) defende inclusive que “as decisões dos *burocratas de nível de rua*, as rotinas que estabelecem e os dispositivos que criam para lidar com incertezas e pressões no trabalho tornam-se efetivamente as políticas públicas que eles realizam”, afirmando ainda que a política pública não é mais eficaz quando é produzida por entidades estatais ou em “recintos luxuosos de alto escalão”, pois, apesar destas serem “arenas decisórias”, elas não possuem uma imagem completa do terreno.

Direito; (v) o desenvolvimento sustentável; (vi) o respeito pelos direitos humanos; (vii) a igualdade de género; (viii) o superior interesse das crianças; (ix) a abordagem holística das migrações; (x) o envolvimento de todos os níveis da Administração e da sociedade civil”. O Plano está estruturado em 5 eixos estratégicos, 23 objetivos pelos quais se encontram distribuídas 97 medidas de implementação, interdisciplinares e transversais a várias áreas governativas e com o envolvimento de entidades diversas. A sua aplicação é ainda recente, e, de acordo com balanço do primeiro ano de implementação do pacto realizado em 2020, alguns prazos para implementação de determinadas medidas tiveram que ser alargados devido ao contexto pandémico, bem como outras tiveram que ser reajustadas. Apesar disso, o balanço é positivo.

É então possível corroborar que o perfil migratório português se tem alterado ao longo dos tempos, ele próprio influenciando e influenciado pelas alterações no enquadramento legal do fenómeno⁵³, ora mais orientado para as necessidades do mercado de trabalho, ora de natureza mais humanista, integrativa e com o intuito de robustecer velhos laços, embora sem nunca perder de vista objetivos estratégicos, e sempre refletindo também as influências do espaço europeu, do espaço lusófono, e ainda do próprio movimento emigratório de portugueses para o estrangeiro. Depreende-se, na atualidade, que estes fluxos não são mais invisibilizados, nem vistos unicamente como uma “alavanca do desenvolvimento económico à disposição do Estado” como o foram no passado, mas também como um elemento de enriquecimento social e cultural do nosso país (Oliveira, 2013: 59). Assim, de uma forma geral, Portugal vem firmando a sua posição enquanto detentor de uma panóplia de boas práticas⁵⁴. Porém, o caminho faz-se sempre caminhando, havendo sempre espaço para melhorias, apesar de, no seu posicionamento, se encontrar aberto a novos caminhos, novas oportunidades e novos planos no que se refere à integração e à persecução das condições necessárias para uma vida digna e de pleno direito.

Vale destacar a necessidade de não descurar a importância do desenvolvimento de uma governação das migrações proativa, transversal ou interdisciplinar e comprometida com o público-alvo, ou seja, os migrantes devem ser parte da solução e não apenas destinatários de políticas alheadas da realidade. Isto pode ser conseguido com o auxílio da dita “sociologia pública” de Burawoy (2006), aquele que é o espaço de participação e debate, uma espécie de “estilo” de se fazer sociologia envolvendo os ditos *policy makers* diretamente com os cidadãos, ajustando as agendas e, inclusive, infiltrando a ciência no debate público – o *scholarship with commitment*, tão apregoado por Bourdieu (2000).

⁵³ Como referem Padilla e Ortiz (2012: 165), “as dinâmicas migratórias são sempre uma resposta a um conjunto de fatores tanto nos países de origem como nos de destino e incluem as políticas e regulamentação das migrações, as redes imigratórias informais e os mercados laborais”.

⁵⁴ Não obstante, há uma série de casos controversos que aqui poderiam ser citados, como é o caso de Ihor Homenyuk, cidadão ucraniano alegadamente torturado e assassinado às mãos de inspetores do SEF no aeroporto de Lisboa em março de 2020, cujo julgamento dos suspeitos ainda decorre.

Por fim, mas não menos importante, enquanto sociedade devemos pensar o presente e o futuro, mas nunca esquecendo o passado, não subestimando os fantasmas que assombram os caminhos da igualdade e da aceitação. É necessário manter olhos abertos, postura firme e mangas arregaçadas no combate aos extremismos que galgam a passos largos, colocando em causa o Estado de Direito Democrático e os princípios da dignidade humana.

CAPÍTULO III | A QUESTÃO URBANA E HABITACIONAL EM PORTUGAL

1. Habitação: sobre um direito adiado, mercantilizado e financeirizado

A maioria da população mundial habita hoje em cidades (ONU, 2018). É precisamente neste ambiente citadino que muitos dos fenómenos que marcam a vida social tomam as “colorações mais intensas” (Baptista, 2001: 71), sendo este um espaço produzido socialmente, marcado simultaneamente por solidariedades e por disputas que opõem interesses divergentes e seus projetos distintos de cidade (Harvey, 2005/2007; Lefebvre, 1991/2002). O setor da habitação não é indiferente a estas dinâmicas. Verifica-se, como veremos de seguida, um crescente dinamismo – demográfico e económico – que marca a realidade das nossas cidades em continua expansão. Estamos perante um campo privilegiado de intervenção do capital, sempre orientado para a procura incessante do lucro, incluindo o lucro obtido através do setor habitacional que, à partida, deveria ser acessível a todos os indivíduos, sem exceção. Porém, a questão da acessibilidade tem ficado muito aquém das expectativas: a habitação nunca ocupou uma posição primordial no rol de preocupações do Estado português, pelo que este tem sido um direito sucessivamente adiado. Todavia, como afirma Neves (2018: 39), de tempos a tempos, “o tema volta à praça pública”, alcançando alguma repercussão. É o caso da atualidade, quando os problemas habitacionais e a situação emergencial no domínio da habitação têm sido progressivamente assumidos por todos os quadrantes políticos, ainda que as propostas para a sua resolução sejam cabalmente distintas. Verifica-se, então, uma reemergência do interesse pela temática que se prende com “as novas (e velhas) dificuldades no acesso a esse Bem indispensável” (Baptista, 2020: 86).

Podemos, então, definir a habitação enquanto “bem indispensável” – tal como o faz Baptista (*ibidem*: 86) – pois ela representa uma necessidade primária, que todos os indivíduos – tendo em conta os seus rendimentos e, por vezes, com o apoio de instituições públicas ou privadas – procuram satisfazer. Como referem Ribeiro, Mora e Sousa (2020: 207), ela é “condição fundamental para a existência humana, colocando-se ao mesmo nível de outras necessidades fundamentais como a alimentação e a saúde”⁵⁵. É o núcleo da vida de qualquer pessoa, fundamental para a sobrevivência e para o desenvolvimento, e pode ser encarada como decorrência do princípio da dignidade da pessoa humana. Ela é, inclusive, a base para outros benefícios jurídicos: para Dias (1994: 92), “um povo com carências

⁵⁵ No contexto de crise pandémica que vivenciamos na atualidade, esta relação entre o direito à habitação e o direito à saúde é particularmente evidente: a pandemia veio provar a importância de ter onde recolher, e não somente onde recolher, mas recolher com condições dignas.

habitacionais graves é um povo amputado na sua capacidade de desenvolvimento e progresso social”, isto nas mais diversas áreas como a saúde, proteção, educação, etc. Neste sentido, “se a população possuir uma habitação condigna, salubre e segura, então o seu usufruto de direitos será gozado plenamente”⁵⁶ (Maldonado, 2016: 19). Como exemplo podemos referir o direito à cidade⁵⁷, um direito superior aos demais (Lefebvre, 1968), sendo que o direito à habitação é fundamental para que o primeiro se concretize: estes não podem ser desvinculados.

A habitação satisfaz um conjunto variado de funções, desde abrigo e reprodução/ manutenção familiar, e encarna ainda como um elemento fundamental no desenvolvimento da personalidade individual, de integração social e socialização, além de ser um espaço de consumo, produção, ócio e comunicação (Matos, 2001: 29), podendo mesmo chegar a ser encarada como uma espécie de “extensão do corpo humano” (Madden e Marcuse, 2016:12). Assim, tal como o espaço urbano, é um espaço de cultura e referenciação simbólica e afetiva e, ao mesmo tempo, um espaço de reprodução capitalista e, de forma pessimista, pode inclusive ser um contexto de exploração⁵⁸ (Aalbers e Christophers, 2019: 103-104). Ela reflete e molda “as tendências sociais, influenciando oportunidades individuais e o bem estar social” (Matos, 2001: 45). É, como tal, fulcral para o exercício da cidadania e para a manutenção de um tecido social coeso: como afirma Guerra (2008: 59) “a habitação continua a ser um exercício de cidadania que permite a todos e a cada um sentir-se membro de uma comunidade”, sendo o facto de habitar uma casa com condições dignas um “elemento-chave na experiência da justiça social, da sustentabilidade e do bem-estar de um povo, manifestando o grau de coesão ou de divisão e de fragmentação social”. Ao encontro do que é afirmado pela autora, Madden e Marcuse (2016: 12) afirmam que “nenhuma outra mercadoria moderna é tão importante para organizar a cidadania, o trabalho, as identidades, as solidariedades e a política”.

⁵⁶ Porém, não podemos descurar que existem outras estruturas que interligadas tão ou mais relevantes quanto a habitação, sendo elas: o acesso a uma educação crítica, alimentação de qualidade, assim como saúde e estruturas de lazer e bem estar, arte e cultura.

⁵⁷ De acordo com Lefebvre (1968), o direito à cidade representa um conjunto de outros direitos que o constituem e definem – sendo a luta pelo direito à cidade uma luta com muitas frentes –, todos eles fundamentais e entre os quais se encontra o direito à habitação. É um compromisso para com a defesa da cidade concebida enquanto um bem comum, “essencial a uma vida plena e digna, em oposição à mercantilização dos territórios, da natureza e das pessoas” (Instituto Pólis, 2021). Porém, é um direito invisível, o que significa que sua realização plena e efetiva requer expressamente “o respeito, a proteção e o cumprimento de todos os direitos humanos, sem exceção, juntamente com os princípios e direitos específicos que emanam especificamente da direito à cidade: função social da cidade, combate à discriminação socioespacial, espaços públicos de qualidade e vínculos urbano-rurais sustentáveis e inclusivos” (Plataforma Global por el Derecho a la Ciudad, 2016: 11). Deste modo, propicia o repensar da cidade e das suas populações, guiando-se pelos princípios da justiça social, igualdade, democracia e sustentabilidade (*idem, ibidem*: 11). Nas palavras de Harvey (2008), tratando-se de “muito mais do que a liberdade individual de ter acesso aos recursos urbanos”, “é o direito de nos mudar-mos a nós mesmos, mudando a cidade”. Ademais, é um direito coletivo e difuso, não individual e que pertence às gerações atuais e futuras simultaneamente, até porque a transformação “depende do exercício de um poder coletivo para remodelar os processos de urbanização” (Harvey, 2008), isto é, a transformação ocorre a partir do interesse comum de participar da construção e da fruição do meio habitado (Plataforma Global por el Derecho a la Ciudad, 2016: 12). Assim sendo, de forma resumida, este direito pode ser definido como “o direito de todos os habitantes (presentes e futuros; permanentes e temporários) a usar, ocupar, produzir, governar e disfrutar das cidades, vilas e povoações conjuntamente, de forma inclusiva, segura e sustentável, entendidas enquanto bens comuns” (*idem, ibidem*: 13).

⁵⁸ A habitação, de acordo com Aalbers e Christophers (2019: 103-104) pode também ser um contexto de exploração social, exploração essa que ocorre de diversas formas: empréstimos predatórios e execuções hipotecárias; falta de direitos ou falta de conhecimento, levando à ocupação de habitações precárias e de elevado custo; gentrificação urbana; despejos; monopólio de rendas exorbitantes; entre outros.

Numa linha de pensamento conforme, Fernandes (2003: 49) argumenta que a habitação desempenha três grandes funções: social, ambiental e económica. A função social diz respeito ao abrigo familiar (ao nível do descanso, alimentação, convívio, etc.). A função ambiental corresponde à vertente da inserção no ambiente urbano/citadino, de forma que sejam devidamente garantidas as condições básicas de vida (no que concerne à saúde, transportes, infraestruturas, entre outros). Por fim, a função económica significa que a habitação cria novas oportunidades ao nível do emprego e do rendimento, promovendo o desenvolvimento e implicando a participação de diversos setores, de diferentes bens e serviços. Assim, ao encontro daquilo que é referido por Maldonado (2016: 18), a habitação transcende muito mais do que um bem básico de bem-estar.

Ora, como tal, esta apresenta-se enquanto um direito que se encontra consagrado em vários instrumentos legais, quer internacionais, quer nacionais. A nível internacional, salientamos o reconhecimento por parte da comunidade das nações, encontrando-se contemplado no n.º 1 do artigo 25.º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, onde é referido que “toda a pessoa tem direito a um nível de vida suficiente para lhe assegurar e à sua família a saúde e o bem-estar, principalmente quanto à alimentação, ao vestuário, ao alojamento, à assistência médica e ainda quanto aos serviços sociais necessários (...)”. Ainda a nível internacional, e de relevância para este estudo, encontramos, por exemplo, a Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias⁵⁹ (Resolução n.º 45/158 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 18 de dezembro de 1990) que, no seu artigo n.º 43, refere que os trabalhadores migrantes devem beneficiar de um tratamento idêntico àquele que é concedido aos nacionais, inclusive em matéria de “d) acesso à habitação, incluindo os programas de habitação social e protecção contra a exploração em matéria de arrendamento”. Já a nível nacional, contamos com igual reconhecimento por parte do governo português, encontrando-se este direito regulado em vários instrumentos, sendo a Constituição da República Portuguesa (CRP) (artigo n.º 65, “habitação e urbanismo”) o mais relevante de todos eles, onde é ressaltado que “todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto e que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar”⁶⁰.

⁵⁹ Esta Convenção entrou em vigor em 1 de julho de 2003, após ratificação dos primeiros vinte Estados-Membros. Contudo, segundo os dados disponíveis/possíveis de apurar, Portugal ainda não procedeu à assinatura ou ratificação da mesma. No entanto, além de reconhecer que Portugal é mais um país de origem do que de destino de imigração, Rui Marques, antigo Alto-Comissário para a Imigração e Diálogo Intercultural, afirma que mais importante do que ratificar é “interpretar generosamente o espírito da Convenção e aplicá-lo na ordem interna, até ao limite da sensatez, independentemente da sua ratificação” (2007: 6). Apesar de tudo, este é um exemplo flagrante do pré-conceito em relação aos imigrantes, visto que, dos dez instrumentos da ONU de apoio aos direitos humanos, esta é a convenção que tem o menor número de ratificações e a que possui a mais lenta taxa de ratificação por parte dos Estados-Membros da ONU (ONU Brasil, 2014).

⁶⁰ Partindo da forma como este direito é contemplado na CRP, podemos estar cientes, como Matos (2001: 32) salientou, de que “estar alojado é mais do que simplesmente estar numa casa”: é precisamente “estar numa casa com determinadas condições. Villar (2015: 47) acrescenta ainda que o direito à

Como afirmam Ribeiro *et al* (2020: 207) “este reconhecimento jurídico-político, designadamente em sede constitucional, não se deve limitar a exprimir um direito fundamental, devendo ser mobilizado como alavanca para o desenvolvimento de políticas públicas, isto é, concretizado materialmente”, até porque “meramente declarar um direito universal à habitação não é o mesmo que efetivamente fornecer habitação para todos” (Madden e Marcuse, 2016: 127). É através das ditas políticas públicas que a intervenção estatal – que, ademais, está legalmente prevista, encontrando-se uma série de incumbências atribuídas a este organismo – é levada a cabo. Estas políticas consistem, de acordo com Dias (1994: 91-92), num conjunto de medidas pensadas e postas em prática pelo Estado com o intuito de regular e garantir o equilíbrio global entre a oferta e a procura, não se limitando exclusivamente à gestão de bairros sociais, mas procurando também envolver a “política redistributiva do Estado” e a “política de integração social das minorias mais desfavorecidas”, isto porque, na realidade, “muitas famílias mantêm-se insolventes perante os preços do respetivo mercado, sendo excluídas do sistema de aprovisionamento residencial, necessitando da intervenção do Estado para assegurar o seu direito à habitação” (Matos, 2001: 35). Para Monteiro (2010: 12), estas políticas são relevantes pois são portadoras de um carácter transversal, “podendo ser um impulsionador ou retardador do desenvolvimento económico, social, político e territorial de uma sociedade”.

A realidade é que a concretização material ou efetivação prática deste direito têm ficado muito aquém das expectativas: se, por um lado, está mais que justificado o porquê de a habitação representar um direito fundamental, por outro, a carência habitacional continua a ser um dos problemas mais graves que afeta hoje a nossa sociedade. Esta é uma área problemática, entendida simultaneamente como um problema social, económico, ideológico e político (Matos, 2001: 31), que não é propriamente hodierno, nem é exclusivo português. Como afirmam Madden e Marcuse (2016: 7), “os sintomas da crise imobiliária estão hoje em evidência por toda a parte”, podendo afirmar-se que se trata de uma crise de habitação de escopo global (cf., entre outros, *idem, ibidem*: 7; Wetzstein, 2017: 3; Gant, 2018: 240; Pinto, 2020: 57).

Primeiramente, convém-nos mencionar a ressalva deixada por Madden e Marcuse (2016: 10-11), que aconselham a que sejamos cuidadosos com o emprego do termo “crise imobiliária” ou “crise da habitação”, apesar de, em si, o conceito prevalecer extraordinariamente útil. Em primeiro lugar, devemos acautelar a sua utilização pois, consoante o local onde a nossa lente foca, a ideia de “crise da habitação” adquire diferentes significados. Como exemplificam os autores (*ibidem*: 11), nos Estados

habitação não se limita à estrutura física desta, “englobando além de um teto, a infraestrutura na qual a construção está conectada, os serviços de água, esgoto, coleta de lixo, meio ambiente saudável, adequação cultural, razoabilidade do custo, além de uma infraestrutura social”.

Unidos da América (EUA) o discurso em torno da dita “crise habitacional” é recorrentemente utilizado para condenar a interferência estatal nos mercados imobiliários. Contudo, sabemos que, para milhares de agregados, o termo “crise” define algo bem diferente: define o caos, o medo e falta de poder que experienciam diariamente, daí a necessidade de rejeitar essas retóricas vazias e versões ideológicas do conceito de crise imobiliária (*idem, ibidem*: 11).

Em segundo lugar, e algo que nos parece de extrema relevância, esta cautela dever-se-á ao facto de que “a ideia de crise implica que habitação inadequada ou inacessível é algo anormal, um afastamento temporário de um padrão de bom funcionamento” quando, na realidade, não o é: para as classes trabalhadoras e estratos sociais insolventes e com rendimentos inferiores, a crise habitacional é a norma (Madden e Marcuse, 2016: 10). Isto vai ao encontro daquilo que era já firmado por Engles (1873) quando este referia que “esta falta de habitação não é algo próprio do presente; ela não é sequer um dos sofrimentos próprios do moderno proletariado, face a todas as anteriores classes oprimidas; pelo contrário, ela atingiu de uma forma bastante parecida todas as classes oprimidas de todos os tempos”. Ou seja, para as populações ou estratos subalternizados, a habitação está sempre em crise. Porém, o que acontece é que, como estes segmentos são frequentemente invisibilizados, o termo “crise da habitação” surge geralmente quando esta começa a afetar também outros segmentos sociais, nomeadamente as classes médias. Isto é algo que tem vindo a acontecer na mais recente crise habitacional, que não é nova, mas sim simplesmente apresenta novos contornos e afeta esses novos segmentos⁶¹ (cf., entre outros, Drago, 2021: 6-7; OCDE, 2019): “o ressurgimento do termo ‘crise de habitação’ nas manchetes representa as experiências de proprietários e investidores de classe média, que enfrentam uma instabilidade residencial na sequência da implosão financeira de 2008” (Madden e Marcuse, 2016: 24).

Como diriam Allegra e Tullumello (2019: iii), é o acumular de novas crises sobre problemas históricos e estruturais. Essa é a realidade: em Portugal, esta crise da habitação é já estrutural, uma “patologia crónica” anterior à democracia, entranhada e enraizada com todas as suas forças no modelo de desenvolvimento português, na fragilidade do Estado-Providência e no carácter inconsequente das políticas habitacionais adotadas ao longo dos anos (Pinto, 2020: 55; Neves, 2018: 40). Este vem sendo “um direito sucessivamente comprometido” (*idem, ibidem*: 56), um pilar frágil e instável, ou, como Vilaça

⁶¹ Porém, convém deixar a ressalva de que nem todas as classes médias são afetadas pela crise habitacional. “Pelo contrário: a questão do acesso à habitação passa hoje pelo meio dessas classes médias, dividindo-as no que pode ser lido como uma contraposição entre *insiders/outsiders*” (Drago, 2021: 18). Os *insiders* seriam aqueles segmentos que possuem rendimentos médios-altos ou medianos, vínculos laborais estáveis que permitem aceder ao crédito ou haviam já permitido adquirir casa própria antes da última grande crise financeira (*idem, ibidem*: 60). Os *outsiders* seriam o grupo composto pelos mais jovens, com menores rendimentos, empregos precários, sem casa própria e sem meios para a alcançar (*idem, ibidem*: 60). Deste modo, a habitação assume o papel de marcador relevante no que concerne às desigualdades inter-classe, mas também intra-classe (*idem, ibidem*: 18).

(2001: 83) constatou há já 20 anos atrás, mas prevalecendo atual, o “parente pobre da política”, com a aprovação de políticas públicas insuficientes ou, nalguns casos, até contraproducentes.

O que aconteceu foi que, assim como outros países da Europa meridional, Portugal viu o seu desenvolvimento urbanístico e industrial adiado pela ditadura, encontrando-se, assim, o seu *Welfare State* irremediavelmente marcado por um desenvolvimento tardio e débil, que ocorre timidamente unicamente após o 25 de abril de 1974 (cf., entre outros, Santos, Teles e Serra, 2014: 7; Santos, 2019: 17; Pinto, 2020: 58). Enquanto isso, previamente, nos países do Norte europeu, o período posterior à Segunda Grande Guerra havia sido um período de possante urbanização e industrialização e de investimento em políticas públicas, nomeadamente em matéria habitacional. Porém, a partir dos anos 1970, enquanto os países mediterrânicos assistiam ao desenvolvimento embrionário do seu Estado Social (como é o caso português), o Estado Social desses países do Norte europeu sofria já profundas transformações (Allen, 2006): “Portugal não viveu o tempo áureo da expansão dos sistemas públicos da Europa ocidental do pós guerra” (Drago, 2021: 32), pois configurava-se já um novo modelo global de produção do espaço urbano, propiciado pela difusão crescente das ideias e ditames neoliberais (cf., entre outros, Harvey, 2011). É a difusão daquilo que Harvey (2011: 11) nomeia como “impulsos revolucionários neoliberais” que “aparentemente se disseminaram e reverberaram para impor ao mundo que nos cerca uma imagem totalmente diferente”.

Deste modo, com a emergência do neoliberalismo e, por consequência, de tudo que lhe está associado – como sendo o caso da hegemonia do mercado livre – iniciam-se uma série de “políticas de desmanche” ideológico e económico que sustentavam o arranjo dos Estados de bem-estar social, verificando-se uma redução ou retração paulatina destes, inclusive no que respeita à habitação (Rolnik, 2015: 28-29; Aalbers, 2015: 50-51; Christophers, 2020; Drago, 2021: 13): “ocorre, de modo generalizado, o desmonte das políticas de habitação pública e social, a desestabilização da segurança da posse, inclusive do aluguel, e a conversão da casa em mercadoria e ativo financeiro” (Rolnik, 2015: 28). O Reino Unido é talvez um dos exemplos mais óbvios dessa viragem política, com a chegada ao governo de Margaret Thatcher em 1979, responsável pela homologação do conhecido “*right-to-buy*”, conduzindo um monumental processo de privatização da habitação pública (cf., entre outros, Murie, 2016)⁶².

De acordo com Drago (2021: 13-14), esta viragem neoliberal ocorre tendo por base três orientações que, de resto, marcaram veementemente as últimas décadas: privatização, liberalização e

⁶² Apesar do desenvolvimento tímido do Estado Social português, também a partir dos anos 1980 se observam sucessivas rondas de liberalização no âmbito do arrendamento e alienação do (pouco) parque público existente, coadunando com as tendências europeias (Drago, 2021: 33; Santos e Serra, 2020).

incentivo à financeirização do setor habitacional, isto é, a crescente influência dos mercados financeiros na habitação (cf., entre outros, Aalbers, 2015, 2016, 2017, 2018, 2019; Rolnik, 2013, 2015; Santos, 2019). Esta tríade atravessou múltiplos domínios da provisão social, mas é precisamente “no campo da habitação que o processo de financeirização ganha talvez a sua escala mais impressionante” (Drago, 2021: 14). Resumidamente, reduziu-se o papel do Estado enquanto provisor e regulador, alarga-se o espaço de ação da iniciativa privada com o apoio da banca e mercadoriza-se uma das dimensões centrais da vida e da reprodução social (*idem, ibidem*: 14). Relembro que, para Marx (1867), as “mercadorias” apenas se configuram enquanto tal pois possuem uma essência dual: por um lado, possuem valor de uso, isto é, procuram satisfazer uma necessidade e, por outro, possuem valor de troca, no sentido literal. A mercantilização de algo ocorre precisamente quando o seu valor de troca se sobrepõe ao seu valor de uso. É isso que sucede com a habitação⁶³ ⁶⁴: a procura do lucro conflitua e sobrepõe-se à sua imprescindibilidade.

Dá-se, assim, a “desconstrução da habitação como um bem social e a sua transmutação em mercadoria e ativo financeiro” (cf., entre outros, Rolnik, 2015: 25). Isto significa, como bem elucida Rolnik, que a habitação perde as suas características de “bela adormecida” – inerte, imóvel e ilíquida –, passando a ser encarada como um “balé fantástico” neoliberal, saltitando de mão em mão (no sentido figurado) através de constantes e velozes transações (*idem, ibidem*: 27). Ela é uma mercadoria que oferece alta rentabilidade e baixo risco face a outras aplicações financeiras – como as obrigações e as ações –, daí a sua atratividade. De acordo com o jornal Expresso “investir em imobiliário rende quase 11 vezes mais (11,4% em 2017) do que o mercado europeu de obrigações de dívida pública (0,9% em 2017 segundo o índice S&P) e quase o dobro (6,5% em 2017 segundo o índice Euro Stoxx) do mercado acionista”. Cria-se, assim, “um conflito entre a habitação vivida, como espaço social, e a habitação como instrumento de obtenção de lucro – um conflito entre habitação como lar e habitação como imobiliário” (Madden e Marcuse, 2016: 9). Por conseguinte, “a crise da habitação é um resultado previsível” uma vez que “a habitação não é produzida e distribuída com o propósito de habitação para todos; é produzida e distribuída como mercadoria para enriquecer poucos” (*idem, ibidem*: 11).

Em contrapartida, é precisamente neste contexto de viragem neoliberal que as políticas de estímulo à aquisição de habitação própria passam a ocupar um espaço cada vez mais significativo

⁶³ Convém aqui ressaltar que, de acordo com Harvey (1980), a habitação não é uma mercadoria como outra qualquer, apresentando características particulares, mais não seja pelo seu caráter imprescindível e pela sua finitude, como referem Ribeiro *et al* (2020: 209): “não sendo a terra infinita, tal aguçava ainda mais o interesse dos capitalistas em utilizar a habitação como recetora de investimentos”.

⁶⁴ De acordo com Madden e Marcuse (2016: 14) este movimento de mercantilização da habitação é relativamente novo, sendo que “a pré-condição histórica para a mercantilização da terra e da habitação foi a privatização das comunas”: “antes que a terra e a habitação pudessem tornar-se fontes de troca com a finalidade de obtenção de lucros, os antigos sistemas de regulação comunal tiveram que ser varridos e os direitos tradicionais destruídos” (*idem, ibidem*: 14).

(Drago, 2021: 13; Rolnik, 2015: 29), sendo que “o Estado contribuiu ativamente para a expansão deste modelo de provisão através de mecanismos de bonificação de crédito e de concessão de benefícios de natureza fiscal” (Santos, 2018: 83). Num país como Portugal – com um Estado de bem-estar social de pouca expressão e onde a revolução democrática não produziu as mudanças esperadas, não havendo uma verdadeira política pública habitacional – o processo foi, de certa forma, facilitado.

Como tal, “desde cedo na democracia portuguesa prevaleceu um modelo de provisão habitacional assente na relação com o sistema financeiro e na promoção de uma *cidadania proprietária*” (Drago, 2021: 32; Castela, 2019), apoiada na difusão do mito da vantagem da casa própria, “o símbolo da realização” (Silva, 2018: 69). O apoio à aquisição de casa própria por via da bonificação de juros – substancialmente favorável à banca e ao *lobby* da construção civil, constituindo um financiamento indireto para esta mesma indústria (Castela, 2019: 271) – expandiu-se ao longo de décadas – incluindo para consumidores de rendimentos médios e baixos (através dos ditos créditos *subprime*) que, até então, estariam excluídos (Rolnik, 2015: 28) – e veio a tornar-se “a mais duradoura e persistente política habitacional da história da democracia portuguesa” (Drago, 2021: 32). A título de exemplo, ao longo de quase 25 anos (1987-2011), o Estado gastou mais de 70% – 73%, para ser exata – do orçamento destinado às políticas públicas de habitação em bonificações ao crédito de habitação (Serra, 2019: 285); ademais, aquando dos Censos 2011, 73,2% dos alojamentos familiares clássicos eram ocupados por proprietários, por contraposição a apenas 19,9% de alojamentos ocupados por arrendatários (INE, 2013: 40), colocando-se Portugal, de acordo com dados disponíveis no portal Eurostat (2019), acima da média europeia ao nível da posse. Já de acordo com os resultados provisórios dos Censos 2021 (INE, 2021: 1), hoje, 70% dos alojamentos são ocupados pelo proprietário, embora a percentagem referente à posse tenha vindo a decrescer nas últimas décadas. No que respeita aos alojamento arrendados, estes registaram um aumento de 16% face a 2011 (*idem, ibidem*: 1), encontrando-se hoje nos 22,3%. Assim sendo, apesar de Portugal continuar a ser um país onde a compra de habitação continua a se sobrepor, em larga medida, ao aluguer, denota-se uma certa (e, para já, leve) mudança neste cenário.

A par disso, a provisão pública de habitação sempre foi extremamente exigua, sendo que este desinvestimento se reflete, por exemplo, nos apenas 2% de parque público habitacional, contra 34,1% na Holanda, 26,2% na Áustria ou 18,7% na França. Tirando raras exceções⁶⁵, as políticas estatais quase nunca se focaram na promoção direta, sendo que esta sempre foi residual, focando-se na “ajuda à

⁶⁵ O período com a maior promoção direta de habitação por parte do Estado dá-se após o 25 de abril de 1974 até meados de 1976, com o programa SAAL – Serviço de Apoio Ambulatório Local – e posteriormente, durante a década de 1990, com o Programa Especial de Realojamento (PER). Para mais informação consultar cf., entre outros, Agarez (2018).

pessoa” ao invés da “ajuda à pedra” (Guerra, 2008: 48). Assim, o Estado remete para o mercado a função da oferta – esquecendo-se daqueles segmentos que não têm condições de aceder a este e que, por isso, recorrem a outros conluíus, proliferando bairros precários e situações extremamente amargas (Santos, 2018: 82) – e remete para as famílias os custos do seu financiamento, passando “de um agente regulador direto para um Estado subsidiário, que incentiva a mercantilização de um direito fundamental como é o da moradia, dando total liberdade ao mercado privado para ditar as regras do jogo nesta seara” (Silva e Menezes, 2014: 11).

Por conseguinte, a política focada na aquisição de casa própria por meio de hipotecas – facilitada também após a adesão, em 1986, à CEE – criou as condições necessárias para a expansão do setor financeiro e para o alavancar do processo de financeirização da economia portuguesa (cf., entre outros, Santos, 2019: 5; Rodrigues, Santos e Teles, 2016). Como refere Silva (2018: 68), “o preço do imobiliário subia na mesma proporção a que o crédito era facilitado, com menores taxas de juro, menos exigências e mais tempo para pagar. (...) As famílias ficaram cada vez mais endividadas e por mais tempo”, sendo esta história “o clássico da construção de uma bolha imobiliária que invariavelmente rebenta, como esta rebentou a partir do momento em que a crise deu sinais” (*idem, ibidem*: 68).

Ora, capitalismo vive de crises que lhe permitem reinventar-se e revigorar-se: “as crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo. Conduzem tipicamente a reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novas esferas de investimento e novas formas de poder de classe” (Harvey, 2011b: 18). Foi precisamente o que sucedeu com a crise económica e financeira que afetou Portugal a partir de 2008, como veremos em seguida. Esta tem sido explicada com base em diferentes causas, entre as quais se encontra a dita bolha imobiliária.

A crise teve início nos EUA – “centro do capitalismo financeiro global” (Mendes e Carmo, 2016: 3) –, alimentada pela expansão descomedida da concessão de empréstimos de alto risco, também conhecidos como empréstimos “*subprime*”, concedidos a indivíduos que não ofereciam garantias de pagamento. Verificou-se uma sobreconfiança e sobrevalorização do mercado que, naturalmente, ficou artificialmente inflacionado. Assim, o que aconteceu foi que, “após um período de superacumulação de capital, uma mudança massiva de capital excedente do circuito primário para o secundário de acumulação desencadeou a especulação dos mercados imobiliários e habitacionais, levando ao colapso do sistema financeiro e a uma recessão global” (Mendes e Carmo, 2016: 3 *apud* Sevilla-Buitrago, 2015).

A sua “dimensão global” foi potencializada pelo uso de novos e criativos instrumentos financeiros, que permitiram que a crise se disseminasse rapidamente por todo o mundo: “após estourar,

ela [a crise de 2007] rapidamente se espalhou pelo mundo, na velocidade de circulação dos produtos financeiros e na intensidade da globalização dos mercados, aos quais o de hipotecas estava conectado” (Rolnik, 2015: 27). Deste modo, para Rolnik (2015: 27), “não é surpresa que o setor mais rapidamente afetado pela crise tenha sido a habitação”, pelo seu peso preponderante na dívida privada e uma vez que esta se encontrava “suprida por fundos de pensão, *hedge funds*, *private equities* e outras ‘mercadorias fictícias’”, tendo ela própria se tornado uma mercadoria fictícia aquando da sua dominação pelas finanças (*idem, ibidem*: 27).

Esta crise “expôs as principais contradições dos sistemas financeiros, destacando os problemas associados à desregulamentação dos mercados de capitais”, tornando evidentes “os problemas do tecido institucional regulador e fiscalizador do sistema financeiro, cujo papel foi progressivamente enfraquecido por uma tendência cada vez maior de liberalização” (Mendes e Carmo, 2016: 3). Foi “a maior crise desde o nascimento e consolidação do imaginário neoliberal” (Carmo, Ascensão e Estevens, 2018: 11). Com a sua chegada a Portugal, assistiu-se a uma degradação da já precária situação do Estado Social e a um agravar das condições de vida dos portugueses e da situação económica e financeira do país em geral, que sofria com elevadas taxas de endividamento e milhares de vidas hipotecadas.

Para adensar mais ainda a problemática no campo habitacional, surgiram, então, políticas de emergência e reformas de forte austeridade com o suposto intuito de minimizar os impactos da crise, subjacentes ao Programa de Assistência Financeira Internacional – Plano Troika, concertado entre Portugal, Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu –, que agravaram ainda mais os problemas já existentes. Este plano visava precisamente o “(re)equilíbrio das contas públicas e o aumento da competitividade da economia portuguesa”, mas, na verdade, como suprarreferido, “produziu alterações profundas na realidade do país no sentido da precarização da vida social e económica, caracterizando-se por privatizações, desregulamentação do mercado de trabalho, degradação dos serviços coletivos, erosão do Estado Social” (Morais, Silva e Mendes, 2018: 230).

Deste modo, o Memorando de Entendimento, que entrou em vigor em 17 de maio de 2011, “caracterizou-se por níveis “quase patológicos” de fundamentalismo pró-mercado, propondo políticas financeiras de profunda austeridade [...] e uma série de reformas estruturais que resultaram num verdadeiro atentado aos direitos laborais e sociais” (Mendes e Carmo, 2016: 7). Foram introduzidas, essencialmente entre 2012 e 2014, uma série de medidas e mecanismos que viabilizaram a produção da cidade neoliberal, a par de uma mudança nas formas de “rentabilização da cidade e do imobiliário” (Drago, 2021: 10), como sendo o caso a liberalização do mercado de arrendamento, a procura pela

captação de investimento estrangeiro para o mercado imobiliário português, a desregulação ao nível do alojamento local e do arrendamento de curta duração nos centros urbanos, entre outras, saindo daqui um verdadeiro urbanismo austeritário (Peck, 2012, 2015).

Mais especificamente, temos o Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU) de 2012 – também conhecido como “Lei Cristas”, que consiste numa alteração ao NRAU instaurado em 2006 –, sendo que este “é acusado de ter desprotegido os direitos dos inquilinos, agilizando os despejos e imposto mecanismos de liberalização de rendas” (Morais *et al*, 2018: 231). Facilitou o aumento incontrolável das rendas para muitos inquilinos que não possuíam qualquer tipo de apoio, com taxas de esforço muitas vezes superiores às do crédito bancário, não olhando aos rendimentos reais dos indivíduos que não acompanhavam (nem acompanham) os preços especulativos. Promoveu também o arrendamento de curta duração, a instabilidade dos contratos e facilitou os despejos e, por conseguinte, de certa forma, os processos de gentrificação⁶⁶ e turistificação desmedida. Por fim, contribuiu ainda para o encerramento de diversas atividades (económicas, sociais e culturais).

Coincidentemente, deu-se a simplificação da Lei do Alojamento Local em 2014 que, devido à frágil regulamentação, contribuiu também para a corrida aos despejos – despejos esses efetuados devido à crescente popularidade/atratividade deste setor de atividade e crescente “*airbnbização*” dos centros urbanos. Podemos ainda referir a criação do “Regime Fiscal para Residentes não Habituais”, que funciona desde 2009, e o programa dos “*Golden Visa*” ou Autorização de Residência para Atividade de Investimento (ARI), desde 2012. O “Regime Fiscal para Residentes não Habituais” pretende “atrair para Portugal profissionais não residentes qualificados em atividades de elevado valor acrescentado ou de propriedade intelectual, industrial ou *know-how*, bem como beneficiários de pensões obtidas no estrangeiro” (Autoridade Tributária e Aduaneira, 2016). Por sua vez, os “*Golden Visa*” são destinados a outros cidadãos estrangeiros, autorizando que estes residam no país em troca de levarem a cabo atividades de investimento em território nacional, nomeadamente transferência de capitais, criação de emprego e compra de imóveis. Porém, de forma meramente ilustrativa, em 2020, de acordo com os mapas estatísticos do SEF referentes às Autorizações de Residência para fins de Investimento, a grande

⁶⁶ Segundo Moskowitz (2018: 22-23) “a gentrificação, no seu nível mais profundo, trata, na realidade, de reorientar o propósito das cidades, procurando fazer com que estas deixem de ser espaços que atendem aos pobres e classes médias e passem a ser espaços geradores de capital para os ricos”. Assim, a cidade é transformada “numa oligarquia neoliberal, amiga das corporações, preocupada apenas em aumentar a parcela da riqueza possuída pela classe alta”, acabando por ser, unicamente, um “novo tipo/ forma de capitalismo”. Deste modo, os eventuais possíveis benefícios destes processos (como a revitalização e regeneração urbana) são superados pelos seus custos sociais, que recaem essencialmente sobre os mais pobres. De acordo com o autor (2018: 23), existem dois eixos – que, não obstante diferirem, não são exclusivos, podendo ser ambos verificados simultaneamente – que permitem explicar o porquê destes processos prejudiciais se desenvolverem e indicam quem pode ser responsabilizado por eles: o eixo produtivista *vs* o eixo consumista. Quem defende o eixo produtor enfatiza a primazia da colaboração entre governos e capital para orquestrar a disseminação da gentrificação, verificando-se, não raramente, “uma combinação de políticas federais, locais e estatais que favorecem a criação de riqueza acima da criação da comunidade”. Por sua vez, o eixo consumista, acredita que este é um fenómeno impulsionado maioritariamente pelas escolhas individuais dos consumidores nas economias de mercado. A título pessoal, assim como o autor, identificámo-nos como produtoristas, embora reconheçamos, também, o impacto das escolhas individuais.

fatia dos investimentos realizados no âmbito deste programa foi direcionada unicamente à aquisição de bens imóveis – 1094 do total de 1182 autorizações concedidas –, tendência comum desde o ano de implementação do programa⁶⁷, 2012, sendo que desde 2012 apenas 19 ARI foram atribuídas por via da criação de postos de trabalho. Em ambos os casos, os cidadãos estrangeiros usufruem de grandes reduções – ou mesmo isenções – de impostos, criando-se, na realidade, um modo formal de manutenção de “exilados fiscais” (Ribeiro, 2021). Isto põe em questão se, de facto, este é um programa vantajoso para o país, isto é, se os potenciais benefícios económicos destes instrumentos compensam o risco de corrupção e evasão fiscal a eles associados, bem como os impactos gerados no Estado social, em especial nos serviços de saúde e habitacionais.

Estas várias (contra)medidas – em conjunto com a promoção turística do país – acabaram por ser determinantes na evolução dos preços tanto no mercado de venda, como no de arrendamento, permitindo compreender o porquê do novo ciclo de subida dos preços da habitação, sendo que, mesmo em contexto pandémico, o setor imobiliário tem sido um dos mais resilientes da economia portuguesa, mantendo as tendências de subida⁶⁸. A título de exemplo, e revelando números preocupantes, entre 2015 e 2020 os preços das casas cresceram 31% mais do que os salários, tal como noticiado pelo Jornal de Notícias (Araújo, 2021). Também de acordo com o Índice Global dos Preços da Habitação do Fundo Monetário Internacional (FMI), como veiculado pelo jornal Expresso (Ribeiro, 2021), Portugal é o oitavo país (a nível mundial) onde os preços das casas mais subiram.

Podemos, então, constatar que “o estouro da bolha, a crise hipotecária que assolou o sistema financeiro internacional, assim como o estado de emergência habitacional que a sucedeu em alguns países, não resultaram em uma mudança de paradigma” (Rolnik, 2015: 102). Pelo contrário,

As respostas governamentais consistiram basicamente em *bailouts* – ou seja, a massiva injeção de recursos públicos nos bancos privados e nas instituições de crédito para evitar sua bancarrota –, na introdução de algumas medidas regulatórias para aumentar a transparência e controle dos empréstimos e... numa nova rodada de estímulos à produção de moradia pelo setor privado, com unidades vendidas via crédito hipotecário com vista à dinamização económica (*idem, ibidem*: 102).

A habitação foi, ironicamente, convertida numa das “principais estratégias *keynesianas* para recuperação” (*idem, ibidem*: 102), o neoliberalismo fortaleceu o seu domínio sobre as cidades e o nexu nocivo entre habitação e finança foi ainda mais além:

⁶⁷ Este instrumento foi alvo de restrições em determinadas cidades, entretanto adiadas e, provavelmente, se efetivadas sem que seja revogado na sua totalidade, poderá conduzir a um agravar da crise habitacional noutras cidades que, para já, se mantêm “secundárias”.

⁶⁸ Não obstante, devido ao contexto pandémico foram lançadas uma série de medidas no campo da habitação tendo em vista proteger os indivíduos que foram particularmente afetados pelos impactos do Covid-19 na atividade económica, no emprego e ao nível dos rendimentos: proibição de despejos; extensão da vigência dos contratos no arrendamento; apoio no pagamento de rendas e moratórias nos pagamentos relativos ao crédito hipotecário. Segundo Drago (2021: 51), com a qual concordamos, “a inquietação coloca-se, portanto, sobre o que acontecerá no momento em que terminar o período das moratórias na habitação (...) Os efeitos da crise económica que se avoluma terão certamente impacto nestes segmentos e na sua capacidade de fazer face aos custos habitacionais”.

Depois de uma crise financeira que foi espoletada pelo nexos finança-habitação, discutimos hoje uma crise de habitação que parece resultar do aprofundamento da lógica financeira em torno do mercado imobiliário nas economias europeias, e que emergiu como resposta à crise financeira. (...) A crise financeira nascida da relação entre finança e habitação “resolveu-se” criando uma nova crise na habitação (Drago, 2021: 8).

Assim sendo, “a crise financeira de ontem está ligada à crise habitacional de hoje – e, no seu centro, perdura a relação desequilibrada e perigosa entre processos de financeirização e modelos de provisão habitacional” (*idem, ibidem*: 16; Wetzstein, 2017: 5): promoveram-se lógicas de gentrificação e turistificação que “se tornaram progressivamente o modelo orientador da produção habitacional e da intervenção no espaço urbano” (Drago, 2021: 8), entregando a habitação à especulação imobiliária⁶⁹ – impulsionada também pelos fluxos migratórios recentes (Ribeiro *et al*, 2020: 211) – e os inquilinos ao *bullying* e ao assédio imobiliário, aprofundando as desigualdades socio-espaciais e tornando o acesso às áreas centrais da cidade num privilégio dos mais ricos, expulsando um grande número de famílias para a periferia. A estas complicações somam-se as velhas carências habitacionais que prevaleciam ainda por resolver, como a sobrelotação e as más condições dos fogos. Assim, neste momento, a crise habitacional uma das mais graves que o país enfrenta.

Isto conduz-nos invariavelmente à ideia de que “os espaços urbanos são apropriados de modo distinto de acordo com a posição social e poder dos seus atores” (Martinez, Arruda e Souza, 2016: 198): o acesso a determinadas zonas da cidade não se faz de forma igualitária, essencialmente devido à “lógica excludente do mercado”, típica do sistema capitalista – determinadas zonas são “focos de valorização imobiliária” e, como certas populações não conseguem suportar o custo do mercado, são obrigadas a afastar-se e a recorrer a outras soluções (Silva, 2010: 2). Deste modo, “o alojamento constitui um dos setores socioeconomicamente mais sensíveis, suscetível de operar uma dualização de espaços e uma filtragem das populações urbanas, nomeadamente no campo da habitação”, em função do “diferente grau de disposição de recursos por parte dos diferentes grupos sociais” (Silva, 2020: 38-39).

Assim, o solo urbano apresenta-se como “um instrumento de divisão social do espaço” (*idem, ibidem*: 39) e, podemos acrescentar, até mesmo de “distinção” (Bourdieu, 1979), o que significa que

⁶⁹ Embora muito em debate na atualidade, a especulação imobiliária é já uma prática muito antiga. De acordo com Madden e Marcuse (2016: 28), “a história do imobiliário está repleta de especulação”. Esta já havia sido abordada por Engels em 1873, no seu livro “Para a questão da habitação”, a par também daquilo que viria a ser chamado de “processo de gentrificação”: “a expansão das grandes cidades modernas dá um valor artificial, colossalmente aumentado, ao solo em certas áreas, particularmente nas de localização central; os edifícios nelas construídos, em vez de aumentarem esse valor, fazem-no antes descer, pois já não correspondem às condições alteradas; são demolidos e substituídos por outros. Isto acontece antes de tudo com habitações operárias localizadas no centro, cujos alugueres nunca ou então só com extrema lentidão ultrapassam um certo máximo, mesmo que as casas estejam superpovoadas em extremo. Elas são demolidas e em seu lugar constroem-se lojas, armazéns, edifícios públicos. [...] O resultado é que os operários vão sendo empurrados do centro das cidades para os arredores, que as habitações operárias e as habitações pequenas em geral se vão tornando raras e caras e muitas vezes é mesmo impossível encontrá-las, pois nestas condições a indústria da construção, à qual as habitações mais caras oferecem um campo de especulação muito melhor, só excepcionalmente construirá habitações operárias” (Engels, 1873: 11). Não obstante, há indícios de que já no antigo império romano, Marco Licínio Crasso (115-53 a.c.) “ganhou fama devido à sua grande riqueza, acumulada fundamentalmente graças ao comércio de escravos e à especulação imobiliária, bem como ao seu constante e desmedido afã em aumentá-la” (Ramos, 2019: 19).

determinados grupos sociais – por norma, os desprovidos de recursos – “são arredados para a periferia e, quando no centro, além de desestruturados, marginalizados e estigmatizados, são objeto de medidas de pressão, deslocalização, assalto e expulsão” (Silva, 2020: 39), devido às dinâmicas especulativas, à ação do capital financeiro e aos processos de regeneração, nobilitação e gentrificação conduzidos (*idem, ibidem*; Silva, Ribeiro, Cardoso e Felizes, 2017: 176).

Dá-se, então, a criação da dita “cidade *premium*”, destinada à procura externa e global (esquecendo-se dos locais) e/ou seletiva de determinados segmentos exclusivos (Drago, 2021), com uma deriva significativa da habitação para o luxo: o nexos finança-habitação é aprofundado na sequência da grande crise financeira de 2008, mas sofre alterações pois, ao invés de continuar a promover os desastrosos créditos *subprime*, orienta-se agora para a captação de rendimentos mais elevados, passando a “dedicar-se a um modelo *prime* de provisão habitacional” (*idem, ibidem*: 8). Por conseguinte, como afirma Silva (2020: 38), “para as populações pobres e sem recursos mínimos (...), a vida urbana torna-se um inferno insuportável”.

Estes processos seletivos suprarreferidos podem ser mais ou menos incentivados, a depender das orientações que guiam as políticas adotadas, isto é, se estas são mais ou menos pró-mercado. Esta é uma área extremamente marcada por opiniões divergentes – quando não completamente opostas –, sendo também e especialmente por aqui que passam as divisões político-partidárias – entre esquerda e direita – no que se refere à posição que o Estado deve assumir, debatendo-se entre um maior ou menor intervencionismo (Eurofound, 2006: 3). Como afirma Silva (2020: 39), “as instâncias públicas tanto podem colocar-se ao lado dos direitos dos mais desprotegidos, como podem ir ao encontro dos interesses privados, amiúde especulativos, do capital imobiliário e financeiro”, ou seja, a ação do Estado pode ser usada para democratizar o acesso a este bem essencial, ou pode funcionar como instrumento de manutenção das desigualdades e de acumulação de capital por parte de poucos.

Porém, na realidade, segundo Silva (*ibidem*: 36), “tem sido o poder económico a estruturar as cidades, para o que contribui decisivamente o próprio poder político”: como vimos, tudo isto foi conduzido pela mão do próprio Estado e por consequência das políticas adotadas, que ajudaram e não pouparam esforços para estender ainda mais a agenda neoliberal – que tanto se expande em momentos de *boom* económico, bem como de retração, como Aalbers (2015b: 7) nos lembra – e o *lobby* capitalista (Mendes e Carmo, 2016: 4), não assumindo o Estado um papel passivo. Madden e Marcuse (2016: 63) fazem referência a um dito “*mito do Estado benevolente*”, que consiste na narrativa ou ideia ficcional de que “o governo age de acordo com uma preocupação primordial para com o bem-estar de todos os seus

cidadãos e que as suas políticas representam um esforço para encontrar soluções para os problemas sociais reconhecidos”. Os autores afirmam que as políticas habitacionais são um bom exemplo deste mito. Para eles, a política habitacional é unicamente “um artefacto ideológico, não uma categoria real”, o que significa que, se de facto o Estado estivesse verdadeiramente preocupado em resolver as carências habitacionais que afetam os seus cidadãos – isto é, transformar o ideológico em algo real –, a história da habitação estaria escrita de forma bem distinta. Por conseguinte, fica inteligível que “o Estado tem usado o sistema habitacional para preservar a estabilidade política e apoiar a acumulação de lucro privado” (*idem, ibidem*: 63-64), daí que Mendes e Carmo (2016: 4) refiram que “a recuperação económica nunca foi o objetivo; a implementação da austeridade era sobre usar a crise, não resolvê-la”.

No mesmo sentido, Mendes e Carmo (2016: 6) referem que, na realidade, o “neoliberalismo não está necessariamente focado na amputação das funções sociais das instituições públicas ou na destruição do Estado de bem-estar, mas em converter essas funções em mecanismos que atendam aos interesses do capital por meio de uma ‘intervenção de mercado estratégica e seletiva’”, sendo isto característico do debate entre o “Estado mínimo” e o “Estado ao serviço do capital”. Nesse sentido, o papel do Estado neoliberal seria justamente “o de criar e manter um arcabouço institucional adequado às práticas de mercado, embora, depois de criadas as condições não sejam exigidas outras intervenções que vão além das de um Estado mínimo” (*idem, ibidem*: 6). Este *key role* que o Estado desempenha na criação das regras é reconhecido por vários autores, como a “mão direita” e “mão esquerda” do Estado que, grosso modo, representam as funções dos Estados modernos contemporâneos segundo Bourdieu (1998; 2000b) e que explica a forma como determinados atores – empresas, fundos de investimento, etc. – procuram influenciar e manipular o poder público, com vista à obtenção de vantagens (Oro, Pinheiro e Almeida, 2019: 62). É o Estado ao serviço do projeto neoliberal.

Deste modo, podemos estar cientes de que “o Estado é claramente parte do problema, mas é absolutamente necessário para qualquer solução” (Madden e Marcuse, 2016: 129): “a uma tendência do capital em reforçar a sua presença nas cidades, há que mobilizar o Estado para contrapor legislação e políticas que minimizem os efeitos devastadores da ação do capital neste mercado muito particular” (Ribeiro *et al*, 2020: 222). Neste sentido, verificamos alguns esforços com o intuito de instaurar uma mudança de paradigma. Surgem instrumentos e programas como, por exemplo, a Nova Geração de Políticas de Habitação (NGPH) e os programas a ele associados, a relativamente recente Lei de Bases da Habitação (Lei n.º 83/2019) e alguma luz ao fundo do túnel com o financiamento proveniente do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) financiado pela União Europeia (UE), que procura implementar

um conjunto de reformas e financiar investimentos com o intuito de repor o crescimento económico (sustentado) no pós-pandemia, e que dispõe de 1250 milhões de euros para gastar em habitação nos seis anos previstos para a sua execução (República Portuguesa, 2021).

Porém, estes instrumentos legais supracitados não deixam de ser marcados por contradições: por um lado, estabelece-se um compromisso de reforçar o parque público habitacional – embora muito aquém das necessidades reais de reforço –, e a introdução de uma nova filosofia, reiterando a ideia de que a habitação é um direito e, como tal, deve ser acessível a todos sem exceção; por outro, opta-se por deixar incólumes determinados instrumentos, instrumentos esses que conduziram o mercado habitacional português à situação emergencial que hoje atravessa, continuando a obedecer a lógicas do mercado e da finança, e incentivando a procura externa, que distorce os preços habitacionais, tornando-os inacessíveis ao comum cidadão português.

Assim, o Estado continua a coadunar com os interesses elitistas capitalistas. Fá-lo quando opta por não revogar ou atualizar o Novo Regime de Arrendamento Urbano, deixando este mercado tendencialmente especulativo sem regulação, quando poderia seguir os bons exemplos de Berlim e Barcelona⁷⁰, cidades que criaram ferramentas para combater a especulação imobiliária, ou, quem sabe, promovendo estratégias de mix social no âmbito das políticas de habitação, como praticadas na Dinamarca e/ou Reino Unido (Alves e Azevedo, 2017)⁷¹. Fá-lo quando, na sua essência, conserva medidas geradoras de especulação e distorção, pouco transparentes, aprofundando carências e desigualdades, como o Regime Fiscal para Residentes Não Habituais, a Autorização de Residência para Atividade de Investimento (os famosos *Vistos Gold*) e os benefícios fiscais previstos no âmbito do Programa de Rendas Acessíveis, cuja noção de acessibilidade, calculada em função do valor de mercado e não do rendimento dos indivíduos que do programa irão usufruir, é insuficiente, enganadora, e, na realidade, manifestamente inacessível. Fá-lo enquanto mantiver isenções e incentivos fiscais aos Fundos

⁷⁰ “Se alguém tem dúvidas, procure saber o que se passa hoje em Berlim ou em Barcelona. Nesta cidade, o governo local dirigido por Ada Colau aplicou em 2019 uma multa de 2,8 milhões de euros aos chamados “fundos abutre”, por manterem na cidade apartamentos vazios, isto é, como se fossem simples notas parqueadas em contas bancárias (*El País*, 2019); já em Berlim, o governo local avançou com a compra por 920 milhões de euros de 6.000 habitações que estavam nas mãos de um outro ‘fundo-abutre’, a *ADO Properties*, ao mesmo tempo que congelou as rendas a partir de 2020, com efeitos retroativos a 18 de junho de 2019 (*Jornal de Negócios*, 2019)” (Ribeiro *et al*, 2020: 214-215).

⁷¹ As autoras consideram crucial a “adoção de modelos que favoreçam, por um lado, a diversificação social dos bairros de arrendamento social, através da definição de quotas máximas de concentração espacial de população desempregada ou dependente de prestações sociais em áreas urbanas consideradas ‘em crise’; e, por outro lado, de quotas mínimas para a provisão de habitação acessível às classes de menores rendimentos em novas operações de urbanização ou de requalificação urbana”. Basicamente, defende-se a adoção (quase como que por um “sistema de quotas”) de um modelo de cidade, planeamento e regeneração mais inclusivo, estratégias essas que permitiriam travar “a criação ou reforço de processos de segregação e de concentração espacial de pobreza e de exclusão social em alguns bairros” (Alves e Azevedo, 2017: 6), integrando de forma mais eficaz as populações menos abastadas. Já de acordo com Alves (2020), em comentário no *Jornal Público*, “em Portugal, a Lei de Bases da Habitação, no artigo 22º relativo à Carta Municipal de Habitação, define a possibilidade de os municípios com declaração de carência habitacional condicionarem as operações urbanísticas privadas ao cumprimento das metas habitacionais para habitação permanente e a custos controlados”, ou seja, “na execução de qualquer plano ou operação de expansão ou renovação urbanística, o município poderá determinar que a provisão de uma percentagem do total dos fogos a construir deve ser destinada a habitação social ou a arrendamento acessível”, pelo que, o que falta, é, realmente, eficiência de implementação, permanecendo a expectativa de ver efetivadas as medidas propostas.

de Investimento Imobiliário e às Sociedades de Gestão Imobiliária (SIGIs) – a versão portuguesa dos Real Estate Investment Trust (REIT) –, políticas que, em nome do “investimento”, põe em causa o equilíbrio social. Se o Estado não travar isto, como refere Santos (2018: 88),

Estará a contribuir ativamente para uma continuada transferência de riqueza dos sectores produtivos para os sectores rentistas, e dos mais vulneráveis para os mais privilegiados. Estará a contribuir para a acumulação de rendas fundiárias, permitindo que proprietários auferam um rendimento que advém sobretudo da posse de um bem escasso que se tende a valorizar com a mera passagem do tempo. E estará a contribuir para a própria fragilização do Estado, com cada vez menos recursos e por isso mais vulnerável ao poder económico e político da finança e do imobiliário na condução das suas próprias políticas.

A questão aqui, como diria Portas (1986: 637), é “saber por onde se começa”:

É uma típica questão de todas as fases de transição: a de saber por onde é que se começa. Se se começa pelos decretos e pelas leis ou se se começa por processos que alterem as condições e as relações de força, para que as leis sejam já a recolha dessas experiências e a sua necessária consolidação, no caso de serem boas e de a relação de forças ser favorável (Portas, 1986: 637).

Há múltiplas possibilidades de ação. Há reivindicação, pessoas e movimentos dispostos à luta, tendo em vista a criação de um modelo de distribuição mais justo. Falta saber se existe, de facto, vontade de alterar o *status quo*. O desafio é grande e levará tempo a dar os seus frutos, o que impele à necessidade de um acordo concertado entre os diversos atores interessados – capital, Estado e cidadãos –, recorrendo, uma vez mais, a uma abordagem *bottom up* – com o intuito de contrariar as invisibilidades e compreender as reais necessidades, que variam inclusive consoante as regiões – e que sobreviva a diferentes ciclos políticos. Mas estaremos cá, até porque, como o canta Sérgio Godinho desde 1974, “só há liberdade a sério quando houver a paz, o pão, habitação, saúde e educação”.

CAPÍTULO IV | MIGRAÇÕES, MERCADO IMOBILIÁRIO E VIVER EM BRAGA

1. Imigrantes e habitação: primeiros passos, primeiras complicações?

Como nos temos vindo a aperceber, a questão habitacional em Portugal é hoje uma temática renovada e complexificada, encontrando-se cada vez mais presente na agenda política e no centro de infindos debates. O mesmo sucede com a problemática das migrações. Apesar de não serem um fenómeno hodierno, num mundo globalizado propiciado pela compressão das dimensões tempo-espço (Harvey, 1989), estes fluxos populacionais ganharam crescente expressão e diversificaram-se rapidamente, confrontando-nos com novos desafios, mas também com múltiplas oportunidades.

Um desses desafios, como já abordado, refere-se à inclusão da população migrante que, apesar de se afirmar como um processo complexo e multifacetado, é parte fulcral do fenómeno migratório. Este processo de inclusão é multissetorial, ou seja, é afeto a várias dimensões da vida dos migrantes, já previamente enunciadas por Bäckström e Pereira (2012: 94): mercado de trabalho, acesso a cuidados de saúde, à educação, ao alojamento, ao nível dos processos de legalização, existência de redes de apoio, domínio da língua, entre outros. Todos estes elementos ditam o sucesso ou insucesso da política de integração.

Sendo a habitação uma necessidade humana básica fundamental, geralmente é uma das prioridades a solucionar aquando da chegada ao país de destino/acolhimento, não raramente a par da inserção laboral (Malheiros & Fonseca, 2011). Podemos estar cientes de que, tendo em vista solucionar esta questão, as escolhas habitacionais dos migrantes são determinadas por diversos fatores, que incluem a duração de permanência planeada (sendo que num primeiro momento, com um plano migratório temporalmente limitado, os imigrantes tendem a dar prioridade ao segmento de arrendamento), o dinheiro disponível, o acesso a informações e o estatuto (e também o *status*) de imigração (que pode, inclusive, determinar a elegibilidade para a habitação social e outros instrumentos, como, por exemplo, o crédito bancário) (Integration up North, 2015).

Porém, este contexto habitacional pode apresentar-se também enquanto uma das primeiras dificuldades – ainda para mais tendo em consideração o atual clima de crise imobiliária abordada no capítulo anterior –, uma vez que, quando comparados com os portugueses, estes indivíduos “correm riscos acrescidos de discriminação no acesso ao arrendamento ou no acesso ao crédito bancário, pela sua condição de estrangeiro, somada a uma menor capacidade financeira” (Malheiros & Fonseca, 2011),

o que pode inclusive contribuir para a segregação social e socio-espacial, comprometendo um processo de integração exímio.

De acordo com Mikaba (2016), ao encontro daquilo que também é referido por Harrison, Law e Phillips (2005) e Fonseca, McGarrigle e Esteves (2010), além da sua posição vulnerável perante o mercado habitacional – alimentada por problemas de transparência do próprio mercado, incluindo no acesso a informação, e pelos problemas de discriminação e exclusão (Bosswick *et al*, 2007) –, os migrantes tendem a estar também desproporcionalmente dependentes do arrendamento privado e, além disso, frequentemente desinformados dos seus direitos, o que poderá facilitar inclusive uma certa tolerância ou banalização de certas situações de discriminação. Ademais, estes enfrentam também maiores obstáculos para aceder à habitação pública – que, não obstante, como vimos, é extremamente exígua em Portugal, representando apenas 2% do total de habitação disponível (cf., entre outros, Drago, 2021) – ou a outros benefícios habitacionais (Mikaba, 2016). Estes indivíduos são, ainda, mais propensos a viver em acomodações abaixo do padrão e mal conectadas a nível de transportes, serviços e infraestruturas – obstaculizando o seu usufruto pleno do direito à cidade –, com menos espaço disponível e com um custo de aluguer mais alto do que a média nacional (*idem, ibidem*). Tudo isto se torna relevante se tivermos em consideração que “quem mora, onde e em que condições diz muito sobre a sociedade, sobre as oportunidades e sobre os caminhos disponíveis para a integração, bem como sobre as desigualdades e obstáculos à mobilidade social” (*idem, ibidem*).

Apesar de alguns avanços positivos, de acordo com Fonseca, McGarrigle e Esteves (2010), “a exclusão e a discriminação neste domínio são de natureza persistente, revelada nas semelhanças que ocorrem em diferentes países europeus”. Ou seja, a discriminação, isto é, o tratamento desigual ou injusto dado a uma pessoa ou grupo, com base em estereótipos e preconceitos de alguma ordem – sendo que esses preconceitos e estereótipos pré estabelecidos, ou seja, rótulos generalizantes criados pelo senso comum na base de mitos construídos, são aquilo que está no centro da discriminação, acabando esta por ser a sua efetivação prática (Fiske, 2010) – prevalece. E tal ocorre, entre outras razões, porque estas movimentações “colocam em contacto o mesmo e o Outro, e uma grande diversidade de culturas e identidades” (Ramos, 2013), podendo, com isso, como vimos, despertar o nosso pior lado (Bernartt, Mendéz, Piovezzana & Pezarico, 2017). Este encontro é principalmente delicado num contexto de laços fragilizados e onde germinam ruturas, alimentadas pelo clima político atual onde os discursos se vêm extremando, onde “as diferenças culturais têm sido usadas para dividir populações, onde a exclusão se tem tornado numa estratégia para ganhar eleições e onde o discurso de ódio se tornou banal” (Hout, 2019).

Este tipo de discriminação encarna variadas formas, documentadas por Ribeiro e Ribeiro (2021) precisamente no que se refere às situações discriminatórias das quais a comunidade brasileira na cidade de Braga é vítima. Entre essas formas que a discriminação encarna encontramos, por exemplo, a burla, que é um crime punível por lei, praticado por alguém que, visando o enriquecimento ilegítimo próprio ou de terceiros, procura induzir, através do engano ou embuste, outra pessoa a praticar atos – “astuciosamente provocados” – que lhe causem prejuízo patrimonial (Artigo 217.º do Código Penal). Entre as outras formas assumidas pela discriminação encontramos (i) a recusa direta em arrendar devido à nacionalidade, sendo que constitucionalmente a habitação é um direito concedido a todos os indivíduos, inclusive independentemente da nacionalidade, território de origem ou etnia; (ii) a cobrança de valores distintos a estrangeiros e a nacionais (que, não obstante, outra literatura já demonstra); (iii) o descrédito, a desconfiança ou insegurança em arrendar a indivíduos estrangeiros (de nacionalidade brasileira em particular); e, por fim, (iv) manifesta-se também na cobrança de preços e/ou exigências exageradas e/ou ilegais, sendo o mais comum a cobrança de um número de rendas ilegítimo adiantadas, sendo que, de acordo com o previsto no n.º2 do artigo 1076.º do Código Civil (CC), “o pagamento da renda pode ser antecipado, havendo acordo escrito, por período não superior a três meses”.

Como aludem Bosswick *et al* (2007), há várias motivações ou justificativas para a perpetuação destes atos discriminatórios, que são frequentemente utilizadas pelos senhorios/as (no mercado de arrendamento privado), entre as quais se destacam: (i) o receio da desvalorização imobiliária do edifício ou bairro devido ao aumento da percentagem de residentes com origem migrante; (ii) o receio da má manutenção da propriedade; (iii) e, por fim, o receio de que o imigrante deixe de pagar o aluguer ou, simplesmente, resolva repentinamente deixar a casa.

De acordo com Ribeiro e Ribeiro (2021), no contexto bracarense e dos fluxos brasileiros em particular, as justificativas apresentadas encontravam-se visivelmente associadas ao imaginário cultural existente – subjetivo e coletivo – herdado já da época colonial. Relacionam-se, primeiramente, à ideia daquilo que é ser mulher e mulher brasileira em particular, ideia essa irremediavelmente conectada às questões da “colonialidade de género” (Lugones, 2008), inseparável da “colonialidade do poder”, do “ser”, do “saber” e da “colonialidade de natureza”, isto é, o ser-para-servir e nunca ser-para-si-mesmo (cf., entre outros, Quijano, 2005; Lander, 2005; Mignolo, 2005; Lagarde, 2005; Santos, 2020), colonialidades que, apesar de alegada e legalmente se encontrarem extintas, prevalecem a vários níveis, essencialmente do discurso e da prática – é o corpo que ainda é posse, assim como a terra o foi. Relacionam-se, posteriormente, ao imaginário herdado de vagas anteriores – nomeadamente da já mencionada segunda vaga, quando se dá a proletarização dos fluxos –, onde emerge a representação

do brasileiro como malandro, alguém que ludibria, precário e pobre na Europa, que vai deixar de pagar a qualquer momento, ao encontro dos contributos facultados por Bosswick *et al* (2007). Relacionam-se, ainda, com o imaginário cultural conectado à ideia do exótico, exagerado e do espetáculo – o forró, o samba, o Carnaval, e o brasileiro que vai transformar a casa num palco para as mais variadas infâmias e libertinagens. Assim, recorre-se à generalização, sendo o brasileiro em geral fantasiado negativamente.

Porém, nem sempre são apresentadas justificações, até porque a discriminação pode ser mais direta, particularmente para aqueles migrantes facilmente identificáveis pelas características físicas (Fonseca *et al*, 2010), ou mais indireta e/ou mais velada ou subtil, o que pode inclusive indicar uma consciência sobre o ato discriminatório. A sua recorrente subtilidade torna-a particularmente difícil de provar e, por conseguinte, de se erradicar, acabando, não raramente, normalizada (Bosswick *et al*, 2007; Mikaba, 2016; Lukes *et al*, 2019).

Deste modo, este é um problema que urge combater e desnormalizar, garantindo aos imigrantes o acesso à habitação em igualdade de circunstâncias, que, de resto, já é prevista em vários instrumentos legais – quer nacionais, quer internacionais – como é o caso da Constituição da República Portuguesa previamente citada, da relativamente recente Lei de Bases da Habitação (Lei n.º 83/2019), do Código Civil (Artigo 1067.º-A) e da Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias (Artigo 43.º). A ideia é transversal a todos os instrumentos: ninguém pode ser discriminado no acesso a este que é um bem essencial nomeadamente em função da sua ascendência ou origem étnica, sexo, língua, território de origem, nacionalidade, religião, crença, convicções políticas ou ideológicas, instrução, situação económica, género, orientação sexual, idade, deficiência ou condição de saúde. Importa agora garantir a sua efetivação prática e a punição daqueles que não agem em conformidade com o que se encontra legalmente previsto.

2. Fenómeno migratório e flutuações imobiliárias: teorias explicativas

A imigração, como temos vindo a constatar, gera alterações no panorama quer do país de origem, quer no país de destino, podendo essas alterações expressar-se a curto, médio ou longo prazo. Essas alterações ou *outcomes* do movimento migratório podem ser objeto de avaliação e ponderação, procurando identificar os seus efeitos. De acordo com Barbu, Vuță, Străchinaru e Cioacă (2017), por um lado, a imigração aumenta a demanda agregada, gerando novas oportunidades de consumo, aumentando a variedade de bens e serviços disponíveis e proporcionando uma maior flexibilidade no mercado de trabalho, ocupando aquilo que denominam por “trabalhos 3D”: sujos, perigosos e difíceis –

dirty, dangerous and difficult. Por outro lado, ainda de acordo com os autores, verificam-se também efeitos sociais negativos, essencialmente ao nível do mercado de trabalho, na qualidade de vida da população nativa e no que respeita à habitação e às decisões habitacionais desse mesmo grupo.

Os impactos gerais dos movimentos populacionais no mercado imobiliário e no que respeita à habitação são o ponto fulcral deste estudo. Embora não sobre Portugal, a nível internacional vários autores se debruçaram sobre essa mesma temática – essencialmente no campo das ciências económicas –, uma vez que coincidentemente (ou não) o *boom* dos mercados imobiliários geralmente ocorre aquando de uma maior afluência migratória, tal como asseveram Barbu *et al* (2017). Assim, a literatura neste campo tem vindo a crescer, até porque, de acordo com Sá (2015), este é um aspeto relevante quando refletimos sobre os efeitos económicos das migrações, dado o grande peso que o consumo habitacional representa no orçamento familiar, fazendo referência às respetivas taxas de esforço com habitação.

Nessas várias investigações, a avaliação do impacto dos fluxos de imigrantes no preço da moradia conduziu a resultados distintos, dependendo da região, do país de destino, do país de origem dos migrantes, do intervalo temporal considerado, do segmento do mercado imobiliário analisado – compra ou arrendamento –, das variáveis tidas em consideração, da metodologia utilizada, entre outros.

Alguns estudos obtêm uma correlação positiva entre as duas variáveis, asseverando que os movimentos migratórios aumentam os preços habitacionais (cf., entre outros, Saiz, 2007; Coleman & Landon-Lane, 2007; Stillman & Maré, 2008; Gonzalez & Ortega, 2009; Degen & Fischer, 2010; McDonald, 2013; Mussa, Nwaogu, Pozo, 2017). Saiz (2007) documenta os impactos económicos da imigração nas cidades americanas, afirmando que a imigração aumenta a procura por habitação nas áreas de destino, provocando um aumento das rendas a curto prazo, sendo que a aceleração ou desaceleração ao nível de entradas de imigrantes numa cidade está diretamente associada à aceleração ou desaceleração no que respeita à evolução dos valores cobrados. Trata-se, então, basicamente, da velha lei da oferta e da procura em ação.

Ainda no contexto estadunidense, recorrendo a dados recolhidos entre 2002–2012, também Mussa, Nwaogu e Pozo (2017) procuraram indagar os efeitos diretos e indiretos dos fluxos migratórios no mercado imobiliário. Concluíram que o aumento de 1% na população de uma determinada área metropolitana, proporcionado pela entrada de novos fluxos migratórios, está associado a um crescimento de oito décimas no preço dos aluguéis, influenciando inclusive os preços praticados nas áreas metropolitanas vizinhas: o aumento de um ponto percentual por meio da imigração numa determinada

área metropolitana está associado a um aumento de 1,6% nas áreas metropolitanas em redor. De acordo com os autores, isto ocorre pois a entrada de imigrantes parece expulsar os nativos para as áreas metropolitanas confinantes. Deste modo, esse aumento seria impulsionado pelos movimentos e opções da população nativa em resposta aos contingentes de imigrantes. A mesma correlação se verifica no que concerne aos preços das habitações destinadas ao segmento de compra, sendo que um aumento semelhante no fluxo imigratório eleva os preços das casas em 0,8% numa mesma área metropolitana. Já no que se refere aos efeitos destes nas áreas metropolitanas em redor, os valores são bastante mais elevados, registando-se um aumento de 9,6%. Para os autores, aquilo que pode explicar este maior efeito de transbordo no segmento de compra em relação ao segmento de arrendamento é o facto de os nativos que abandonam uma determinada zona influenciados pela chegada de estrangeiros optarem por comprar ao invés de arrendar, considerando que este poderá ser um momento oportuno para passar de locatário a proprietário. Deste modo, seria exercida uma pressão maior sobre a oferta, causando impactos superiores.

Já no contexto neozelandês, e no mesmo sentido, Coleman e Landon-Lane (2007) concluíram que um fluxo imigratório igual a 1% da população está associado a um aumento de 10% no preço da habitação a curto prazo, e a um efeito ligeiramente superior após três anos. McDonald (2013) descobriu que as mudanças na migração impelem efeitos positivos sobre os preços das casas, sendo que 1000 chegadas de imigrantes provenientes da Europa e do Reino Unido correspondem a um aumento no preço da habitação de 8% após dois anos. No que se refere aos migrantes provenientes da Ásia, o aumento do preço é de 6%. Concluíram ainda que os migrantes cidadãos da Nova-Zelândia (internos/de retorno) têm efeitos menores nos preços do que os migrantes estrangeiros. Esses resultados contrastam com os de Stillman e Maré (2008), que descobriram que o retorno de neozelandeses corresponde a um aumento superior nos preços do que aquele potenciado pelos estrangeiros. Assim, Stillman e Maré (2008), ainda no contexto neozelandês e adotando um enfoque mais local do que nacional pois o mercado não é homogéneo, colocam na balança quer os impactos das migrações internacionais, quer internas, quer das migrações de retorno, separando as águas, pois, segundo os autores, “diferentes grupos de migrantes podem exigir diferentes quantidades e tipos de habitação ou ocupar segmentos específicos do mercado imobiliário residencial – alugar ao invés de possuir”. Para os autores, o impacto que os fluxos exercerão sobre os preços da habitação a nível local dependerá tanto do tamanho e da composição desses mesmos fluxos, bem como daquilo que denominam como “elasticidade da oferta local de habitação”. Em conclusão, constaram que apesar dos fluxos imigratórios internacionais contribuírem significativamente para flutuações populacionais, a nível local estes não se encontram diretamente

relacionados com as mudanças nos preços habitacionais. Porém, como o mercado não é homogéneo, verificam uma forte correlação ao longo do tempo a nível nacional. Ademais, curiosamente, há uma forte relação positiva entre a entrada de neozelandeses que viviam anteriormente no exterior e áreas onde a valorização dos preços da habitação é mais elevada. Assim, os autores deixam a ressalva de que outros fatores podem intervir, pois a robustez não se verifica: essas relações não são robustas quando analisamos diferentes períodos, sugerindo que o crescimento populacional não é o determinante dominante ou a força motriz imperial das mudanças no preço da habitação e que existem fatores omitidos ou mediadores que podem ser mais importantes do que a mudança da população em si na determinação dos preços da habitação. Veremos, adiante, quais os outros vários fatores que podem ser evocados para justificar as variações ao nível dos preços.

Adiante, por terras espanholas, Gonzalez e Ortega (2009) estimaram o impacto das migrações sobre os preços das casas e de construção para o período compreendido entre 1998-2008, uma década alegadamente caracterizada por um *boom* tanto do mercado imobiliário, quanto dos movimentos migratórios. Concluíram que, no período analisado, a Espanha recebeu fluxos de imigrantes iguais a 17% da população ativa, o que conduziu a um aumento médio do preço da habitação de 52% e, por outro lado, resultou em 37% de nova construção.

Degen e Fischer (2010), já no contexto suíço, constatam que a relação (positiva) entre imigração e os preços habitacionais prevalece, mesmo num contexto marcado pela baixa inflação dos preços, num contexto onde são aplicadas políticas de controle de alugueis e aquando de uma modesta afluência de fluxos imigratórios. Segundo os autores, um fluxo migratório de entrada igual a 1% é coincidente com um aumento dos preços das residências unifamiliares de cerca de 2,7%.

Num outro sentido, vários investigadores apostam na tese de que os movimentos imigratórios influem negativamente nos preços habitacionais (Saiz e Wachter, 2011; Accetturo, Manaresi, Mocetti e Olivieri, 2014; Sá, 2015) – quer no que respeita ao segmento de arrendamento, quer no segmento de compra –, sendo o principal argumento explicativo destes resultados o facto de a entrada de imigrantes, a depender da forma como estes são encarados e assimilados, gerar um movimento de saída dos nativos.

Saiz e Wachter (2011) analisam os impactos do fenómeno a nível local, no contexto estadunidense, sendo que encontram uma correlação negativa entre imigração e mudanças nos preços no segmento de aluguer. Segundo os autores, a forma como se processam as interações e a integração entre a população nativa e a população estrangeira é particularmente relevante para se compreender os impactos que estes movimentos exercem sobre o mercado imobiliário, como já nos foi possível constatar.

Estes concluem que o aumento dos preços habitacionais é mais lento nos bairros onde a população imigrante tende a se concentrar, apresentando três possíveis explicações para os resultados alcançados: (i) primeiramente, os nativos têm preferência em viver com indivíduos do mesmo grupo étnico e com *status* socioeconómico mais elevado, o que poderá conduzir à saída deste mesmo grupo em direção a outras zonas da cidade com o intuito de “fugir” dos enclaves com altas taxas de imigrantes, modificando as estruturas sociais e demográficas e a geografia da cidade; (ii) em segundo lugar, segundo os autores, a imigração pode promover taxas de criminalidade mais elevadas ou afetar a qualidade dos bens públicos fornecidos a nível local (como, por exemplo, escolas), que podem sofrer com superlotação; (iii) ademais, a imigração pode ainda afetar a qualidade do *stock* habitacional disponível. Ainda segundo os autores, esta correlação negativa é mais forte em bairros onde os imigrantes tendem a ser menos educados, mais pobres e a pertencer a determinadas minorias étnicas, demonstrando que a condição de estrangeiro *per se* não é o fator chave/ predominante.

Em Itália, recorrendo à análise de 20 grandes cidades, Accetturo *et al* (2014) recolheram evidências que demonstram que um aumento de 10% na entrada de imigrantes numa determinada zona reduz os preços das habitações em 2 pontos percentuais face à média da cidade. Ainda de acordo com os autores, e ao encontro das evidências recolhidas por Saiz e Wachter (2011), a chegada de 10 indivíduos migrantes gera a saída, em direção a outras áreas da cidade, de 6 nativos, pois, aparentemente, os nativos assumem que a imigração gera uma deterioração da ditas *local amenities*. Ora, isto sugere a existência de uma crescente segregação espacial e redistribuição de nativos dentro da cidade.

Já no que se refere à realidade experienciada no Reino Unido, Sá (2015), remando também no mesmo sentido de argumentação de Saiz e Wachter (2011), descobre que os impactos negativos dos movimentos imigratórios nos preços habitacionais derivam da mobilidade dos nativos britânicos que, quando se vêm rodeados por imigrantes, optam por se mudar para outro local, o que eventualmente resulta na diminuição da procura por casas nessa área específica e conduz a uma quebra ao nível dos preços, acrescentando ainda que isto ocorre especialmente em locais ou zonas onde os imigrantes apresentam níveis de educação mais baixos. Com o intuito de corroborar (ou não) a teoria, a autora procura ainda analisar as duas outras explicações para o fenómeno apresentadas por Saiz e Wachter (2011) – a questão da criminalidade e da qualidade habitacional –, concluindo que estes últimos fatores não desempenham um papel relevante na explicação do efeito negativo exercido pela imigração sobre os preços das habitações. Porém, é necessário tomar em consideração que os contextos onde os estudos são realizados são distintos – a cada realidade, sua especificidade.

Partindo ainda de um outro ponto de vista, outros investigadores defendem que a imigração não tem qualquer impacto (nem positivo, nem negativo) nos preços em questão (Furlanetto e Robstad, 2016). Furlanetto e Robstad (2016), no contexto norueguês, argumentam que os “choques migratórios” não afetam as dinâmicas do imobiliário nem os preços habitacionais. Estes são antes impulsionados pelo mercado de trabalho e pelo ciclo de negócios: “os preços de casas respondem fortemente a choques no ciclo de negócios e, até certo ponto, a choques na oferta doméstica de trabalho, enquanto choques de imigração são quase sempre irrelevantes para as dinâmicas dos preços de casas” (*idem, ibidem*). Contudo, os autores ressaltam que isto pode dever-se ao facto de uma grande parte dos migrantes analisados serem provenientes do leste europeu e não tencionarem comprar uma casa, mas serem trabalhadores ativos do setor da construção, contribuindo assim substancialmente para o stock de habitações disponíveis: “embora muitos desses trabalhadores provavelmente não comprem uma casa (pelo menos a curto prazo), eles contribuem substancialmente para a construção de novas habitações” (*idem, ibidem*).

Após esta breve exposição, cabe-nos ainda ressaltar que, assim como acontece com todos os outros fenómenos sociais, as causas explicativas ou forças motrizes que ocasionam a tendência de crescimento dos preços habitacionais são múltiplas e atuam ou impactam de formas diversas. Deste modo, torna-se claro que também a pressão sobre o mercado imobiliário pode ser analisada a partir de diferentes perspetivas (Doorn, Arnold e Rapoport, 2019). Vários autores (Birrel e Healy, 2003; Sabal, 2005; Betts, 2008; Geng, 2018; Doorn *et al*, 2019) elucidam-nos acerca destes diferentes fatores que atuam a par das migrações, pressionando os mercados imobiliários, fazendo disparar os preços e tornando inacessível este que é um bem essencial.

A título de exemplo, no contexto australiano, Birrel & Healy (2003) concluem que a imigração é um importante fator que influi no crescimento da procura por habitação. Todavia, os autores reconhecem que, além da procura, os preços são também moldados pela capacidade de resposta por parte da oferta (por exemplo, ao nível da construção) e ainda pelo ambiente financeiro, que abarca a disponibilidade de financiamento e o interesse dos investidores em propriedades situadas em determinadas zonas. Assim, à época do estudo, eles alegavam que a bolha subjacente era atribuível essencialmente às ditas circunstâncias financeiras, apesar de reconhecerem que o programa de migração em vigor adicionava combustível ao frenesim especulativo (Birrel & Healy, 2003: 55).

Também para Sabal (2005) “os preços [das habitações] dependem de variados fatores e, durante a ocorrência de uma bolha especulativa, dependem principalmente de expectativas”. Segundo

ele, os principais motores por detrás dos preços praticados no âmbito do mercado imobiliário são, precisamente: (i) o crescimento populacional; (ii) as flutuações entre a procura e a oferta (intrinsecamente relacionadas com o crescimento populacional, seja natural ou não natural, via imigração, sendo a procura causada pelos movimento migratórios mais incerta e menos previsível); (iii) a ação governamental, através do planeamento e de regulação (ou falta dela); (iv) as expectativas dos investidores em relação às tendências futuras dos preços; (v) as condições económicas em geral (inflação, taxas de juro, mercado hipotecário, custos e taxas de construção e manutenção, etc.) e outros fundamentos económicos (como a relação entre o preço das propriedades, rendas e rendimentos); (vi) e, por fim, fatores culturais (crença generalizada de que alugar é desperdiçar dinheiro, aliada à ideologia e ao desejo pela casa própria; a ideia ilusória de que investir numa casa é investir em algo tangível e não abstrato, contrariamente aos ativos financeiros; falta de disciplina para economizar, que passa a ser forçada após a aquisição de uma hipoteca).

No mesmo sentido, Betts (2008: 16) corrobora a ideia de que o mercado imobiliário é moldado por uma série de forças. Em primeiro, também a autora refere a procura crescente, sendo óbvio que a demografia subjacente influencia esta procura (e, assim sendo, a imigração aumenta-a, mas este aumento é também devido, por exemplo, à pressão exercida pelos nativos jovens que compram a sua própria casa ou antigos agregados que se dividem). Em segundo lugar, também as taxas de juro e a disponibilidade de financiamento moldam o mercado, definindo o grau em que a procura subjacente se transforma em procura efetiva. Em terceiro lugar, são enunciadas as restrições ao nível da oferta, desde a escassez de material e mão de obra apropriada, mas também restrições geográficas, de planeamento e de disponibilidade de terra. Por fim, determinados pagamentos antecipados sobre a infraestrutura e impostos – por exemplo, ao governo e/ou à autarquia local, no caso português –, que podem impedir o acesso à habitação à partida. Contudo, a autora afirma que estas são variáveis relativamente lentas, acrescentando que o *key-factor*, ou seja, o elemento primordial, seria precisamente a exuberância irracional dos *booms* especulativos do mercado imobiliário: “aqui, preços altos resultam em preços ainda mais altos, uma vez que investidores e proprietários ocupantes ficam tentados a entrar no mercado com o objetivo de obter ganhos continuados e, enquanto *lenders*, partilhando a crença de que os preços apenas podem subir, apressam-se para lhes oferecer o dinheiro para tal” (Betts, 2008: 16). Ora, esta confiança cega no aumento contínuo dos ganhos e em riscos de investimento quase nulos seria alimentada precisamente pelo aumento contínuo da procura (ou seja, indiretamente pela imigração), à medida que os investidores se convenciam que teriam sempre potenciais compradores para os imóveis. Contudo, como as sequelas da não distante crise de 2008 não nos permitem esquecer, o crescimento

não é contínuo e estes *booms* têm um fim – a ideia previamente trabalhada de que o capitalismo vive de crises.

Também Geng (2018:7-13), num estudo realizado com base na análise de 20 países pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) e nos quais Portugal se inclui, faz um apanhado daquilo que considera serem as forças motrizes que ocasionam a tendência de crescimento dos preços das casas a longo prazo. A autora divide-as por categorias, categorias essas que dizem respeito respetivamente à procura, à oferta e, por fim, a fatores institucionais e estruturais.

No que respeita à procura, a autora refere que o rendimento disponível das famílias desempenha um papel fundamental na definição das tendências dos preços das casas – quanto mais elevados os rendimentos disponíveis, mais as famílias podem despende para comprar uma casa ou pagar uma hipoteca, elevando os preços. Também a riqueza financeira líquida das famílias parece ser um fator determinante. Além disso, a procura por habitação foi também alimentada pela queda nas taxas de juros – as taxas de juros caíram substancialmente desde 2000 e permaneceram baixas, com taxas reais perto ou abaixo de zero em muitos países. Essas quedas reduzem o custo da habitação, através da economização nos custos de financiamento, o que contribui, uma vez mais, para o aumento da procura. Por fim, a autora faz também referência às tendências demográficas – como o crescimento populacional, inclusive devido a elevadas taxas de migração líquida, a par do aumento da procura por parte de população que procura a emancipação – que também reforçam a procura por moradia. Já no que se refere à vertente da oferta, a autora refere que as condições de sub-oferta (escassez de oferta, procura superior ao *stock* disponível) também podem contribuir elevar os preços da habitação, superando os rendimentos dos agregados.

Quanto aos fatores institucionais e estruturais, a autora enuncia: (i) as diferenças ao nível da elasticidade dos preços da oferta habitacional, que podem afetar a dinâmica geral dos preços da habitação – mercados com uma curva inelástica a longo prazo não construirão tantas novas habitações quanto os mercados com oferta mais elástica, resultando num maior aumento de preços⁷²; (ii) os incentivos fiscais para financiamento hipotecário e aquisição de casa própria, que podem também contribuir para o aumento dos preços da habitação – em muitas economias avançadas o investimento

⁷² As divergências nas elasticidades da oferta de moradias podem refletir restrições naturais (isto é, topográficas) e criadas pelo homem (por exemplo, regulamentos locais rigorosos sobre o uso da terra, procedimentos complicados de permissão de construção e restrições de capacidade no setor da construção).

imobiliário recebe um tratamento tributário favorável em relação a outros investimentos, o que pode incentivar a uma alavancagem excessiva; (iii) sendo este ponto bastante discutível, segundo a autora o controlo das rendas tende também a aumentar o preço das casas – este pode tornar o aluguer numa alternativa pouco viável, pois determinados inquilinos podem permanecer em espaços que excedem as suas necessidades, contribuindo para reduzir o suprimento efetivo de moradia (pela lógica, os controles impediriam o uso eficiente do *stock* de moradias).

Por fim, Doorn *et al* (2019:6-8) destacam ainda outras causas para a premente “crise de acessibilidade” à habitação, que influenciam também a subida irrisória dos preços habitacionais, entre os quais: (i) O aumento dos investimentos no setor imobiliário e residencial da cidade em particular, especialmente por parte do *global capital* e do investimento imobiliário estrangeiro, o que exerce pressão sobre os preços das casas, aliás, como já analisamos no capítulo anterior; (ii) Disponibilidade limitada de terras para futuros empreendimentos, o que potencia inclusive a aposta na regeneração urbana em muitas cidades, sendo este geralmente um processo demorado e com outras implicações (sociais, especialmente, como os conhecidos e já aqui abordados processos de gentrificação); (iii) A combinação entre a indisponibilidade de terras e o forte aumento da procura, que faz com que os valores do solo aumentem rapidamente, impedindo o acesso à habitação acessível; (iv) O facto de os custos de construção serem amplamente determinados pelas forças de mercado, inclusive uma força de trabalho cada vez menor, custos crescentes de materiais e recursos, entre outros, o que também influencia os preços das habitações e aquilo que as pessoas podem (ou não) comprar ou arrendar; (v) e, por fim, uma regulação inflexível, pois muitas vezes esta tende a demorar a adaptar-se às mudanças ao nível da procura, o que diminui a elasticidade da oferta e aumenta os custos, embora os autores ressalvem que, quando corretamente aplicada, a regulação pode contribuir para controlar o mercado – por exemplo, ao nível das rendas –, e garantir habitação acessível e apropriada para todos. Os autores nomeiam ainda brevemente outros aspetos que influem neste fenómeno, sendo eles a mobilidade e as migrações para a cidade (que, não obstante, influem nas exigências ao nível da procura), as *megatrends* (conjunto de forças globais e transformacionais que definem o que será o mundo no futuro), e as preferências sociais (por exemplo, preferência por um estilo de vida urbano *vs* preferências suburbanas).

Assim sendo, podemos concluir que o mercado imobiliário é moldado por uma série de forças, pelo que, nesta tese, apesar de nos focar-mos na questão da imigração, não poderemos esquecer e deixar de lado todos estes outros fatores que, sem sombra de dúvida, têm neste aumento dos preços um papel fulcral. Também no contexto bracarense eles se manifestam. Neste sentido, procuraremos,

em seguida, levar a cabo uma apresentação instrutiva da cidade de Braga e procurar indagar quais as forças que agem sobre esse território específico no que concerne ao fenómeno em análise.

3. O município bracarense como pano de fundo: flutuações imobiliárias e forças motrizes

Capital de distrito, Braga é uma cidade situada a noroeste de Portugal continental, mais precisamente na região de vale do Cávado, distribuída por 37 freguesias. Com uma área de 183,4 km² (INE, 2020) e uma densidade populacional de 1 054,2/km² (INE, 2021b), alberga 193 349 residentes (INE, 2021b), dos quais 10 315 são indivíduos de origem estrangeira, sendo a nacionalidade brasileira a mais representativa, contando com uma comunidade de 7 125 a residir no município de forma regular (INE, 2020). De acordo com os resultados preliminares dos Censos 2021, a cidade continua a crescer, persistindo em contrariar as tendências a nível nacional.

No ano letivo de 2019/2020, a cidade contava também com a presença de cerca de 21 111 estudantes a frequentar o Ensino Superior (INE, 2020), sendo servida por três instituições: A Universidade do Minho, o Instituto Politécnico do Cávado e do Ave e, por fim, a Universidade Católica Portuguesa. Este fator atrativo capta muitos jovens, o que lhe valeu, em 2012, o título de Capital Europeia da Juventude. Ainda assim, o índice de envelhecimento populacional de Braga é de 123 idosos por cada 100 jovens, o que significa que o número de pessoas com 65 e mais anos é superior ao número de pessoas menores de 15 anos (Pordata, 2020).

A cidade possui uma localização interessante, sendo servida por boas infraestruturas: possui um eixo rodoviário de grande importância, sendo servida por cinco autoestradas, e é relativamente próxima ao aeroporto Francisco Sá Carneiro, no Porto. Ademais, é ainda considerada pela Comissão Europeia como uma das cidades europeias com mais qualidade para se viver – ao nível de satisfação com o bairro onde habitam, segurança, acesso a habitação, acesso a emprego, cuidados de saúde e serviço de transportes –, assegurando um lugar no Top 10 (Comissão Europeia, 2020).

Braga é a terceira maior cidade de Portugal, logo a seguir às áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e cidades satélite envolventes. Embora que com menor intensidade do que nestas duas cidades pré-referidas, a procura imobiliária tem vindo a aumentar exponencialmente desde meados da década, nomeadamente nas zonas mais centrais e urbanizadas. Mesmo em contexto pandémico, o setor imobiliário tem sido um dos mais resilientes da economia portuguesa, mantendo as tendências de subida: em ano 2020, ano marcado pela pandemia, o Índice de Preços da Habitação (IPHab) aumentou 8,4% (INE, 2020). O mesmo se verificou no caso da cidade de Braga. Neste território urbano emergem

dinâmicas, mormente mercantis, que exploraremos de seguida, e que promovem a inflação dos preços de venda e de arrendamento que permitem compreender as causas do novo ciclo de subida dos preços. A título de exemplo, no último trimestre de 2019, Braga registou o maior crescimento a nível nacional dos preços habitacionais, com um aumento de 22,6% face ao período homólogo (INE, 2020).

Deste modo, é passível de se observar que, ao longo da última década, Braga deixou de ser uma cidade marcada pela abundância de fogos para venda e arrendamento a preços comumente abaixo dos praticados por outras cidades de grande e média dimensão, atravessando hoje uma situação urbana marcada pela rarefação da oferta habitacional perante um ritmo de procura cada vez mais intenso. De acordo com os dados provisórios dos Censos 2021 (INE, 2021b), os alojamentos familiares clássicos vagos são cerca de 7 700, uma diminuição de quase 3000 face ao registado nos Censos 2011. Por conseguinte, verifica-se um aumento significativo dos custos relacionados com este bem essencial, um direito previsto em sede constitucional. Para adensar ainda mais a problemática, os rendimentos dos indivíduos não acompanham os aumentos constantes e repentinos no custo de vida proporcionados pela cidade.

Uma vez mais, a título de exemplo, de acordo com dados do INE (2020), o valor mediano das vendas por m² de alojamentos familiares situava-se, em 2020, nos 1024 euros, por comparação aos 642 euros cobrados no ano de 2016, o que representa um aumento de 159,50 por cento num período de 4 anos. No mesmo sentido, no que respeita aos valores medianos das rendas de alojamentos familiares por m², no segundo semestre de 2020, o valor mediano das rendas rondava os 5,26 euros por m², por comparação aos 3,79 euros por m² documentados no segundo semestre de 2017 que, por sua vez, corresponde a um aumento de 138,78 por cento. No respeitante ainda ao segmento de arrendamento, se tomarmos em consideração o escalão do valor mensal de renda da habitação, como veiculado pelos dados provisórios dos Censos 2021 (INE, 2021b), dos 18 788 alojamentos familiares clássicos arrendados na cidade, 9 361 – a maioria – enquadra-se no escalão de 200 a 399,99 euros, seguido pelo escalão de 400 a 649,99 euros, correspondendo este a 4 508 alojamentos. Ainda assim, e embora não de forma muito expressiva, quer no segmento de venda, quer no de arrendamento, Braga apresenta valores médios abaixo da média nacional (INE, 2020). Porém, é de levar em consideração que Lisboa e Porto apresentam valores expressivamente acima da média – 3377 euros/m² e 2142 euros/m² no segmento de venda e 11,46 euros/m² e 8,70 euros/m² no segmento de arrendamento respetivamente –, o que eleva substancialmente a média geral.

Esta crescente procura pelo mercado imobiliário bracarense e concomitante e inevitável aumento dos preços – sendo este o mercado a funcionar tipicamente, a velha história da lei da oferta e da procura –, pode ser explicada por diversos fatores, nomeadamente o turismo, as dinâmicas migratórias e a opção por determinadas orientações políticas, quer a nível central, quer camarário.

No que se refere ao turismo, este é um “fenómeno social, cultural e económico, relacionado com o movimento de pessoas para fora do lugar de residência habitual por motivos de prazer” (UNTWO, 2008). É, por conseguinte, geralmente, de acordo com Coriolano (2006), “o lazer da viagem, elitizado, transformado em mercadoria, invenção da sociedade de consumo”. De acordo com Martins (2016), desde o século XIX que esta atividade “constitui uma referência na promoção e no progresso da maioria dos países do mundo”, passando, a partir dos anos cinquenta do século XX, a “constituir uma alavanca essencial e incontornável ao processo de desenvolvimento tanto dos países (e regiões) mais evoluídos e com maior capacidade económica como daqueles de economia e indicadores de desenvolvimento mais débeis”. Esta é também uma atividade que se afirma como uma expressiva fonte de rendimento para o Estado e para o capital privado, movimentando todo o terceiro setor.

Porém, “a panóplia de problemas relacionados com o turismo [...] tem alimentado algum debate entre a especialização a partir de diferentes domínios científicos, como o estudo do turismo na Geografia, na Sociologia ou na Economia” (Martins, 2016). A verdade é que, apesar de excelente para o desenvolvimento e para a economia e, em particular, para determinados segmentos populacionais específicos, esta atividade não o é para a efetivação do direito à habitação e do direito à cidade, nem para a generalidade da população, marcada pela precariedade laboral e baixos salários.

Ao longo dos últimos anos – especialmente após a crise económica de 2008, onde o turismo (assim como o imobiliário) adquirem nova relevância, assumindo-se como um dos principais veículos para a recuperação económica (cf., entre outros, Santos, 2019; Drago, 2021) –, e particularmente nas grandes cidades, tem-se verificado uma crescente saturação da atividade turística, conduzindo a uma situação conhecida como *overtourism* ou, em português, turismo em “excesso” (Milano, 2017; Milano, Cheer e Novelli, 2019). Milano *et al* (2019) definem o fenómeno como “o crescimento excessivo de visitantes que conduz à superlotação de determinadas áreas onde os residentes sofrem as consequências de picos turísticos temporários ou sazonais, que impuseram mudanças permanentes nos seus estilos de vida, acesso a comodidades e bem-estar geral”. Este é, também, um problema de alcance global (*idem, ibidem*).

O que acontece é que a cidade é sobre-explorada – este *overtourism* é o reflexo da sobre-exploração capitalista do espaço – e esvaziada da sua função residencial, sendo reorientada para o consumo, atendendo especialmente aos interesses do capital (Coriolano, 2016), o que invariavelmente conduz a uma situação insustentável. Esta dinâmica é particularmente favorável aos processos de *airbnbização* da cidade e, por conseguinte, de gentrificação, modificando as dinâmicas internas da cidade, como, por exemplo, o custo de vida, incluindo o custo com habitação, entre outros aspetos. Cria-se, assim, uma “cidade museu” ao invés de uma “cidade vivida” (Drago, 2021). Por conseguinte, a sobrecarga com atividade turística conduz a uma reconfiguração do espaço e à criação de novas ou ao exacerbar de velhas desigualdades sociais⁷³.

No caso da cidade de Braga em particular, de acordo com o Pordata (2019), no espaço de 10 anos, os alojamentos turísticos mais que duplicaram. Se pesquisarmos, a plataforma *airbnb* oferece mais de 300 opções disponíveis no município. No que se refere ao número de dormidas, registaram-se, no ano de 2019, 639 600 nos estabelecimentos de alojamento turístico (hotelaria, alojamento local e turismo no espaço rural e de habitação), correspondendo a um aumento de 114 181 dormidas face ao ano de 2017 (INE, 2019). A cidade passou, em março de 2020, a cobrar uma taxa turística de 1,5 euros por noite nos estabelecimentos de alojamento, cobrada unicamente no decorrer da época alta.

Estas estatísticas são inclusive influenciadas por diversos fatores de atratividade e crescente chamariz que caracteriza a cidade, como, por exemplo, o recente destaque enquanto o Melhor Destino Europeu de 2021 e outros prémios internacionais, como sendo o caso da atribuição do título de Património Mundial da Humanidade ao Santuário do Bom Jesus por parte da UNESCO. Outras formas de promoção surgem também. Entre essas outras formas encontra-mos, por exemplo, a utilização do espaço histórico da cidade como pano de fundo para gravação de telenovelas (Cunha, 2021) e o *marketing* intensivo promovido pelo próprio executivo camarário, que adota uma estratégia de promoção e afirmação da cidade a nível turístico, quer através de *sites*, como é o caso do *Visit Braga*, quer com a partilha de vários vídeos e campanhas promocionais nas suas redes sociais, bem como com iniciativas “físicas” no exterior. A par disto, proliferam ainda canais de *Youtube* e outras páginas virtuais/*sites* de indivíduos “anónimos”, criando uma verdadeira indústria para vender Braga lá fora, cativando os estrangeiros em direção ao “sonho bracarense”.

Por conseguinte, este chamariz turístico – promovido quer pela Câmara Municipal, quer por cidadãos comuns e associações formais com finalidades variadas – cativa não só turistas, mas também

⁷³ Não obstante, pode ser ressalvado que este capital privado age também, muitas vezes, como ator relevante na conservação de algumas estruturas.

indivíduos que têm em mente um plano migratório, até porque não podemos esquecer que a fixação dos recém chegados verifica-se essencialmente em áreas urbanas, pois, geralmente, é na cidade onde se concentram mais oportunidades, a vários níveis, contribuindo estes movimentos para a produção de uma nova forma de cidade (Durham, 1984): a cidade que conhecemos é resultado de um processo histórico de construção e “é apenas a ‘cidade do momento’ permeável à mudança que fará dela uma outra cidade” (Baptista, 2001:72). Deste modo, as dinâmicas migratórias, em particular a imigração estrangeira, produzem também impactos na cidade de Braga. Consideramos que tanto as migrações internas como externas impactam de alguma forma na cidade, mas daremos particular enfoque na crescente imigração brasileira.

De acordo com dados oficiais, Braga alberga hoje 11 787 imigrantes em situação regular, dos quais a nacionalidade brasileira é a mais representativa, contando com 7 137 imigrantes, sendo que este número não inclui brasileiros que já tenham adquirido nacionalidade portuguesa, que possuam cidadania europeia, nem os residentes irregulares. De acordo com o próprio presidente da câmara Ricardo Rio, no jornal Correio da Manhã (2018), nos últimos tempos, a população de Braga terá crescido 5% com a chegada desta comunidade, o que nos faz desde logo questionar os dados disponibilizados pelas fontes oficiais, que parecem largamente subestimados. O próprio presidente admite ao jornal Público (Moura, 2021) que a questão “*quantos brasileiros existem realmente em Braga?*” é a questão que “vale um milhão de dólares”. Moura (2021), num artigo publicado no Jornal Público, entra pelos caminhos possíveis, cruzando dados do Instituto Nacional de Estatísticas e do Agrupamento de Centros de Saúde (ACES) de Braga. A jornalista conclui que, em Agosto de 2020, existiam 200 mil utentes inscritos em cuidados de saúde primários de Braga para cerca de 180 mil residentes oficiais na cidade, o que nos permite ter uma noção do quão subestimados se encontram os dados oficiais.

Não obstante, e como afirma Moura (2021), “um ouvido atento pelas ruas da cidade bastará para constatar a forte presença brasileira na cidade dos arcebispos, uma escolha que contribui para o aumento demográfico”. Braga tem sido inclusive considerada o novo “*El Dorado*” dos brasileiros em Portugal (Globo, 2019), visão veiculada pelos *media*, potenciada também pelo próprio presidente Ricardo Rio, que não perde oportunidade para promover o território em questão: em 2018, para o jornal Correio da Manhã, onde afirma que “Braguil” está de “braços abertos” e, recentemente (em setembro de 2021), na edição impressa do jornal Globo, reiterando e enumerando aquilo que Braga tem para oferecer e que o Brasil não consegue colmatar.

Adiante, curiosamente também no caso da cidade de Braga em particular, este aumento da percentagem de população estrangeira residente inicia-se precisamente a partir de 2015/2016, como já havíamos observado a nível nacional no primeiro capítulo, ano em que começam também a aumentar os preços das habitações por m², previamente enunciados. Este crescimento (que podemos até classificar como repentino) ter-se-á devido a uma fuga ao custo de vida de Lisboa e Porto, uma vez que, nas últimas décadas, Braga foi sendo conhecida como a capital de distrito onde havia abundância de oferta e preços baixos no setor imobiliário. Como Ribeiro *et al* (2020) constata para a cidade de Guimarães, e sendo que o mesmo se sucede com a cidade de Braga, “esta dinâmica demográfica, marcada pela chegada de forâneos, seja para estadias de curta duração” – isto é, com a finalidade de turismo – “seja para residência permanente, colocou a população da cidade, sobretudo a do centro histórico, perante uma forte pressão imobiliária”. Esta crescente pressão imobiliária deriva precisamente da rarefação da oferta, produzida em boa medida pelo aumento da procura. Deste modo, entra em ação a lei da oferta e da procura, fazendo disparar os preços, promovendo a especulação e novamente o capital se expressando nesta relação. Isto germina uma tensão evidente entre a população autóctone e a população que chega, sendo que os autóctones tendem a culpabilizar estas populações por todos os males, utilizando-as como “bodes expiatórios”, sendo esta tendência particularmente observável nas redes sociais, onde brotam constantemente publicações e comentários desagradáveis e odiosos – inclusive nas caixas de comentários de determinadas notícias relacionadas com o crescimento do setor imobiliário –, fenómeno punível e também já bastante explorado academicamente (República Portuguesa, 2019).

Além dos fenómenos supracitados, podemos acrescentar ainda as opções e orientações políticas assumidas quer a nível local, quer a nível central, fortemente influenciadas pelas reformas neoliberais orientadas para o mercado previamente enunciadas no capítulo anterior, relegando o papel do Estado para segundo plano. Estes mecanismos entregaram a habitação à especulação imobiliária, aprofundando, como vimos, as desigualdades socio-espaciais, expulsando um grande número de famílias para a periferia, sendo, neste momento, a crise habitacional uma das mais graves que o país enfrenta.

Também as orientações locais focadas no chamariz de investimento estrangeiro entregam a cidade aos empresários e investidores, fenómeno inclusive muito debatido nos momentos de antevisão das eleições autárquicas 2021, onde o presidente Ricardo Rio – entretanto reeleito – foi constantemente questionado. A realidade é que o executivo camarário procura avidamente investidores, turistas e novos residentes, numa evidente disputa de mercado com outras cidades, com o intuito de atrair o investimento privado e, como afirma Giannella (2019), adotando uma nova estratégia de desenvolvimento urbano

denominada por “empresariamento urbano” (Harvey, 1996). Assim, “os investimentos tomam cada vez mais a forma de uma negociação entre o capital financeiro internacional e os poderes locais, os quais fazem o melhor possível para maximizar a atratividade local para o desenvolvimento capitalista” (Harvey, 1996: 50). Se, no imediato, pode gerar alguns benefícios, a médio e longo prazo impacta negativamente em diversos âmbitos (social, ambiental, cultural e até mesmo económico), sobretudo se esta estratégia não é acompanhada de um planeamento, de curto, médio e longo prazo, adequado. Ou seja, criar-se-ão, como afirmou Harvey em entrevista ao *La Vanguardia* (2019), “cidades para que as pessoas invistam, não para que vivam”.

É urgente mudar o paradigma. É necessário executar um planeamento adequado e efetivando o acesso ao já discutido direito à cidade – quer dos autóctones, quer daqueles novos habitantes –, promovendo uma relação concreta e saudável com a estrutura da cidade e seus serviços. No entanto, torna-se relevante considerar os limites (económicos e demográficos) de cada território particular, isto é, neste caso, os limites turísticos e migratórios da cidade de Braga. Com isto não se defende o fim do turismo, mas sim o repensar desta atividade, não cingindo a cidade unicamente a essa finalidade. Não podemos deixar que as nossas cidades se cinjam única e exclusivamente à lógica reducionista da busca incessante pelo lucro. Elas têm muito mais para oferecer. Ademais, ressalta-se a importância de partir desse mesmo território, considerando as realidades específicas que o caracterizam, quando o intuito é resolver as suas problemáticas, ou seja, a necessidade de conhecimento aprofundado do território sobre o qual se pretende agir. Posteriormente, evidencia-se ainda a necessidade de considerar e conservar os interesses das populações atingidas e os impactos nelas provocados. Por fim, mas não menos importante, e inclusive já reiterado no capítulo anterior, urge repensar as políticas que atuam neste campo, políticas essas desfavoráveis à efetivação do direito à habitação.

CAPÍTULO V | APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Serão, no presente capítulo, apresentados e discutidos os principais resultados desta investigação, obtidos por meio dos dados recolhidos com recurso às entrevistas, à etnografia virtual e à análise de dados estatísticos secundários, cujo processo de recolha já foi prévia e devidamente explicitado. Assim, tendo por base não só esses dados, mas também a revisão bibliográfica elaborada, procurar-se-á analisar e refletir sobre as dinâmicas que impactam hoje na realidade imobiliária da cidade de Braga, com particular enfoque nos movimentos migratórios provindos do Brasil, procurando, ainda, indagar as suas motivações e contornos concretos e, deste modo, dar resposta aos objetivos – geral e específicos – inicialmente propostos. Para facilitar a interpretação, a apresentação e discussão dos resultados será organizada em subcapítulos, agregando a informação de acordo com as categorias temáticas definidas (previamente ou de forma emergente).

1. Descrição da amostra

Como foi possível já aqui mencionar, nesta investigação foram trabalhadas as perceções de quatro grupos distintos de entrevistados – em consonância com o método de Estudos de Casos Múltiplos–, cada uma com uma relevância particular para a temática em análise: imigrantes brasileiros/as que residiam, aquando da realização da entrevista, na cidade de Braga; representantes do poder público; consultores imobiliários; e, por fim, proprietários/as de imóveis arrendados (senhorios/as). Como tal, neste primeiro momento, os casos ou grupos de entrevistados serão apresentados e descritos em separado, de modo a facilitar a sua compreensão.

1.1. Imigrantes brasileiros/as

No que se refere aos/às imigrantes brasileiros/as em particular, foram realizadas 17 entrevistas, a 10 homens e 7 mulheres. Estes/as possuíam idades compreendidas entre os 28 e os 59 anos, sendo que a idade média (\bar{x}) se situa nos 40,6 anos. No que concerne à escolaridade, a maioria dos/as entrevistados/as possuía, pelo menos, o grau de mestre concluído (6), seguido do ensino secundário (5, 1 dos quais realizado através do ensino técnico), licenciatura (3), doutoramento (2) e pós-graduação (1). O estado civil mais comum é casado/a (9), seguindo-se os/as solteiros/as (6) e divorciados/as (2). Quanto à orientação sexual, a maioria (15) afirma-se como heterossexual, tendo sido entrevistado/a 1 homossexual (E7) e 1 bissexual (E10). No que se refere à região de origem ou proveniência no Brasil, a região do Nordeste é a mais representada (5 entrevistados/as), seguida do Sudeste (4 entrevistados/as),

Centro-Oeste e Norte (3 entrevistados/as cada) e, por fim, Sul (2 entrevistados/as). No quesito da nacionalidade, apenas 3 dos/as entrevistados/as (E5, E12 e E15) possuem dupla nacionalidade (brasileira e portuguesa, neste caso), sendo que um deles (E5) adquiriu a nacionalidade portuguesa por tempo de residência e os restantes (E12 e E15) por derivação/ascendência. Quanto à questão da orientação política, a maioria (8) posiciona-se no espectro da esquerda político-partidária (central/moderada ou mais à esquerda), seguida daqueles que afirmam não possuir qualquer tipo de orientação ou identificação política (7), verificando-se ainda a presença de 1 liberal e 1 conservador de direita. Por fim, no que concerne às crenças religiosas, 10 dos/as entrevistados/as designam-se católicos/as, 4 ateístas, 2 espíritas e, por fim, 1 evangélico. Esta informação encontra-se condensada na tabela presente no Anexo 6.

Relativamente ao âmbito profissional, tornou-se possível, perante a informação recolhida, corroborar aquilo que é vastamente difundido pela literatura sobre as migrações laborais – que, não obstante, não são o enfoque primordial desta pesquisa –, isto é, a ideia de que as populações migrantes tendem a desempenhar atividades profissionais inferiores às suas qualificações e, comumente, inferiores às realizadas no país de origem, não raramente direcionados aos ditos “trabalhos 3D” – *dirty, dangerous and difficult* –, assunto aqui previa e sucintamente abordado. Foram vários os relatos de entrevistados/as que abdicaram de uma carreira e vida confortável no Brasil aquando da vinda para Portugal, guiados por motivações de âmbito diverso, que serão adiante analisadas. É o caso, por exemplo, da entrevistada 12 e do entrevistado 16:

Então, eu tinha um excelente emprego: estive 27 anos no maior banco da América Latina e um dos maiores do mundo, que é o banco Itaú, e eu tinha um cargo bastante alto. [...] Então, o meu cargo lá, o meu *status* – vamos dizer assim – e todo o meu conhecimento, aqui não valeriam de nada, porque eu não conseguiria entrar em absolutamente nada ligado à minha área. [...] Eu tinha plena consciência de que não chegaria aqui e tiraria um emprego de um português que se formou aqui, que entrou no mercado, que é especialista. Então, para mim, isso era muito claro. [...] Eu quero te dizer o seguinte, e não quero que você me interprete mal: em termos de estrutura de vida, para muitos brasileiros que estão aqui, por conta da desigualdade social e da máquina girar, a gente tem uma estrutura de vida razoável, mas lá é melhor do que aqui. Lá você tem funcionárias em casa, enfim, tem muita coisa que aqui não vai poder ter. A gente não vem enganado, e sabe porque é que existe isso lá e porque é que não existe isso aqui. Então é assim, se fosse pensar na estrutura, não viria. E, aliás, é isso que faz muita gente não vir... (E12, mulher, 49 anos)

Em momento algum eu deixei o Brasil pela questão financeira, pois muitas pessoas migraram pela questão financeira, porque no Brasil ganhavam mal e procuram novas oportunidades para melhorar. No meu caso e no caso da minha esposa, nós trabalhávamos para o Estado, tínhamos uma vida boa e realmente abdicamos disso [...] (E16, homem, 38 anos)

Ainda no que concerne às questões profissionais, a tabela 2 procura elencar a transição profissional realizada pelos entrevistados, agregando informação acerca da ocupação prévia no Brasil e procurando comparar com a ocupação atual, em território português.

Tabela 2. Ocupação Profissional: Um Exercício de Comparação

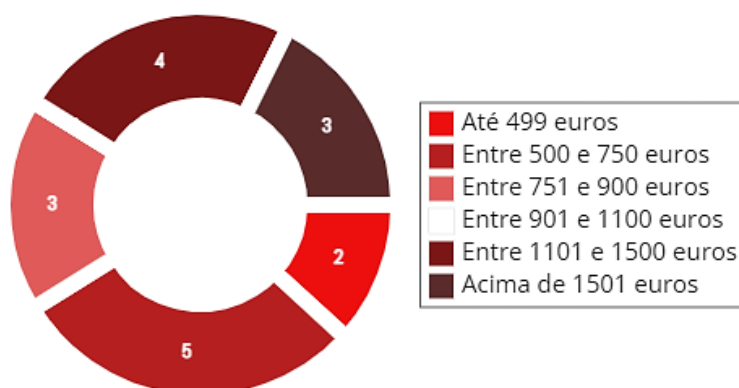
Ocupação Prévia (Brasil)			Ocupação Atual (Portugal)		
<i>Entrevistados</i>	<i>Condição Perante o Trabalho</i>	<i>Área de Ocupação</i>	<i>Entrevistados</i>	<i>Condição Perante o Trabalho</i>	<i>Área de Ocupação</i>
E1, E6, E8, E16 e E17	Trabalhador/a por Conta Própria	Empresário/a, Arquitetura, Engenharia e Advocacia	E1, E7, E11 e E16	Trabalhador/a por Conta de Outrem	Restauração
			E2 e E8		Informática e Softwares
E2, E3, E5, E7, E11, E14 e E16	Funcionários/as da Educação (Público ou Privado)	Docência (Ensino Secundário e Ensino Superior)	E4 e E15		Trabalhador/a por Conta de Outrem
			E6	Consultoria (Ramo Imobiliário)	
			E13	Serviços (<i>Call-Center</i>)	
E4, E10, E13 e E15	Trabalhador/a por Conta de Outrem	Design Gráfico, Serviços, Assessoria de Comunicação e Informática	E17	Função Pública	(Inter)mediação
			E5	Trabalhador/a por Conta Própria	Criação de Conteúdos
			E10		Serviços (Beleza)
E9 e E12	Funcionários/as da Banca (Público ou Privado)	Banca e Finanças	E12	Não Aplicável	Empresária (Ramo Imobiliário)
			E3, E9 e E14		Estudantes e Reformada

Fonte: Tabela produzida pela autora.

No que tange à questão dos rendimentos médios mensais individuais, a maioria (5 entrevistados/as) afirma auferir uma quantia compreendida entre os 500 e 750 euros, escalão no qual se inclui o salário mínimo nacional – 705 euros mensais em janeiro de 2022. A esse escalão segue-se o escalão que compreende quantias entre os “1101 e 1500 euros mensais” (4 entrevistados/as) e os escalões que agregam os valores “entre 751 e 900 euros mensais” e “acima de 1501 euros”, com 3

entrevistados/as cada. Por fim, apenas 2 entrevistados/as declararam auferir uma quantia inferior a 499 euros (gráfico 1).

Gráfico 1. Rendimento Médio Mensal (Individual)



Fonte: Gráfico produzido pela autora.

No que ao processo migratório respeita, a maioria dos/as entrevistados/as afirmou ter experienciado o processo acompanhado/a (11), sendo que apenas 6 desses/as 11 entrevistados/as vieram acompanhados por 3 ou mais indivíduos, em todos os casos, familiares diretos (cônjuges, filhos/as, pais, irmãos/irmãs, sobrinhos e/ou tios). Assim sendo, apenas 6 dos/as entrevistados/as ousaram sozinhos/as atravessar o Atlântico. Dois destes/as (E7 e E9) confidenciaram que o processo de adaptação foi um processo complicado e extremamente solitário. Atentemos, a título de exemplo, no relato infracitado, que valida a ideia previamente abordada de que este não deve ser um processo e/ou experiência romantizada, revelando-se inclusive como “uma experiência de perda, rutura e mudança”, implicando adaptações de diversas compleições, inclusive psicossociais (Ramos, 2013):

Eu comecei a fazer terapia por conta disso, por me sentir sozinho, muito isolado aqui em Portugal... e passar por essas coisas todas, estando tão vulnerável e sempre me sentido sozinho, não é fácil. (E7)

Foi ainda possível observar, por meio da etnografia virtual realizada, que este é um sentimento não exclusivo dos/as entrevistados/as referidos, mas sim comum à experiência migratória de outros indivíduos, quer por meio da publicação principal abaixo exposta, quer por meio de outros comentários de resposta tecidos à mesma:

Hello, people. Existe alguma turma que se encontra por aqui? Vim sozinha, conheço pouca gente e acabo sempre fazendo tudo sozinha... (Publicação, Imigrante Mulher Grupo I, 21 de novembro de 2021)

A variedade de tipos de visto que geraram as autorizações de residência requeridas/emitidas (ou não) aquando da entrada no país, bem como as motivações e justificativas apresentadas para a saída do Brasil que serão posteriormente analisadas, permitiram-nos também corroborar a multidimensionalidade dos processos migratórios, possibilitando retratar a diversidade de experiências vivenciadas, como Nolasco (2016) já havia considerado. Por outro lado, como veremos posteriormente, permitiram ainda testemunhar a ideia que se vem difundindo de que os perfis migratórios que chegam hoje ao nosso país se têm atualizado e, por conseguinte, alargado a “novos” grupos migratórios, anteriormente modicamente representados, como, por exemplo, o grupo dos/as estudantes e dos/as reformados/as (cf., entre outros, França e Padilla, 2018; Oliveira, 2020). A tabela 3 procura precisamente agregar os/as entrevistados/as por tipo de visto, expondo, inclusive, possíveis transições ao nível dos mesmos que, entretanto, ao longo do tempo de permanência em Portugal, tenham sido efetuadas, de forma a readequar o visto à situação real/atuai.

Tabela 3. Tipologia de Vistos/ Autorizações de Residência (Entrada e Permanência)

		Entrevistados	
		<i>Aquando da Chegada</i>	<i>Aquando da Entrevista</i>
Tipo de Visto/Autorização de Residência	Trabalho	E1	E1, E2, E4, E11,
	Estudo	E2, E3, E5, E7, E14 e 17	E3, E13, E14, E16 e E17
	Turismo	E4, E11, E13 e E16	
	Titular de Rendimentos/ Aposentadoria (D7)	E6 e E9	E6 e E9
	“Tech Visa”	E8	E8
	Carta-Convite	E10	
	Nacionalidade (Por Ascendência)	E12 e E15	E12 e E15
	Nacionalidade (Por Tempo de Permanência)		E5
	Microempreendedor (D2)		E10

Fonte: Tabela produzida pela autora.

Nota: O entrevistado n.º 7 (E7) encontrava-se, no momento da entrevista, em situação irregular, devido aos atrasos do SEF. Está empregado e aguarda a finalização do tratamento do processo/ manifestação de interesse desde 2019.

Após observarmos atentamente a tabela supra-apresentada, podemos constatar que alguns dos/as entrevistados/as se perfilam com o grupo de indivíduos que tiram partido da flexibilidade da lei portuguesa – sendo que, ela própria, como já mencionado no enquadramento legal elaborado, facilitou

os fluxos imigratórios irregulares, fazendo inclusive “vista grossa” aos mesmos, como a própria entrevistada 5 (E5) refere –, entrando sem necessidade de visto (por exemplo, no caso daqueles/as que entram como turistas ou por carta-convite) ou com visto desadequado face às suas verdadeiras intenções de permanência, não descurando, é claro, que estas podem, eventualmente, mudar. É, por exemplo, o caso da entrevistada 11 (E11):

Vim como turista e, se caso arrumasse algum emprego, aí eu ficaria e me legalizava assim e, se não arrumasse, também iria embora. Não era assim uma coisa... sabe? Se acontecesse aconteceu, se não acontecesse paciência, não acontecia. (E11)

Importa, porém, por fim, salientar ainda que, no que concerne aos estudantes que entram com visto de turismo, não raramente tal se deve à ausência de celeridade da burocracia consular e, por vezes, à pouca transparência e divulgação por parte das próprias universidades quanto aos prazos a serem cumpridos, como nos confidenciou o entrevistado 16:

Quando viemos, em 2018, nós viemos com visto de turismo. Na mesma semana eu já fiz o agendamento no SEF para requerer o visto de estudo, porque eu vim para o mestrado. Só que aí, quando eu fiz o agendamento, foi numa altura em estava demorando bastante... (E16)

1.2. Representantes do Poder Público

Como já previamente mencionado, no que concerne aos indivíduos representantes do poder público/político, o anonimato não foi assegurado, essencialmente devido à relevância e legitimidade (em termos das responsabilidades que o cargo que ocupam acarreta) atribuída aos seus testemunhos. Deste modo, foram realizadas 4 entrevistas, 3 das quais a vereadores (anteriores ou atuais) que têm ou tiveram a seu cargo a vereação de pelouros diversos, de algum modo conectados com a questão da habitação e/ou espaço urbano: (i) João Rodrigues, atual vereador com os pelouros do Planeamento e Ordenamento, Gestão Urbanística, Regeneração Urbana e Habitação; (ii) Olga Pereira, vereadora com o pelouro da Habitação no período compreendido entre novembro de 2019 e outubro de 2021; (iii) e, por fim, Miguel Sopas Bandeira, com os pelouros da Regeneração Urbana, Património, Urbanismo, Planeamento e Ordenamento entre outubro de 2013 e outubro de 2021. A quarta entrevista foi realizada ao então administrador executivo da BragaHabit – Empresa Municipal de Habitação de Braga –, Vítor Esperança, entretanto substituído, uma vez que o cargo de administrador decorre das eleições locais/autárquicas e estas se realizaram recentemente (setembro de 2021). A informação recolhida encontra-se condensada na tabela 4.

Tabela 4. Caracterização dos Entrevistados – Poder Público

Entrevistado/a	Idade	Cargo (Relevância para o Estudo)	Partido Político	Data da Realização da entrevista
João Rodrigues	34 anos	Vereador dos pelouros do Planeamento e Ordenamento, Gestão Urbanística, Regeneração Urbana, Habitação, Inteligência Urbana e Inovação Tecnológica	Coligação “Juntos por Braga”	20/10/2021
Olga Pereira	Não respondeu	Vereadora dos pelouros das Obras Municipais, Mobilidade, Gestão e Conservação de Equipamentos Municipais, Gestão e Conservação de Espaço Público, Polícia Municipal, Relação com Ensino Superior	Coligação “Juntos por Braga”	29/10/2021
Miguel Bandeira	61 anos	Ex-Vereador dos pelouros da Regeneração Urbana, Mobilidade, Património, Ligação às Universidades, Urbanismo e Planeamento Urbano e Professor Associado com Agregação, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho		19/10/2021
Vítor Esperança	Não respondeu	Administrador executivo da BragaHabit-EM		27/10/2021

Fonte: Tabela produzida pela autora.

1.3. Consultores/as imobiliários/as

No que se refere aos consultores imobiliários entrevistados, foram realizadas duas entrevistas a dois indivíduos do sexo masculino, um de nacionalidade brasileira (Gustavo) – ele próprio imigrante que viu no mercado imobiliário bracarense uma oportunidade de negócio, direcionando o seu enfoque precisamente para os imigrantes que chegam à cidade, marcando a sua posição nesse nicho de mercado – e outro de nacionalidade portuguesa (Jorge).

Estes foram entrevistados em representação de duas imobiliárias, diferentes a múltiplos níveis. Uma delas, representada por Gustavo (nome fictício), possui atividade apenas há 4 anos, embora tenha crescido consideravelmente num curto espaço de tempo, possuindo franquias em 12 distritos, oferecendo inclusive serviços de consultoria e *relocation*, além da típica gestão de ativos, venda e arrendamento. A outra, representada por Jorge (nome fictício), é uma empresa internacional, que funciona em Braga há já mais de 20 anos, sendo que esta é uma das filiais pioneiras da entrada da

empresa em Portugal. De acordo com o E2ci, “em Portugal, esta é, de longe, a maior empresa do ramo e, no mundo, é também a empresa que, de facto, mudou completamente o paradigma da mediação imobiliária”. A informação considerada de relevo encontra-se agregada na tabela 5.

Tabela 5. Caracterização dos Entrevistados – Consultores/as Imobiliários/as e Respetiva Empresa

Entrevistados/as	Nacionalidade do Entrevistado	Tempo de Atividade (em Braga) da Empresa que Representam
Gustavo	Brasileiro	4 anos
Jorge	Português	21 anos

Fonte: Tabela produzida pela autora.

1.4. Senhorios/as

Para finalizar esta exposição inicial, e como previa e devidamente justificado, no que ao grupo dos/as senhorios/as se refere, foi entrevistada unicamente 1 senhora (Cecília, nome fictício), de nacionalidade portuguesa, com 75 anos de idade, casada. No que respeita ao âmbito profissional, a entrevistada encontrava-se reformada, sendo que, quando no ativo, exercia a docência (ensino secundário) como profissão. Quanto ao rendimento médio mensal, a entrevistada confidenciou que se enquadra no escalão acima de 1500 euros mensais (individuais) e que revelou que negocia com imóveis desde há aproximadamente 20 anos. Apesar de inicialmente os imóveis não terem sido adquiridos com o intuito de arrendamento e rentabilização – sendo que a ideia inicial seria oferecê-los às filhas –, possui hoje 3 apartamentos que funcionam em regime de arrendamento de quartos. Esta informação pode ser devidamente analisada com recurso à tabela 6.

Tabela 6. Caracterização dos Entrevistados – Senhorios/as

		Entrevistado/a
		<i>Cecília</i>
Características	Idade	75
	Nacionalidade	Portuguesa
	Estado Civil	Casada
	Ocupação Profissional	Reformada
	Tempo de Negociação com Imóveis	≈ 20 anos
	Imóveis Possuídos e Regime de Arrendamento Praticado	3 apartamentos, em regime de quartos
	Rendimento médio mensal (individual)	Acima de 1500 euros

Fonte: Tabela produzida pela autora.

2. Experiência migratória em Braga, Portugal: Opções e vivências quotidianas

Nesta primeira dimensão, procurando acompanhar a cronologia dos eventos, pretendia-se descortinar, primeiramente, as motivações que desencadearam a decisão de saída do Brasil por parte dos/as imigrantes entrevistados/as e, de forma um pouco mais detida, as razões da opção por Portugal e, em particular, por Braga e pela freguesia específica na qual se fixaram, pelo menos num primeiro momento. Além do recurso ao relato dos/as próprios/as migrantes, isto é, aqueles/as que vivenciaram e vivenciam de forma mais direta o processo, procuraremos também analisar as perceções dos/a representantes do poder público e também dos consultores imobiliários entrevistados no que se refere aos fatores atrativos do município bracarense, em particular para os/as imigrantes brasileiros/as, uma vez que, como já foi possível apurar, esta constitui hoje a comunidade estrangeira mais representativa a habitar na cidade de Braga e, inclusive, em Portugal como um todo.

Antes de avançar efetivamente na discussão, e sendo esta uma questão com a qual me vim a debater ao longo de todo o processo de produção da dissertação, considera-se de relevo procurar compreender e explicar (se assim for possível) as incongruências e discrepâncias existentes ao nível dos

dados veiculados por organismos diversos – inclusive entre dados oficiais, do SEF, que apontam para um comunidade, e dados da Câmara Municipal de Braga, transmitidos pelo atual presidente, Ricardo Rio –, no que aos números das migrações respeita. Recordemos que, de acordo com os dados oficiais, a comunidade brasileira que habita hoje na cidade de Braga conta com 11 441 indivíduos, dados que nos parecem claramente sobrestimados se tomarmos em consideração determinadas declarações públicas do presidente, Ricardo Rio, onde, por exemplo, afirma que, apenas nos últimos 3 anos, Braga atraiu 10 000 brasileiros (Folha de São Paulo, 2019). Assim sendo, procurou-se, junto dos/a representantes do poder público, compreender quais seriam os valores mais fiáveis quando o intuito é conhecer a dimensão real quantitativa de imigrantes e, em especial, de imigrantes brasileiros/as, a residir em Braga. A resposta acerca do papel imprescindível dos dados oficiais foi unânime. Porém, são deixadas ressalvas, pois existem diversos fatores que, segundo os/a entrevistados/a, podem contribuir para a variação dos dados que é, de facto, verificável. Entre esses fatores destaca-se, em primeiro lugar, a dificuldade em contabilizar estas populações. Como o entrevistado João Rodrigues refere:

[...] nós nunca temos uma certeza absoluta do numero exato de imigrantes que cá temos. Aliás, não temos sequer o número certo de moradores e de residentes portugueses em Braga, até porque é um número que varia todos os dias. (João Rodrigues, Vereador, 20/10/2021)

A dificuldade em contabilizar estas populações deriva, essencialmente, do facto já mencionado de que estas são populações que se caracterizam por um grande “nomadismo” e, especialmente nos primeiros tempos, marcadas até por uma certa instabilidade, fenómeno esse bem retratado pelo entrevistado e ex-vereador Miguel Bandeira, que nos recorda, inclusive, da posição que Portugal comumente assume enquanto “país de transição” ou “porta de entrada” para um outro país europeu (Marques e Góis, 2011), ideia que será ainda retomada posteriormente:

[...] mesmo num determinado momento censitário, nós nunca teremos um número ao qual nos poderemos referir como 100% fidedigno. Porquê? Porque o problema da população imigrante, e concretamente no caso dos brasileiros, decorre também, muitas vezes, de um período que eu classificaria como probatório. [...] Portanto, muitos vêm ou vieram até cá durante uma determinada temporada para perceberem se gostavam ou se não gostavam; se se conseguiriam estabelecer ou não estabeleciam; se encontraram condições de empregabilidade ou expectativas de trabalho que estavam a contar ter ou se, de facto, isso não ocorreu. Portanto, entre aqueles que, do ponto de vista formal, já têm autorização de residência, isto é, já estão cá devidamente credenciados, e aqueles que estão ainda a ver se param ou não por aqui ou se usam até Portugal, como acontece muitas vezes, como uma espécie de patamar intermédio para reemigrarem para um outro país europeu, há uma grande distância. É sempre difícil saber e é sempre admissível que possamos ter mais do que aqueles que efetivamente estão cá devidamente registados. (Miguel Bandeira, Ex-Vereador, 19/10/2021)

Ademais, foi ainda apresentada como justificativa para as incongruências que se verificam ao nível dos números o cruzamento de diversas fontes de dados – mais ou menos precisas –, como sendo o caso dos dados fornecidos pelo SEF, pelo Ministério da Administração Interna e pela Administração

Regional da Saúde do Norte, bem como os dados fornecidos por Associações de Imigrantes, em particular imigrantes brasileiros/as, como é o caso da UAI – União, Apoio e Integração, uma associação cultural luso-brasileira de apoio à integração em Portugal.

Por último, e conectado com aquilo que foi supramencionado, o ex-vereador Miguel Bandeira reconhece o recurso (pouco rigoroso) a informações impressivas, especialmente em determinados contextos (mediáticos) nos quais as informações são proferidas:

[...] a primeira coisa do ponto de vista metodológico que há a distinguir na análise do discurso é que o discurso mediático político que normalmente muitas vezes também é filtrado por força das circunstâncias em que são proferidas as frases e saem muitas vezes erros e até, digamos, números que não são rigorosos. Não é por acaso que hoje até está na moda, enfim, também por efeito das redes sociais, aqueles programas de informação jornalística como é o caso do “É ou não é?” ou o “Polígrafo”. De alguma maneira são consequências que o próprio sistema gera em função das insuficiências do próprio sistema. [...] Então, o presidente Ricardo Rio, quando proferiu essas afirmações, deu-as num contexto específico e, muitas vezes, decorre de informações que são veiculadas por instituições de um modo informal, ou expedito, ou de estimativas, que não têm necessariamente sustentabilidade científica. [...] Agora, isto não quer dizer que o presidente mentiu. O presidente veio no elã das informações, eu diria que, mais ao menos expeditas, que nós íamos recebendo e das impressões que íamos recolhendo. [...] nós, que estamos nos serviços públicos, temos provavelmente a ideia de que o fenómeno é maior e mais abrangente do que o que ele, efetivamente, é. (Miguel Bandeira, Ex-Vereador, 19/10/2021)

Ora, uma vez esclarecidos quanto à questão dos dados estatísticos, podemos, então, avançar para a análise concreta. No que se refere aos motivos enumerados pelos/as imigrantes entrevistados/as para a saída do Brasil *à priori*, foi possível apurar que a maioria (13 entrevistados) nutria um velho desejo e/ou interesse pela experiência de morar e/ou estudar no exterior, pelo que acharam que este seria o momento ideal para o concretizar.

Existia uma decisão nossa prévia de sair do Brasil. Essa decisão surgiu a partir ali de 2015 a 2016 e foi exatamente quando a gente começou a perceber algumas ruturas do ponto de vista social e económico no país. Ai, em início de 2016, percebemos com maior nitidez uma rutura política muito séria, que foi exatamente aquele burburinho do *impeachment* de Dilma. E para a gente, aquilo ali, era uma questão nevrálgica, muito séria, pois o Brasil poderia colapsar. E o facto da gente ter esse entendimento, juntando a isso já um interesse prévio muito vivido em sair do país, foi quando a gente resolveu colocar aquilo que era ideia em prática, em termos de plano. (E6, mulher, 46 anos)

Eu vim pelos estudos, mas devido à situação em que o Brasil se encontrava... vim em 2017 e o Brasil já estava a entrar numa crise muito aguda com o *impeachment* e toda a conjuntura, e depois a eleição em 2018 que deu no que deu e que a gente tá vendo aí o que tem acontecido... então, eu vim para estudar, que era um sonho que eu já tinha, mas acabei por permanecer por esses outros motivos. A crise política, económica, social... e nesse período eu estava ligado à universidade e à militância e achei melhor permanecer. (E7, homem, 32 anos)

Pela nacionalidade que eu já tinha e pela vontade que eu nutria, desde criança, em conhecer e viver na terra do meu pai. Pronto... depois calhou com a situação política no Brasil, que já me estava a incomodar, com o aumento da violência e da intolerância a chegar cada vez mais perto de casa. (E15, homem, 43 anos)

Todavia, e como os relatos supracitados nos levam nitidamente a constatar, esta não é necessariamente uma decisão unifatorial, sendo que vários/as dos/as entrevistados/as foram movidos por múltiplas razões em simultâneo, pois, como previamente referido no enquadramento elaborado, nenhum fator isolado tem a capacidade de ilustrar na plenitude as razões por detrás da decisão. Outros fatores são também frequentemente mencionados, nomeadamente a procura por maior segurança e/ou maior qualidade de vida, num contexto de crescimento da violência no país de origem (7 entrevistados), e ainda esperança e expectativa em alcançar melhores perspetivas futuras no exterior, a vários níveis (essencialmente profissional e social) (5 entrevistados). Estas motivações, além de identificáveis inclusive nos relatos supracitados, são passíveis de ser identificadas nos relatos ulteriores:

Eu morava numa grande cidade, São Paulo. Então, basicamente, foi a falta de segurança. [...] Então, você tinha tudo isso, mas, na verdade, a gente vivia numa bolha. [...] Eu não queria isso para os meus filhos. Isso não é vida, isso não é normal. Você começa a viver numa roda-viva tão grande que, quando você está no seu mundo, é confortável, você tem tudo. Só que, quando você sai, não é assim. [...] A gente tinha muito essa preocupação. Então, foram esses os fatores, acrescentando ainda a instabilidade política e económica (apesar de eu ter trabalho lá, não tinha ficado desempregada), e a falta de segurança e mesmo de perspectiva do país, pois, apesar de ser um país imenso, a gente não vê perspectiva. (E12, mulher, 49 anos)

Outro motivo também que nos levou a tomar a decisão mais precocemente foi a questão da segurança, porque o Brasil enfrenta um período de crise política e económica aguda e o que tem afetado e potenciado principalmente a questão da violência. (E16, homem, 38 anos)

Lá no Brasil também não estava lá grande coisa... Bolsonaro tinha ganho as eleições, não estava nada bom, tanto financeiramente, como politicamente. Depois tinha a questão da segurança também... enfim, sem perspectiva. (E10, mulher, 28 anos)

As razões apresentadas vão, deste modo, ao encontro daquilo que era já apontado por França e Padilla (2018) sobre os fatores que contribuíram para a retomada, em 2016, dos movimentos migratórios com origem no Brasil em direção a Portugal, sendo que, resgatando aquilo que foi já citado, do lado brasileiro se apresentam como justificativas a crise política e económica instalada após o golpe parlamentar e *impeachment* a Dilma Rousseff e, entre outros mais, os elevados níveis de violência urbana e a polarização nas eleições presidenciais de 2018. Segundo um dos comentários recolhidos por meio da etnografia virtual realizada nos grupos da rede social *Facebook*, “Brasil está complicado, estranho e difícil... viver fora se torna a maior opção e dá estabilidade emocional” (Comentário, Imigrante Homem Grupo II, 14/09/2021). Também o entrevistado Vítor Esperança o reconhece:

Depois, ali na fase das últimas eleições no Brasil, quando o Bolsonaro foi eleito, a par da instabilidade que se vivia lá na altura e que hoje ainda se continua a fazer sentir [...] muita gente quase que podemos dizer que fugiu. (Vítor Esperança, Ex-administrador Executivo da BragaHabit E.M., 27/10/2021)

Numa linha de pensamento conforme, um dos consultores imobiliários entrevistados (Gustavo) resgata a discussão em torno da questão da segurança e, ao encontro do relato da entrevistada 12 supracitado, inclusive constata que os perfis migratórios se têm alterado ao longo do tempo,

É uma das primeiras perguntas que a gente faz na entrevista, “*Porque está deixando o Brasil?*”. Ai vem a saúde, vem educação, mas em primeiríssimo lugar ali, infelizmente – e eu, como sendo brasileiro, falo com pesar –, é a segurança, a questão da segurança. [...] a grande maioria daqueles que nos procuram estão fugindo do Brasil por causa da violência, por causa da condição de vida lá, pois têm que viver numa “bolha”. Como é uma classe alta ou média alta, eles vivem realmente fechadinhos no mundo deles... (Gustavo, Consultor Imobiliário, 4 anos de atividade)

Na realidade, em vários dos relatos recolhidos junto dos diversos grupos de entrevistados/as, foi possível constatar que há uma percepção generalizada de que os perfis migratórios dos/as imigrantes brasileiros/as que chegam a Portugal se têm vindo a alterar. Não obstante, e sem espanto, estas transformações têm-se vindo a verificar ao longo de toda a história migratória entre Brasil e Portugal, marcada por diversas vagas já aqui descritas (cf., entre outros, Malheiros, 2007; Padilla, Marques, Góis e Peixoto, 2015).

[...] a percepção que eu tenho neste momento e acho que, de resto, é a percepção geral, é que vêm cada vez mais famílias, pessoas com instrução e habilitações académicas muito superiores àquilo que se verificava há 10 ou 20 anos atrás, e famílias que eu classificaria como pessoas de classe média e classe média alta. (João Rodrigues, Vereador, 20/10/2021)

[...] Ultimamente, têm sido pessoas de uma certa idade e estudantes ou reformados... lembro-me de um senhor jornalista, já para aí com seus 60. [...] São, sobretudo, pessoas mais velhas e, geralmente, a frequentar a universidade, a fazer doutoramentos, com mais possibilidades, diferente do que acontecia há alguns anos" (Cecília, Senhora, 75 anos)

Miguel Bandeira, reconhece, inclusive, a possibilidade de definição de uma nova vaga, ao encontro daquilo que é defendido por França e Padilla (2018):

[...] é preciso ter em conta que esta nova vaga de brasileiros – e isso é também um aspeto que é importante estudar e apurar –, aparentemente, e tendo de tudo, é composta também por estratos sociais que eu classificaria como mais robustecidos do que aquilo que era a vaga do virar do século, lá atrás. (Miguel Bandeira, Ex-Vereador, 19/10/2021)

O entrevistado, bem como as autoras acima mencionadas, alude ainda à diversidade de características desta alegada nova vaga, sendo que esta seria marcada precisamente pela variedade dos perfis verificáveis, não obstante continue a exibir características identificáveis nas vagas anteriores. Também Vítor Esperança e um outro entrevistado (E17) que trabalha diretamente com estas populações o reconhecem nos excertos selecionados:

[...] só apenas uma parte reduzida dessa migração pode recorrer a nós, pois não se consta que haja hoje uma migração maioritariamente por parte do brasileiro dos ditos mais desfavorecidos pois, muitas vezes, infelizmente, esses nem dinheiro para o bilhete têm. [...] O que acontece é que se você sair aqui da porta, vai ver também por aí muita gente com Glovo e Uber Eats, sendo que a maioria são brasileiros. Isso significa que as pessoas que vieram para cá não são todas pessoas endinheiradas, se não não estariam nestes empregos de “desenrasque”. [...] Portanto, não é verdade que toda a comunidade veio com dinheiro, mas há aqui indícios de que houve muita gente que veio com dinheiro, até porque se não não ajudariam na inflação das rendas de casa. (Vítor Esperança, Ex-administrador Executivo da BragaHabit E.M., 27/10/2021)

"[...] o grupo é muito heterogéneo. Da mesma forma que recebemos estudantes, recebemos também famílias completas e numerosas, casais mais velhos e casais mais novos, casais que vieram antes da pandemia e hoje já têm bebés nascendo, enfim... fazemos também parcerias com outras associações que acompanham a nossa comunidade, trabalhamos muito em rede... e é nessa questão que a gente observa que o público é muito heterogéneo" (E17, homem, 45 anos)

No que se refere às motivações por detrás da escolha por Portugal enquanto país recetor, estas são também múltiplas e de índoles variadas. A justificativa mais vezes mobilizada (7) é, precisamente, o estudo – nos ciclos de mestrado ou doutoramento –, o que se coaduna com as tendências de intensificação dos fluxos de mobilidade estudantil estrangeira – em particular brasileira – verificada em Portugal, inclusive durante o período de enfraquecimento dos movimentos de troca de imigrantes entre os dois países em questão, sentido após o rebentar da crise de 2008 e do intensificar do clima de austeridade vivenciado em Portugal, ideia já previamente trabalhada (Padilla e Ortiz, 2012; Iorio e Ferreira, 2013; Iorio e Fonseca, 2018; França e Padilla, 2018).

[...] Mas, principalmente, eu vim para cá justamente com o objetivo de tentar o mestrado. Até porque, na altura, eu tinha um amigo que já tinha feito mestrado cá, um amigo meu que mora cá já há bastante tempo... [...] na altura em que eu vim para cá, foi ele que me ajudou, me deu abrigo, me deu moradia, essas coisas e tal (E13, mulher, 30 anos).

Então, ainda no Brasil, a gente fez um levantamento das possíveis cidades onde a gente poderia ser aceite na universidade e, então, através dessas pesquisas nós vimos que a Universidade do Minho aceitava estudantes brasileiros para o mestrado e vimos as condições. Então, nós viemos realmente com o intuito de estudar (E16, homem, 38 anos).

O relato da entrevistada 13 acima exposto abre caminho para a discussão em torno de uma outra justificativa em relação à opção por Portugal, sendo ela a existência de redes sociais/ de amizade prévias em Portugal, apontada, então, por 3 dos/as entrevistados/as:

Na verdade foi um amigo meu. Eu já tinha vindo antes, eu já tinha passado aqui porque fiz um circuito de capoeira entre a Inglaterra e a Polónia e, na volta, fiquei um dia em Portugal. E eu gostei... e aí um amigo meu veio primeiro que eu para trabalhar, tentar a vida aqui, e, como ele já sabia que eu queria sair do Brasil, ele falou "olha, tem trabalho aqui! Se quiser eu te ajudo", e foi bem justamente na hora em que eu tinha ficado desempregado, fui despedido por causa da crise que teve lá. Então, eu estava sem emprego e como ele disse "tem trabalho aqui, se quiser vem" eu pensei logo "claramente" [risos] (E4, homem, 33 anos).

Foi por causa da influência da minha mãe praticamente. A minha mãe morava em Londres como te disse, e é casada com um português. Agora tem 11, mas na altura devia ter uns 9 anos que eles estavam casados. Ele estava perto de aposentar, de se reformar, e resolveram vir morar para Portugal. Ela já insistia há muito tempo comigo e com a minha irmã e meu sobrinho para vir para cá. Cheguei até a ir para Londres uma altura, mas não me adaptei e fiquei só 3 meses e voltei para o Brasil. Depois ela continuou insistindo para irmos para cá e minha irmã decidiu vir. Quando minha irmã decidiu vir eu resolvi e vim também (E10, mulher, 28 anos).

Estes relatos corroboram as teses da Teoria dos Sistemas Migratórios e da Teoria das Redes Sociais, enquanto uma das teorizações explicativas mais relevantes para a ocorrência e compreensão dos movimentos migratórios, em particular brasileiros, em direção a Portugal. Assim, não raramente,

como havíamos descrito e como foi através dos relatos possível certificar, os migrantes seguem caminhos já “batidos” (Stahl, 1993), sendo ajudados por parentes ou amigos que se encontram ou encontravam previamente no país de destino/ recetor (Castles, 2000). Como tal, estes movimentos são alimentados por laços interpessoais (de diferentes cunhos), encarnando estas redes inclusive a forma de “capital social”, ideia tão bem explorada por Bourdieu (1980) e previamente exposta e explicada. Também Padilla (2006) refere como um dos motivos gerais da opção por Portugal – entre outros também identificáveis, como veremos de seguida – a existência de redes sociais prévias.

Ainda a este propósito, e antes de avançar efetivamente, o entrevistado Jorge, consultor imobiliário, deixa um alerta – sobre o qual, ademais, já foi possível elucidar no enquadramento – para os diversos tipos de redes migratórias que podem ser formadas, inclusive as redes de migração ilegal (Boyd e Nowak, 2012), que, muitas vezes, não prestam o devido e prometido auxílio àqueles que lhes entregam, de certo modo, o futuro das suas vidas na mão:

[...] quando se geram estas oportunidades [migratórias], há sempre empresas que trabalham de uma forma séria, honesta e responsável, mas há também muita gente que se organiza em redes que acabam só por cobrar um valor às pessoas e, muitas vezes, valores desmesurados e injustificados, e não são confiáveis nem oferecem o apoio necessário, deixando-as à mercê do acaso (Jorge, Consultor Imobiliário, 21 anos de atividade).

Cientes, porém, como já mencionado, de que nenhum fator isolado pode dar conta da multiplicidade de razões por detrás de uma decisão, e, de certa forma, ao encontro daquilo que é exposto no relato supratranscrito, entre os motivos apresentados encontram-se, ainda, as questões legais, também elas já abordadas por Padilla (2006), isto é, a facilidade de obtenção do visto pretendido e a posse de nacionalidade portuguesa por ascendência (4):

[...] também tinha uma outra premissa nossa, que era: independentemente do país para o qual a gente decidisse ir, teríamos que ir já com toda a documentação legalizada. Nunca passou nas nossas cabeças colocar uma mochila nas costas e partir o mundo, até porque não tenho mais 20 e poucos anos [risos]. [...] Então foi quando eu comecei também a pesquisar, do ponto de vista legal, quais eram os tipos de visto prováveis e possíveis para cada país, e Portugal é apelativo para nós. (E6, mulher, 46 anos)

[...] quando a gente decidiu que nos mudaríamos para Portugal – e a nacionalidade, sem dúvida, foi um fator, a língua outro fator, a condição do país, a segurança outro fator –, nós, naturalmente, começamos a pesquisar. (E12, mulher, 49 anos)

Estes relatos – em particular o relato da entrevistada 6 – resgatam a discussão em torno da “discriminação positiva” de que este fluxo usufrui em matéria de enquadramento jurídico (Baganha, 2005), fruto, inclusive, da multiplicidade de acordos bilaterais existentes entre os dois países, que contribuíram e continuam a contribuir para o estreitamento dos laços (cf., entre outros, Cervo e Magalhães, 2000; Padilla, 2007; Pino, 2012; Oliveira, 2013). Ademais, relembram-nos e validam, ainda,

o enquadramento legal em geral favorável, quer ao nível de políticas de regulação (por exemplo, a Lei da Imigração), quer de promoção e integração (por exemplo, a Lei da Nacionalidade), explorado de forma detida no enquadramento teórico empreendido.

Aproveitando ainda o destaque dado ao testemunho da entrevistada 6, que tinha como premissa fundamental a entrada legal no país de acolhimento, e sabendo que nem sempre os indivíduos migrantes partilham dessa mesma premissa – como foi, aliás, possível observar no ponto referente à descrição da amostra deste estudo –, também por meio da etnografia virtual foi possível constatar que, para alguns, esse é similarmente um ponto fulcral no processo de tomada de decisão, especialmente tendo em consideração a situação de vulnerabilidade e precariedade que, como previamente esmiuçado, *per se*, poderá marcar a experiência migratória, reconhecendo a exacerbação destas pela situação de clandestinidade:

Caso queira vir para Portugal, faça um planeamento. Analise a possibilidade de pedir um visto específico para o seu caso. Como advogada, te digo com todas as letras: não venha como turista para depois pedir a legalização. Não use o Facebook para tirar todas as suas dúvidas. Seja coerente com a sua decisão e com a vida de sua família. Pense muito bem e venha preparado. Não é simples mudar de país! Essa história de vir primeiro para se legalizar e depois buscar a família, é complicado. Portugal oferece vistos específicos para quem quer morar aqui. Por favor, não caia nessa cilada. (Comentário, Imigrante Mulher Grupo I, 12 de setembro de 2021)

[...] Estou aqui tem 1 ano e 8 meses e nada a reclamar. Mas, venha legalizado, com visto e atendendo a todos os requisitos exigidos, e, mais importante, venha com uma boa poupança pra suportar o início porque são muitas despesas extras que vão aparecendo e sem poupança é impraticável. Com poupança e legalizado as coisas ficam bem mais fáceis. Boa sorte! (Comentário, Imigrante Homem Grupo I, 12 de setembro de 2021)

Ademais, também como já foi sendo possível observar, e como Padilla (2006) já constatava, a facilidade linguística, bem como a proximidade cultural e histórica – que, como referia Menezes (1997), ninguém terá o arrojo de negar – e a qualidade de vida oferecida pelo país em geral, foram mencionadas por 4 dos/as entrevistados/as. Finalmente, o conhecimento prévio de Portugal, pese embora a experiência enquanto turista seja marcadamente distinta da experiência enquanto migrante, foi também mencionado por 1 entrevistada.

A escolha por Portugal foi, primeiramente, pelo fator língua, a facilidade da questão cultural e da língua, e também pela facilidade de obtenção do visto. No caso, eles vieram com um visto de investimento, de negócio. Sei que existe um acordo entre Brasil – Portugal que facilita esse tipo de investimento. Então, diria que os dois principais fatores foram a questão da língua, as facilidades da língua, da cultura, as similaridades culturais, e a facilidade para a obtenção do visto (E1, homem, 38 anos).

Por Portugal ser um país com a mesma língua que a gente fala e por ser um país que eu já conhecia previamente. Eu já tinha estado cá três vezes e sempre me encantei. Então, sempre que eu pensei em um dia sair do Brasil, foi com a ideia de vir para Portugal, sempre foi em Portugal que eu me imaginei (E9, mulher, 59 anos).

Quanto ao tempo de permanência em Portugal, a média aproximada encontra-se nos 49,3 meses, ou seja, aproximadamente 4 anos e 10 meses, sendo que a moda se encontra entre os 4 e 5 anos de permanência. Ora, uma vez que nem todos os/as entrevistados/as vieram diretos para o município de Braga – o entrevistado 1, inicialmente, morava no conselho de Vila-Verde, o entrevistado 4 em Fafe e, por fim, o entrevistado 8, em Matosinhos, tendo, por razões que iremos apurar de seguida, posteriormente se mudado –, o tempo de permanência em Braga varia em relação ao tempo de permanência em Portugal, sendo que, neste último caso, a média de permanência se encontra nos 46,9 meses, ou seja, 3 anos e 9 meses.

No que concerne às motivações da opção pela cidade de Braga em particular, estas são também de natureza variada e, de certa forma, caminham a par das razões apresentadas para justificar a opção por Portugal. Como refere a vereadora Olga Pereira (29/10/2021), “há todo um conjunto de fatores que tornam Braga muito apetecível, tanto de um ponto de vista de um mero visitante, tanto como escolha para futura residência”, sobre os quais nos iremos agora debruçar.

Uma vez mais, o estudo – isto é, na experiência particular dos/as entrevistados/as, a frequência de um curso conducente a grau na Universidade do Minho em específico –, assume, como, aliás, já havia sido mencionado no enquadramento, um papel de grande atratividade, sendo a motivação mais vezes enunciada pelos/as entrevistados/as (8):

Queria tanto ir embora que eu passei em quatro universidades aqui em Portugal. A primeira foi em Coimbra, tanto que o meu visto eu pedi pela Universidade de Coimbra porque o resultado saiu primeiro, em março. Depois passei na Universidade de Lisboa, na UTAD e na Universidade do Minho [...]. E aí, na Universidade do Minho, eu falei “*Porra, legal!*”. É uma cidade menor, mas bem localizada... e aí optamos por vir para cá, mas foi mesmo nas cegas, só por conta desse contacto com a universidade (E5, homem, 37 anos).

A escolha por Braga deve-se a múltiplos fatores. [...] Após uma longa pesquisa que envolveu seis países e 14 universidades, Portugal (Braga) acabou por ser a escolha mais segura financeiramente e reconhecida a nível do curso a que me dispus realizar (E14, homem, 39 anos).

Também os entrevistados João Rodrigues, Miguel Bandeira e Vítor Esperança reconhecem que o crescimento e, por conseguinte, a visibilidade externa e/ou reconhecimento internacional que a Universidade do Minho – assumidamente comprometida com a internacionalização – possui, se afirmam enquanto um fator de atratividade e de convite à permanência na cidade de Braga, conferindo-lhe, inclusive, uma cara lavada e ar renovado, fruto do facto desta se garantir enquanto polo de fixação de jovens:

[...] o próprio crescimento da Universidade do Minho faz com que também tenha vindo estudar mais gente para Braga, e está a acontecer uma coisa que previamente não acontecia. [...] as pessoas que não eram de Braga e vinham estudar para a Universidade do Minho, depois não se fixavam em Braga.

[...] Hoje acontece o contrário, uma vez que, entretanto, se começaram a fixar (João Rodrigues, Vereador, 20/10/2021).

Isso decorre também do facto de ser uma cidade que continua a ter um papel relevante ou continua a ser um polo de atratividade para camadas jovens que têm ainda uma forte relação de atração com o facto de muitos virem estudar para Braga, não só (embora maioritariamente) a nível do ensino superior, mas também intermediário. Ou seja, ocorre muito porque muitos jovens vindos de outros concelhos e doutros municípios vizinhos, e até de fora, se radicam em Braga (Miguel Bandeira, Ex-Vereador, 19/10/2021).

Depois verificam-se também outros fatores de atratividade que Braga já possui há alguns anos e dos quais eu próprio beneficieei, entre os quais se encontra a instalação da Universidade do Minho e, por conseguinte, a fixação na cidade. A Universidade do Minho, na minha ótica, contribuiu para um enorme desenvolvimento na cidade de Braga. Adotou um modelo diferente das universidades tradicionais e as pessoas vêm à procura de estudo. O brasileiro ocupa uma parte considerável das vagas de estudo, pois muitos vêm para estudar (Vitor Esperança, Ex-Administrador Executivo da BragaHabit E.M., 27/10/2021).

Na realidade, os estudantes estrangeiros representam um importante contingente da comunidade estudantil da academia minhota. Segundo dados obtidos junto da Unidade de Serviços de Gestão Académica da Universidade do Minho, no ano letivo de 2021/2022, o número de alunos de nacionalidade brasileira inscritos é de 1236, sendo que 274 frequentam o 1º ciclo, 670 o 2º ciclo e 292 o 3º ciclo.

Um outro motivo várias vezes enunciado pelos/as entrevistados/as para justificar a escolha por Braga foi a relação existente entre as variáveis “qualidade de vida” e “custo de vida” (5). Também na percepção da entrevistada Olga Pereira,

Nós achamos que tem que ver com a qualidade de vida que ainda é oferecida aqui em Braga, relativamente a outras cidades com a mesma dimensão e, muitas vezes, mais caras. Nós aqui temos médico de família para toda a população; temos reduzidos problemas de tráfego na cidade, ao contrário daquilo que acontece nas áreas metropolitanas; temos uma cobertura excelente, de qualidade muito elevada, ao nível das escolas; temos uma vida cultural muito interessante, entre outros aspetos que reforçam essa atratividade (Olga Pereira, Vereadora, 29/10/2021).

Na realidade, Braga vem coletando muitas das valências que são oferecidas pelas ditas grandes cidades, a vários níveis – serviços e infraestruturas, a nível cultural, económico e laboral, etc. –, preservando, ainda assim, um custo de vida inferior ao verificado nessas últimas, fator que, de facto, quando observamos os relatos dos/as imigrantes entrevistados/as, é passível de ser identificado e relevante de ser tomado em consideração:

Na época também analisei o custo de vida, em relação a Aveiro, em relação a Viana, em relação ao Porto... seria um custo de vida que estaria muito semelhante a Aveiro e não ainda dentro dos números do Porto. Aí isso fez com que a gente escolhesse Braga, foi muito nesse sentido. Não conhecíamos ninguém na cidade, não tínhamos nenhuma relação anterior. Nunca tínhamos vindo a Braga (E6, mulher, 46 anos).

Pesquisamos por Lisboa, Porto, e depois as cidades que viessem depois delas, médias. Porquê? Como sempre morei em São Paulo, capital, eu tinha muita preocupação de não me adaptar a um modo de vida mais calmo, a algo que não fosse tão radical. Só que, logo de início, ao consultar Lisboa e Porto,

eu vi os preços praticados nas cidades... [...] Aí comecei a pesquisar sobre qual era a terceira cidade, qual seria uma cidade próxima ao Porto, e foi assim mesmo. Podia ser uma cidade média, mas tinha que ter proximidade com uma grande cidade, facilidade para aeroporto e tinha que ter uma vida e ser ativa... [...] Aí, fui “descobrir” Braga. Eu já conhecia Braga, mas fui entrando no detalhe: a questão da quantidade de habitantes, como era o mercado de trabalho, o mercado imobiliário, o mercado de comércio e serviços, qual era a principal atividade económica de Braga, etc. Cheguei a pesquisar então Braga, Coimbra, Aveiro, Leiria [...]. Acabamos por decidir por Braga porque tinha tudo o que eu queria, eu já tinha visitado inclusive como turista [...]. E foi por isso... tinha que ser algo que não fosse tão diferente para os meus filhos adolescentes também. Foi isso: foi o custo-benefício e a estrutura da cidade (E12, mulher, 49 anos).

E também porque, em 2017, era uma cidade que não era tão cara, que não tinha um custo de vida tão caro quando comparado com outras possíveis cidades, como Aveiro, Porto ou Lisboa, que eram as outras opções que a gente tinha em mente, e com muitos pontos a favor (E15, homem, 43 anos).

Ora, essa alegada benesse ao nível do custo de vida – de certa forma, na percepção dos/as imigrantes entrevistados/as, diluída ao longo do tempo – por comparação com outras cidades, seria, inclusive, passível de ser observada no que às despesas mensais com habitação se refere, como confidencia, por exemplo, a entrevistada 10:

[...] minha irmã queria muito ir para o Porto, porque a gente foi pesquisar na net e ficou bem interessada. Mas as rendas no Porto eram bem mais caras, e minha mãe disse que já tinha em vista arrendamento aqui em Braga [...]. Enfim, resumindo, na altura em que a gente veio ela arranjou um sitio bom e barato cá – graças ao meu padrasto – e, por isso, a gente decidiu ficar em Braga em vez do Porto (E10, mulher, 28 anos).

À vista disso, a vereadora Olga Pereira (29/10/2021) refere que Braga “continua com preços muito convidativos quando comparada com outras cidades da mesma dimensão e até com localizações aqui próximas”. Em conformidade, e não obstante a consciência demonstrada acerca do aumento dos custos com habitação na cidade, também o vereador João Rodrigues (20/10/2021) declara que, “ainda assim, este é um fator atrativo porque basta comparar com outras capitais de distrito que – e digo sem qualquer receio – não têm nem metade dos elementos de atratividade que Braga tem e que também são importantes para esta escolha”. Para o vereador,

[...] Braga é uma cidade jovem e com uma oferta cultural e desportiva, no fundo, uma oferta fora de portas de casa muito grande para tudo e mais alguma coisa... uma cidade com muito comércio, com emprego, com muita oferta cultural, com muita oferta desportiva e, que, apesar de tudo, e das considerações que possamos tecer acerca dos espaços verdes da cidade, ainda tem a boa vantagem de ser um espaço urbano que está a cinco minutos de espaços perfeitamente rurais. (João Rodrigues, Vereador, 20/10/2021)

Deste modo, Braga tem vindo a firmar a sua posição enquanto grande cidade portuguesa, oferecendo tudo “aquilo que uma cidade média/grande oferece” (Vitor Esperança, Ex-Administrador Executivo da BragaHabit E.M., 27/10/2021) e com perspetivas de continuar a crescer:

Bom, desde logo, obviamente, é uma das cidades portuguesas maiores. Não queria estar com esta coisa de *rankings*, não é? Mas, a seguir às duas áreas metropolitanas, Braga, de facto, é uma das cidades maiores, mais diversificadas, que tem as taxas de crescimento da população e de urbanização mais elevadas no contexto do país, isto excluindo aquelas cidades satélites de Lisboa e do Porto.

Portanto, Braga tem conhecido um ciclo de crescimento e de prosperidade que é inegável, essencialmente ao nível dos principais indicadores – quer económicos, quer sociais, quer em relação àqueles que concernem às taxas de escolarização [...] (Miguel Bandeira, Ex-Vereador, 19/10/2021).

Antes de avançar, é necessário posicionarmo-nos criticamente e questionarmo-nos sobre a ideia de “prosperidade” que é veiculada no relato supracitado, que não pode passar despercebida. A questão que se coloca é, precisamente, *prosperidade para quem?* Como foi já possível constatar, quando pensamos em cidades – e Braga não será, com certeza, exceção –, estamos perante um campo privilegiado de intervenção do capital, por natureza orientado para a procura incessante do lucro, sendo este *locus* típica e simultaneamente marcado por solidariedades e lutas, confrontando interesses divergentes e projetos distintos, essencialmente ao nível do seu desenvolvimento e produção e/ou estruturação (Harvey, 2005/2007; Lefebvre, 1991/2002). É, à partida, de conhecimento coletivo quais projetos e interesses se sobrepõe na (grande) maioria das vezes, apesar da conspeção idílica que podemos teimar em adotar. Ademais, sabemos ainda que os espaços urbanos são apropriados em função da posição social e poder dos seus atores (Martinez *et al*, 2016) e que o poder económico, em parceria com o poder político, tem firmado a sua posição no que se refere à estruturação das nossas cidades (Silva, 2020). Uma vez mais, Braga não é exceção, como será inclusive possível observar de forma mais aprofundada ulteriormente. Deste modo, torna-se evidente a resposta à questão que é colocada.

Adiante, Miguel Bandeira dá continuidade, prosseguindo com o raciocínio:

Tem havido, na realidade, muitos elementos convergentes que fazem com que Braga se constitua como uma cidade média portuguesa e que traduz a realidade portuguesa ao nível dos fatores de segurança, da afabilidade das pessoas, na recetividade e beleza, em todo um conjunto de indicadores, além de que não sofre ainda também de problemas de trânsito... eles existem, mas não são nada comparáveis ainda àqueles que se passam em Lisboa e no Porto (Miguel Bandeira, Ex-Vereador, 19/10/2021).

Deste modo, e embora sem grande detalhe, o relato do entrevistado Miguel Bandeira agrega ainda um conjunto vasto de outros fatores de atratividade que, na sua perceção particular, são passíveis de ser identificados no município bracarense, sendo um deles a segurança. Este é fator vastas vezes enunciado pelos/as imigrantes entrevistados/as como sendo uma das principais motivações para a opção por Portugal e, embora não o refiram em relação a Braga em particular, desvela-se como um fator fulcral e que não deve ser subestimado. Na visão do entrevistado Vítor Esperança, é uma “das grandes virtudes de Portugal e de Braga”:

[...] quem vê Portugal, e depois, quem vê Braga, depara-se logo com uma coisa que se chama “segurança”. A segurança, para mim, é das grandes virtudes de Portugal e de Braga. Braga, num dos tais *rankings* internacionais, foi considerada uma das cidades mais seguras (se não a mais segura) de Portugal. Isso propaga-se. A comunidade brasileira, assim como outras comunidades estrangeiras que

estão representadas na nossa cidade, aspira muito a essa segurança (Vitor Esperança, Ex-Administrador Executivo da BragaHabit E.M., 27/10/2021).

Também a afabilidade e recetividade dos seus moradores e a beleza da cidade, alegadamente intrínseca à sua história, são mencionados no relato de Miguel Bandeira. No mesmo sentido, para o entrevistado Vitor Esperança,

Há, de facto, uma dinâmica diferente, por ser Braga uma cidade aberta e por ter todas essas valências. Já para não falar da beleza e dos aspetos culturais da cidade, uma cidade bimilenária, com condições espetaculares. Já nem falo disso porque isso é intrínseco à localização da cidade e a toda a sua história (Vitor Esperança, Ex-Administrador Executivo da BragaHabit E.M., 27/10/2021).

Porém, cientes de que “beleza não põe mesa”, foi possível observar, através das publicações e comentários recolhidos por meio da etnografia virtual, alguns alertas de indivíduos imigrantes que habitam na cidade, procurando precaver aqueles que, muitas vezes iludidos e agindo na base da emoção e não da racionalidade – algo extremamente comum, contrariando, de certa forma, as teses das Teorias Económicas Neoclássicas e Teorias *Push-Pull* –, procuram concretizar um projeto migratório:

“Ninguém vive de beleza. Informe-se sobre clima, moradia, custo de vida, e, principalmente, empregos em sua área. Imigrar para outro país não é como mudar de cidade ou estado no mesmo país. Planejamento e muitos euros. Baseie sua pesquisa em *sites* confiáveis. *Youtubers*, na sua maioria, principalmente aqueles que vivem de *likes*, mentem, enganam sem o mínimo pudor. Em grupos, o máximo que vai encontrar são opiniões pessoais. E cada um tem seu padrão de vida, não dá para se basear nisto. Fontes seguras, pesquisa e euros... muitos euros.” (Comentário, Imigrante Homem Grupo I, 26 de dezembro de 2021)

Ora, o comentário acima mobilizado, entre outros aspetos, alerta-nos para uma outra questão, previamente abordada no enquadramento teórico empreendido, que é precisamente o crescente chamariz em direção à cidade, seja com a finalidade de turismo, seja incentivando os indivíduos a se estabelecerem e construir uma nova vida, num novo lugar. Proliferam, como vimos, canais de *Youtube*, *sites* e comunidades em redes sociais, administrados por indivíduos anónimos, que se dedicam a dar asas ou alimentar toda uma verdadeira “indústria” que procura vender Braga enquanto um “*Eldorado*” ou “sonho” no exterior.

Ademais, a estes métodos “informais” de divulgação – canais de *Youtube*, *sites*, grupos em redes sociais, como *Instagram* ou *Facebook*, que, como referido previamente, possuem finalidades variadas –, podemos ainda aditar as próprias ações de promoção levadas pelas próprias imobiliárias e levadas a cabo pela entidade camarária, como o faz o entrevistado 17, bem como Vitor Esperança. Este último partilha da mesma opinião que os entrevistados João Rodrigues e Olga Pereira, admitindo a existência de campanhas e estratégias de captação de novos moradores por parte da Câmara Municipal, adotando este organismo uma política de abertura de portas inclusive ao nível dos serviços prestados,

bem como trabalhando em parceria com determinadas associações de imigrantes, como é o caso da UAI. Porém, Miguel Bandeira discorda, reconhecendo, não obstante, que Braga possui políticas de estímulo à fixação, mas não propriamente um programa “neocolonial” de captação de imigrantes:

Há também as redes sociais, que contribuem imenso, nomeadamente os grupos no *Facebook*, mas especialmente o *Youtube*. Existem vários *Youtubers* brasileiros que fazem uma propaganda gratuita e contínua da cidade. Claro que cada qual apresentando uma realidade que eles justificam que é a sua realidade, mas essa sua realidade acaba também interferindo muito na decisão da pessoa que está acompanhando ou seguindo o canal. [...] O que acontece é que também há essa divulgação no interior das próprias instituições como a Câmara. Também dentro do próprio executivo local existem iniciativas e entrevistas com jornais (quer portugueses, quer brasileiros mesmo), além de que os próprios *Youtubers* de que falo aproveitam também para massificar essa informação. (E17, homem, 45 anos)

Braga foi muito publicitada no Brasil, quer através da própria câmara, quer também através de grupos de brasileiros e outros indivíduos brasileiros com canais na *internet* que formaram cá uma mini comunidade. Diziam que Braga é uma cidade segura, com oferta de emprego, enfim, aquelas coisas todas que ouvimos falar sobre Braga. [...] Aquilo que eu sei é que a câmara fez a divulgação, por várias fontes, da cidade de Braga lá fora... concorre àqueles prémios internacionais e não sei quê, e foi também a própria comunidade que cá se encontra que fez “publicidade” e promoção de Braga no Brasil, em regiões específicas. [...] Portanto, houve, de facto, uma campanha por parte da câmara, aliás, como qualquer outra câmara faz, mas, por acréscimo, também os próprios brasileiros, a própria comunidade brasileira, passou a palavra para os colegas e contribuiu para essa divulgação. É o que se fala (Vitor Esperança, Ex-Administrador Executivo da BragaHabit E.M., 27/10/2021).

Braga tem políticas, obviamente, de estímulo à fixação, à vinda, naturalmente, de pessoal técnico qualificado. [...] mas não há nenhum programa. Não estamos num contexto diria que colonial, nem neocolonial, ou seja, de angariação de imigrantes. [...] Eu sei que há é alguns núcleos de brasileiros, sobretudo ao nível das redes, que têm promovido, através de algum *marketing*, no Brasil, a vinda para Braga, e isso está a criar esse tipo de pedidos de informação. Mas, lá está, são iniciativas privadas ou externas obviamente. (Miguel Bandeira, Ex-Vereador, 19/10/2021)

A este propósito – e corroborando aquilo que Padilla (2006) referia em relação ao impacto que as imagens otimistas veiculadas pelos meios de comunicação social brasileiros no que se refere a Portugal exercem na decisão final –, o entrevistado 15, quando questionado acerca das motivações da opção por Braga – após, em jeito de desabafo, confidenciar que se questiona até hoje acerca daquilo que o cativou –, faz menção, precisamente, às entrevistas divulgadas pelos meios de comunicação suprarreferidas e a uma visita em específico – que poderemos aqui encarar como estratégica – realizada pelo presidente da Câmara Municipal de Braga, Ricardo Rio, à sua região de origem, no Brasil:

Me pergunto isso até hoje [suspiro e risos]. Teve uma série de matérias jornalísticas que saíram lá no Brasil... e também teve visita do presidente da Câmara lá em Manaus, falando sobre a expansão da indústria em Braga, focando sobretudo na *Bosch*. Como Manaus também é um polo industrial grande, toda a minha formação foi feita para trabalhar nesse tipo de indústria. Então, eu pensei que eu teria mais chances aqui. Foi essa a principal razão que fez decidir por Braga. [...] E foi isso. Foi culminante mesmo às matérias saindo sobre a expansão da cidade e da indústria em Braga (E15, homem, 43 anos).

De facto, como reconhece o entrevistado Miguel Bandeira:

[...] também tem havido, por outro lado, uma política de abertura do município ao exterior. Braga, até 2013, viveu, de facto, segundo uma lógica mais insular, fechada sob uma perspectiva, digamos, das suas próprias energias e das suas próprias forças e, de facto, o último ciclo político tem promovido

uma abertura, sobretudo ao estrangeiro. Não é por acaso que, enfim, temos sido bafejados com alguns prémios e boas posições em determinados *rankings*. Bem sei que há também alguma controvérsia em torno desses prémios, porque evidentemente hoje há muitos prémios e esses prémios também decorrem de estratégias de *marketing*. Mas a verdade é que o facto de Braga ter sido considerada o melhor destino turístico europeu mostra que, de facto, está, como se diz agora, no radar do setor, e isso sente-se. Por exemplo, a elevação do Bom Jesus a património da humanidade também constitui um fator de atratividade acrescido e que se sente logo de um modo evidente (Miguel Bandeira, Ex-Vereador, 19/10/2021).

No que se refere à questão dos relatórios, *rankings* e prémios de reconhecimento internacional mencionados pelo entrevistado supracitado e também noutros relatos já aqui mobilizados, bem como abordados no enquadramento teórico – onde é referido que Braga assegura um lugar no Top 10 em termos das cidades com maior qualidade de vida, de acordo com a Comissão Europeia – é inegável que também eles contribuem para a crescente atratividade que marca a cidade de Braga. A entrevistada 6 é a prova disso, reconhecendo que, apesar dos “floreios”, estas informações chamam inevitavelmente à atenção de quem tem em mente a partida:

[...] eu li também uns relatórios que saíram na Comunidade Europeia, que eram relatórios sobre os índices de qualidade de vida em algumas cidades europeias. Num dos relatórios que me chamou atenção - acho que foi o de 2013 e de 2015 -, os habitantes de Braga sempre apresentaram um grau de satisfação de morar na cidade grande. Isso me chamou a atenção. Claro que a gente sabe que esses relatórios também têm os seus floreios, mas tirando isso de lado, e analisando aquilo que seria um prisma interessante... a cidade me chamou atenção (E6, mulher, 46 anos).

Todos estes fatores colocam Braga no “radar internacional”, conferindo-lhe uma “visibilidade que antigamente não tinha” – como expõe Olga Pereira –, inclusive atraindo hoje a cidade, além de turistas e imigrantes, cada vez mais investidores, como vimos, avidamente aliciados pelas opções e orientações políticas do próprio executivo camarário. É adotada, então, a chamada estratégia de “empresariamento urbano” (Harvey, 1996) no que ao desenvolvimento da cidade concerne, entregando-a ao capital financeiro internacional, sedento de lucros e isento de empatia. Pode dizer-se que o poder económico monopoliza a competência de estruturação das nossas cidades, fenómeno para o qual contribui o próprio poder político (Silva, 2020), corroendo e caindo por terra o dito “*mito do Estado benevolente*” (Madden e Marcuse, 2016). Isto potencia, como previamente abordado, a sobre-exploração capitalista do espaço urbano que, por conseguinte, transforma a vida urbana num “inferno insustentável” para a maioria (Silva, 2020), como, aliás, será possível observar no momento em que examinarmos de forma detida as dinâmicas imobiliárias que perpassam e se afirmam hoje no município e a forma como estas afetam a vida dos/as bracarenses, em particular dos/as imigrantes entrevistados/as.

Retomando as motivações enunciadas pelos/as entrevistados/as para a opção por Portugal, percebemos que a existência de redes sociais/ de amizade prévias sediadas em Braga é também mencionada como um fator de atratividade em relação a Braga (4):

Foi por proximidade aos amigos que já viviam em Braga e também por questões profissionais, pois ficaria mais próximo ao trabalho (E1, homem, 38 anos).

Eu não escolhi Braga. Na verdade, Braga não estava nos meus planos iniciais. Inicialmente, eu pensei em ir para Lisboa ou para o Porto e, por fim, acabei sabendo que tinha a x aqui através de um amigo em comum e soube que estavam buscando alguém para dividir apartamento. Ai entrei em contacto com ela e passei a saber um pouco mais sobre Braga e resolvi tentar a sorte aqui. E aqui estou (E11, mulher, 45 anos).

Até porque, na altura, eu tinha um amigo que já tinha feito mestrado cá, um amigo meu que mora cá já há bastante tempo... [...] na altura em que eu vim para cá, foi ele que me ajudou, me deu abrigo, me deu moradia, essas coisas e tal. [...] A opção por Braga foi mais ou menos por associação desses dois fatores: foi o fato do meu amigo já morar aqui, já estar aqui, e o mestrado. Querendo ou não, depois que a gente chega, eu acabei gostando muito da cidade. É uma cidade que não é tão grande como os grandes centros, mas que tem tudo, possibilita ter tudo. Então, para mim, foi o principal, a principal razão para continuar e para que permanecesse até hoje (E13, mulher, 30 anos).

O entrevistado 17, que, como já previamente mencionado, trabalha de forma direta com estas comunidades, reconhece o peso que estas redes sociais prévias têm na hora de efetivar a decisão acerca da partida:

[...] uma boa parte dessas pessoas que vêm para Braga – e posso dizer com tranquilidade cerca de 60%, 70% delas – vêm pelo “passa a palavra”. Há muitas redes prévias que trocam informação, pois há sempre alguém que veio à frente e disse que aqui é muito bom e vale a pena tentar (E17, homem, 45 anos).

Ora, o ex-vereador Miguel Bandeira eleva a discussão a um outro nível no que às redes sociais se refere, alargando a sua abrangência e resgatando o debate acerca dos laços históricos existentes entre os dois países, Brasil e Portugal, e inclusive entre regiões – destacando-se aqui a região Minhota à qual Braga pertence –, impossíveis de ignorar:

Mas, perguntar-me-á: porquê os brasileiros? [...] De facto, Braga, se formos a ver, constitui-se ainda, no imaginário do Brasil, como uma das fontes originárias de muitas das vagas de imigração em direção ao Brasil que ocorreram, sobretudo, em finais do século XIX e na primeira metade do século XX. E, de facto, é natural que muitos dos luso-brasileiros, portugueses emigrantes e obviamente brasileiros tenham um conhecimento da sua ascendência portuguesa e é muito provável que os seus itinerários genológicos venham parar aqui ao Norte e Nordeste do país, não só ao Minho. Também precisamente porque esta era já uma das áreas mais povoadas do país. Portanto, sendo uma das áreas mais povoadas, com um padrão minifundiário da agricultura, isto em muitos casos permitiu a venda de pequenos terrenos ou pequenas leiras que permitiram comprar a passagem para o Brasil, essencialmente na viragem do século XIX para o XX. Isto fez com que, de facto, essa ideia do Minho – sendo que não se fala do Minho sem falar em Braga – tenha alimentado no Brasil, numa dimensão intangível, essa ideia de que, de alguma maneira, ao virem para Braga estariam a regressar à terra dos avós e dos bisavós. Isto é apenas uma hipótese... não é estritamente por isso que eles vêm para Braga, mas essa familiaridade ou frequência com que, provavelmente, ouviram falar do Minho ou em Braga nas histórias dos seus antepassados de origem portuguesa, de alguma maneira também lhes dá esse conforto de voltar a um sítio onde acham que têm algumas raízes. Sentem que têm algo a ver com esse território. [...] Hoje esses fluxos migratórios diminuíram, já não têm a pujança, são uma memória um pouco mais perdida, mas a verdade é que essa relação do Minho com o Brasil é uma relação muito estreita. (Miguel Bandeira, Ex-Vereador, 19/10/2021)

O entrevistado continua:

Portanto, acredito que, tendo que optar entre vários sítios, Braga ainda por cima tem emprego, tem instituições, e identificando-se, de alguma maneira, um certo cosmopolitismo... olhe, eu recorde-me até de uma canção popular, que eu julgo que era portuguesa, mas que teve muito sucesso no Brasil aqui há umas décadas atrás, que se chamava “*Zé brasileiro, português de Braga*”¹⁴. Foi uma canção muito popular que andou aí pela rádio. Retratava uma imagem tipo do imigrante português no Brasil. Portanto, nós somos geminados com o Rio de Janeiro, com Manaus, na Amazônia, e não tenho agora presente mas acho que temos ainda outras geminações. Portanto, essa relação de Braga com o Brasil é uma relação que foi sempre muito estreita. (Miguel Bandeira, Ex-Vereador, 19/10/2021)

Na realidade, como Barbosa (2003) já referia, criou-se uma espécie de tradição aquando da inversão das tendências, verificada a partir da década de 1980, década na qual o Brasil – tendo já perdido a sua posição enquanto destino primordial da emigração portuguesa – começa a registar o início das movimentações inversas, isto é, com origem no Brasil e em direção a Portugal. De acordo com a autora, muitos indivíduos que migravam em direção a Portugal, “mudaram-se para a terra de seus pais ou avós”, seguindo as tradições migratórias de alguns dos seus antepassados (Barbosa, 2003). Ora, levando em consideração os contributos de Scott (2000), as tradições migratórias dos antepassados passam pelo Norte e pelo Minho em particular, que alimentava os fluxos migratórios entre os dois países, ideia, então, partilhada também por Miguel Bandeira.

Ademais, ainda com o intuito de justificar a pertinência da hipótese que apresenta, o entrevistado alude e relaciona o imaginário que existe e é alimentado em relação à região do Minho no Brasil ao imaginário existente no Brasil também em relação à Universidade de Coimbra, sendo a Universidade de Coimbra a universidade estrangeira que mais alunos brasileiros acolhe em todo o mundo (Folha de São Paulo, 2021):

Esse imaginário não é assim tão insubestimável porque eu acho, por exemplo, que ele é visível noutros segmentos particulares, designadamente no número de estudantes brasileiros que estudam na Universidade de Coimbra. [...] porquê Coimbra? Porque, como sabe, eu julgo que até à independência do Brasil ou até à fuga da família real... à fuga não, à deslocação estratégica da família real [risos]... até à mudança do D. João VI para o Brasil, o Brasil não tinha universidades. E, portanto, as elites brasileiras, porque tinham possibilidades, punham os seus filhos a estudar, e muitas delas mandavam-nos vir, na altura, para a metrópole e, naturalmente, por força das circunstâncias, a grande universidade que nós tínhamos no século XIX – isto é, no período também da difusão dos grandes autores e da grande literatura de língua portuguesa no Brasil – era a de Coimbra. [...] E, a verdade é que, o imaginário da Universidade de Coimbra no Brasil ainda hoje é muito forte, no sentido de que é aquele que ainda é visível através da literatura, do imaginário de uma história romântica, onde, de facto, há certas referências que têm um papel importante na hora da decisão, que, sendo familiar, serve de fator de atração. (Miguel Bandeira, Ex-Vereador, 19/10/2021)

¹⁴ “*Zé brasileiro português de Braga/ Sacola no medo e o navio aos pés/ Perdeste o que foste ganhaste o que és/ Por comeres mais cedo o sal das marés/ Zé brasileiro português de Braga/ Fugindo para longe das saias da mãe/ Em Copacabana e outras avenidas/ Comias tristezas nas noites perdidas/ Tinhas na algibeira as cartas de casa/ Falando das vinhas e da aguardente/ E no horizonte que guarda a semente/ E na alma é fruto com tudo o que sente/ Zé que dividiste o tempo de ser/ O tempo que é mesmo coragem de ver/ Que o céu é redondo e o mar é profundo/ Zé brasileiro português de Braga/ Português do mundo*” (Canção de António Sala e Vasco da Lima Couto, interpretada por Alexandra, 1979). Na canção citada, o termo “brasileiro” é aplicado precisamente em relação à definição fornecida por Scott (2000), do “português enriquecido que retorna à terra natal”.

Por fim, foram também mencionadas as questões profissionais (4) – isto é, as oportunidades profissionais existentes em Braga, bem como a proximidade ao local de trabalho –, e ainda o “clima” (1) – no caso de uma entrevistada em particular, devido à proximidade do clima bracarense com o clima da sua cidade natal –, enquanto fatores que influenciam a escolha:

Inicialmente morávamos no Porto, em Matosinhos. Mas, por razões profissionais, viemos para Braga. Fui contratado por uma empresa com sede cá em Braga e resolvi arriscar. (E8, homem, 46 anos)

A opção por Braga foi também porque o clima é semelhante ao da minha zona lá no Brasil, não é? A gente tem frio, a gente tem neve no Rio Grande do Sul. E a geografia também é semelhante... nós temos muitas montanhas e muita serra igual aqui. Então, eu me senti acolhida e abraçada por Braga (E9, mulher, 59 anos).

Aproveitando o enlace, este suposto sentimento de acolhimento e abraço propiciado pela cidade de Braga é partilhado pela maioria dos/as entrevistados/as, facto que foi possível de constatar através da tentativa de medição do grau de satisfação para com o país e a cidade. Assim, de um modo geral, 12 entrevistados/as encontram-se satisfeitos quanto ao acolhimento outorgado em Portugal e em Braga em particular. Apenas 1 dos entrevistados confidenciou que se encontrava insatisfeito.

Não. [...] Braga, apesar de ser uma cidade maior e ter a questão da universidade, repleta de jovens e tudo, eu sinto Braga um pouco assim fechada também... não tanto quanto Vila Verde, mas eu sinto um pouco isso: uma cidade extremamente fechada (E1, homem, 38 anos).

Sim. Eu nunca tive problemas aqui e sempre me senti parte de um todo. Acho que é uma cidade bem receptiva (E11, mulher, 45 anos) .

Eu sinto sim que é um país acolhedor e Braga também, e acho que Braga porque é uma cidade que, nos últimos 5 anos, estava (e continua) muito aberta aos imigrantes brasileiros. Então, essas coisas correm, não é? O brasileiro pesquisa muito – uns muito mais do que os outros, é claro, pois uns vêm com fundamento e outros vêm na emoção – e acaba por surgir. Então eu acho que sim, que é um país e uma cidade acolhedora, recebem-nos muito bem. [...] a começar pela figura pública do presidente, que é uma pessoa extremamente agradável e que deixa a gente muito à vontade e, de facto, a gente se sente à vontade. Então, eu acho que sim (E12, mulher, 49 anos).

Do total de entrevistados/as, 4 referem ainda que a sua opinião depende ou pode variar se tivermos em consideração determinados fatores, fatores esses que vão ao encontro dos contributos de Ribeiro e Ribeiro (2021), nomeadamente: (i) se falamos a nível cultural ou legal, pois alegadamente Portugal é, a nível legal, muito acolhedor e aliciente, mas culturalmente nem tanto, pois consideram que o acolhimento por parte de determinadas pessoas não é o mais aprazível; (ii) da região onde nos encontramos, se é mais rural ou mais citadina/ cosmopolita; (iii) da geração autóctone em questão, pois creem que as gerações mais velhas têm mais resistência em aceitar a sua presença; e, por fim, (iv) do imigrante em questão, pois afiançam que há diferenças no tratamento em função do *status* de/ou que é atribuído a determinado imigrante, por exemplo, em função da nacionalidade, do género, cor de pele, orientação sexual, entre outras variáveis que podem ser consideradas, o que corrobora inclusive a ideia veiculada por Segal (2019) de que as atitudes/ reações em relação aos migrantes são altamente

complexas, variando consoante os diferentes grupos de imigrantes e as “ameaças” percebidas (Segal, 2019: 136). Atentemos, por exemplo, nos relatos dos entrevistados 5 e 14:

Eu vou falar do meu lugar. Vamos lá: eu sou homem, branco e com 1m 90cm, com barba gigante. Então, dificilmente alguém vai-me destratar. [...] Então, eu falo desse local que eu acho confortável nesse âmbito. [...] Então, eu, particularmente, nunca tive problema, mas eu sei que o problema existe. Por exemplo, a minha esposa já sofreu bastante mais do que eu. Acho que também sou um cara privilegiado nesse aspeto também pela condição que eu vim... como vim para estudar sempre tive uma visão dos portugueses para mim muito respeitosa. “Ah, ele não vem tomar emprego, não veio aqui para me tirar do meu local de trabalho, ele veio para estudar, que legal”. Também tem o “Ah, a maioria é assim e assado, mas você é diferente”. [...] Acho que tem muito esse sentimento de ameaça que comigo não teve. Então, partindo dessa premissa, acho que Portugal e Braga acolhem super bem. Mas das experiências que eu conheço, inclusive com a minha esposa e com outras pessoas próximas que vieram para cá morar, principalmente mulheres, nem sempre é assim, ainda existe muito preconceito, muito preconceito... e é em Portugal inteiro, não é localizado. A gente fala de Braga porque vive em Braga, mas eu acho que é uma questão de mentalidade ainda, que remete à década de 90. Ainda tem uma mentalidade de que mulher brasileira é uma mulher fácil (E5, homem, 37 anos).

A pergunta é complexa e merece uma reflexão aprofundada. É recetiva, quando convém e não recetiva seguindo o mesmo raciocínio. A leitura que faço é a de que quando o imigrante possui dinheiro (em quantidade), provém de um país do norte (tanto geográfico, quanto metafórico) e é branco, este passa a ser acolhido de modo concreto. É acolhimento de interesse, instrumentalizado, de investimento. O “bom” imigrante. Inclui-se aqui também as pessoas que estão em turismo. Já no caso de não possuir tais características, percebo um acolhimento estratégico, que depende da necessidade da localidade onde está. [...] Além do mais, a sensação vivida por boa parcela da população portuguesa que ainda vive sob o imaginário do centro, numa ideia idílica, falaciosa, racista e xenófoba de grande império colonial, com purismo linguístico, histórico, cultural, etc., também auxilia nessa compreensão. No caso de ser brasileiro, como é o meu, todas as questões que versam sobre a colonialidade ainda são verificadas, com intensidades e contextualidades distintas [...], especialmente com mulheres, que podiam ser ótimas para amizade, mas não para um relacionamento, [...] a não ser para aplacar sua “curiosidade”. [...] Então, Braga procura atender a interesses especulativos sob o ponto de vista de atração de estrangeiros/as e, do meu ponto de vista, pouco integra, a nível político, essas pessoas. Com isso não quero dizer que Portugal ou mesmo Braga sejam hostis, mas a nível do que estamos falando, respondo que poderiam ser muitíssimo mais acolhedoras (E14, homem, 39 anos)

Estes relatos agregam vários tópicos aos quais se revela importante dar o devido destaque. Primeiramente, destaca-se – como, não obstante, foi já referido no enquadramento teórico –, a dimensão da colonialidade que prevalece a vários níveis (cf., entre outros, Quijano, 2005; Lander, 2005; Mignolo, 2005; Lugones, 2008) – do discurso e da prática – e relacionada a diversos âmbitos. Aparece, em especial, conectada à imagem da mulher brasileira, herdada das vagas migratórias anteriores e alimentada, inclusive, desde a época colonial – *é o corpo que é posse, assim como a terra o foi*. Relacionam-se, posteriormente, ao imaginário também herdado de vagas anteriores – nomeadamente da já mencionada segunda vaga, onde se dá a proletarização do fluxo (Feldman-Bianco, 2002; Padilla e Ortiz, 2012) –, onde emerge a representação do brasileiro como malandro, alguém que ludibria, precário e pobre na Europa. Relacionam-se, ainda, com o imaginário cultural conectado à ideia do exótico – ideia que será trazida adiante, em outros relatos –, exagerado e do espetáculo – o forró, o samba, o Carnaval, etc.

Assim, recorre-se à generalização, sendo o brasileiro em geral fantasiado negativamente. Não obstante, e em jeito de nota, é importante tomar em consideração que isto é algo contextual, inclusive ao encontro do relato do entrevistado 14 que está ciente da existência de um acolhimento estratégico e de conveniência em Braga, sob o ponto de vista do desenvolvimento económico, sem que seja ambicionada uma integração efetiva destas comunidades. Por fim, o relato do entrevistado 5 traz à discussão um outro aspeto curioso, quando afirma que ouvia recorrentemente “*Ah, a maioria é assim e assado, mas você é diferente*”. Trata-se, precisamente, daquilo a que Kilomba (2019) chama de “fobia racial e recompensa”, que é a atitude discriminatória seguida de uma recompensa com o intuito de disfarçar e/ou eufemizar aquilo que foi previamente referido.

Ora, podemos então estar cientes de que a heterogeneidade crescente das nossas sociedades – tomando em consideração que o Outro e a diversidade estão hoje mais próximos do que nunca e que o imigrante encarna primordialmente a figura do “Outro” – pode, como foi possível apreender no enquadramento realizado, propiciar convergências calorosas e oportunidades de desenvolvimento e enriquecimento comum ou, por outro lado e, não raramente, simultaneamente, fazer despontar problemas e questões desafiantes. Apesar de tudo, torna-se inevitável e inegável a necessidade de, como Wolton (2003) já previa, aprender a lidar com esta diversidade crescente. Porém, não sendo simplesmente sinónimo de encontro cultural, este é um processo de aprendizagem complexo, contraditório e disruptivo, não devendo ser romantizado, exigindo uma adaptação contínua, a vários níveis, quer por parte de quem chega, quer por parte dos autóctones do país de acolhimento.

Como refere o entrevistado 1, “existem muitas similaridades entre Brasil e Portugal, mas também muitas diferenças, e há pontos difíceis para os dois lados e que precisam de ser trabalhados”. Esse trabalho precisa de ser feito – não descurando aqui a evolução a este nível que, ao longo dos anos, evidentemente, tem vindo a ocorrer – e os relatos recolhidos juntos dos/as entrevistados/as no que se refere à experimentação de situações discriminatórias concretas são a prova disso. A realidade, e como Bernartt *et al*/(2017) referiam, é que esta convivência desperta “o nosso outro “eu” e, com ele, o nosso “pior” ou “melhor” lado”. Assim, no que concerne à discriminação, as experiências e opiniões são bastante divididas.

Deste modo, 9 dos/as entrevistados/as alegam ter sofrido e/ou ter conhecimento de situações de discriminação, sucedidas com amigos ou conhecidos. De acordo com o entrevistado 15, “funciona assim: quando a gente acerta alguma coisa, é uma mera casualidade; quando a gente erra, é pela

nacionalidade”. De acordo com os relatos, a discriminação foi sentida em contextos variados, contemplados na figura 1:

Figura 1. Contextos de Discriminação

Dia-a-dia

[...] Teve várias situações no dia-a-dia onde me falaram para eu voltar para a minha terra, que eu não era bem-vindo cá... (E7, homem, 32 anos)

[...] ela veio para cima da gente falar dos brasileiros, que essa cidade estava cheia de brasileiros, e que a gente tinha partido o carro dela... enfim, uma loucura. [...] Ela dizia mesmo de boca cheia que essa cidade estava infestada de brasileiros e que todos eram bandidos, enfim... foi uma situação surreal. (E12, mulher, 49 anos)

[...] teve uma situação, no comboio, em que uma senhora ouviu eu e minha mãe conversando e falou “*Ah, vocês são brasileiras, são todas umas putas que vêm para o nosso país roubar nossos maridos*” [...] há todo o estereótipo da mulher brasileira aqui na europa... (E10, mulher, 28 anos)

Laboral

[...] E já teve episódios no trabalho, por parte do meu patrão, que dizia que “*todos os brasileiros são iguais*”, que só chegavam no país, pegavam um trabalho só para conseguir um visto e depois de conseguir o visto ia embora, não queria mais trabalhar... e até hoje está engolindo em seco, porque até hoje eu estou lá [risos]. (E4, homem, 33 anos)

[...] eu trabalho num bar, também já ouvi comentários desagradáveis, vindo de homens principalmente, a fazerem “brincadeiras” e “gracinhas” por ser uma mulher brasileira. [...] Por exemplo, tenho uma amiga que trabalhava num local e uma pessoa chegou lá e disse “*por favor, quero ser atendida por uma portuguesa, não falo com brasileiros*”. Já ouvi vários relatos desse tipo. (E11, mulher, 45 anos)

Académico

Fui visto como “exótico”, “coitadinho” do brasileiro, até mesmo a pronúncia acerca de atitudes culturais comuns aos de nacionalidade brasileira eram denominadas como “brasileirismos”, com uma intensidade do sufixo ismo como pejorativo [...] No interior do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, onde estudo, algumas atitudes de funcionárias [...] que possuíam tratamentos distintos entre pessoas de nacionalidades europeias – especialmente países do norte – com aquelas que eram da África e do Brasil. (E14, homem, 39 anos)

Habitacional

Eu deparei-me com um episódio no arrendamento, em que o senhorio não quis renovar contrato porque dizia que estávamos demasiados brasileiros juntos na casa dele, e que aquilo era uma casa de “família”... (E7, homem, 32 anos)

[...] quando eu cheguei era mais recorrente, de dizerem “*Ai os brasileiros estão chegando e o arrendamento está cada vez mais alto*” [...] (E10, mulher, 28 anos)

Serviços

[...] Por eu ter nacionalidade portuguesa, um caso em específico, foi quando eu tive problema na Segurança Social. Eu fui o primeiro atendido do dia, eu coloquei meu cartão de cidadão em cima da mesa dela, ela pegou, olhou, deu bom dia e ela me atendeu com um sorriso e muito simpática. Porém, quando eu comecei a falar, eu senti que ela fechou a cara e já foi me interrompendo e dizendo que o que eu estava falando nunca estava certo (E15, homem, 43 anos).

Fonte: Figura produzida pela autora.

O entrevistado 14 conduz a discussão adiante, confessando inclusive que percebeu situações discriminatórias em relação ao povo brasileiro por parte de outros/as brasileiros/as que habitam (ou habitavam) em Portugal, quase num processo de “negação das origens”:

[...] Inclusive exercida por pessoas de minha nacionalidade, as diversas manifestações de colonialidade. Costumo chamar de *sedução causada pelo centro*, para não dizer condição de viralatismo, termo menos acadêmico, mas que considero mais apropriado. O ato de poder morar na Europa, aquele conceito idealizado e ainda cristalizado de um mundo perfeito... inclusive morar, muitas vezes, em condições precárias e possuir condições de vida muito ruins, tanto quanto em seus países de origem, apenas para a realização de “sair” de seu local de origem... enfim (E14, homem, 39 anos).

Ora, este relato encontra-se relacionado àquilo a que Santos (1990; 1994; 2018) se refere como “imaginário do centro”, esse hábito de globalmente encarar Portugal enquanto um país próspero e central, quando, na verdade, é um país semiperiférico no contexto mundial e europeu, posição relevante no seu papel de “porta de entrada” para o sistema migratório da região (Góis e Marques, 2009; Marques e Góis, 2011; Góis e Marques, 2018), ideia já aqui previamente explorada. Deste modo, torna-se possível apreender que este imaginário não é veiculado ou alimentado apenas pelos próprios portugueses (nativos), mas também no exterior, por indivíduos que se iludem, precisamente, pela posição geográfica de Portugal no mapa mundial, alimentando ainda aquilo que Santos (2007) denomina por “pensamento abissal”, subsistindo este tipo de pensamento não apenas, então, no imaginário ocidental, mas, aparentemente, sendo generalizado aos restantes imaginários (inclusive nas “ex-colônias”) e alimentando relações políticas e culturais excludentes.

Quanto aos/às restantes 8 entrevistados/as, estes alegam nunca ter experienciado qualquer tipo de situação desagradável, embora demonstrem ter consciência de que elas ocorrem efetivamente.

Não! É como eu estou te falando, eu acredito que, na minha experiência pessoal, tenha tido uma relativa sorte de alguma forma, pois encontrei sempre pessoas compreensivas, que compreendem efetivamente as situações. Não quer dizer que não existam situações desagradáveis. Então, acredito que não tenha passado realmente ainda, porque, enfim, a gente também nunca pode... Não podemos dizer nunca, mas eu não considero que tenha passado por alguma situação nesse sentido (E13, mulher, 30 anos).

Como falei, depende muito da forma como você encara ou interpreta a situação. Se falamos de uma pessoa que esteja despreparada ou desqualificada, falando por impulso ou agindo por emoção porque me percebe como uma ameaça, eu, no meu ponto de vista, de cada vez que me deparo com uma situação desse gênero, eu não encaro como discriminação. Encaro como um ponto de vista de uma pessoa desinformada e despreparada. Então, nunca senti que tivesse passado por uma situação de discriminação, nem em Portugal, nem em lugar nenhum (E17, homem, 45 anos).

No relato supracitado, o entrevistado 17 faz referência a uma questão relevante de ser abordada, que é precisamente a percepção de que muitas das situações de discriminação que são perpetuadas contra os indivíduos migrantes decorrem da falta de informação e/ou conhecimento acerca dos

benefícios e contribuições positivas (e múltiplas) destas comunidades para o país de acolhimento, contribuições essas exploradas de forma detida no enquadramento teórico empreendido (cf., entre outros, Peixoto *et al*, 2017; Quintino, 2018; Góis *et al*, 2019). Também o entrevistado 14 reconhece esse aspeto, acrescentando ainda à discussão o facto destas situações discriminatórias serem, não raramente e como também já abordado previamente – em particular no que à discriminação no acesso à habitação se refere (Fonseca *et al*, 2010; Bosswick *et al*, 2007; Mikaba, 2016; Lukes *et al*, 2019) –, indiretas e/ou mais veladas ou subtis, o que, todavia, pode inclusive evidenciar uma posição de consciência acerca do ato discriminatório, pese embora não possua força suficiente para o impedir. Ademais, esta suposta subtilidade, ainda de acordo com o relato do entrevistado e ao encontro dos autores supracitados, torna particularmente difícil de provar (e, por conseguinte, erradicar), sendo a situação, não raramente, desvalorizada e normalizada:

[...] a discriminação – intencional e não intencional, essa última decorrente, dentre outros aspetos, de uma má formação e ignorância de conceção da contribuição de outras pessoas e povos para a construção do processo histórico comum – é bastante disfarçada. Ela é bastante dissimulada, direcionada como piada/galhofa, “brincadeira”... é velada sob a categorização de opinião. “*É o que eu percebo*”. [...] Decorrentes de “sutileza”, se é que posso chamar discriminação de algo sutil, dessa dissimulação, a materialidade ou efetividade acaba por ser pequena, o que acaba por inviabilizar a denúncia aos órgãos competentes. Ficamos desencorajados, nem temos como avançar... (E14, homem, 39 anos)

Novamente relativamente à questão da desinformação, várias vezes mencionada, quando questionados/as acerca das medidas que poderiam eventualmente ser aplicadas com o intuito de ultrapassar este tipo de situações desagradáveis e, por conseguinte, facilitar o processo de integração – e tendo em consideração que alguns dos/as entrevistados/as propuseram várias –, estabeleceu-se uma concordância entre a maioria dos/as entrevistados/as (12) quanto à importância da educação – “*educar para a diferença*”, princípio que, segundo eles, deveria ser aplicado desde a infância. Esta poderia ser sustentada através da implementação de medidas que facilitem a troca cultural e, por conseguinte, a abertura e aceitação de parte a parte, bem como a promoção de iniciativas que enfatizem os benefícios das migrações para o país de acolhimento. Em suma, seria relevante promover ações ou campanhas de consciencialização e aceitação, sensibilizando a população autóctone para a chegada e benefícios destes fluxos, até porque esta é uma realidade incontornável dos nossos tempos. Ademais, foi ainda defendida a melhoria ao nível da efetivação das sanções previstas na Lei para práticas discriminatórias e atos xenófobos (3), alargando e melhorando inclusive os canais de reclamação ao dispor destas comunidades e a fiscalização (por exemplo, em contexto laboral). A desburocratização dos processos e uma maior eficiência dos órgãos que prestam auxílio a estas populações (como, por exemplo, o SEF e Segurança Social) (3), bem como o apelo à participação mais ativa destas comunidades em diversas esferas –

inclusive a esfera política, na qual, como vimos, a sua participação é ainda muito limitada –, foram também propostas (4).

Ora, ainda de acordo com os entrevistados/as, para que fossem eficazes, estas medidas deveriam ser executadas não só pelo próprio Estado/poder central, mas também ao nível do poder local e inclusive em parceria com outros organismos, quer públicos/formais (como escolas), quer civis/informais (como as associações de imigrantes, sendo que a UAI foi várias vezes citada). Consideram que isto deva ser levado a cabo tomando em consideração as especificidades e necessidades particulares de cada região e, claro, de cada comunidade singular, o que vai ao encontro da necessidade da adoção de abordagens de tipo *bottom up* previamente defendidas, promovendo – e reforçando aqui o que foi já discutido –, o desenvolvimento de uma governação das migrações proativa, transversal e interdisciplinar, além da adoção de medidas verdadeiramente comprometidas com o público-alvo e não alheadas da realidade concreta:

[...] a integração deve partir de diversos órgãos em conjunto, uma parceria. Discriminação é decorrente de uma tendência de superioridade e ignorância. Portanto, formação é essencial nesse processo. A promoção de iniciativas por meio de diversos órgãos públicos, ONG, associações e instituições de educação (básicas e superiores) são um primeiro passo. Uns têm o poder mais de execução, mas os outros são necessários também para conhecer os problemas e estas populações em específico. Particularmente na cidade de Braga, a Universidade do Minho é responsável por um enorme número de estudantes e profissionais estrangeiros e, em minha leitura, realiza pouco desse acolhimento. Poderia apostar nisso. Além da própria Câmara, que demonstra interesse por meio de capitalização de estrangeiros para investimento, mas não – pelo menos de modo mais substancial – promove uma integração a nível mais concreto. Uma dos aspectos que comprova é o baixíssimo conhecimento do poder público em saber ao certo quantos somos, onde estamos e o que fazemos (E14, homem, 39 anos).

A este propósito, de acordo com os/a entrevistados/a representantes do poder público, a Câmara Municipal de Braga desenvolve e avança ou apoia uma série de iniciativas com o intuito de integrar a comunidade migrante que elege a cidade para se estabelecer, em diversos âmbitos, sendo elas (i) medidas de cariz cultural, desportivo e de lazer; (ii) disponibilização de serviços concretos de apoio nas instalações da Câmara Municipal, como sendo o caso do Gabinete de Apoio ao Emigrante e Imigrante; e, por fim, (iii) desenvolvimento de políticas de estímulo à fixação.

Por exemplo, o Flamengo (que é o maior clube do Brasil) vai agora à final da Libertadores (que é uma espécie de Liga dos Campeões da América Latina) e, como já fizemos em 2019, como aquilo é algo que acontece de forma muito espaçada, nós transmitimos o jogo da final da taça Libertadores e assistiram mais de 1000 pessoas de nacionalidade brasileira, a que se juntaram também muitos portugueses e pessoas de outras nacionalidades para ver o jogo. Vão querer repetir este ano. O Carnaval, por exemplo, que eles comemoram de forma especial e muito particular, onde, por exemplo, na última edição, encerramos uma rua para que eles pudessem comemorar o Carnaval em espaço público de forma segura e a câmara apoiou-os nisso. Enfim, um sem número de iniciativas. (João Rodrigues, Vereador, 20/10/2021)

Nós temos um Gabinete de Apoio ao Imigrante, onde fazemos o atendimento por marcação neste momento, por causa do COVID-19. É no balcão único e destina-se especificamente a ajudar o imigrante a conduzir a sua integração. (Olga Pereira, Vereadora, 29/10/2021).

Nós temos é programas na área de assistência social (que não é nem foi a minha área) de apoio e de informação, designadamente quando às questões básicas relacionadas com educação, saúde, emprego, ou seja, de apoio à integração [...]. Braga tem políticas, obviamente, de estímulo à fixação, à vinda, naturalmente, de pessoal técnico qualificado. (Miguel Bandeira, Ex-Vereador, 19/10/2021)

Tomando em consideração que o processo de integração implica sempre um trabalho de ambas as partes – daqueles que acolhem, mas também daqueles que chegam –, tentou-se compreender se, de facto, estas comunidades procuram participar da vida ativa da cidade, com o intuito de facilitar o processo integrativo com a comunidade local. Em maior ou menor proporção, todos os indivíduos participam em eventos de lazer e cultura na cidade de Braga, sendo também que nenhum deles admite dar preferência aos eventos ligados à cultura brasileira, procurando misturar-se e submergir na cultura local:

Pessoalmente, não. Alguns eventos ligados à cultura brasileira chamam a atenção, pois também é uma forma de matar as saudades. Mas gosto muito da cultura portuguesa e gosto de ir a eventos para conhecer mais (E2, homem, 42 anos).

Eu sou um cara bastante curioso, então a minha curiosidade também passa por aí. Não tenho nada contra [...] e faz falta relembrar... mas eu prefiro experimentar coisas que eu nunca tive oportunidade (E5, homem, 37 anos).

Não dou preferência à cultura brasileira [risos]. Não... não é que eu dê preferência a uma situação A ou B, não é isso, mas eu gosto muito de participar das propostas daqui, do local... gosto de conhecer. É uma decisão minha, independente de cultura. Se eu estou morando aqui, é isto que eu vou vivenciar, é aqui que eu vou mergulhar. Se eu estou morando em Ottawa é lá que eu vou mergulhar, entende? É um pouco o meu pensamento, é isso... (E6, mulher, 46 anos)

Não dou preferência. [...] e aqui tinha sempre muita coisa! Você ia no centro, ali perto do chafariz, e estava sempre tendo evento de dança, depois de música, depois de desporto... sempre tinha o que fazer e tinha aquelas revistinhas da cidade com todos os eventos que iam ocorrer, acho isso incrível. Achei super organizado... na minha cidade não é tão organizado assim. Então, eu ia muito a um pouco de tudo. Ia muito a teatro, apresentações públicas grátis... toda a semana tinha alguma coisa cultural nova, interessante e de graça para fazer na cidade (E10, mulher, 28 anos).

Alguns entrevistados tecem, aliás, inclusive críticas aos eventos associados à “cultura brasileira” que são promovidos na cidade, devido à tendência de generalização típica dos mesmos, uma vez mais alimentando todo o imaginário cultural estereotipado que ainda prevalece, conectado à ideia do exótico, exagerado e do espetáculo – o forró, o samba, o Carnaval, etc. (Ribeiro e Ribeiro, 2021). Ou seja, determinadas manifestações de maior expressão são divulgadas como se fossem tradicionais de todas as regiões do Brasil, quando, na realidade, não o são. Como refere o entrevistado 16, “o Brasil é quase um continente, é muito grande”, sendo que os entrevistados em questão não se consideram representados pelos eventos que são promovidos. Os relatos abaixo expostos resumem a discussão:

Aí é que tá também, o Brasil aqui fora é muito estereotipado... “Ah, vai ter um evento brasileiro”: é samba, capoeira, funk, forró ou Carnaval... “Tá, mas capoeira é na Bahia, eu moro a 10 000km da

Bahia, não gosto de capoeira...". Então, eu evito até um pouco participar porque acho que esses eventos culturais são muito estereotipados nesses aspetos. Talvez se tivesse um evento cultural do Rio Grande do Sul em que dançassem a Chula, que é uma dança tradicional de lá, eu fosse assistir, entende? Mas nas que hoje tem, eu não me encaixo (E5, homem, 37 anos).

Não necessariamente. Aqui está um ponto interessante. A diversidade do Brasil não é representada nesses eventos "para brasileiros/as". Há uma espécie de estereotípiia dessas manifestações. Mais uma vez exotizando o Brasil como samba, festa, Carnaval. E somos muito mais que isso (E14, homem, 39 anos).

Ademais, ainda com o intuito de aferir o esforço de integração dos/as entrevistados/as, foi questionado se, desde que se estabeleceram em Portugal, procuraram criar uma teia de amizades e de que forma essa teia – se é que, de facto, foi criada – se constitui, isto é, se é composta por diversas nacionalidades ou cingida a indivíduos de nacionalidade brasileira. A maioria (10) não considera que tenha constituído uma "teia de amizades" na verdadeira aceção do termo. Porém, consideram que, entre as amizades que foram formadas após a chegada a Portugal, as nacionalidade são bastantes heterogéneas, embora registando-se sempre uma certa prevalência da nacionalidade brasileira:

Não possuo nenhuma teia. Tenho colegas, tenho conhecidos, mas eu não chego a definir enquanto uma teia... [...] Mas diria que, maioritariamente, são brasileiros... diria que 70 para 30... mas já tenho bastantes amigos portugueses e espanhóis, embora não na mesma proporção que brasileiros (E5, homem, 37 anos).

A comunidade brasileira em Braga facilitou muito a integração com novos brasileiros. A maioria dos envolvidos nesta "teia" [simula aspas com a mão] de amizades são brasileiros, ela é composta por brasileiros. Contudo, tenho alargado o núcleo de amizades aos portugueses (em número bem menor), especialmente por conta do trabalho (E8, homem, 46 anos)

É bastante mista. É egípcios, é gregos, é portugueses e brasileiros claro. De início sim, de início era quase só brasileiros. De início eu tive alguma dificuldade de me relacionar com portugueses. [...] Sempre falavam que vocês eram muito fechados, mas, por acaso, até não achei isso. A gente também tem coisas em que é literal e outras não... enfim. Não tive esse tipo de entrave que ouvia muito falar (E10, mulher, 28 anos) .

Então, eu acredito que prioritariamente o meu ciclo de amizades ele foi se construindo com base nessas amizades que eu já tinha e também que se foram formando. Maioritariamente ele é brasileiro, porque a maioria dos meus amigos claramente são brasileiros. Mas, por incrível que pareça, eu tenho bastantes amigos portugueses também e eu considero que são amigos fiéis (E13, mulher, 30 anos).

E porque todos estes fatores influem no sentimento de pertença e na experimentação e vivência da cidade como um todo, na sequência disto, procurou-se aferir o grau de satisfação dos/as entrevistados/as em relação à vida em Braga – ao nível de infraestruturas e equipamentos da cidade, como transportes públicos, instalações desportivas, parques e zonas de lazer, casas de espetáculo, bibliotecas, museus, entre outros –, procurando inclusive apurar qual a sua percepção quando à questão do direito à cidade, brevemente abordado no enquadramento teórico empreendido. Todos os 17 entrevistados afirmam estar, de um modo geral, satisfeitos com aquilo que lhes é oferecido, embora tenham críticas a certos equipamentos ou infraestruturas em particular, nomeadamente no quesito dos transportes públicos:

Então, no quesito de transportes eu acho que falta um pouco... sinto aí uma falha sim. Não diria nem em quantidade de transporte, mas sim a limitação de horário (E1, homem, 38 anos).

No geral estou satisfeito. Embora em Braga haja menos opções de lazer que na cidade em que morava no Brasil, a segurança permite que eu usufrua mais, e com maior tranquilidade, do que usufruía no Brasil (E2, homem, 42 anos).

Então hoje, aqui em Braga, também muito por conta da segurança, você pode usufruir de espaços sem medo e tem muita oferta. (...) Mas usufruo, gosto, acho bonito, bem cuidado, seguro... esse cuidado com a coisa pública que existe cá me encanta, não só em Braga, mas em Portugal inteiro... no Brasil é muito diferente. A câmara está sempre limpando, sempre ajeitando, sempre cortando a relva, etc. (E5, homem, 37 anos).

Sim, com uma ressalva. Eu acho que em Braga, os transportes públicos poderiam ser melhores. Vou nem falar do metro porque o metro é uma obra grandiosa, mas o autocarro, aqui, eu acho insuficiente (E12, mulher, 49 anos).

Eu acredito que o transporte público é crucial e que poderia melhorar mais. Eu acho a infraestrutura para transporte público aqui falha muito em muitos aspetos e eu entendo que seja uma cidade pequena que realmente talvez nem necessite tanto porque, enfim, muita coisa também dá para fazer a pé... mas acredito que tem horários que poderiam ser alargados. Há horas em que as pessoas realmente necessitam (E13, mulher, 30 anos).

O meu grau de satisfação é muito bom. Especialmente em comparação com a realidade de origem e a percepção/leitura de que não é privilégio e sim direito e de que nem todas as pessoas o possuem. Isso não significa que é sem defeitos, mas sim de que estamos longe desse democratização a nível mundial (E14, homem, 39 anos).

Quanto à questão específica do direito à cidade, tanto a entrevistada 6 como o entrevistado 7 se mostraram bastante esclarecidos e sem ilusões, encarando-o quase que como uma “miragem”, especialmente tendo em consideração o sistema que nos domina, moldado pelas lógicas capitalistas e onde o lucro sempre se sobrepõe, sabendo nós que este direito implica a sobreposição da função social da cidade à sua função económica:

Em termos do direito à cidade, é lógico que a gente sabe que o direito à cidade ele é muito amplo, e o direito à cidade, se a gente for pegar por aquele lema da cidade justa e igualitária para todos, sabemos que não, não é? Não tem isso... não somente Braga como quase nenhuma cidade. Então é assim, de todas as cidades que visitamos ao longo da vida, vou pegar uma estatística muito amplas que é: A cada 100 cidades, 1 a gente pode sentir e perceber que tem esse direito e usufrui dele, que o direito à cidade está constituído. Então, não tenho essa ilusão, de forma alguma [risos] (E6, mulher, 46 anos).

Não é que a cidade não ofereça, mas não, não considero que eu usufrua... E claro que o direito à cidade não é... em primeiro não temos uma cidade igualitária, não temos isso claramente, e é muito difícil conseguir alcançar isso, ainda para mais nas nossas sociedades capitalistas, onde importa o lucro. É uma cidade bem servida em geral, não digo o contrário. Mas não usufruo muito pois vivendo como trabalhador sobra pouco tempo [risos] (E7, homem, 32 anos).

Afunilando em direção ao plano micro, procurou-se, numa lógica similar, indagar quais as freguesias nas quais este indivíduos se concentram e radicam, e as respetivas motivações por detrás da opção, com o intuito de mapear a distribuição geográfica da comunidade pelo município. Para tal, mobilizamos então agora os (parcos) dados recolhidos junto das Juntas de Freguesia que, como previamente mencionado na metodologia, ficaram aquém das expectativas em termos das respostas

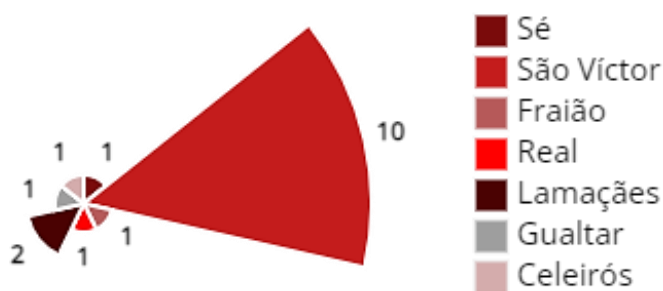
obtidas. Esses dados encontram-se expostos na tabela 7. Ademais, o gráfico 2 permite-nos também ter uma noção da distribuição dos/as entrevistados/as pelo município.

Tabela 7. N.º de Indivíduos Residentes por Freguesia ou União de Freguesias, por género

Freguesia/ União de Freguesias	N.º de Indivíduos de Nacionalidade Brasileira Residentes
<i>Arentim e Cunha</i>	Não possui dados
<i>São José de São Lázaro e São João do Souto</i>	800 (sem distribuição por género)
<i>Cabreiros e Passos (São Julião)</i>	6 (2 homens, 4 mulheres)
<i>Este (São Pedro e São Mamede)</i>	50 (19 homens, 31 mulheres)
<i>Ferreiros e Gondizalves</i>	1 188 (484 homens, 704 mulheres)
<i>Gualtar</i>	962 (sem distribuição por género)
<i>Mire de Tibães</i>	Não possui dados
<i>Morreira e Trandeiras</i>	5 (2 homens, 3 mulheres)
<i>Nogueira, Fraião e Lamações</i>	Não possui dados
<i>Nogueiró e Tenões</i>	353 (197 homens, 156 mulheres)
<i>Padim da Graça</i>	3 (sem distribuição por género)
<i>Sobreposta</i>	4 (2 homens, 2 mulheres)
<i>Tebosa</i>	11 (4 homens, 7 mulheres)
<i>Vilaça e Fradelos</i>	5 (4 homens, 1 mulher)

Fonte: Tabela produzida pela autora.

Gráfico 2. Distribuição geográfica dos/as entrevistados/as imigrantes pelo município



Fonte: Gráfico produzido pela autora.

De acordo com os dados obtidos junto das Juntas de Freguesia, as freguesias nas quais esta comunidade mais se concentra são, precisamente, Ferreiros e Gondizalves, com 1 188 pessoas, Gualtar, que conta com a presença de 962 pessoas e, por fim, São José de São Lázaro e São João do Souto, com 800 pessoas. Pese embora estes dados não sejam representativos de todo o município, desde logo devido, em primeiro lugar, à falta de exatidão dos mesmos – uma vez que o imigrante não tem obrigação de dar conhecimento da sua presença à Junta de Freguesia – e, em segundo lugar, ao facto de as freguesias que se estima que tenham uma comunidade brasileira maior não terem provido os dados requeridos ou não os possuírem – sendo o caso, por exemplo, de São Vítor e da União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações, inclusive de acordo com os relatos fornecidos pelo representantes do poder público, nomeadamente os entrevistados João Rodrigues e Vítor Esperança, e por 1 dos consultores imobiliários (Gustavo), tendência que o gráfico 2 também nos transmite –, há determinadas tendências que podem ser observadas.

Em primeiro, é passível de se observar que, quanto mais as freguesias se afasta da região central do município, menos procura e fixação existe, fenómeno que pode ser explicado pelo facto destas serem freguesias mais marcadas pela ruralidade e, de acordo com aquilo que foi já discutido previamente, estas populações tenderem a fixar-se no casco mais urbanizado da cidade, pois, não raramente, é aí que se concentram mais oportunidades, a vários níveis (laboral, de acesso a bens e serviços, de lazer e convívio, entre outras). Gualtar é uma das freguesias de eleição desta comunidade, facto que poderá ser explicado pela presença da Universidade do Minho (Campus de Gualtar) e pelo grande grupo de imigrantes brasileiros que chega hoje à cidade com o intuito de estudar, procurando, comumente, estabelecer-se na envolvência do campus. Numa lógica de pensamento similar, também a eleição por Ferreiros e Gondizalves poderá ser justificada, em primeiro lugar, pela acessibilidade à autoestrada A11 e pelas conexões por ela facilitadas, e, em segundo lugar, pela forte presença industrial que marca essas e as

outras freguesias circundantes, nomeadamente com a empresa *Bosch* e *APTIV*, grandes multinacionais que empregam contingentes significativos de recursos humanos. Já no que se refere à escolha das freguesias de São José de São Lázaro e São João do Souto, a sua primordialidade dever-se-á, à partida, pela sua centralidade e valências que são oferecidas e que, como veremos, são valorizadas pela comunidade migrante.

De facto, quando questionados acerca das motivações que os/as levaram a optar pela freguesia na qual se radicaram – pelo menos num primeiro momento, pois alguns dos/as entrevistados/as não permaneceram no mesmo local ao longo do tempo de permanência em Braga –, a procura pela proximidade ao trabalho e/ou à Universidade do Minho foi o fator mais vezes enunciado (9):

Foi o primeiro apartamento que encontramos que reunia boas condições, estava previamente mobiliado e equipado, era relativamente próximo da universidade e com um valor que podíamos pagar. (E2, homem, 42 anos)

Primeiro, por ser uma freguesia muito calma, muito tranquila e é próxima à universidade, pois eu pretendo retomar os estudos, e então isso é algo que me passou pela cabeça que facilitaria bastante... [...] Além disso, não fico tão longe do trabalho, assim vou sempre de bicicleta trabalhar. (E7, homem, 32 anos)

Geograficamente, para mim, era interessante ficar próximo da universidade, por uma questão também de custo. Quanto menos eu gastasse, mais vantajoso seria. E tenho isto comigo até hoje. Ainda não perdi o vínculo com a universidade. (E17, homem, 45 anos)

De seguida, foi possível apurar que a centralidade da freguesia e as valências que a freguesia em questão oferecia foi o segundo motivo que mais seduziu e pesou aos/às entrevistados/as no momento da tomada de decisão (5). Não obstante, o entrevistado Jorge, consultor imobiliário, considera que essa preocupação com a centralidade se vem a esbater ao longo do tempo de permanência e à medida que este indivíduos adquirem conhecimento sobre as dinâmicas, geografia e o funcionamento da própria cidade:

Por se tratar de um ponto bem central na cidade, com opções de restaurantes, mercados, serviços, etc., e também porque era próximo ao meu trabalho. (E1, homem, 38 anos)

Acho que minha mãe achou que era bom, barato e não tão longe do centro. Depois, quando eu pude escolher já a minha casa, porque fui compartilhar com uns amigos, a gente optou por se manter em São Victor também, só que um bocado mais central, mais ao menos pelo mesmo motivo... não estava assim tão caro, nem tão longe. (E10, mulher, 28 anos)

É uma questão bem interessante. São Victor é conhecida como a freguesia dos brasileiros. E porquê? Porque São Victor é centralizado. Então, quando a gente vem para cá, a gente não tem carta de imediato para poder dirigir, porque temos que esperar a documentação ser validada e até arranjar um automóvel e, então, temos que usar o transporte público ou até mesmo circular tudo a pé. E, de facto, São Victor proporciona para nós facilidade... é próximo da universidade, é próximo do Braga-Parque, onde tem supermercado, lojas de roupa e outros serviços, é próximo do centro, tem o parque da rodovia, que é onde que as crianças geralmente vão para divertir, há serviços e comodidades. Enfim, tem tudo o que você precisa. Então, é um conjunto de fatores que São Victor tem, essencialmente por ser mais centralizado. Então, acaba que os brasileiros... a maioria acaba ficando por São Victor. (E16, homem, 38 anos)

Essa é uma questão [a centralidade] que as pessoas colocam muito no início, antes de conhecer, até pela proximidade a uma determinada zona A, B ou C, mas depois, quando se começam a movimentar na cidade, percebem que podem andar por todo o lado, podem andar à vontade de dia e à noite, que podem circular à vontade, que os filhos podem ir a pé para a escola, etc. Isso normalmente são impactos que as pessoas têm inicialmente e que, de uma maneira geral, se vão apercebendo que, em qualquer lado, não têm qualquer tipo de inconveniente nem problema, e que tudo fica “à mão”, digamos. (Jorge, Consultor Imobiliário, 21 anos de atividade)

Ora, esta questão da centralidade revelou-se interessante de ser esmiuçada. De facto, de acordo com o entrevistado Gustavo, consultor imobiliário, bem como dos entrevistados João Rodrigues e Vítor Esperança, “existe uma procura imediata pela região mais central”, nomeadamente por São Vítor, freguesia cuja qual o entrevistado 16 afirma ser conhecida como a “freguesia dos brasileiros”. Já para o entrevistado Jorge, estas populações não se concentram propriamente num local específico, mas sim distribuem-se por toda a cidade, encontrando-se plenamente integradas:

Eles estão por toda a cidade, diria. Não há assim digamos que uma zona específica onde há maior prevalência em relação às outras, não é? Eles, de uma forma geral, estão por todo lado. Se calhar, a proximidade ali ao Braga Parque poderá funcionar como um ponto de atração maior, mas, de uma maneira geral, eles estão por todo lado. São pessoas que se integraram perfeitamente na sociedade, na comunidade, e que se distribuem por todos os lados, até nas freguesias aqui nos arredores de Braga e outros concelhos limitrofes. (Jorge, Consultor Imobiliário ,21 anos de atividade)

No mesmo sentido, o entrevistado Miguel Bandeira ressalva também que não existe propriamente uma “guetização” destas comunidades – facto derivado de a migração brasileira não ser homogénea em termos económicos, pelo que se encontra difundida pela cidade, ainda que possam existir maiores concentrações –, embora reconheça, de facto, essa procura pela centralidade, que, não obstante, de forma mais ou menos direta, o entrevistado Jorge acaba também por reconhecer, especialmente quando menciona a potencial preferência pela zona circundante ao Braga Parque, estabelecimento comercial situado em São Vítor:

Não há propriamente uma guetização em Braga... [...] enfim, há alguma ligação mais direta de algumas famílias étnicas com alguns bairros, mas isso não é por força da razão étnica, mas sim por força da posição social que ocupam. [...] não temos esse problema de dizer que os brasileiros se concentram aqui ou acolá. Eles concentram-se e dispersam-se simultaneamente. Mas concentram-se, naturalmente, nos lugares mais centrais e onde a oferta de habitação é, naturalmente, mais em conta e onde há maior oferta de habitação. Isto é, concentram-se naquelas freguesias onde, de facto, vai havendo construção nova, onde vai havendo também alguma reabilitação (Miguel Bandeira, Ex-Vereador, 19/10/2021) .

Todavia, as justificativas que estes grupos de entrevistados encontram para a procura pela centralidade verificada são notoriamente distintas. De acordo com os entrevistados João Rodrigues e Vítor Esperança, ao encontro do que é também referido por Miguel Bandeira, a procura pela região central do casco urbano deve-se, precisamente, ao facto de aqui se concentrarem essencialmente as freguesias onde continua a existir uma maior oferta de habitação disponível, seja através da reabilitação

(especialmente na zona mais centralizada), seja através da promoção de nova construção (nas áreas próximas, mas não tão centralizadas):

[...] Eu acho que são as duas freguesias [referindo-se a São Victor e à União de Freguesias de Nogueira, Fraião e Lamações] que têm, em primeiro lugar, mais fogos disponíveis, onde a construção mais propiciou habitação. Em isso vem acontecendo em São Victor há mais tempo, pois grande parte das habitações que estavam vazias e foram sendo ocupadas nos últimos anos. Nogueira, Fraião e Lamações também tinham habitação disponível, mas junta-se a isso os números da nova construção na zona, que faz com que esta seja a zona onde, lá está, há mais fogos disponíveis e para onde as pessoas – sejam elas nacionais ou não – mais se deslocam. (João Rodrigues, Vereador, 20/10/2021)

É exatamente São Victor, que ocupa não só São Victor velho – vamos chamar-lhe assim –, e também a zona de Nogueira e Lamações, que é uma zona residencial nova, que cresceu desde há coisa de 20 anos e que, de facto, oferece uma grande quantidade de habitação e, naturalmente, quem vem de fora tem mais hipótese de arranjar casa ali do que noutra parte (Vitor Esperança, Ex-Administrador Executivo da BragaHabit – E.M., 27/10/2021).

Já segundo o entrevistado Gustavo, consultor imobiliário, esta procura pela região central é, uma vez mais, como já observamos em relação a outros âmbitos, influenciada pelas opiniões “anónimas” divulgadas *on-line*, por meio de canais de *Youtube* e grupos/comunidades em redes sociais e que, segundo ele, influem significativamente na decisão em questão:

[...] o nosso público, por ser imigrante, ele tem pouca informação sobre Braga e sobre Portugal de uma forma geral. Então, o que é que acontece? Onde ele acha essas informações? Muitas vezes no *YouTube*, não é? Só que os *Youtubers*, eles falam só as maravilhas e basicamente só da região central. Eles falam muito de São Victor e falam muito de São Vicente, mas a gente mostra para eles outras áreas da cidade que são tão boas quanto essas e sobre as quais, a princípio, eles não recebem tanta informação. Então, hoje a gente tem muito cliente, por exemplo, em Real. Temos também muitos clientes em Gualtar. São zonas muito boas da cidade e que, a princípio, não têm tanta informação disponível na *internet*. [...] Ele [o imigrante] só vem querendo aquilo que ele ouve, e o que ele ouve dos *Youtubers* falando é justamente das áreas centrais, que nem sempre são tão interessantes assim, por exemplo, para uma família que vem com menino pequeno e tudo mais. [...] E a gente tem esse papel de informar o cliente, de tentar mostrar para ele que existem mais opções do que aqueles a que ele tem acesso na *internet*, nos *sites* e nos canais *Youtube*... (Gustavo, Consultor Imobiliário, 4 anos de atividade)

De facto, são múltiplos os vídeos promocionais partilhados por determinados canais de *Youtube* e *Instagram* que podem ser encontrados se realizarmos uma pesquisa breve *on-line*, bem como são várias as publicações recolhidas por meio da etnografia virtual, em que potenciais futuros imigrantes questionam outros/as imigrantes já estabelecidos em Braga sobre os melhores locais e as melhores freguesias para se radicarem. Entre todos os comentários analisados, São Víctor, uma vez mais, destaca-se nitidamente entre as outras, mas as sugestões são diversas:

Gostei muito de S. Víctor, Lamações e Nogueiró. São regiões mais tranquilas, perto de tudo e com ótimos prédios. Procure com cuidado e veja posição do prédio, se tem vidros duplos, lareira. O inverno aqui é muito frio e húmido e muitos prédios não são preparados. Boa sorte! (Comentário, Mulher Imigrante, Grupo I, 25/10/2021).

Acho que Braga está mais para saber qual freguesia não se deve morar. [...] Quase todas as freguesias são boas. Tente morar perto do trabalho, se os filhos forem estudar em escola pública é bem provável que seja perto da sua casa também. Usar menos carro, estar perto de tudo facilita e dá qualidade de

vida. Depois é uma questão de gosto e de dinheiro. Fraião, São Vicente, são boas freguesias. São Lázaro e São Victor também são bons, mas tem áreas de S. Victor que também não é muito bom. Gualtar tem uma junta de freguesia que me parece muito boa, mas é um pouco mais distante do centro. Real é bacana e também um pouco mais longe. Fужacal tem área que não é muito boa. Maximinos tem uma parte bonita e outra nem tanto (Comentário, Mulher Imigrante, Grupo I, 25/10/2021).

Adiante, e ao encontro daquilo que já foi aqui aludido por meio de relatos dos representantes do poder público previamente partilhados, também a oferta imobiliária disponível e os preços praticados a nível imobiliário pesam no momento da decisão de vários (6) dos/as imigrantes entrevistados/as acerca da freguesia na qual se pretendem estabelecer:

Então, fui para lá exatamente por causa do preço dos alugueis, que foi o mais baixo que achei na altura (E7, homem, 32).

A freguesia da altura foi porque, realmente, estava muito difícil de conseguir um imóvel, havia pouca oferta. Fiquei lá 2 anos, mas era um T1 e eu queria um T2 (E9, mulher, 59 anos).

[...] Aí, quando a gente veio [como turistas], já vinha com um olhar diferente porque já tinha em mente imigrar. Eu perguntei para quem era daqui, nos cafés e tal, onde é que ficava o bairro mais moderno, naquela linha do que eu comentei com você de sentir o mínimo possível de diferença, tendo em consideração as devidas proporções claro. Eu queria ver além do centro histórico e da história da cidade, explorar onde cresceu a cidade. Aí me falaram “*Olha, se você quiser ver casas e prédios mais modernos afasta um pouco do centro*”. [...] Então eu cruzei assim um lado mais moderno, aqui onde havia esses lançamentos de imóveis novos, e também onde tivesse mais oferta de casa, porque eu precisava de casa mesmo, que é mais difícil de encontrar. Aí, quando vim em turismo eu já detetei Fraião [...]. Então vim para cá focada em Fraião, Lamações, Nogueiró, onde surgiam umas casas que me agradavam. (E12, mulher, 49 anos)

No momento em que comecei a pesquisar, pela *internet*, por arrendamentos de quartos, a freguesia de São Víctor foi aquela com mais locais disponíveis. Isso somando à proximidade com a Universidade onde teria aulas, o que faria não ter altos custos com deslocamentos. Além disso, procurei observar – por vídeos de canais de brasileiros em Braga ou mesmo por sites de órgãos públicos (esses últimos com escassas informações) – sobre a infraestrutura envolvente (redes de mercados, áreas de lazer, acesso a região central, etc.) (E14, homem, 39 anos).

O relato do entrevistado 14 exposto acima agrega várias das motivações até agora aqui expostas, incluindo a questão da oferta disponível, mas também demonstra a forma como, de facto, os *Youtubers* ou criadores de conteúdos podem contribuir para a tomada de decisão e influenciar efetivamente as escolhas – especialmente daqueles indivíduos que se encontram mais indecisos ou menos informados quanto a outros fatores que são também relevantes de tomar em consideração –, corroborando, assim, aquilo que foi mencionado por Gustavo, consultor imobiliário.

Por fim, foram ainda referidas a presença prévia de redes sociais e de amizade e, conseqüentemente, a retenção ou prevalência de informações sobre um determinado local específico (4), bem com a mera coincidência (3):

Acho que foi a questão de ter amigos e conhecidos próximos... de vir dividir casa com eles. Eles me explicaram como era o ambiente por aqui, e eu achei bom e resolvi optar por ficar (E11, mulher, 45 anos).

Continuei caminhando e encontrei uma imobiliárizinha pequena. Entrei e aí são os anjos da vida... não sei te explicar. Perguntou se eu tinha preferência por lugar e eu nem sabia nem onde estava [risos]. Eu queria, se fosse possível, um sítio próximo ao centro ou onde eu conseguisse ter acesso a transporte para a universidade. [...] Aí ele me trouxe até onde eu estou até hoje. Foi muita sorte... eu não escolhi, eu fui escolhido [risos] (E5, homem, 37 anos).

Não foi bem escolha, foi mais uma coincidência. [...] foi uma coincidência, uma oportunidade que surgiu de arrendar um apartamento lá. Foi o primeiro apartamento que visitei e arrendei logo (E6).

Bem, eu acho que eu não escolhi, acho que calhou. Achei uma oferta boa na *internet*. A dona da habitação estava divulgando na *internet*, em grupo de brasileiros em Braga e tendo em conta o preço e as condições estava bom e calhou. Não foi bem uma escolha. Eu também nem conhecia a cidade... (E15, homem, 43 anos)

Foi também possível indagar quais haviam sido as expectativas criadas aquando do primeiro momento – o momento da tomada de decisão de deixar o país de origem –, e se estas foram ou não alcançadas e/ou reatualizadas ao longo do tempo de permanência em Portugal. As expectativas registadas são muito variadas, sendo que – como, de resto, já era expectável – aquelas que mais vezes emergem vão precisamente ao encontro das motivações que levaram os/as entrevistados/as a tomar a decisão de deixar o Brasil *à priori*, nomeadamente, a procura por melhores condições e qualidade de vida (inclusive ao nível dos ritmos do quotidiano vivenciados no país de origem), a frequência de um ciclo de estudos no estrangeiro, expectativas a nível profissional, bem como a expectativa de aprimorar o conhecimento em relação a outras culturas e costumes:

Uma coisa que eu considerava fundamental, e tinha muito esse foco, e, na verdade, ainda tenho, era de mostrar para os meus filhos que o mundo é grande... o mundo não era só Recife, nem Pernambuco, nem Brasil. E não era negar o que nós tínhamos, nem é negar o existente... não é isso, de forma alguma. Mas perceber que o Planeta Terra tem da Somália à Austrália, de Portugal à Venezuela, e tanto faz onde você mora. Era importante que eles percebessem essa diversidade, para mim o principal foco era esse... [...] Depois havia uma expectativa mais pessoal, que era exatamente o interesse em ter uma vida mais calma, mais tranquila, mais sossegada. Apesar de amar muito o meu país, porque gosto muito do Brasil, eu não me identificava mais com aquele modo de vida... uma questão de identidade mesmo. [...] Ter saído, fosse para Portugal ou para qualquer outro país, naquela altura funcionava muito como uma válvula de escape, sabe? (E6, mulher, 46 anos)

Foram as mais altas possíveis. Estavam expostas em diversos níveis, desde o facto de conhecer outra cultura, novas pessoas, novas oportunidades de crescimento humano, o ineditismo a cada passo dado. Todas essas expectativas foram alteradas ao longo do tempo em que estive no país. A maior de todas elas refere-se precisamente ao cumprimento, com êxito (pelo menos em minha avaliação), do plano de estudos a que me submeti. As demais expectativas derivaram sempre dessa primeira. Algumas foram alcançadas na plenitude, outras nem tanto. Mas assim é a vida! (E14, homem, 39 anos)

Eu consegui concluir o projeto do mestrado e, portanto, aquilo a que eu me propus, eu cumpri. A parte do convívio e integração com a cultura local foi algo a mais. Eu não imaginava isso até porque não era esse meu objetivo... não tinha o objetivo de morar em Portugal, isso foi uma consequência. A questão das viagens eu também aproveitei bastante (E17, homem, 45 anos).

Deste modo, foi possível apurar que a maioria dos/as entrevistados/as (15) entende que as suas expectativas iniciais foram, de um modo geral, com mais ou menos sucesso, cumpridas:

A expectativa era a de ter um estilo de vida simples e tempo dedicação à pesquisa. Neste aspeto posso considerar minhas expectativas foram alcançadas. (E3, mulher, 41 anos)

Na verdade, eu vim com mais receio do que expectativas [risos]. Minha mãe falava de Portugal de uma forma que eu nem conseguia acreditar. Ela falava como se aqui fosse ser melhor logo de cara, mas eu sou um bocado de pé atrás. [...] Então, quando eu vi que aqui, mesmo ganhando menos ou o salário base, eu conseguia viver relativamente bem [...], eu fiquei satisfeita e, de facto, minha mãe tinha razão (E10, mulher, 28 anos).

Eu já tinha vindo para a Europa algumas vezes como turista, mas foi a primeira experiência em morar fora da minha cidade. As expectativas, na verdade, foram todas atingidas [...] (E17, homem, 45 anos).

Apenas 5 dos/as entrevistados/as confessam que não lhes foi possível alcançar o pretendido. Todavia, na maioria das vezes, a expectativas foram, inclusive, reatualizadas após a chegada, não sendo esse processo de reatualização ou readaptação encarado enquanto algo necessariamente mau, mas sim como “fruto das circunstâncias” (E13):

Mais ou menos. Em relação ao doutoramento, não foram plenamente alcançadas. Mas gostamos da cidade, depois consegui um emprego de que gosto muito... Então, a expectativa inicial não foi alcançada em alguns aspetos, mas foi superada em outros (E2, homem, 42 anos).

Tinha a expectativa de montar um negócio similar ao que eu possuía no Brasil. Já estou aqui há quase 4 anos e ainda não consegui alcançar este objetivo. E hoje, sinceramente, já não tenho mais tal ambição. Na verdade foi uma reorganização que eu tive que fazer, por conta dessa dificuldade em alcançar esses objetivos, mas estou satisfeito e não frustrado ou ressentido. Às vezes é necessário (E1, homem, 38 anos).

Então, não... prioritariamente, é justamente por conta do mestrado em si, apesar de hoje em dia estar uma coisa inacabada, por finalizar. [...] Mas, em contra-partida, eu acabei encontrando aqui outros empregos e acho que o que mais me motiva a continuar aqui em Braga é, talvez, o facto de hoje em dia eu ter uma situação mais estável. Foi fruto das circunstâncias, mas tudo deu certo (E13, mulher, 30 anos).

Ora, apesar de satisfeitas, a entrevistada 6 e a entrevistada 12 alertam para a importância de manter as expectativas controladas. Fazem referência ao facto de a experiência não poder ou não dever ser “romantizada”, temática explorada no enquadramento teórico e previamente na análise. Como referido, nem tudo “são rosas” e a romantização do processo pode contribuir para a criação de expectativas irreais e que, por vezes, caem por terra:

[...] em geral foram alcançadas. Bem, em geral não tinha grandes expectativas... Eu não sou muito de criar sonhos ou oásis. Eu acho que também é a maturidade da vida... a própria vida traz essa maturidade. Temos que ter os pés assentes. É perigoso, entende? Não é um mar de rosas como é muitas vezes descrito... implica em muita coisa (E6, mulher, 46 anos).

[...] mas também acho que um dos segredos é você vir com as expectativas controladas. Eu sou bem pé no chão. Acho que quando você vem esperando muito e muito rápido são criadas frustrações, as pessoas se frustram. Mas sim, eu e minha família encontramos aqui o que queríamos. (E12, mulher, 49 anos)

Essa frustração é possível de ser identificada no relato facultado pelo entrevistado 15, que, como se revela pertinente recordar, considera que veio “iludido” pelas declarações prestadas pelo atual Presidente da Câmara de Braga, Ricardo Rio, na sua terra natal:

[...] eu tinha várias expectativas. Minha esposa é enfermeira e, tecnicamente, a gente vendo pela ordem dos enfermeiros, ela teria condições de exercer cá em Portugal e se inscrever na ordem. Mas isso não cumpriu, não é? [...] A ascensão profissional é outra. Pensei que, com o tempo, por ter trabalhado toda a vida na indústria e ter conhecimento e várias formações no âmbito da indústria e ferramentas de qualidade e de produção conseguiria ascender profissionalmente, achei que conseguiria um lugar melhor. Contudo, nesses 5 anos continuo na mesma... sem expectativas de crescer na empresa. Aliás, pelo que vejo, continuar já é uma grande vantagem. Basicamente são essas duas expectativas que ficaram frustradas... frustraram muito a gente aqui (E15, homem, 43 anos).

Ora, uma vez mais, ressurgue a discussão em torno do chamariz constante em direção à cidade e a Portugal de uma maneira em geral, promovido não só pelos criadores de conteúdos, mas também pelo próprio executivo camarário, iludindo os indivíduos em direção ao “sonho bracarense”, vendendo uma imagem de Braga que poderá não ser corroborada pela realidade que veem a enfrentar, criando falsas expectativas e ilusões. Também por meio da etnografia virtual foi possível observar que alguns indivíduos estão – assim como as entrevistadas 6 e 12 e o entrevistado 17 – conscientes destas dinâmicas, enredos e estratégias:

[...] já se começa a verificar um fluxo inverso: pessoas que vieram para Portugal, especificamente para Braga, criaram uma grande expectativa ao chegar e hoje já percebem – até por conta do cenário pandêmico, dos preços subindo, da questão da política local, da questão do acesso ao mercado de trabalho – que o cenário é muito diferente daquele que achavam que iam encontrar aqui e que lhes foi “vendido” lá (E17, homem, 45 anos).

Como já disseram, planejamento antecipado e com calma é a chave do sucesso. Não acredite em falsas promessas de vida linda e fácil de *Youtubers* e bloguerinhos. Estamos no meio de uma pandemia e muitos setores foram afetados por seguidos *lockdowns* e trabalhos que eram fáceis de se conseguir agora são escassos. Venha sozinho na frente para poder ter calma em conseguir trabalho e um lar para viver. Não será fácil, tenha em mente que pode ter sorte em conseguir tudo rápido ou não. E, em casos de mudança de país, não devemos contar apenas com a sorte. Já vi e vejo muitos casos de famílias que voltam para o Brasil frustradas e sem as economias que guardaram porque aqui não conseguiram almejar o sonho vendido no *YouTube* e *Instagram*. Seja sensato e guarde muito dinheiro para o primeiro ano aqui, que será o mais difícil. Boa sorte!” (Comentário, Imigrante Mulher Grupo I, 26 de dezembro de 2021)

O que se vende no Brasil é que você vai chegar e vai conseguir o emprego dos sonhos e viver como barão. E nós sabemos que o buraco é muito mais em baixo. Pode não parecer mas o preconceito em cima dos brasileiros aqui é muito grande. Claro que existem pessoas maravilhosas, portuguesas que nos tratam bem. Mas existe preconceito sim e atrapalha muito (Comentário, Imigrante Homem Grupo I, 12 de setembro de 2021).

Ainda assim, apesar de eventuais frustrações e de as perspectivas futuras poderem variar – como veremos em seguida –, todos os entrevistados reconhecem ter motivos para permanecer em Portugal, pelo menos a curto prazo. Entre os motivos da permanência enunciados encontram-se, por exemplo, a segurança e/ou qualidade de vida alcançada em vários âmbitos, bem como as garantias, nomeadamente ao nível da saúde e educação:

Basicamente porque aqui eu tenho três pilares que eu considero fundamentais para uma vida razoável: segurança, saúde e educação. Depois que eu estive por um tempo na Inglaterra eu percebi que tem um quarto pilar, que a gente só dá valor quando perde, que é o clima. [...] Então, tem essas três coisas que eu acho fundamental e o clima, que as complementa. [...] Então, são três pilares que eu

acho que qualquer ser humano que encontra isso não deve abrir mão disso tão fácil assim. E também é de referir que eu nunca tive intenção de voltar, não é? Eu já vim para ficar, tanto que eu trouxe cachorro, literalmente tudo (E5, homem, 37 anos).

Então, os motivos que me fazem permanecer foi aquilo que eu encontrei aqui e que superou... a segurança, o sistema público de saúde, de educação, o facto de ganhar em euro, pela proximidade com a Europa, que permite que a gente possa viajar de maneira mais barata, enfim. Talvez se eu estivesse sem trabalho o meu discurso seria diferente. Mas acho que as razões principais mesmo são o facto da gente ter encontrado aqui aquilo que a gente buscava. A paz, o sossego, é você poder dormir e acordar e saber que no dia seguinte você consegue ter paz... é isso (E12, mulher, 49 anos).

É... a estabilidade das crianças, os filhos. A liberdade que eles têm, os costumes que eles já pegaram que, se voltássemos para o Brasil, seriam perigosos, tipo andar com headphones na rua e telemóvel na mão... essa liberdade e segurança que eles têm, eu chego a dizer que acho que é o único motivo que hoje nos faz permanecer (E15, homem, 43 anos).

Ademais, foram também enunciadas as oportunidades alcançadas e a vida construída, bem como as oportunidades perspetivadas:

Então, se a decisão foi mudança, em nenhum momento eu pensei em voltar. [...] Então, o que é que me faz permanecer em Braga? Tudo! Tudo o que eu conquistei até agora, tudo o que eu construí juntamente com a minha família aqui, não é? [...] Aí, pouco a pouco a gente foi-se inserindo e começámos a nos identificar com algumas maneiras e modos de vidas daqui. Então, hoje temos total tranquilidade... a nossa vida aqui é muito boa, é muito tranquila, é muito sossegada e gostamos muito... então, o que nos faz permanecer é o facto de a gente estar bem aqui. O facto de estar bem num lugar faz a gente permanecer nele (E6, mulher, 46 anos).

Vejo possibilidade de crescimento profissional e, além disso, aqui tenho qualidade de vida... acho que é isso (E8, homem, 46 anos).

Finalmente, foi mencionada a reunificação familiar já realizada bem como a prevalência de outras pendências, como, por exemplo, o desejo da conclusão do ciclo de estudos a que se propuseram:

Boa parte da minha família já está também em Portugal (E1, homem, 38 anos).

Eu sempre digo isso: eu vim para cá para isso e pretendo dar seguimento até que conclua [referindo-se ao mestrado]. Quanto tempo isso vai durar? Ninguém vai saber. (E13, mulher, 30 anos)

Portugal é um país muito bom de se viver. É um país muito pacífico, o clima é bom, tem bom suporte do Estado... Depois tem a questão da universidade, que a gente ainda não concluiu, e, para nós, o tempo que a gente está passando aqui é valoroso...(E16, homem, 38 anos)

Em jeito de remate deste ponto da análise, o relato fornecido pelo entrevistado 7 quanto aos motivos da permanência em Portugal dá o mote para o alavancar da discussão em torno das perspetivas dos entrevistados em relação o futuro, que, todavia, “está em aberto”, como ressalva o entrevistado 8. Atentemos, então, no relato em questão, que, não obstante, reflete a ideia da segurança alcançada em Portugal, bem como das potenciais perspetivas futuras:

Mas como eu falei, olhando para o que está acontecendo lá e ter sempre isso na cabeça de, ao voltar, ter que lidar com o mercado de trabalho como está, a crise social que está rolando, sendo homossexual e vendo a violência crescer a cada dia contra essa população... Até minha família e meus amigos que estão lá, inclusive da universidade, acabaram me aconselhando a ficar aqui. Falaram “*X, por mais que você venha para formar agora, o que é que você vai fazer depois?*”, porque eu dependia dessas bolsas de estudo que eu tinha dentro da universidade. E depois que a gente forma, o Brasil já

era um pouco sem expectativa, mas agora está muito pior. Então, tomei mais ao menos por aí a minha decisão de permanecer cá (E7, homem, 32 anos).

Ora, de facto, a maioria dos entrevistados (9) não tem como pretensão futura – pelo menos a curto e médio prazo – regressar ao país de origem, como ilustra o excerto do entrevistado 5:

Para o Brasil não volto nem para passear, não tenho vontade [...] eu não consigo sentir saudade de lá... a forma como as pessoas pensam me incomoda. [...] Hoje, tendo a experiência de morar fora, me incomoda ainda mais, porque aí eu percebi isso mais nitidamente. É aquela história de que só vemos a ilha quando saímos dela. Hoje eu olho para o Brasil e me parece um grande hospício com as portas abertas. [...] Tenho saudade de pessoas e de momentos que lá vivi, mas saudade do Brasil não tenho. [...] Então, para o Brasil eu não volto, não quero voltar e já conversei com a minha esposa, até porque quando você tem filhos você já não toma as decisões só por você, mas também pelo bem deles (E5, homem, 37 anos).

As perspetivas futuras alimentadas pelos/as entrevistados/as são, então, variadas, sobrepostas e ainda pouco definidas:

Já pensei em todas as hipóteses... já pensei em voltar, em sair de Braga, em ir morar noutra cidade da Europa... já pensei em voltar para o Brasil, mas sempre volto atrás nessa ideia. A partir daqui eu consigo ajudar a minha família melhor (E4, homem, 33 anos).

As perspetivas passam, então, pela permanência em Portugal (12) – seja em Braga, seja numa outra cidade portuguesa –, pela reemigração – quer dentro da Europa, quer fora da Europa (3) –, e, eventualmente e com menos prevalência, o regresso ao Brasil (2), ou seja, um movimento migratório de retorno.

Então, como já estou aqui há praticamente quatro anos a ideia é aguentar, fazer um esforço, obter a nacionalidade, até porque é um fator facilitador, até caso depois pretenda imigrar para outro país dentro da União Europeia... [...] Então, o objetivo a curto/médio prazo é esse, manter-me aqui e obter a nacionalidade. Depois disso, aí sim, avaliar se vale a pena permanecer, se reemigrar para um outro país, que é tentador. Voltar ao Brasil diria que, dentro dessas hipóteses, seria a última alternativa, pelas questões políticas, socioeconómicas, a turbulência que o país passa no momento... e prevejo ainda alguns anos aí de uma situação muito complicada. Então, não seria uma prioridade (E1, homem, 38 anos).

[...] Já pensei em morar em outros países, mas eu acho que a vida não é só dinheiro. [...] Já ponderei outros países europeus e não tenho essa intenção também, pelo menos para já. Gosto de Portugal, acho que é um *cantinho do céu*, como vocês dizem [...] Então, tão cedo não pretendo sair, mesmo já tendo obtido a cidadania portuguesa e sabendo que muitos brasileiros a aguardam para poder reemigrar para outros países da Europa. Eu não. Estou de boa, estou tranquilo (E5, homem, 37 anos).

Olha, não sei bem, mas tenho ainda o desejo de viver no Porto, porque é uma cidade mais plural, eu diria. É uma cidade maior. Eu gosto muito muito muito de Braga, mas acho que ainda é uma cidade um pouco conservadora. Gosto mais do aspeto cultural do Porto, marcado também por outras comunidades. Então, tenho muita vontade de me mudar para lá e talvez ficar por lá. Quanto a voltar para o Brasil, não tenho esse plano, pelo menos por enquanto. O objetivo é ficar por aqui, mas talvez no Porto (E11, mulher, 45 anos).

Voltar para o Brasil, sem dúvidas. É onde tenho meu trabalho, é onde percebo que devo lutar para auxiliar, de algum modo, a efetivação e a construção de direitos comuns a todas as pessoas (E14, homem, 39 anos).

3. Mercado imobiliário bracarense: experimentação, tendências e expectativas

Neste ponto da análise procurar-se-á, num primeiro momento, compreender de que forma esta população migrante experiencia o mercado imobiliário bracarense, nomeadamente no que se refere às condições perante a habitação. Este é, como foi possível apreender através do enquadramento empreendido e como os relatos recolhidos irão corroborar, um mercado marcado, nos últimos anos, por grandes transformações, inclusive ao nível do seu próprio perfil – zonas mais caras, com maior procura e que mais cresceram –, atravessando hoje a cidade uma situação urbana marcada pela rarefação da oferta habitacional. Como tal, e com consciência disto, procurar-se-á ainda explorar a série de forças que atuam conjuntamente no molde dessas tendências, agindo sobre este território específico e definindo as suas singularidades no quesito habitacional. No mesmo sentido, sondar-se-ão ainda as perceções (e eventuais sugestões) em relação às tendências futuras deste mesmo mercado, bem como a pertinência da manutenção de determinadas medidas que, inevitavelmente, se afirmam como facilitadoras deste processo, que se vem revelando insustentável, como, aliás, os relatos testemunharão.

No que se refere às condições perante a habitação, a maioria dos/as entrevistados/as imigrantes habita numa casa arrendada (15), sendo que apenas duas entrevistadas iniciaram o processo de compra de habitação. Isto reflete – como, de resto, era expectável –, a tendência geral da prevalência destas populações no mercado de arrendamento privado (Malheiros e Fonseca, 2011; Mikaba, 2016), como confirmam os relatos dos consultores imobiliários:

Hoje, 60% são arrendamentos. Os outros 40% é compra. [...] Então, a gente vende muito essa ideia de chegar com essa garantia do imóvel, com tudo certo, mas há essa preocupação deles de “*Poh, mas eu vou comprar um imóvel sem nunca ter pisado no país antes?*”. Então, muitos preferem, no primeiro momento, fazer o arrendamento, para depois, estando aqui, conhecendo o país e vendo que se vão adaptando ao país, partirem, de facto, para uma compra (Gustavo, Consultor Imobiliário, 4 anos de atividade).

Há as 2 situações, não é? Ou seja, a primeira fase até pode ser uma situação de arrendamento, em que normalmente vêm para conhecer a cidade, para conhecer os locais e para poderem, depois, tomar uma opção de compra. Mas isso são períodos normalmente reduzidos, ou seja, as pessoas optam por um período de 8 meses a um ano, diria, em média, em que acabam inicialmente por arrendar, mas rapidamente e em função do valor das rendas o processo se transforma automaticamente num processo de compra. É isso que tem passado nos últimos tempos (Jorge, Consultor Imobiliário, 21 anos de atividade).

A prevalência no mercado de arrendamento privado poder-se-á dever às não raras dificuldades em aceder a programas de habitação pública e/ou apoiada, ideia também já previamente explorada e como, aliás, confirmou o entrevistado Vítor Esperança, ex-administrador executivo da Empresa Municipal BragaHabit, sendo que, segundo os vereadores Olga Pereira e João Rodrigues, “(...) não chegam a 50 os pedidos de habitação social por parte dos estrangeiros”:

Nós temos determinadas condições de acesso aos nossos apoios e, portanto, não é assim tão fácil. Por exemplo, para abirmos o processo a pessoa tem que ter, pelo menos, 4 anos de residência cá. Não se verificando esse critério, à partida, o processo já nem avança. [...] Dos que a BragaHabit dá apoio, dentro dos estrangeiros, os brasileiros são das comunidades que a BragaHabit mais apoia. Eles e os ucranianos (Vitor Esperança, Ex-Administrador Executivo BragaHabit da E.M., 27/10/2021).

No serviço de habitação posso dizer que temos apenas pedidos de apoio referentes a 8 angolanos, 1 família do Bangladesh, 12 famílias do Brasil, 1 de Cabo Verde, 2 da França, 1 da Guiné-Bissau, 2 de Moçambique, 1 da Roménia, 2 da Rússia, 1 de São Tomé e Príncipe, 1 da Síria, 1 de Timor e 10 da Ucrânia. Portanto, no que à imigração se refere, são pedidos de apoio muito muito residuais (Olga Pereira, Vereadora, 29/10/2021).

Ora, tomando isto em consideração, é natural e inevitável que os entrevistados procurem outras estratégias para suprir esta que é uma necessidade básica fundamental e, como tal, uma das primeiras preocupações aquando da chegada ao país de acolhimento (Malheiros e Fonseca, 2011), marcando potencialmente o sucesso ou insucesso do processo de integração, processo esse multissetorial e afeto a várias dimensões da vida dos imigrantes (Bäckstörn e Pereira, 2012).

Focando, então, primeiramente, a minoria que resolveu comprar, o imóvel adquirido foi, em ambos os casos, encontrado com o auxílio de consultoria imobiliária e ambas as entrevistadas necessitaram de recorrer ao crédito bancário, sendo que o valor das prestações mensais são 650 euros e 780 euros respetivamente (\bar{x} = 715 euros), com seguros incluídos. No que ao crédito bancário se refere, ambas afirmam não ter experienciado qualquer tipo de complicação no decorrer do processo, nem eventuais entraves ou exigências extraordinárias derivadas da nacionalidade:

[...] Então, em relação ao financiamento, no nosso caso em particular, não vou dizer que foi difícil, mas também não foi fácil: foi um processo comum. Agora, lá está, porquê? Porque a gente também tinha toda a documentação. E claro que o facto de eu e meu marido termos um trabalho fixo, bom rendimento, estabilidade, tudo isso também contribui... A gente tinha um valor x previamente para dar de entrada, então... ficou mais fácil (E6, mulher, 46 anos).

Olha, não foi nada diferente do que é no Brasil. Em termos de exigências foram feitas as exigências normais, não por ter a nacionalidade ou não. O que mais influenciava acho que era ter ou não rendimento certo. Eu fiz tudo isso enquanto eu ainda estava empregada no Brasil e enquanto eu ainda tinha renda no Brasil. Então, o processo começou antes e eu só tive que dar uma entrada maior pelo facto de estar no Brasil e meu rendimento ser do Brasil, em real. Mas também acho que o processo andou muito bem por competência do banco e da gestora do banco. Foi um trabalho em parceria da imobiliária com o banco e caminhou muito bem, não tenho nada a apontar. Não senti nenhuma dificuldade por ser estrangeira (E12, mulher, 49 anos).

Não há dificuldades para quem tem rendimentos suficientes para pagar as mensalidades (taxa de esforço de 35%), a entrada, que variará em função do risco para o banco, e os impostos. Os comprovativos deverão ser apresentados (Comentário, Imigrante Homem Grupo II, 26 de junho de 2021).

Ora, como previamente referido, podemos estar cientes de que as escolhas habitacionais dos migrantes são determinadas por diversos fatores (Integration up North, 2015), como, por exemplo, a questão dos rendimentos auferidos e do dinheiro disponível – abordada, inclusive, nos relatos acima expostos e também mencionados num comentário recolhido por meio da etnografia virtual como sendo

algo fulcral –, sendo que ambas as entrevistadas se encontram incluídas nos escalões de rendimento médio mensal individual de “1101 e 1500 euros” e “acima de 1500 euros” (respetivamente) e possuíam poupanças que lhes permitiram prover a entrada exigida para o imóvel. Também a questão da duração da permanência planeada influenciou a decisão da entrevistada 6 que, inicialmente, chegou a Portugal com casa arrendada:

[...] mais ao menos no segundo semestre de 2019, quando eu já estava há 2 anos no apartamento, e eu recebi uma carta do senhorio a dizer que ele iria lá para fazer uma vistoria no apartamento e a carta pedia também o apartamento de volta, porque ele pretendia vendê-lo. [...] e me pegou de surpresa e de preocupação também, porque eu sabia que o valor que eu estava pagando de renda não ia encontrar facilmente [...]. Então eu fiz a chamada para ele e acho que alguém foi no ouvido dele e falou “*Olha, o seu apartamento, o senhor tá cobrando um valor muito baixo, e o mercado não é mas assim e blablabla*”. Mas isso me fez dar um alerta. Porquê? Porque também no Brasil a gente nunca viveu numa casa arrendada, a gente sempre teve casa própria. E, estando no mercado imobiliário, eu também sabia que, se eu fosse ficar pagando uma renda, era muito melhor que eu comprasse... acabava por sair mais barato e era algo que era meu. Depois, nós já estávamos aqui há algum tempo e temos pretensão de ficar, uma vez que nos adaptamos bem... Então, aquela carta do senhorio motivou a gente a olhar para um outro lado, e aí foi quando visitamos 3 casas e definimos por uma (E6, mulher, 46 anos).

O relato supracitado alerta ainda para uma outra questão que poderá influenciar a escolha habitacional dos indivíduos, nomeadamente a difusão da dita “ideologia da casa própria” ou incentivo à “*cidadania proprietária*” (Rolnik, 2015; Silva, 2018; Castela, 2019; Drago, 2021), sustentadas pelo sistema financeiro – alimentando e alavancando as tendências de financeirização crescente (Rodrigues, Santos e Teles, 2016; Santos, 2019) – e que ocupam desde sempre um espaço significativo no campo das políticas habitacionais. Também estas dinâmicas foram, de forma detida, exploradas no enquadramento teórico, sendo possível aqui observar que não são limitadas ao contexto português, mas sim difundindo-se, de forma mais ou menos vincada, um pouco por todo o mundo:

Eu tinha que ter uma casa, eu não vinha para arrendar imóvel. Só viria para Portugal se eu comprasse uma casa, porque sou totalmente contra pagar arrendamento, na minha cabeça não faz sentido... pagar algo que nunca será nosso (E12, mulher, 49 anos).

Adiante, por outro lado, a maioria dos entrevistados (15) optou por permanecer no mercado de arrendamento, sendo que, num dos casos, o contrato de arrendamento foi firmado com opção de compra. Quanto aos meios utilizados para o processo de arrendamento, a maioria (8) recorreu ao apoio de uma agência imobiliária, 5 recorreram às redes sociais ou *sites* de imóveis e 4 admitem terem encontrado o imóvel por meio de conhecidos, isto é, “boca a boca”.

A gente tentou de tudo, mas aí ela soube, através de algum conhecido dela, desse apartamento que a gente está alugando agora (E10, mulher, 28 anos).

Fiz uso de pesquisas através de redes sociais, *Facebook* e *sites* de venda/aluguer de equipamento. No meu caso foi OLX e, ao final, consegui o contato de um agente imobiliário que anunciava um quarto para uma pessoa particular (E14, homem, 39 anos).

No nosso caso, foi através de uma imobiliária. Na verdade, foi um agente imobiliário que arranjou e o produto não estava na carteira dele de imóveis, era de uma outra imobiliária, mas eles fizeram parceria. Mas sim, foi através da imobiliária (E17, homem, 45 anos).

A maioria dos/as entrevistados/as arrendatários/as (13) afirma possuir contrato de arrendamento formal, devidamente registado. Apenas 2 referem que o/a senhorio/a não colocou a hipótese de formalizar o contrato, essencialmente devido ao facto de “não quererem ter que pagar o imposto” (E4):

[...] esse local onde estou agora é o quarto local e é o primeiro onde assinei contrato. Os outros três foi só por boca. Eles não querem ter que pagar o imposto (E4, homem, 33 anos).

Não. Ela disse que poderia fazer o contrato formal, mas que isso iria fazer crescer algo aos valores que eram pedidos. Aí eu falei com ela que, no caso, não fazia questão, até porque ela fez a um preço menor do que aquele que tem sido praticado aqui em Braga... por isso, eu decidi que preferia que ficasse assim (E7, homem, 32 anos).

Não. A proprietária do apartamento nunca quis fazer. Inclusive, ela possuía em Braga mais dois apartamentos que estavam sob o mesmo regime de administração, alugueis de quarto a estudantes, e todos sem contratos. O apartamento que reside uma casal de idosos também não possui contrato algum (E14, homem, 49).

Embora os consultores imobiliários, bem como a senhoria entrevistada, refiram que existem, de facto, perfis reprováveis à partida – embora não em função da nacionalidade –, e exigências a cumprir – essencialmente conectadas à questão da limpeza, manutenção do local e cumprimento financeiro –, e ao contrário daquilo que se processou com as entrevistadas que avançaram com o processo de compra de casa própria, no que ao arrendamento se refere, parte dos/as entrevistados/as (7) afirma ter experienciado vários tipos de entraves e complicações ao longo do processo – especialmente no momento da procura por habitação – e, essencialmente, ao nível das exigências extraordinárias colocadas derivadas da nacionalidade. A maioria (9), porém, afirma não ter experienciado qualquer tipo de complicação, não obstante reconheça que o problema existe. Os relatos que se seguem – sejam eles recolhidos por meio das entrevistas, quer através da etnografia virtual – agregam estas experiências distintas:

Mas também tenho conhecimento de pessoas que sofreram horrores ao tentar arrendar casa, que encontraram entraves em vários momentos, seja na análise da documentação, seja porque o valor que se pede para caução são valores muito altos, seja porque cobram valores diferentes para estrangeiros e nacionais... mas, por sorte da vida mesmo, a gente ainda chegou aqui com os valores corretos e sem problema [risos] (E6, mulher, 46 anos).

Sim, isso sim. Muitas vezes tinha que pedir ao meu ex-namorado para ir comigo ver os apartamentos, porque ele era português e confiavam mais... tinha que pedir para ele ligar, porque às vezes um preço era dito para mim e outro para ele, sendo que para mim era sempre mais alto. Isso não aconteceu nem uma nem duas vezes, foram mesmo muitas vezes. Eu fiquei sempre muito atento. [...] Já aconteceu de me pedirem muitas rendas adiantadas, mas até, pelo que me parece, isso tem sido culpa até mais do lado de quem quer arrendar o apartamento do que do lado do proprietário. Para conseguirem arrendar mais rápido, vendo como o mercado imobiliário está, quem tem dinheiro acaba oferecendo esse adiantamento para assegurar que fica com a casa, de certa forma (E7, homem, 32 anos).

É muito variável. Às vezes pedem 1 ou 2 cauções... pedem 2 rendas (alugueis)... às vezes exigem fiador qualquer OU com salário em Portugal. Às vezes exigem que o inquilino tenha comprovativo mensal de salário. Tudo é muito variável quando se aluga imóvel por aqui. Já vi casos de ser exigido o pagamento de 6 alugueis adiantados. Uma coisa observei: no agendamento para visita no imóvel, o cidadão português gosta de conhecer o provável futuro inquilino para decidir (Comentário, Imigrante Homem Grupo II, 26 de dezembro de 2021).

ESSE SIM, é fato verídico. Moro aqui há 3 anos. Xenofobia contra os brasileiros, rendas ou alugueis altíssimos, imóveis sem estrutura para o frio, cauções absurdas e que não devolvem ao final do contrato (já passamos por duas situações destas). Não há um código do consumidor, portanto, você não tem onde recorrer, etc. Obs. Sou advogado reformado e não pretendo continuar em Portugal, infelizmente! E o que se vê na internet não corresponde à realidade. Pense bem. (Comentário, Imigrante Homem Grupo II, 30 de janeiro de 2021).

Na prática, esta questão que é trazida pelo relato do entrevistado 7 – não desresponsabilizando o papel que é assumido pelo senhorio –, foi passível de ser detetada, inclusive, no relato fornecido pela entrevistada 9:

Não, não. Realmente foram 6 rendas adiantadas que eu tive que pagar e a caução, mas só pelo facto de eu me ter apaixonado muito pelo imóvel, ele poderia ter pedido um ano ou mais adiantado que eu teria pago. O lugar é maravilhoso e eu me sinto muito bem aqui. [...] Muito pelo contrário. Fui muito bem recebida pelos dois senhorios (E9, mulher, 59 anos).

Ora, por um lado, estas exigências podem também ser encaradas enquanto uma garantia para o/a próprio/a senhorio/a – tanto no que se refere à integridade do imóvel, quanto ao cumprimento quer dos pagamentos, quer do prazo contratual. Os relatos ulteriores são exemplificativos disso:

[...] nós somos um casal que acaba de chegar de outro país, que não tem muita referência cá, que acabou de abrir uma conta bancária cá e que está a recomeçar a vida num outro país, literalmente. Então, você tem um apartamento para alugar e é óbvio que você vai precisar de garantias... quanto mais garantias você exigir, mais você se vai proteger ou proteger o seu cliente no caso das imobiliárias. Então, foi dessa forma que eu interpretei. Um arrendatário até se sente constrangido, porque o nível de garantias é tão alto e ou você desiste ou você se sujeita, não há negociação, especialmente quando se fala em imobiliária (E17, homem, 45 anos).

É assim, a questão das condições de arrendamento tem muito a ver com os senhorios, não tem propriamente a ver connosco. Quem tem os imóveis são os senhorios e, muitas vezes, o que acontece é que são eles que controlam, digamos que são eles quem tem a voz de comando nessa área. O que pode ser limitativo – pois, por vezes, acontece – é o facto de, normalmente, para arrendamento, os senhorios pedirem que haja uma garantia extra, exigindo uma fiança ou um fiador. Logicamente que para as pessoas que estão a chegar e que não têm nenhum conhecimento, não têm ninguém cá que possa ser fiador, isso pode ser um obstáculo. Esse obstáculo normalmente é contornado com algumas estratégias, como as pessoas pagarem alguns meses de renda em avanço e/ou de caução, consoante o tipo de exigências que os senhorios solicitarem. É uma forma, digamos, de... Como eu não posso ou não tem como indicar uma pessoa para fiador, então vou meio que substituir isso por uma garantia maior, no sentido de pagar a renda com maior antecedência ou prestar uma caução em função daquilo que o senhorio estipula. Portanto, normalmente as coisas têm-se equilibrado nesse tipo de situação (Jorge, Consultor Imobiliário, 21 anos de atividade)

Porém, por outro lado, verifica-se com certa recorrência um aproveitamento decorrente da imprescindibilidade da habitação, algo que não é adiável, inclusive incorrendo em práticas ilegais. É, como refere o entrevistado Gustavo, consultor imobiliário, é necessário “bom senso”. Recordamos que,

de acordo com o artigo 1076.º do Código Civil, referente à antecipação das rendas, é firmado que “o pagamento da renda pode ser antecipado, havendo acordo escrito, por período não superior a três meses”:

O proprietário, claro, tem a palavra final porque o imóvel é dele, e isso é indiscutível realmente. Mas há uma questão de análise do mercado e o bom senso por parte do corretor ou agente imobiliário de conseguir passar essa mensagem para o proprietário do imóvel a fim dele entrar mais na realidade do mercado. Há uma negociação de preço, uma negociação de rendas e cauções adiantadas. Já aqui em Portugal, o que a gente percebe é que não existe isso. O proprietário fala *x* e aquele *x* é a realidade, acabou. Então, a gente tenta trazer essa realidade para o proprietário, esse método de abordar o proprietário que temos no Brasil (Gustavo, Consultor Imobiliário, 4 anos de atividade).

Ainda no que se refere às condições perante a habitação, quando questionados sobre se o senhorio reside no mesmo espaço, apenas 1 das entrevistadas refere que sim. Ademais, todos/as os/as senhorios/as são portugueses, exceto 1, que é de nacionalidade brasileira. No que concerne à tipologia do local, a maioria (11) aluga um apartamento, sendo que as assoalhadas variam entre 1 e 3 (ou seja, T1 e T3), sendo que 4 entrevistados/as se encontram em regime de arrendamento de quartos.

Quanto ao valores, duas questões emergiram, nomeadamente se os/as entrevistados/as teriam procurado informar-se previamente acerca dos preços que estariam a ser praticados em Braga, aquando da sua vinda, e quanto pagariam efetivamente pelo espaço alugado aquando da entrevista. A maioria (13) refere que veio informado acerca dos preços em questão:

Sim. [...] A universidade de lá disponibilizava algumas informações para a gente a respeito dos custos. Depois entrei em alguns grupos do *Facebook* para verificar também, grupos de aluguer de quartos em Braga... e eu sempre ficava muito de olho nessas coisas (E7, homem, 32 anos).

Sim, procurei. Esse foi um dos elementos que concretizaram a minha vinda e permanência na cidade. Realizei algumas pesquisas prévias, busquei por zonas da cidade que eram mais próximas à Universidade e, assim, pude identificar aquelas localidades que eu poderia pagar (E14, homem, 39 anos).

A gente fez um estudo em aplicativo que, na época, permitia a gente saber os preços que estavam a ser praticados aqui. Além disso, entrei em contacto com algumas pessoas que já estavam também por aqui e eles batiam foto, enviavam foto para a gente de ofertas de arrendamento, e era razoável. Isso começou em 2016. Em 2017 eu achava que eu já tinha isso ok, seguro, e deixei de ver as ofertas. Então, quando a gente chegou aqui tomou um susto, foi uma surpresa devido à diferença que já se notava... e hoje mais ainda, não é? (E15, homem, 43 anos)

Apenas 4 dos/as entrevistados/as não realizaram essa pesquisa prévia, não por não considerarem que não seria fulcral, mas sim porque, por um lado, não se revelou necessário pois já possuíam algum local para permanecer (amigos/conhecidos e familiares) e/ou, por outro lado, a informação disponível à época era parca quando comparada com a aquela à qual poderiam ter acesso na atualidade:

Não, a minha mãe e a minha irmã é que olharam mais isso. [...] Eu lembro que, na altura, minha mãe disse que os preços andavam baratos e que a casa estava barata, mas eu não tinha mesmo ideia porque não estava olhando. Ela estava cá e tratou disso (E10, mulher, 28 anos).

Então, como fui morar com ela, na verdade eu não fiz muitas buscas. Depois eu fui para um outro lugar, um outro apartamento arrendado, mas foi através de um amigo e ele é que arrendou de um outro conhecido que colocou à disposição, ele é que tratou. Então, eu não fiz muito essa pesquisa de mercado para saber valor ou para onde ia. As oportunidades apareceram para mim e eu as peguei (E11, mulher, 45 anos).

Não, não, eu não tinha muito conhecimento... Acontece que, quando eu cheguei a Braga, eu fiquei até um pouco assustado porque, geralmente, quando você ia fazer o arrendamento de um apartamento e quando você procurava em *sites* ou redes sociais, mostrava que você tinha que pagar uma renda e a caução. Só que, quando eu chego em Braga, chegaram a me pedir até 12 rendas adiantadas. 12, 10 rendas, 6 rendas... Eu poderia ter pesquisado um pouco mais, mas na época não tinha conhecimento disso e acho que também não havia tanta divulgação como há hoje, até no *Youtube* e tudo... (E16, homem, 38 anos)

No meu caso não, até porque na época que eu vim havia muito menos informações. Por mais que nós tentássemos pesquisar junto às agências na cidade, nós tínhamos pouco contacto... isto há 6 anos ou 7 atrás, que foi quando submetemos as candidaturas, fomos aprovados e tomamos a decisão de vir para Portugal. Na altura não foi por irresponsabilidade ou desinteresse, foi por falta de acesso a informação, que hoje as agências imobiliárias também divulgam (E17, homem, 45 anos)

Ora, já no que se refere ao valor mensal despendido efetivamente, aqueles/as que alugam unicamente um quarto pagavam, em média (\bar{x}), 231 euros (com despesas mensais incluídas). Aqueles/as entrevistados/as que alugam o apartamento (completo) pagavam, em média, (\bar{x}) 451 euros, sendo que temos aqui que considerar a indiscriminação das diversas tipologias nos cálculos. Por fim, ao longo do tempo de permanência na habitação na qual se encontravam aquando da entrevista, apenas 3 afirmam ter sofrido atualizações ao nível do valor cobrado mensalmente, mas a maioria reconhece que elas acontecem com alguma frequência, inclusive no imóvel onde permanecem e que dividem com outros indivíduos:

Eram 280 Euros e agora subiu para 330 Euros, mas porra, são 6 anos, subiu cerca de 10 Euros por ano, não é exagerado sabe? Acho tranquilo. [...] Foram 280 Euros de setembro de 2014 até dezembro de 2020, porque ele queria atualizar antes, mas eu pedi para ele segurar por causa disto da pandemia. Janeiro de 2021 subiu para 330 Euros. Subiu 50 Euros em 7 anos, é tranquilo (E5, homem, 37 anos).

Nós pagávamos 350 e esse preço era um preço que era operado há muito tempo. Eu entrei aqui em 2019 e já era esse preço, 350 euros, e antes disso já era esse mesmo preço. Ou seja, era um preço realmente muito abaixo do mercado. Quando o contrato passou para o meu nome, o senhorio conversou comigo e disse que haveria um reajuste de preço. Aumentaria em 200 euros, no seguimento dos aumentos de todas as coisas, não é? O contrato passou para o meu nome efetivamente acho que no final de 2019 para 2020, e em 2021 a gente já saberia que poderia aumentar, nós passaríamos a pagar um bocadinho mais, ficaria mais caro (E13, mulher, 30 anos).

Não ocorreu. No entanto, o que ocorre é que os demais quartos vão ficando vagos no apartamento sofrem reajustes, e geralmente reajustes grandes... ou seja, a partir do momento em que ficavam vagos e são alugados por outras pessoas. Além disso, em meu caso não ocorreu reajuste pelo fato de se ter criado uma relação de confiança (por parte do senhorio) e cuidado (meu em relação ao bem desse senhorio) e decorrente dessa relação baseada na manutenção da presença no espaço. Em vários momentos foi mencionado pelo senhorio o quanto o apartamento estava limpo, cuidado “apesar de está alugado para estudantes”. Isso provocou essa relação de querer que eu permanecesse no apartamento (E14, homem, 39 anos).

Entretanto, houve uma renovação do valor, e o valor da renda subiu para 350€ já no segundo contrato... então, fui obrigado a aceitar. Ou isso ou teria que procurar um outro imóvel (E17, homem, 45 anos).

Aproveitando o enlace propiciado pelo relato supracitado do entrevistado 5, 9 entrevistados/as consideravam que o valor cobrado mensalmente pelo espaço era, aquando da realização das entrevistas, adequado às condições que eram oferecidas. Já os/as restantes (6), consideram que o valor era desadequado e sobreavaliado, não raramente tornando o esforço para manter a habitação fastigioso:

Tendo em conta os valores que têm sido praticados na cidade, sim. É como eu falei, ela facilitou muito para que eu alugasse porque eu vi outros apartamentos T0 muito piores, com condições muito piores do que este em que estou morando e muito mais caros. Então, pelo que tem sido praticado, eu acho que sim, é um valor justo (E7, homem, 32 anos).

Eu acho que hoje é tudo um roubo em relação a isso, mas, dentro dessa roubalheira e toda essa especulação financeira em cima das rendas, eu acho que até não é mau... mas não concordo. Torna-se difícil... (E11, mulher, 45 anos).

Caso seja comparado a outros locais, não! E em relação à qualidade dos equipamentos domésticos do apartamento, também não considero adequado. Está aquém daquilo que via e é praticado em outras localidades. [...] No entanto, não se pode desconsiderar o abuso nos preços e se convencer de que é algo “natural” ou “comum”. Tornou-se um problema gravíssimo na cidade, e não somente nela. A especulação passou a ser uma regra que impossibilitou diversas questões e causaram efeitos cascata. Por exemplo, a não possibilidade de residir numa de moradia com maior qualidade, ou ainda moradias não coletivas (E14, homem, 39 anos)

Não sei bem como responder a isso porque tendo em conta aquilo que eu vejo do mercado em geral, eu vejo que o valor que ele me cobra está bem abaixo. Mas, considerando o que eu estava planeando antes, em 2016... este era um apartamento para arrendar por dois terços do que está a ser cobrado. Mas, dada a situação atual, eu creio que sim, que é adequado (E15, homem, 43 anos).

Estes relatos, bem como os relatos já mobilizados acerca da informação prévia sobre os preços praticados já aludiam, demonstram que, de uma forma geral, os/as entrevistados/as possuem percepção – e transmitem até uma certa revolta – acerca da evolução dos custos com habitação, essencialmente registada a partir de 2016, tendência que, aliás, as estatísticas mobilizadas no enquadramento corroboram:

Sim, e, na verdade, os preços em 2016 não tinham absolutamente nada a ver com os preços praticados atualmente. Nós fomos dos últimos... aquelas pessoas que chegaram no início de 2017, ainda pegamos uma última leva de valores corretos, de valores justos, de valores realmente praticados tendo em vista o ordenado mínimo oferecido aqui. Mas quem chegou ali em meados de 2017 e finais de 2017, esqueça... (E6, mulher, 46 anos).

Sim. Nesse momento não sei bem como andam os preços, mas quando eu cheguei eu ouvi falar muito isso. Inclusive, quando ouvia comentários maus na rua era nesse contexto... “*ai meu Deus, mais um brasileiro chegando*” quando eu falava que tinha chegado há pouco tempo. “*Ai meu Deus, mais brasileiros chegando. Os preços dos imóveis já estão super altos e vocês não param de chegar*”. Eu não sabia o que se estava passando, mas ouvia sempre esses comentários. Não tinha bem noção dos valores em si, mas sabia que alguma coisa estava acontecendo, que os preços estavam aumentando de facto, senão não teria tanta gente revoltada com essa situação (E10, mulher, 28 anos).

Tenho noção de que de 2016 para cá, do final de 2016/2017 para cá, os preços tiveram várias oscilações. Atualmente eu considero os preços um pouco mais elevados em relação a essa altura de quando eu cheguei. Mas, ainda assim, eu considero um pouco abaixo do que se opera em outras cidades (E13, mulher, 30 anos).

Considero um abuso promovido pelos senhorios. Às vezes, apartamentos em péssimas condições... Além disso, há outras pessoas que possuíam contratos firmados anteriormente a fins de 2016 e início de 2017 e que pagavam valores bem menores por tipologias e localização semelhantes e que a partir do momento em que saíram desses locais víamos a publicação dele para alugar por um valor muito mais alto, 50%, 70% ou até mesmo 100% a mais do que o que estava em prática até então (E14, homem, 39 anos).

Como refere Vítor Esperança “o mercado tem sofrido oscilações”, sendo que isso é algo que “não acontece só em Braga, mas passa-se um pouco por todo o país e lá fora, embora cá em Braga tenha sido bastante visível”, percepção também partilhada pela vereadora Olga Pereira, que ressalva, porém, – tal como a senhoria entrevistada –, o facto de os preços continuarem abaixo daqueles que são praticados noutras cidades – nomeadamente nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto e cidades satélite que as constituem – e da média nacional. Não obstante, esta é mesmo uma percepção generalizada, partilhada por todos os entrevistados sem exceção, inclusive pelos representantes do poder público, das imobiliárias e pela senhoria:

Os preços estão a elevar-se e ainda se viu pelo debate da última campanha eleitoral que a habitação é um dos principais problemas do município [...] se fizer aí umas prospeções nos mercados fica logo a ver que os valores que são praticados são, de facto, valores muito acima daquilo que eram os valores praticados há 5 ou 6 anos atrás (Miguel Bandeira, Ex-Vereador, 19/10/2021).

Eu estudei o mercado bastante para poder abrir uma imobiliária. Então, eu acompanho essa subida dos preços já desde 2011, mais ao menos ali quando veio a crise, no auge da crise em 2011. Depois notou-se que começou a melhorar de novo. Então, desde daí, a gente tem uma subida gigantesca que, na minha opinião, ainda não vai parar. A gente está vendo que, por causa da pandemia de COVID-19, o ritmo de crescimento diminuiu e, em alguns casos isolados, aqueles senhorios que estavam praticando preços absurdos, digamos assim, tiveram que cair na realidade de que os imóveis deles não valiam o que estavam pedindo, e aí eles deram uma baixada mais significativa. Mas aqueles que praticavam preços mais adequados continuam a verificar uma tendência de subida, embora ligeira... não caíram (Gustavo, Consultor Imobiliário, 4 anos de atividade)

Para lhe ser sincera, eu estava mesmo completamente desfasada dos preços que vêm sendo praticados em Braga e tinha os apartamentos muito baratos. Eu chego à conclusão de que os preços subiram, subiu a procura e acho que há muita mais procura do que oferta, o que também contribui para essa subida. [...] Mas temos também que dizer que ainda está longe do Porto... Não podemos comparar os preços praticados em Braga com os preços que se praticam no Porto e em Lisboa (Cecília, Senhoria, 75 anos)

Ora, o relato da senhoria entrevistada, Cecília, dá o mote para a discussão em torno dos fatores ou forças motrizes que vêm influenciando este crescimento acentuado verificado ao nível dos preços praticados, que é passível de ser identificado não só em Braga, mas também noutras cidades portuguesas e um pouco por todo o mundo, propiciando aquela que é hoje encarada enquanto uma crise habitacional ou de acessibilidade à habitação de escopo global (cf., entre outros, Madden e Marcuse, 2016; Wetzstein, 2017; Gant, 2018; Pinto, 2020), cujas razões e contornos foram já previamente escrutinadas. As justificações encontradas para a subida, assim como ocorre com outros fenómenos sociais e como foi já possível explorar no enquadramento teórico, são múltiplas e de índole variada,

sendo o mercado imobiliário moldado por uma série de forças, podendo estas ser analisadas a partir de diferentes perspetivas (Birrel e Healy, 2003; Sabal, 2005; Betts, 2008; Geng, 2018; Doorn *et al*, 2019).

Ora, em primeiro lugar, a justificativa que mais vezes foi trazida à discussão foi, precisamente, a falta de oferta no mercado, aliada a uma crescente procura, que, segundo os entrevistados/as, espontaneamente, faz aumentar os preços, o que demonstra a forma como os preços são moldados pela capacidade de resposta por parte da oferta (Birrel e Healy, 2003). Porém, esta falta de oferta poderá ela própria ser explicada por diversos fatores. Primeiramente, podemos analisar a falta de oferta derivada da crescente procura – como, de resto, o relato da senhoria entrevistada, Cecília, alude –, seja essa procura crescente influenciada quer pelos fluxos turísticos, quer pelos fluxos migratórios – fluxos esses alimentados pelo posicionamento do próprio Governo (central e local), como o entrevistado Gustavo, consultor imobiliário, refere –, contribuindo ambos para o aumento dos preços, refutando aqui os argumentos previamente apresentados de Saiz e Wachter (2011), Accetturo *et al* (2014), Sá (2015) e Furlanetto e Robstad (2016):

O próprio Governo português e local buscam também, não é? Trazer imigrantes e turistas para fomentar a economia de uma forma geral. Então, é aquela questão da oferta e da procura... oferta muito baixa devido à muita procura porque acolhe muitos imigrantes e turistas (Gustavo, Consultor Imobiliário, 4 anos de atividade)

Logicamente que, em função da chegada de muitas pessoas a Braga, e sendo que Braga, no que concerne às principais cidades, foi uma das que mais cresceu, isso faz com que o *stock* que havia de imóveis disponíveis se tenha esgotado. [...] há muita procura, que é inclusive superior à oferta [...]. Não há oferta em lado nenhum da cidade, no sentido de ser massivo. [...] Depois é lógico também que o turismo é muito impulsionador desse tipo de situação. Porquê? Porque as pessoas, além de muitos terem imóveis no segmento de arrendamento tradicional, outros também passaram a optar por colocar o imóvel em termos de alojamento local, precisamente para usufruírem desse benefício, pois conseguem ter um benefício maior em termos de rentabilidade, muito embora o arrendamento tradicional seja mais seguro e não dê tanto trabalho (Jorge, Consultor Imobiliário, 21 anos de atividade).

Em primeiro, já falamos das pessoas de nacionalidade brasileira que, de facto, foram muitas as que chegaram, e quem fala de nacionalidade brasileira fala também de outras nacionalidades. Por exemplo, a freguesia de S. Vitor julgo que tem pessoas de 180 nacionalidades distintas, o que é muito se considerarmos que há cerca de 200 nações no mundo. Essas pessoas precisam de um local para morar, o que automaticamente aumenta a procura e diminui a oferta. A partir daí, os preços aumentam naturalmente (João Rodrigues, Vereador, 20/10/2021).

De facto, como Birrel e Healy (2003), Sabal (2005), Betts (2008) e Doorn *et al* (2019) já enunciavam, alguns dos principais motores por detrás dos preços praticados no âmbito do mercado imobiliário são, precisamente, o crescimento populacional e a demografia subjacente, bem como as flutuações registadas entre a oferta e a procura que, sem embargo, se encontram relacionadas à questão do próprio crescimento populacional, seja ele natural ou por via das migrações. Também esse crescimento natural da população, nomeadamente influenciado pela Universidade do Minho e pelas

próprias políticas de estímulo à fixação, que captam essencialmente nativos jovens, muitos deles à procura da emancipação, foram enunciados pelos/as entrevistados/as como fatores influenciadores do movimento de ascensão dos preços no município:

[...] o próprio crescimento da Universidade do Minho faz com que também tenha vindo estudar mais gente para Braga, e está a acontecer uma coisa que previamente não acontecia. [...] as pessoas que não eram de Braga e vinham estudar para a Universidade do Minho depois não se fixavam em Braga, porque tanto aqueles que eram de Braga quanto aqueles que vinham de fora, na sua maioria, tiravam o curso e depois iam para o Porto ou para Lisboa. Hoje acontece o contrário, uma vez que, entretanto, se começaram a fixar: ficam os da Universidade do Minho, estão a vir os da Universidade do Porto (por exemplo, a quantidade de engenheiros que trabalham hoje em Braga é enorme) e mesmo da própria Universidade de Coimbra, Universidade de Aveiro, Universidade de Trás-os-Montes (João Rodrigues, Vereador, 20/10/2021).

Por sua vez, ainda segundo os entrevistados, esta fixação é aliciada pela crescente procura e captação de investimentos – quer a nível nacional, quer estrangeiro – e pelas alegadas ofertas múltiplas e cativantes que vão surgindo no contexto do município bracarense:

Enquanto Portugal continuar se vendendo para o mundo, como precisando de mão de obra e procurando investimento, essa demanda vai continuar, não tenho dúvida. E Portugal realmente está se divulgando para o mundo inteiro. A *Forbes*, lá nos Estados Unidos, lançou até uma matéria falando que Portugal seria o melhor lugar para se morar, no mundo, depois da pandemia. Então, é uma revista americana de um peso gigantesco, não é? Tudo isso traz um resultado... E mesmo falando aqui localmente! O Ricardo Rio, o Presidente da Câmara, já chama Braga de "*Braguil*", você já deve ter visto. O próprio Presidente da Câmara já deu depoimento, já deu entrevistas para jornais brasileiros, convidando os brasileiros para vir para Braga. Então, isso mostra como o país se vende muito para imigrantes. Então, numa condição dessa, não tem como o mercado ficar normalizado, entendeu? (Gustavo, Consultor Imobiliário, 4 anos de atividade).

Outra razão que também me parece óbvia e que influencia isso [fixação] é a crescente abertura e captação de investimento que temos conseguido angariar para o concelho. Há cada vez mais emprego em Braga e há cada vez mais emprego qualificado, fruto desse investimento (João Rodrigues, Vereador, 20/10/2021).

Portanto, há dois fatores: (i) a procura, quer de pessoas daqui de relativamente perto de Braga, quer por parte de estrangeiros, atraídas pela oferta de emprego, propiciada pelo muito investimento que tem sido feito nessa área, e pela qualidade de vida que a cidade oferece e outros fatores atrativos que mencionei; (ii) a crise, que fez com que os empreendedores se tornassem mais cautelosos e aprendessem com os erros (Vitor Esperança, Ex-Administrador Executivo da BragaHabit E.M., 27/10/2021).

Ora, esta abertura do país e de Braga em particular ao exterior é propiciada pela adoção de orientações locais focadas no chamariz de investimento estrangeiro – para o qual, como reconhecem os consultores imobiliários entrevistados, Gustavo e Jorge, contribuem também os prémios que vêm sendo atribuídos ao município, como é o caso do prémio de Melhor Destino Europeu, e a divulgação nos media que ocorre lá fora –, que entregam a cidade aos empresários e investidores, ideia já previamente explorada no enquadramento teórico empreendido. Em suma, com uma mentalidade fortemente marcada e influenciada pelas reformas neoliberais orientadas para o mercado previamente enunciadas, o executivo camarário procura avidamente investidores, com o intuito inclusive de atrair turistas e novos

residentes, numa evidente disputa de mercado com outras cidades pelo investimento privado, e, mobilizando uma vez mais os contributos de Giannella (2019), adotando uma nova estratégia de desenvolvimento urbano denominada por “empresariamento urbano” (Harvey, 1996), também já nesta análise discutida e que, quando mal planeada, pode inclusive impactar negativamente, em vários âmbitos.

Destacando agora o segundo fator enunciado no relato do entrevistado Vítor Esperança acima exposto, um outro motivo para o facto da oferta disponível no município não acompanhar os movimentos de procura é, precisamente, as carências ao nível da construção. Estas carências podem, também elas, ser decorrentes de diversos fatores. Um desses fatores é, precisamente, segundo os relatos, as cautelas redobradas adotadas pelos empreiteiros e investidores imobiliários após a grande crise de 2008 que, como os entrevistados Vítor Esperança e o consultor Jorge bem esclarecem, ficaram, aquando do momento de recessão, com muitas frações já finalizadas e sem comprador, permanecendo o dinheiro investido e “preso”:

Vimos de um período de recessão em que não se construiu. Portanto, não havia casas novas para colocar no mercado, só havia o existente, o que potenciou a falta de oferta. [...] Se há uma escassez de produtos, os preços vão aumentar. A continuar, como se perspectiva, esta procura elevada, os preços vão manter-se ou vão subir até, no sentido de que, face ao número de casas que existem, não há por onde socorrer tantas necessidades. [...] Há alguns prédios que estão em construção, só que a maior parte das frações já estão vendidas, porque só assim é que eles [investidores] avançam. Ninguém quer ficar com o dinheiro empatado. (Jorge, Consultor Imobiliário, 21 anos de atividade)

Houve uma construção muito forte a nível local, que fez com que Braga crescesse e houvesse muita oferta de habitação. Porém, quando veio a crise – não se esqueça, primeiro veio o *boom*, depois veio a crise –, muitos empreiteiros ficaram à rasca. Várias empresas faliram, e muitos empreiteiros tinham recorrido ao financiamento para levar as construções avante e você sabe que a crise que veio em 2008 foi uma crise financeira. Os construtores continuaram a ter que cumprir com as suas obrigações. Porém, desde aí, há cautelas redobradas: depois de esgotarem a oferta disponível, os mesmos empreendedores tiveram muita cautela em voltar a arrancar. Desde então, a maior parte deles só constrói um novo edifício no momento em que tem a maioria dos apartamentos já vendidos, à vista. Eles aprenderam com os erros (Vítor Esperança, Ex-administrador Executivo da BragaHabit E.M., 27/10/2021).

Ademais, foram citados os PDM – Planos Diretores Municipais, instrumentos que regulam a gestão do território do município –, alegadamente demasiado restritivos, ao encontro do que é referido por Betts (2008) acerca dos impactos das restrições geográficas, de planeamento e de disponibilidade de terra e por Doorn *et al* (2019) acerca dos impactos de uma regulação inflexível:

[...] é a falta de material, de imóveis disponíveis no mercado, que é agravada pelos PDM das cidades, pois são muito lentas as reformas destes, os processos de mudança do PDM, e são muito restritivos (Gustavo, Consultor Imobiliário, 4 anos de atividade).

Por fim, e uma vez mais ao encontro dos contributos de Birrel e Healy (2003), Sabal (2005), Betts (2008) e Doorn *et al* (2019), um outro fator explicativo enunciado para as carências ao nível da

construção é a falta de mão de obra na construção civil e o crescendo dos preços das matérias-primas, especialmente após o contexto pandémico que marcou os últimos 2 anos e agora, mais recentemente, a invasão russa à Ucrânia, com impacto ao nível do aumento dos preços de determinados bens:

Agora podemos apontar também o aumento do custo dos materiais propiciado pelo COVID-19, que também acaba por agravar os preços. [...] infelizmente é uma tendência que parece que vai ser duradoura, porque ainda se acrescenta a isto a carência energética. (Vitor Esperança, Ex-administrador Executivo da BragaHabit E.M., 27/10/2021)

Também terá impactado a elevação multissetorial das exigências da demanda, quer ao nível de construção, da falta de mão de obra, custos dos materiais de construção e, sobretudo, os valores elevados do preço do m² de construção (Miguel Bandeira, Ex-Vereador, 19/10/2021).

Em segundo lugar, e absolvendo o entrevistado Miguel Bandeira as migrações e o crescimento populacional enquanto o principal fator que contribui para a escalada dos preços, este acredita que essa tendência de crescimento é derivada da afirmação do próprio mercado e da aposta no dito segmento “*premium*” do imobiliário, já aqui explorado:

[...] não creio que será a imigração e o crescimento da população o principal fator [...] os preços decorrem, também, da própria afirmação do mercado. O que acontece é que temos investidores que têm – sobretudo nas grandes cidades –, apostado muito, como dizia no outro dia o Ministro das Obras Públicas e dos Equipamentos e Infraestruturas, no segmento de construção *premium*. Ou seja, a verdade é que o mercado não tem funcionado como seria expectável para quem acredita apenas no funcionamento moderador do próprio mercado, porque, evidentemente, grande parte dos investimentos, inclusive estrangeiros, é direcionado a um tipo de habitação à qual a classe média, já para não falar de outros estratos sociais mais débeis, não consegue aceder. [...] Por outro lado, em contrapartida, temos vindo a assistir ao facto de que muita da reabilitação urbana ter uma tipologia orientada para os chamados T0 ou T1 no máximo. Ou seja, há um subdivisionamento muito grande das habitações, que atrai um tipo de habitante e de investidor que também, muitas vezes, não dá aquelas garantias de permanência e de subsistência no local e, muitas vezes, ocupa esses espaços de um modo transitório. Ou seja, está uns anos num T0 ou num T1 e depois salta para uma outra área digamos que mais interessante. Portanto, eu julgo que é precisamente na franja intermédia que se sentem as maiores dificuldades. As casas que existem, e efetivamente existem porque vemos isso pelos anúncios difundidos. Não são é acessíveis à população que delas necessita, é evidente (Miguel Bandeira, Ex-Vereador, 19/10/2021).

O ex-vereador continua, agregando, de certa forma, os vários fatores, procurando avançar em direção à descrição dos motivos diversos que, segundo ele, potenciam esta reorientação do investimento em direção ao segmento de construção *premium*:

Assim, e de um modo muito genérico, penso existir diversos fatores para que tal aconteça, que não são muito diferentes dos que ocorrem em Lisboa e no Porto. De facto, o aumento do investimento no setor imobiliário, desde logo porque não parou com a pandemia, tendo uma componente interessante estrangeira, naturalmente mais exigente de conforto, qualidade e referências. Neste ponto, os brasileiros em Braga não são de subestimar, já que se trata, como tudo indica, de estratos sociais mais abonados que vêm para ficar por um período prolongado (ex. estudos, trabalho, etc.), mas certamente também com caráter definitivo, como nos casos dos mais idosos. Por outro lado, inquestionavelmente, por contraponto há algumas décadas atrás, há uma falta de investimento do setor público na construção de habitação social, em consonância com a indisponibilidade de amplos *stocks* de solo com viabilidade construtiva, como acontecia no passado e como referi. [...] Para tal, tem também concorrido o aumento do turismo que, antes da pandemia, reorientou muito do parque residencial para o alojamento local, diminuindo a oferta de habitação e aumentando os preços. Isto,

somado ainda ao aumento da população e do crescimento da oferta de emprego. O investimento no “*premium*” imobiliário surge assim como uma aposta segura e garantida de multiplicação dos capitais, já que há procura, o leque da oferta alarga-se a interessados procedentes de lugares mais distantes. E, ainda por cima, sendo incidente no plano da reabilitação, com integração de elementos patrimoniais, como acontece nos centros históricos, o benefício de condições fiscais e financeiras são muito vantajosas. O imobiliário de “luxo” é também uma alternativa tentadora para os investidores, quando os juros e o dinheiro no banco não rende. Certamente, há mais razões, e algumas outras não serão despidiendas, mas é o que por agora me ocorre (Miguel Bandeira, Ex-Vereador, 19/10/2021).

Então, ao encontro daquilo que foi já no enquadramento teórico debatido de forma detida, esta subida dos preços é influenciada por uma (re)orientação do mercado, que procura agora captar investimentos e rendimentos mais elevados, dedicando-se ao modelo *prime* de provisão habitacional (Drago, 2021), dando assim origem à dita “cidade *premium*”. De facto, de acordo com os relatos recolhidos por meio das entrevistas, o grupo dos investidores, no que aos/às locadores/as ou senhorios/as concerne, tem vindo a crescer significativamente. Deste modo, o seu “público-alvo” altera-se também, sendo agora destinado à procura seletiva, externa e global, menosprezando ou desconsiderando os locais e estratos mais vulneráveis (*idem, ibidem*), mas não só: o entrevistado alerta ainda para a questão de que é precisamente a classe média aquela que é mais afetada neste contexto de crise renovado. Tal como vimos, de facto, para as classes trabalhadoras ou classes subalternizadas, a habitação está sempre em crise. Este destaque que lhe é dado de tempos a tempos ocorre, precisamente, quando as franjas intermédias começam também elas a ser afetadas. Ademais, o imobiliário transforma-se num produto de investimento mais seguro que outros ativos e de alta rentabilidade – ideia também já previamente explorada –, o que capta maior atenção, fenómeno com o qual o consultor imobiliário Jorge concorda:

Hoje em dia, e fruto do dinheiro não render nada no banco – uma vez que as taxas de juro são tão reduzidas que até são inferiores às despesas que se pagam mensalmente só para ter a conta aberta – as pessoas viraram-se para o imobiliário como o produto mais seguro que tinham em termos de investimento (Jorge, Consultor Imobiliário, 21 anos de atividade).

Assim, as previsões de Lefebvre estavam corretas: “na economia global financeirizada, [...] o imobiliário passou a ter um novo destaque em relação ao capital industrial”, sendo que a habitação e o desenvolvimento não são mais fenómenos secundários, mas sim “tornaram-se num dos principais processos que impulsionam/conduzem o capitalismo contemporâneo global” (Madden e Marcuse, 2016). Neste cenário, “a urbanização consolida-se cada vez mais como forma de absorção do excedente de capital, [...] mediada pelo mercado financeiro” (Giannella, 2019). Deste modo, o problema habitacional hoje já não se coloca somente nos exatos termos colocados por Engels (1975 [1873]), isto é, escassez de alojamento, más condições e sobrelotação dos fogos. Como afirma Santos (2019), “a questão da habitação de hoje remete para a economia política de um setor cada vez mais dominado pelo

capital financeiro internacional, mas com impactos em territórios precisos, produzindo crescentes desigualdades socio-territoriais”.

A verdade é que “é na habitação que se tornam mais visíveis e materializáveis as grandes desigualdades das sociedades capitalistas de que tanto ouvimos falar na atualidade” pois “a habitação [...] é claramente representativa da produção capitalista dos que têm – estritamente em termos de posse de riqueza – e dos que não têm”, reproduzindo relações sociais de desigualdade, desigualdade essa de origem múltipla (Aalbers e Christophers, 2019). Por conseguinte, as dinâmicas documentadas, apoiadas nas políticas contraproducentes adotadas pelo próprio Estado - como, de resto, o entrevistado Miguel Bandeira também aborda - , transformam o acesso ao centro unicamente num privilégio dos mais ricos. Por conseguinte, em conjunto, estas dinâmicas atuam como “segregadores impiedosos” (Ribeiro *et al*, 2020).

Como tal, e cientes destes *outcomes*, procurou-se averiguar se, na perspetiva dos/as entrevistados/as e apesar dos consecutivos aumentos, os preços praticados no ramo imobiliário seriam hoje ainda exequíveis face ao nível de vida e poder de compra de um cidadão comum bracarense. A maioria dos entrevistados/as – sejam eles representantes do poder público, consultores imobiliários ou a senhoria – consideram que os preços praticados não são exequíveis, verificando-se uma a distorção entre os rendimentos reais dos indivíduos e os preços especulativos praticados no mercado habitacional (quer no segmento da compra, quer no de arrendamento), sendo que os rendimentos reais dos indivíduos não acompanham os preços especulativos (cf., entre outros, Ribeiro *et al*, 2020):

Não, não. Isso, infelizmente, é uma tristeza... e pensar dessa forma é uma tristeza. Porque, realmente, a gente vê que quem está aqui, quem convive com a realidade daqui, quem vive e tem que se sustentar com o dinheiro que se ganha aqui, sabe quanto ele é sofrido, sabe quanto ele é difícil de ganhar e a gente sabe que a renda média, na região Norte, não passa de 900 EUR (não me refiro ao salário mínimo, atenção). Então, se pensar que um T1 está custando 500 ou 550 EUR, esse é um valor muito puxado, não é? É quase 60% da renda... Então, é um valor que realmente está sacrificando muitas famílias e a gente está vendo isso num cenário em que a gente vê muita venda de imóveis de pessoas que estão migrando para cidades menores ou mesmo aldeias (Gustavo, Consultor Imobiliário, 4 anos de atividade).

Não. São comportáveis porque não há outros, nem se perspetivam quaisquer alterações a esse nível [risos]... Agora, para o cidadão comum... quando temos um salário mínimo que, de momento, só por si, não chega para cobrir o valor de uma renda, as coisas, naturalmente, não estão bem, é muito complicado... (Jorge, Consultor Imobiliário, 21 anos de atividade)

Não, não. Eu acho que são realmente um bocado altos para determinadas famílias (Cecília, Senhoria, 75 anos).

São muito elevados. Há, de facto, efetivamente um desajuste entre os preços praticados pelo mercado e a capacidade financeira das famílias, num sentido lato (Miguel Bandeira, Ex-Vereador, 19/10/2021).

Porém, os entrevistados João Rodrigues, Vítor Esperança e Olga Pereira relativizam, ressaltando que, ainda assim, em Braga os preços se mantêm abaixo das médias praticadas noutras cidades e que existem diversas variáveis que poderiam aqui definir aquele que é considerado o “cidadão comum”:

Sim. Há muitas variáveis para definir aquele que é o cidadão comum [risos]. Ainda assim, acho que os preços são adequados face à amostra que podemos ter de outras capitais de distrito, e repito, capitais de distrito sem metade dos fatores de atratividade que Braga tem. Mas, obviamente, nós também temos vindo a perceber que a habitação está cada vez mais escassa e que os preços têm subido (João Rodrigues, Vereador, 20/10/2021).

Em alguns casos será, noutros não. Não temos como definir o “cidadão comum”. É o mercado a funcionar (Olga Pereira, Vereadora, 29/10/2021).

Eu penso que Braga, apesar de tudo, ainda vai resistindo, tendo comparação para aquilo que vemos noutras cidades. Contudo, estamos nos limites. (...) Mas, de facto, a remuneração média mensal de Portugal em geral é baixa (Vítor Esperança, Ex-administrador Executivo da BragaHabit E.M., 27/10/2021).

O vereador João Rodrigues acrescenta:

Portanto, não cabe à câmara gerir o mercado em sentido genérico, mas, na questão da habitação, este é um direito constitucional e temos que o garantir essencialmente para quem tem menos recursos, temos que ter atenção a isso. De resto, não é por acaso que a própria pasta da habitação no seio do executivo municipal que há 5 ou 6 anos era uma pasta quase de nome, não tinha prevalência praticamente nenhuma, hoje – e bastou ver pela campanha eleitoral – foi absolutamente central, possivelmente a par da mobilidade e talvez até mais do que esta. É uma pasta com uma importância enorme, porque, de facto, é um problema – apesar de ainda não ser mesmo um grande problema, ainda é um pequeno problema que tem vindo a crescer –, mas, se nada for feito, de facto, vai passar a ser um grande problema (João Rodrigues, Braga, 20/10/2021).

Ora, no relato supracitado, o entrevistado reconhece a necessidade de se agir efetivamente contra o problema, garantindo o acesso a este que é um bem indispensável e um direito consagrado em diversos instrumentos legais, quer nacionais, quer internacionais, já previamente enunciados, embora descarte o papel relevante que o poder local poderia exercer, de facto, nessa seara. Como tal, procurou-se aferir qual a opinião dos entrevistados acerca das medidas que vêm sendo aplicadas pelo poder público – essencialmente de nível central –, isto é, em primeiro lugar, se consideram que existem medidas desenhadas efetivamente com esse intuito e, no caso de a resposta ser afirmativa, se estas se demonstram (ou não) eficazes.

No que à existência de iniciativas para travar este flagelo se refere, tanto o entrevistado João Rodrigues, quanto Miguel Bandeira, consideram que elas existem, embora em certo ponto discordem quanto à sua eficácia e quanto às figuras chave ou atores fulcrais na resolução deste mesmo problema, podendo inclusive ser aqui resgatado o debate em torno de uma maior ou menor intervenção estatal:

Eu acho que há muitas iniciativas, quer de regeneração urbana, quer da atribuição de apoios sociais e agora com o programa 1º Direito do Estado Central que vem garantir habitação a custos controlados para muita mais gente que hoje não vive em habitação condigna. Depois há outra coisa necessária, que é fazer com que os serviços de urbanismo funcionem e, note-se, a Câmara Municipal de Braga

foi a câmara no país que, em 2020, e julgo que também em 2019, mais alvarás de construção nova e de reabilitação emitiu. Nós geramos mais alvarás que Lisboa, Porto, Gaia ou Sinta que, por exemplo, Lisboa é mais do dobro do tamanho de Braga, Sintra são 300 000 habitantes e nós somos só 200 000 e, mesmo assim, emitimos mais alvarás do que essas câmaras todas. E, portanto, também tem que haver um esforço por parte da iniciativa privada de construir mais, mas isso havendo procura vai haver oferta de certeza e aquilo que a câmara tem que fazer é responder com prontidão a esses pedidos de licenciamento, para que quem queira construir um prédio ou habitações unifamiliares não fique um ano ou dois à espera para obter licença de construção (João Rodrigues, Vereador, 20/10/2021).

[...] têm havido medidas governamentais no sentido de moderar o mercado e estimular o arrendamento apoiado, como o programa 1º Direito, mas a verdade é que essas políticas não têm tido os resultados que até agora esperávamos. Até porque, evidentemente, a responsabilidade pelo problema da habitação, até porque é um direito constitucional, não é exclusivo das autarquias. Eu diria até mesmo que as autarquias têm instrumentos relativamente débeis para poder contrariar estes fatores que, naturalmente, também dependem das políticas macroestruturais, sobretudo vindas do Estado central (Miguel Bandeira, Ex-Vereador, 19/10/2021).

Adotando um ponto de vista um pouco mais “radical” ou “dramático”, Vítor Esperança – sendo que Jorge, consultor imobiliário, partilha da mesma opinião – considera que não existem medidas com conteúdo que procurem efetivamente resolver a problemática que se vem agudizando no campo da provisão habitacional, não passando, as medidas adotadas, de “medidas ocas” ou superficiais. Na opinião do entrevistado, e ao encontro dos contributos facultados por Vilaça (2001) e Pinto (2020), que este não é um problema de agora, sendo que a habitação vem sendo direito comprometido, um pilar frágil e instável, o “parente pobre da política”, com a aprovação de políticas públicas insuficientes ou, nalguns casos, até contraproducentes, admitindo que sempre foi o mercado a sobrepor-se e a ditar as regras do jogo (Silva e Menezes, 2014):

Na minha opinião pessoal, não... Nem a nível nacional, nem a nível local, seja em Braga, seja noutra qualquer. De facto, em Portugal – e não estou a falar do atual governo nem de nenhum em particular –, o problema da habitação foi sempre um problema sobre o qual se falou falou falou, mas pouco se agiu. Só medidas ocas. Lembro-me bem de quando era jovem e prometeu-se criar, se não me engano, 1000 habitações públicas por ano, até atingir 800 e não sei quantas mil habitações em não sei quantos anos, financiadas pelo estado. Se chegaram às 100 foi muito. Foi sempre o próprio mercado privado que respondeu (Vítor Esperança, Ex-administrador Executivo da BragaHabit E.M., 27/10/2021).

Não. Não vejo nenhum programa atualmente que vise dar resposta a isto. Falou-se muito agora na campanha para as autárquias, irá ser falado também na campanha para as legislativas, porque toda a gente acordou para isto, não é? Eu costumo dizer que, se as coisas fossem planeadas, até poderia haver outros instrumentos que poderiam dar resposta a este tipo de situação. Mas, como as coisas não são bem planeadas, é tudo uma resposta muito superficial, resposta ao momento, em função do momento que se estiver a viver, e grande estabilidade, eles mudam radicalmente (Jorge, Consultor Imobiliário, 21 anos de atividade).

Perante estes posicionamentos, questiona-mos os entrevistados acerca do que poderia eventualmente ser feito para contornar estas tendências, prejudiciais a largas franjas populacionais ou, ao encontro do relato do entrevistado João Rodrigues, para travar este “problema”, antes que se transforme num verdadeiro “problemão”. As sugestões são variadas e vão ao encontro – como já era

expectável – dos fatores que cada entrevistado considera que fazem disparar os preços. Passam, assim, (i) pela reatualização e readequação dos Planos Diretores Municipais; (ii) pela promoção e incentivo à construção, essencialmente por parte da iniciativa privada – relegando o papel e as incumbências do Estado para segundo plano –, para a qual se torna também necessária (iii) a promoção de políticas de captação de mão de obra; (iv) por uma maior descentralização das incumbências previstas a nível central, relegando também algum poder e obrigações para a esfera local; (v) pela promoção e maior aposta na habitação social; e, por fim, (vi) pela promoção de outras políticas com modelos distintos e alternativos à própria habitação social.

Finalmente, procurando limar curiosidades, após captar as percepções acerca daquilo que deveria efetivamente ser feito, desafiamos os/as entrevistados/as a refletir sobre quais tendências eles creem que irão marcar o futuro e se afirmar (a curto ou médio prazo) no quesito imobiliário em Braga, procurando indagar inclusive se estas se orientam a par daquilo que, uma vez mais, nas suas percepções particulares, deveria, então, ser feito. As respostas foram unânimes quanto à continuação das tendências de subida e de aumento da procura, e quanto à aposta, sobretudo, em construção nova – não necessariamente acessível –, reabilitação e requalificação, devidamente planeadas:

Reabilitação, principalmente no centro da cidade. Requalificação de muitos fogos na zona ainda urbana da cidade, mas não tão central. [...] E depois a construção nova, e quando se fala em construção nova as pessoas ficam um bocado [franze a sobrancelha]... quando se diz construção nova as pessoas pensam que vamos construir prédios e mais prédios e não é isso. É construção com planeamento, cumprindo normas urbanísticas, com mais espaços verdes, uma coisa regrada, bem trabalhada e bem pensada (João Rodrigues, Vereador, 20/10/2021).

Há muita gente com capacidade financeira em Braga, muitos deles ligados ao imobiliário, que não deixará de investir e de construir se o mercado continuar com procura. [...] Eles estão à espera de vender, ao preço mais lucrativo possível, os terrenos, ou construir. Braga vai continuar a poder responder, então, à procura por habitação... poderá é não ser a um preço acessível a largas camadas e aos preços de que falávamos há pouco (Vitor Esperança, Ex-administrador Executivo da BragaHabit E.M., 27/10/2021).

[...] a tendência continua, os preços dos imóveis ainda podem subir e eu ainda acho que vão subir mais [...] eu não vejo os preços realmente chegando num patamar em que vamos falar assim “*daqui não passa*”... eu ainda não consigo ver isso, entendeu? (Gustavo, Consultor Imobiliário, 4 anos de atividade)

E o mercado vai continuar dinâmico e vai continuar pujante, outros empreendimentos também vão ser construídos em Braga, outros produtos também vão nascer em Braga, nomeadamente de apoio aos universitários e também à população sénior. Portanto, há mais coisas a chegar, há mais coisas para podermos satisfazer os pedidos das pessoas que nos procuram. São essas as minhas expectativas. [...] Mas acredito que irá continuar a haver uma procura superior à oferta nos próximos tempos (Jorge, Consultor Imobiliário, 21 anos de atividade)

Em jeito de remate – e tendo em consideração a temática central da dissertação, bem como o facto de que nenhum/a entrevistado/a o mencionou aquando da enumeração das medidas de controle que poderiam ser aplicadas como moderadoras das tendências registadas –, os/a entrevistados/a

chamados/a a representar o poder público foram ainda questionados acerca da pertinência da manutenção da estratégia de abertura face ao exterior e da atratividade direcionada à população migrante, tendo em consideração as exigências que estas colocam ao mercado habitacional (e não só, mas sendo este o foco da análise). As respostas são consonantes: sim, é pertinente.

Eu considero muito importante para a economia local que Braga esteja realmente sinalizada como sendo uma referência nacional e internacional. Acho que a economia de Braga precisa disso e, portanto, nós não podemos abandonar esse caminho (Olga Pereira, Vereadora, 29/10/2021).

Eu acho que, antes de mais nada, o princípio da abertura, isto é, o princípio cosmopolita de uma cidade aberta, independentemente das suas circunstâncias, é sempre um princípio a seguir e a fazer valer, porque uma cidade blindada, uma cidade fechada, é sempre uma cidade que, a prazo, declina e agrava as suas próprias injustiças. Evidentemente, a abertura traz sempre esse paradoxo, essa contradição (Miguel Bandeira, Ex-Vereador, 19/10/2021).

O poder de atração das cidades tem a ver com o poder político instalado, mas tem também outros fatores preponderantes como a localização e tudo o que se desenrola à sua volta. [...] Não é por decreto ou por vontade política que as cidades são mais ou menos atrativas. Elas têm que reunir outras condições de atratividade. Este poder de atração só se poderá continuar a ter se houver estas complementaridades. [...] Não há qualquer contrassenso em uma cidade continuar a divulgar-se como cidade atrativa porque ela tanto atrai quem vem à procura de sustento, quem vem como turista unicamente para passear, como também quem pretende investir (Vitor Esperança, Ex-administrador Executivo da BragaHabit E.M., 27/10/2021).

O que é necessário, nas palavras do entrevistado Miguel Bandeira, é equilíbrio, embora reconheça que, por vezes, este possa ser ténue e de difícil conciliação – procurando manter a abertura e atratividade, mas, simultaneamente, a liberdade e inclusão, a identidade e as suas próprias referências –, mas não necessariamente inalcançável:

Agora, o que a cidade tem que encontrar, e que eu penso que está relacionado com essa atitude de abertura que é sempre uma atitude de relacionamento com a própria diversidade, é um equilíbrio. A cidade não pode ou não deve, na minha opinião, cair no risco de se tornar numa cidade atrativa apenas para milionários, que é o que acontece em alguns pontos do globo. [...] Quer dizer, nós também temos que encontrar, e é nessas estratégias que se deve investir, as vias de desenvolvimento das nossas cidades e municípios que, não obstante, têm que ser sustentadas. Mas, evidentemente, se queremos que elas sejam verdadeiramente abertas, elas têm que ser diversificadas, têm que ter a capacidade para acolher aqueles que são diferentes, e diferentes em todos os aspetos. [...] Eu acho que Braga tem história, identidade e uma dimensão de diversidade suficiente para poder atrair nos diferentes setores ou segmentos. Tem capacidade para manter essa diversidade, desde atrair turistas que deixam de facto cá muitos recursos, mas também atrair o chamado "*turista pé descalço*", que um dia poderá vir a ser um turista com recursos económicos e que, se gostar da cidade, vai cá voltar. É esse princípio de abertura que uma cidade deve, de facto, valorizar... tem que ser integradora, não é? Agora pronto, isto são tudo equilíbrios muito frágeis e compromissos muitas vezes também difíceis de conciliar. Contudo, eu acho que quem tem que promover esses compromissos deve fazê-lo tendo por base esses princípios de diversidade, integração e equilíbrio, ao mesmo tempo que de abertura e tolerância, mas também de identidade, sem abdicar daquilo que o modo de ser para se tornar subserviente ou irreferenciável perante o outro. Lá está, é tudo feito por um conjunto sucessivo de equilíbrios (Miguel Bandeira, Ex-Vereador, 19/10/2021).

Considerações finais

Considerando os dados recolhidos e analisados, bem como o objetivo que justificou a investigação – compreender de que forma os movimentos migratórios provenientes do Brasil para a cidade de Braga impactam no mercado imobiliário – é possível concluir que estamos perante a articulação de fenómenos multifacetados que implicou, para serem estudados sociologicamente, o escrutínio das vivências e experiências particulares das pessoas imigrantes entrevistadas, em diversos âmbitos, e, ademais, exigiu a mobilização de unidades de análise diversas (nomeadamente vários grupos de entrevistados) que contribuíram, embora de modo distinto, para o alcance dos objetivos propostos e a resposta ao problema da investigação.

Como tal, com o intuito de dar resposta a este objetivo primordial, foram formulados vários outros objetivos teórico-metodológicos específicos, aos quais foi possível – de maneira mais ou menos aprofundada, inclusive devido às limitações previamente expostas no capítulo metodológico – responder através da informação recolhida com recurso às várias técnicas mobilizadas já enunciadas.

Primeiramente – inclusive quando atentamos a descrição da amostra, mas também através de determinados relatos –, foi possível observar que, de facto, os perfis migratórios dos indivíduos provindos do Brasil em direção a Portugal são hoje muito diversificados, tendo-se alterado ao longo do tempo, o que nos transmite segurança na aceitação da ideia da formulação de uma terceira vaga migratória deste fluxo que é já estrutural, previamente discutida. Através dos relatos, foi possível apreender que, de um modo geral, as motivações que alimentam esta vaga e impactam na decisão dos indivíduos migrantes, à priori, em relação à saída do Brasil e, à posteriori, em relação à opção por Portugal e por Braga em particular são múltiplas e/ou multifatoriais, por vezes sobrepondo-se, tendo sido possível cumprir com o previsto no primeiro objetivo específico proposto.

Em concreto, em relação ao primeiro aspeto, as motivações passam essencialmente pelo interesse de estudar e/ou morar no exterior do Brasil, devido, não raramente, ao descontentamento latente que os corroía em relação ao país de origem, descontentamento esse alimentado pela perceção de aspetos que se revelavam críticos como, por exemplo, a questão da segurança (que invariavelmente impacta na qualidade de vida), a questão da instabilidade política e, ademais, a crise que se fazia sentir, em múltiplos contextos (social, económico, político, entre outros). As suas expectativas iam, assim, também elas, ao encontro destes fatores e, de um modo geral, foram supridas (embora, por vezes, tenham sido reajustadas), encontrando os/as imigrantes, na sua maioria, razões para permanecer em Portugal. No que se refere às motivações por Portugal e por Braga, estas são, na sua maioria

coincidentes, tendo sido mobilizada a justificação do estudo – sendo que, no caso de Braga em particular, a Universidade do Minho se traduziu num aspeto fulcral da atração –, a relação existente entre as variáveis “qualidade de vida” e “custo de vida”, a presença de redes sociais ou conhecimento prévio e ligações históricas e culturais entre os dois países, bem como a abertura legal portuguesa em relação às migrações, facilitando e até incentivando a entrada de imigrantes. Por acréscimo, foi ainda possível indagar que determinadas estratégias de promoção, quer de Portugal, quer de Braga, no exterior – seja por ação de indivíduos anónimos ou por ação do próprio executivo camarário – exercem uma influência considerável nos momentos de tomada de decisão (especialmente daqueles indivíduos mais indecisos ou menos informados), fenómeno que se tornou impossível de ignorar, tendo emergido um sem número de vezes ao longo do processo de recolha de informação. Estas perceções acerca das motivações, quer das que justificam a saída do país de origem, quer da opção por Portugal e por Braga, foram, em geral, compartilhadas por todos/as os/as entrevistados/as e não só pelos indivíduos migrantes.

Em seguida, e com o intuito de mapear a distribuição geográfica dos/as brasileiros/as pela cidade e os motivos que determinam a escolha dos lugares onde se radicam, foi possível identificar uma preferência generalizada e imediata pela região do casco urbano mais central, rico em valências diversificadas – inclusive oferta de fogos habitacionais disponíveis e preços praticados –, bem como pela área envolvente do Campus de Gualtar da Universidade do Minho, em linha com as motivações da opção por Braga. Ademais, com recurso aos dados recolhidos, há também preferência pela freguesia de Ferreiros e Gondizalves, fenómeno que pode ser explicado pela facilidade da acessibilidade a outros concelhos, facilitando conexões, e pela forte presença industrial e preços habitacionais praticados, pois são freguesias urbanas mais periféricas e com valores imobiliários mais baixos. Porém, ainda que possam ser identificadas zonas de maior concentração, ressalva-se o facto de não existir propriamente uma “guetização” ou segregação dessa comunidade, que se dispersa um pouco por toda a cidade, em função, nomeadamente, dos seus recursos económicos.

Um outro objetivo prendia-se com o desejo de entender como se processa a integração social dos/as imigrantes nas várias dimensões da vida social, bem com a forma como os/as migrantes põem em prática o seu “direito à cidade” (Lefebvre, 1968). Com o intuito de lhe dar resposta, várias questões foram colocadas. Averiguou-se, em primeiro lugar, o nível de satisfação no que concerne ao acolhimento (em Portugal e em Braga), sendo que a maioria se encontra satisfeita face ao acolhimento recebido, embora alguns reconheçam que este depende de vários fatores, como, por exemplo, a “ameaça” percebida. Apesar da satisfação demonstrada, vários/as imigrantes assumem ter experienciado algum tipo de discriminação, em diversos contextos, e mesmo aqueles/as que não a experienciaram

diretamente reconhecem que ela acontece. Assim, estas comunidades deparam-se com dificuldades específicas – inclusive no campo da habitação, como, por exemplo, o aumento dos preços do arrendamento (uma vez que estes indivíduos tendem a dar preferência a esse segmento do mercado) e discriminação –, que, apesar da sua relevância, as redes pessoais e sociais digitais são muitas vezes incapazes de resolver. Neste sentido, foram partilhadas diversas propostas, convocando a sua execução diferentes instâncias estatais e da sociedade civil, inclusive em parceria – que, não obstante, os entrevistados representantes do poder público mencionaram já existir –, com o intuito de erradicar essas expressões de discriminação.

Ademais, já no que ao direito à cidade se refere, foi possível indagar que, com maior ou menor frequência, todos/as os/as indivíduos migrantes participam em eventos de lazer e cultura, ou seja, da vida ativa da cidade, não dando preferência aos eventos conectados com a cultura brasileira – tecendo-lhes inclusive críticas –, e estabelecendo, na sua maioria, teias de amizades heterogêneas, isto é, agregando outras nacionalidades. Ainda no que a esse direito se refere, afirmam que, de um modo geral, encontram-se satisfeitos essencialmente ao nível do sentimento de pertença e vivência da cidade como um todo, inclusive com aquilo que lhes é oferecido no que concerne a infraestruturas e equipamentos diversificados – embora tenham críticas aos transportes públicos –, pese embora alguns não alimentem, porém, a ilusão de que usufruem plenamente do direito à cidade, na verdadeira acepção do termo.

Posteriormente, tornou-se possível apreender e analisar de forma detida as tendências e transformações passíveis de serem verificadas hoje no mercado imobiliário bracarense e a forma como essas dinâmicas moldam o seu próprio comportamento. Através das entrevistas realizadas junto dos diversos grupos, revelou-se uma percepção generalizada (e até certa revolta) acerca da evolução dos custos com habitação – não só em Braga, mas um pouco por todo o país e no mundo –, registada especialmente a partir de 2016, encontrando-se os valores despendidos com habitação mensalmente desfasados dos rendimentos auferidos pelos cidadãos ditos “comuns”.

Assim, admitem que o mercado tem sofrido oscilações consideráveis, sendo que essas oscilações são, essencialmente, influenciadas pela falta da oferta disponível, aliada a uma crescente procura, para a qual contribuem os fluxos migratórios e os turísticos – ainda que estes em Braga pareçam ser menos relevantes do que noutras cidades, como Lisboa e Porto, atingidas por um forte crescimento do alojamento local – e carências ao nível da construção que, inevitavelmente, fazem aumentar os preços. A isto, aditam-se ainda as orientações e o posicionamento adotado pelo poder público, quer nacional, quer local, em favor da promoção e captação de investimentos, nomeadamente imobiliários,

cuja expressão mais relevante é a dos chamados *vistos gold*, quer estrangeiros, quer nacionais, sem planeamento e sem ponderação de consequências. Porém, os/a entrevistados/a representantes do poder público são perentórios quanto à pertinência da manutenção destas estratégias e posicionamento, reconhecendo a necessidade de se encontrar um equilíbrio. Um outro fator que se revelou importante foi a aposta crescente no dito segmento premium do imobiliário e a afirmação do próprio mercado.

Finalmente, entre as tendências futuras percebidas pelos entrevistados destacam-se a continuação da subida dos preços, alimentada pela persistência do aumento da procura, bem como uma aposta em nova construção, reabilitação e requalificação planeadas que, além de encararem enquanto tendências, encaram como necessárias.

Além do que já foi mencionado, os entrevistados entendem ainda como necessário (i) a reatualização e readequação dos Planos Diretores Municipais; (ii) a promoção e incentivo à construção, essencialmente por parte da iniciativa privada, para a qual se torna também necessária (iii) a promoção de políticas de captação de mão de obra; (iv) uma maior descentralização das incumbências previstas a nível central, relegando também algum poder e obrigações para a esfera local; (v) a promoção e maior aposta na habitação social; e, por fim, (vi) a promoção de outras políticas com modelos distintos e alternativos à própria habitação social, mas cumprindo as mesmas finalidade.

Estas várias propostas encontram-se em conformidade com aquilo que veio sendo veiculado e defendido ao longo da dissertação e que, de facto, foi considerado imprescindível para a resolução das problemáticas abordadas no quesito habitacional, exceto com algumas variações. Essas variações respeitam, essencialmente, ao que concerne aos organismos a quem incumbem as responsabilidades de provisão, à necessidade da procura pela concertação entre diversos atores interessados e do estabelecimento de políticas que sobrevivam a diferentes ciclos políticos. Variam ainda em relação à importância atribuída à definição de medidas de regulação direta do mercado e da revogação de determinados instrumentos geradores de especulação e distorção. No que às migrações se refere, reitera-se a importância do desenvolvimento de uma governação das migrações proativa, transversal, interdisciplinar e verdadeiramente comprometida com a integração e, acima de tudo, comprometida com o público-alvo, procurando um maior envolvimento das próprias comunidades na resolução dos seus próprios problemas.

Deste modo, e em jeito de remate, os resultados suscitaram a possibilidade de projetos futuros, com enfoque em determinadas temáticas. Nomeadamente, abriram a possibilidade de exploração das questões conectadas com os diversos tipos de colonialidades ainda patentes, em especial as

colonialidades associadas ao gênero – embora não se limitando a estas –, podendo, eventualmente, o estudo ser alargado a outras nacionalidades e desenvolvido a partir das ditas perspectivas decoloniais, enquanto meio de luta e/ou resistência. Ademais, seria desejável uma exploração mais aprofundada de outras dinâmicas que impactam também na realidade imobiliária da cidade e que não foram tidas como enfoque primordial nesta investigação, com possibilidade, inclusive, de alargar ao todo nacional a discussão sobre as políticas e possibilidades de resposta.

Referências bibliográficas

A

- Aalbers, M. B. (2015a). The Great Moderation, the Great Excess and the global housing crisis. *International Journal of Housing Policy*, 15(1), 43-60.
- Aalbers, M. B. (2015b). Cities and the financial crisis. In Wright, J. D. (eds.), *The Encyclopedia of Social and Behavioral Sciences* (pp. 579-584). Oxford, Inglaterra: Elsevier.
- Aalbers, M. B. (2016). Housing finance as harm. *Crime, Law and Social Change*, 66(2), 115-129.
- Aalbers, M. B. (2017). The variegated financialization of housing. *International Journal of Urban Regional Research*, 41(1), 542-554.
- Aalbers, M. B. (2018). Financial geography II: Financial geographies of housing and real state. *Progress in Human Geography*, 43(2), 376-387.
- Aalbers, M. B. (2019). Financial geography III: The financialization of the city. *Progress in Human Geography*, 44(3). Retirado de <https://doi.org/10.1177/0309132519853922>
- Aalbers, M. e Christophers, B. (2019). A Habitação no Centro da Economia Política. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 38, 96-116.
- Abdo, C. (2016). *Migrações e Comunicação: brasileiros que escolheram Portugal como destino* (Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho). Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/42599>
- Accetturo, A., Manaresi, F., Mocetti, S., & Olivieri, E. (2014). Don't Stand so Close to me: The Urban Impact of Immigration. *Regional Science and Urban Economics*, 45, 45-56.
- Agarez, R. C. (2018). *Habitação: cem anos de políticas públicas em portugal (1918-2018)*. Lisboa, Portugal: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- AICEP Portugal Global. (2017). Acordos Bilaterais Celebrados por Portugal. Retirado de <https://tinyurl.com/3b5r375b>
- Alexandre, V. (1991). Portugal e a abolição do tráfico de escravos (1834-51). *Análise Social*, 26(111), 293-333. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/41010855>
- Allegra, M. e Tullumello, S. (2019). O estado da habitação: introdução ao dossier. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 39, iii-ix.

- Allen, J. (2006). Welfare regimes, welfare systems and housing in southern Europe. *International Journal of Housing Policy*, 6(3), 251-277.
- Almeida, C. e Barreto, A. (1976). *Capitalismo e emigração em Portugal*. Lisboa, Portugal: Prelo Editora.
- Alves, J. F. (2001). Terra de esperanças – o Brasil na emigração portuguesa. Atas da Conferência Nacional “Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros”. Cascais, Portugal. Retirado de https://sigarra.up.pt/fep/pt/pub_geral.pub_view?pi_pub_base_id=11259
- Alves, S. (2020). Arrendamento ‘social’: Portugal vs. Dinamarca e Inglaterra. *Público* [online]. Retirado de <https://tinyurl.com/n69mknjv>
- Alves, S. e Azevedo, A. (2017). Estratégias de mix social no âmbito das políticas de habitação em Portugal. Atas do XI Congresso Da Geografia Portuguesa – As dimensões e a responsabilidade social da Geografia. Porto, Portugal. Retirado de <https://tinyurl.com/muf88xk2>
- Alto Comissariado para as Migrações. (2020). COVID-19: Governo regulariza imigrantes e requerentes de asilo. Retirado de <https://www.acm.gov.pt/pt/-/covid-19-governo-regulariza-imigrantes-e-requerentes-de-asilo>
- Alto Comissariado para as Migrações. (2021). Que tipos de autorização de residência existem? Retirado de <https://www.acm.gov.pt/pt/-/que-tipos-de-autorizacoes-de-residencia-existem->
- Amato, G. (2019). Braga se torna o novo destino preferido de brasileiros em Portugal. Globo [online]. Retirado de <https://oglobo.globo.com/mundo/braga-se-torna-novo-destino-preferido-de-brasileiros-em-portugal-2-23850758>
- Arango, J. (2000). Explaining migration: a critical view. *International Social Science Journal*, 52(165), 283-296. Retirado de <https://doi.org/10.1111/1468-2451.00259>
- Araújo, P. (2021). “Preço das casas cresceu 31% acima dos salários”. *Jornal de Notícias* [online]. Retirado de <https://www.in.pt/economia/preco-das-casas-cresceu-31-acima-dos-salarios-13725882.html>
- Arroteia, J. C. (1983). *A emigração portuguesa – suas origens e distribuição*. Lisboa, Portugal: Coleção Biblioteca Breve, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa.
- Arruda, J. J. (2007). Expansão europeia oitocentista: emigração e colonização. In Sousa, F., Martins, I. L. e Pereira, C. M. (orgs.), *A emigração portuguesa para o Brasil* (pp. 13-40). Porto, Portugal: Edições Afrontamento.

Arruda, J. J. e Fonseca, L. A. (2001). *Brasil – Portugal: História, agenda para o milênio*. São Paulo, Brasil: Editora da Universidade do Sagrado Coração.

AT. (2016). Portal da Autoridade Tributária e Aduaneira. Retirado de <https://tinyurl.com/y4wm3chr>

B

Bachelard, G. (1996). *A Formação do espírito científico*. Rio de Janeiro, Brasil: Contraponto.

Bäckström, B., Pereira, S. C. (2012). A questão migratória e as estratégias de convivência entre culturas diferentes em Portugal. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana*, 38(20), 83-100. Retirado de <https://tinyurl.com/qukhjib>

Bader, V. (2018). Reivindicações num ‘mundo móvel’ de ‘superdiversidade’. Instituições e políticas de acolhimento sobre pressão. In Gomes, S., Duarte, V., Ribeiro, F. B., Cunha, L., Brandão, A. M., Jorge, A. (orgs.), *Desigualdades Sociais e Políticas Públicas: Homenagem a Manuel Carlos Silva*, (pp. 175-198). Braga, Portugal: Edições Húmus, Lda.

Baganha, M. I. (2001). Historiografia da emigração portuguesa para o Brasil: Algumas notas sobre o seu passado, o seu presente e o seu futuro. In Arruda, J. J. e Fonseca, L. A. (orgs.), *Brasil – Portugal: História, agenda para o milênio* (pp. 445 – 460). São Paulo, Brasil: Editora da Universidade do Sagrado Coração.

Baganha, M. I. (2002). A cada Sul o seu Norte: Dinâmicas migratórias em Portugal. In Santos, B. S. (orgs.), *A Globalização e as Ciências Sociais* (pp. 133 – 158). São Paulo, Brasil: Cortez Editora.

Baganha, M. I. (2005). Política de imigração: A regulação dos fluxos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 73, 29-44. Retirado de <https://doi.org/10.4000/rccs.952>

Baganha, M. I. (2009). The Lusophone Migratory System: Patterns and Trends. *International Migration*, 47(3), 5-20. Retirado de <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1468-2435.2009.00522.x/abstract>

Baganha, M. I., Marques, J. e Góis, P. (2004). The unforeseen wave: migration from Eastern Europe to Portugal. In Baganha, M. I. e Fonseca, M. (orgs.), *New Waves: Migration from Eastern to Southern Europe*. Lisboa, Portugal: Fundação Luso-Americana.

Baptista, A. (2018). “Imobiliário rende quase 11 vezes mais do que os ativos financeiros”. *Expresso* [online]. Retirado de <https://expresso.pt/economia/2018-05-12-Imobiliario-rende-quase-11-vezes-mais-do-que-os-ativos-financeiros>

- Baptista, L. V. (2001). Cidade e Políticas Sociais de Habitação: Armadilhas Conceptuais e Metodológicas. *Cidades, Comunidades e Territórios*, nº 3, 71-81.
- Baptista, L. V. (2020). Diversidade e continuidade das políticas públicas no campo da habitação. Notas de investigação. In Silva, M. C., Baptista, L. V., Ribeiro, F. B., Feliz, J. e Vasconcelos, A. M. (orgs.), *Espaço Urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito*, (pp. 86-101). V. N. Famalicão, Portugal: Edições Húmus.
- Barbosa, R. (2003). Um panorama histórico da imigração portuguesa para o Brasil. *Arquipélago*, VII(2), 173-196. Retirado de <https://core.ac.uk/download/pdf/61434019.pdf>
- Barbu, T.C, Vuță, M., Străchinaru, A.I. and Cioacă, S.I. (2017). An Assessment of the Immigration Impact on the International Housing Price. *Amfiteatru Economic*, 19(46), 682-695.
- Barrett, M. (2013). *Interculturalism and multiculturalism: similarities and differences*. Estrasburgo, França: Council of Europe Publishing.
- Barth, F. (1998). Grupos Étnicos e suas Fronteiras. In Potignat, P. e Streiff-Fenart, J., *Teorias da Etnicidade* (pp. 185-227). São Paulo, Brasil: UNESP.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: As Consequências Humanas*. Rio de Janeiro, Brasil: Jorge Zahar Editor Ltda.
- Bauman, Z. (2004). *Amor Líquido: Sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade*. Rio de Janeiro, Brasil: Zahar.
- Bauman, Z. (2007). Cultura: aventuras líquidas-modernas de uma ideia. *Configurações*, nº3, 11-22.
- Bernartt, M. L., Mendéz, J. M. M., Piovezana, L. e Pezarico, G. (2017). *Migração e interculturalidade: aspectos pertinentes para análise dos casos brasileiro e costaricense*. Atas do VIII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional – Territórios, Redes e Desenvolvimento Regional: Perspetivas e Desafios. Rio Grande do Sul, Brasil. Retirado de <https://tinyurl.com/y986dyvs>
- Bethell, L. (1990). *História da América Latina*. Brasília, Brasil: Fundação Alexandre Gusmão.
- Betts, K. J. (2008). Immigration and housing affordability. Paper delivered to the 2nd annual Housing Affordability Congress: Informa 10-11th December 2008, MELBOURNE.
- Birrel, B., Healy, E. (2003). Migration and the housing affordability crisis. *People and Place*, 11(3), 43-56.

- Bosswick, W., Luken-Klaßen, D. e Heckmann, F. (2007). *Housing and Integration of Migrants in Europe*. Dublin, Irlanda: European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions. Retirado de <https://tinyurl.com/dsb77ehc>
- Bourdieu, P. (1979). *La Distinction: critique sociale du jugement*. Paris, França: Les Editions de Minuit.
- Bourdieu, P. (1998). *Contrafogos*. Oeiras, Portugal: Celta Editora.
- Bourdieu, P. (1980). *Escritos de Educação*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora Vozes.
- Bourdieu, P. (2000a). For a Scholarship with Commitment. *Profession*, 40-45. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/25595701>
- Bourdieu, P. (2000b). *Les structures sociales de l'économie*. Paris, França: Seuil.
- Boyd, M. e Nowak, J. (2012). Social Networks and International Migration. In [Martiniello](#), M. (orgs.), *An Introduction to International Migration Studies: European Perspectives* (pp. 79-106). Amsterdão, Países Baixos: Amsterdam University Press. Retirado de <https://doi.org/10.1515/9789048517350-004>
- Bueno, V. (2021). Acordos celebrados entre Brasil e Portugal [Post em Blogue]. Retirado de <https://odireitosemfronteiras.com/acordos-celebrados-entre-brasil-e-portugal/>
- Burawoy, M. (2000). *Global ethnography: forces, connections, and imaginations in a postmodern world*. Berkeley, California: University of California Press.
- Burawoy, M. (2004). Public sociologies: contradictions, dilemmas and possibilities. *Social Forces*, 82 (4), 1-16.
- Burawoy, M. (2006). Por uma Sociologia Pública. *Revista de Ciências Sociais - Política & Trabalho*, n° 25, 9-50. Retirado de <https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/6738>
- C**
- Cantle, T. (2013). Interculturalism as a new narrative for the era of globalisation and super-diversity. In Barret, M. (orgs.), *Interculturalism and multiculturalism: similarities and differences* (pp. 69-91). Estrasburgo, França: Council of Europe Publishing.
- Carmo, A., Ascensão, E. e Estevens, A. (2018). *A Cidade em Reconstrução – Leituras Críticas, 2008-2018*. Odivelas, Portugal: Outro Modo Cooperativa Cultural.

- Carvalho, J. (2017). 'Bringing the state back in': A political economy analysis of Portuguese immigration policy. *Mediterranean Politics*, 23(4). Retirado de <http://dx.doi.org/10.1080/13629395.2017.1352569>
- Casas, C. (2016). Os Planos para a Integração dos Imigrantes e o Novo Plano Estratégico para as Migrações em Portugal: uma década (2007-2016) em retrospectiva. *Revista Migrações - Número Temático Planos de Integração para Migrantes*, n.º 13, 33-43. Retirado de <https://tinyurl.com/5d3ruhgg>
- Castela, T. (2019). Cidadania proprietária e emergência da financeirização da habitação em Portugal após 1968. In Santos, A. C. (orgs.), *A nova questão da habitação em Portugal – uma abordagem da economia política*, (pp. 259-274). Coimbra, Portugal: Conjuntura Actual Editora.
- Castles, S. (2000). International migration at the beginning of the twenty-first century: global trends and issues. *International Social Science Journal*, 52(165). Retirado de <https://doi.org/10.1111/1468-2451.00258>
- Castles, S. (2005). *Globalização, transnacionalismo e novos fluxos migratórios: dos trabalhadores convidados às migrações globais*. Lisboa, Portugal: Fim de Século.
- Castles, S., de Haas, H. e Miller, M. J. (2014). *The Age of Migration International: Population Movements in the Modern World* (5th edition). Londres, Reino Unido: Palgrave Macmillan.
- Castles, S., Miller, M. J. (2009). *The Age of Migration International: Population Movements in the Modern World* (4th edition). Basingstoke, Reino Unido: Palgrave MacMillan
- Cervo, A. L. e Magalhães, J. C. (2000). *Depois das caravelas: as relações Brasil-Portugal (1808- 2000)*. Brasília, Brasil: Editora Unb.
- Cohen, R. (1996). Introduction. In Cohen, R. (ed.), *Theories of Migration* (pp. xi – xvii). Cheltenham, Inglaterra: Edward Elgar Publishing.
- Coleman, A. and Landon-Lane, J., 2007. Housing Markets and Migration in New Zealand - 1962-2006. *Reserve Bank of New Zealand Discussion Paper series*. DP2007/12. Disponível em <https://tinyurl.com/amfp9fsz>
- Cordeiro, A. D., Santos, N. F. e Lopes, R. (2021). "Pedi ajuda. O consulado indicou-me os postos de apoio alimentar para os sem-abrigo". *Público* [online]. Retirado de <https://tinyurl.com/1p8wl2rs>
- Coriolano, Luzia Neide. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. *En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amália Inés Geraiges de Lemos, Mónica*

Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

Christophers, B. (2020) *Rentier Capitalism: Who Owns the Economy, and Who Pays for It?* Londres, Inglaterra: Verso Books.

Cunha, R. (2021). Nova telenovela projetada Braga pelo mundo e assume-se como “cartão de visita” para turistas. *Diário do Minho* [online]. Retirado de <https://diariodominho.sapo.pt/2021/03/16/nova-telenovela-projeta-braga-pelo-mundo-e-assume-se-como-cartao-de-visita-para-turistas/>

D

Degen, K. e Fischer, A. M. (2009). *Immigration and Swiss house prices*. Discussion paper n° 7583.

Dias, J. (1994). Tendências das Políticas Europeias Quanto aos Modelos de Habitação Social. *Revista Sociedade e Território*, 20, 91-100.

Direitos dos migrantes: Comitê da ONU pede que países ratifiquem tratado global [web site]. (2014, abril 7). *ONU Brasil*. Retirado de <https://tinyurl.com/y3557z4b>

Doorn, L. V., Arnold, A., Rapoport, E. (2019). In the Age of Cities: The Impact of Urbanisation on House Prices and Affordability. In Nijskens, R., Lohuis, M., Hilbers, P., Heeringa, W. (Ed.), *Hot Property: The Housing Market in Major Cities* (pp. 3-13). Amesterdão, Países Baixos: Springer.

Drago, A. (2021). *Habitação entre crises: partição das classes médias, políticas de habitação acessível e o impacto da pandemia em Portugal*. Cadernos do Observatório #15 – CES/UC. Retirado de <https://tinyurl.com/rs49hkh>

Durham, E. R. (1984). *A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo*. São Paulo, Brasil: Perspetiva.

E

Engels, F. (1873). *Para a questão da habitação*. Lisboa, Portugal: Edições Avante. Retirado de http://www.dorl.pcp.pt/images/classicos/oe3_me_t2t23.pdf

Ette, A. e Faist, T. (2007). The europeanization of national policies and politics of immigration: research, questions and concepts. In Faist, T. e Ette, A. (orgs.), *The Europeanization of National Policies and Politics of Immigration: between Autonomy and the European Union* (pp. 3-33)., Nova Iorque, EUA: Palgrave Macmillan.

Eurofound (2006). *Social dimensions of housing in the European Union: Summary*. Retirado de <https://tinyurl.com/y4auqzol>

Eurostat (2019). *House or flat – owning or renting*. Retirado de <https://ec.europa.eu/eurostat/cache/digpub/housing/bloc-1a.html?lang=en>

Expresso (2020, julho 3). Covid-19. Milhares de imigrantes pediram ajuda para sair de Portugal nos últimos meses. *Expresso* [online]. Retirado de <https://tinyurl.com/3cy37124>

F

Faist, T. (1997). The Crucial Meso-Level. In Hammar, T., Brochmann, G., Tamas, K. e Faist, T. (eds.), *International Migration, Immobility and Development: Multidisciplinary Perspectives*. Oxford, Inglaterra: Berg.

Fanshawe, S., Sriskandarajah, D. (2010). *You Can't Put Me In A Box: Super-diversity and the end of identity politics in Britain*. Londres, Inglaterra: Institute for Public Policy Research. Retirado de <https://tinyurl.com/u9lgpfg>

Fausto, B. (2006). *História do Brasil*. São Paulo, Brasil: Editora da Universidade de São Paulo.

Feldman-Bianco, B. (2002). Entre a “fortaleza” da Europa e os laços afectivos da “irmandade” luso-brasileira: um drama familiar em só um ato. In Bastos, C., Almeida, M. V. e Feldman-Bianco, B. (orgs.), *Trânsitos Coloniais: Diálogos Críticos Luso-Brasileiros* (pp. 375-403). Lisboa, Portugal: Imprensa de Ciências Sociais.

Ferreira, E. S. (1976). *Origens e formas de emigração: o impacto da emigração sobre o desenvolvimento*. Lisboa, Portugal: Iniciativas Editoriais.

FERNANDES, Marlene. Agenda Habitat para Municípios/Marlene Fernandes. Rio de Janeiro: IBAM, 2003. Retirado de <https://tinyurl.com/yy8bzsov>

Fielder, G. E. e Catalano, T. (2017). Othering others: Right-wing populism in UK media discourse on “new” immigration. *Faculty Publications: Department of Teaching, Learning and Teacher Education*, 255. Retirado de <http://digitalcommons.unl.edu/teachlearnfacpub/255>

Fiske, S.T. (2010). *Social beings: Core motives in social psychology*. New Jersey, Inglaterra: Wiley.

Fonseca, M. L., McGarrigle, J. e Esteves, A. (2010). *Possibilities and limitations of comparative quantitative research on immigrant's housing conditions*. PROMINSTAT, Working Paper No. 06. Retirado de <http://www.ceg.ul.pt/migrare/publ/ProminstatHousing.pdf>

França, T. e Padilla, B. (2018). Imigração brasileira para Portugal: entre o surgimento e a construção mediática de uma nova vaga. *Cadernos de Estudos Sociais*, 33(2). Retirado de <https://periodicos.fundaj.gov.br/CAD/issue/view/180>

Furlanetto, F. and Robstad, Ø. (2016). Immigration and the macroeconomy: some new empirical evidence. *Norges Bank Working Paper*, 18, 1-40.

Furtado, C. (2005 [1959]). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Brasil: Companhia Editora Nacional.

G

Ganga, R., e Fonseca, L. da . (2013). A produção de conhecimento situado e implicado: Caminhos e descobertas de uma etnografia global sobre educação cultural e artística contemporânea. *Educação, Sociedade E Culturas*, (40), 31–53. <https://doi.org/10.34626/esc.vi40.301>

Gant, A. C. (2018). O capitalismo imobiliário e a crise da habitação em Lisboa. In Carmo, A., Ascensão, E. e Stevens, A. (eds.), *A Cidade em Reconstrução – Leituras Críticas, 2008-2018* (pp. 240-248). Odivelas, Portugal: Outro Modo Cooperativa Cultural.

Geng, N. (2018). Fundamental Drivers of House Prices in Advanced Economies. International Monetary Fund (IMF) Working Paper - European Department.

Giannella, L. (2019). *Financeirização e produção do espaço urbano no Porto Maravilha, Rio de Janeiro/RJ: neoliberalismo às avessas?* Anais XVIII ENANPUR. Natal, Brasil. Retirado de <http://anpur.org.br/xviiienganpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=466>

Giddens, A. (1990). *The Consequences of Modernity*. Cambridge, Inglaterra: Polity Press.

Giddens, A. (1991). *Modernity and self-identity: Self and society in the late modern age*. Cambridge, Inglaterra: Polity Press.

Gmelch, G. (1980). Return Migration. *Annual Review of Anthropology*, 9, 135-159. Retirado de https://www.jstor.org/stable/2155732?seq=1#metadata_info_tab_contents

Godinho, V. M. (1978). L'émigration portugaise (XVe -XXe siècles): une constante structurale et les réponse aux changements du monde. *Revista de História Econômica e Social*, nº 1, 5 - 32. Retirado de <https://tinyurl.com/y53rjf5e>

Góis, P. (orgs.). 2008. *Comunidade(S) Cabo-Verdiana(S): As Múltiplas Faces da Imigração Cabo-Verdiana*. Lisboa, Portugal: Observatório da Imigração. Retirado de <https://tinyurl.com/8nx2vyby>

- Góis, P., Abecasis, F., Alfaiate, J., Hancock, M. e Lozano, L. (orgs.) (2019). *Casa Comum: Migrações e Desenvolvimento em Portugal*. Lisboa, Portugal: Cáritas Portuguesa. Retirado de <https://www.plataformaongd.pt/uploads/subcanais2/casa-comum-pt-digital.pdf>
- Góis, P. e Marques, J. C. (2018). Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos. *E-cadernos CES*, 29, 125-152.
- Gonzales, L. e Ortega, F., (2009). *Immigration and Housing Booms - Evidence from Spain*. Discussion Paper N° 4333.
- Greenwood, Ernest. (1965). Métodos de investigação empírica em Sociologia. *Análise Social*, 3(11), pp. 313-345.
- Guadagno, L. (2020). Migrants and the COVID-19 pandemic: An initial analysis. *Migration Research Series*, n° 60: OIM. Retirado de <https://tinyurl.com/ujwibnfw>
- Guerra, I. (2008). Europa e Políticas Habitacionais. Mudanças em curso. *Cidades, Comunidades e Territórios*, 17, 47-61.
- H**
- Hall, S. (2003). *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte, Brasil: UFMG.
- Hall, S. (2006). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro, Brasil: DP&A.
- Harrison, M., Law, I. & Phillips, D. (2005) *Migrants, Minorities and Housing: Exclusion, Discrimination and Anti-Discrimination in 15 Member States of the European Union*. Vienna: European Monitoring Centre on Racism and Xenophobia EUMC. Retirado de https://fra.europa.eu/sites/default/files/fra_uploads/188-CS-Housing-en.pdf
- Harvey, D. (1989). *The Condition of Postmodernity: An Enquiry into the Origins of Cultural Change*. Oxford, Inglaterra: Basil Blackwell Ltd.
- Harvey, D. (1996). Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates*, n° 39, 48-64.
- Harvey, D. (2005). *A Produção Capitalista do Espaço*. São Paulo, Brasil: Annablume.
- Harvey, D. (2007). Neoliberalism and the city. *Studies in Social Justice*, 1(1), 2-13. Retirado de <https://journals.library.brocku.ca/index.php/SSJ/article/view/977>
- Harvey, D. (2008). The Right To The City. *New Left Review*, 53. Retirado de <https://newleftreview.org/issues/ii53/articles/david-harvey-the-right-to-the-city>

- Harvey, D. (2011a). *O neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo, Brasil: Edições Loyola.
- Harvey, D. (2011b). *O enigma do capital*. São Paulo, Brasil: Boitempo.
- Hassi, A. e Storti, G. (2012). Globalization and Culture: The Three HScenarios. In Cuadra-Montiel, Hector (Ed.). *Globalization: Approaches to Diversity* (pp. 3-20). Retirado de <https://tinyurl.com/urqkg7g>
- Held, D., McGrew, A., Goldblatt, D. e Perraton, J. (1999). *Global Transformations: Politics, Economics and Culture*. Califórnia, Estados Unidos: Standford University Press.
- Henriques, J. G. (2019, janeiro 19). SEF confirma "aumento significativo" de brasileiros em Portugal. *Público* [online]. Retirado de <https://tinyurl.com/axoek5qc>
- Henriques, J. G. (2020, julho 1). Pedidos de retorno de imigrantes sobem 32%. Brasileiros são a maioria. *Público* [online]. Retirado de <https://tinyurl.com/zpob3fy5>
- Hobsbawm, E. (1994). *A Era dos Extremos*. Londres, Reino Unido: Vintage Books.
- Holanda, S. B. (1997). *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo I*. Rio de Janeiro, Brasil: Bertrand Brasil.
- Horta, A. P. B. (2011). As políticas de imigração em Portugal. Contextos e protagonistas. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, III(24), 233-253.
- Hout, B. V. (2019). *Europe as a space for intercultural dialogue and mediation: statement*. Livro de atas do II Congresso Internacional de Mediação Social: a Europa como espaço de diálogo intercultural e de mediação. Braga, Portugal. Retirado de <https://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/59869?mode=full>
- Huot, R. (2002). *Métodos quantitativos para as ciências humanas* (tradução de Maria Luísa Figueiredo). Lisboa: Instituto Piaget.
- I
- INE. (2013). *O Parque Habitacional e a sua Reabilitação: Análise e Evolução 2001-2011*. Retirado de <https://url.gratis/rwncfN>
- INE. (2020). *Portugal registou uma taxa de crescimento efetivo positiva (0,19%), o que não acontecia desde 2009 – 2019*. Retirado de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_destaques&DESTAQUESdest_boui=414436913&DESTAQUESmodo=2

INE. (2019; 2020). Portal do Instituto Nacional de Estatística. Retirado de https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpgid=ine_main&xpid=INE

INE. (2021). *Censos 2021 – Divulgação Dos Resultados Provisórios*. Retirado de <https://tinyurl.com/7dd5tsmc>

INE. (2021b). *Resultados Provisórios*. Retirado de https://www.ine.pt/scripts/db_censos_2021.html

Instituto Pólis. (2021). *O que é direito à cidade?* [web site]. Retirado de <https://polis.org.br/direito-a-cidade/o-que-e-direito-a-cidade/>

Integration up North. (2015). Migrants and housing. Introduction to Migration series, Guidance booklet #7. Migration Yorkshire: Leeds.

Iorio, J. C., Ferreira, S. A. (2013). Fluxos migratórios de brasileiros em Portugal: O retorno e a “nova vaga dos em vias de qualificação”. *Revista Leopoldianum*, 39(107,108,109), 31-48.

Iorio, J. C., Fonseca, M. L. (2018). Estudantes brasileiros no ensino superior português: construção do projeto migratório e intenções de mobilidade futura. *Finisterra*, LIII(109), 3-20. Retirado de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/fin/n109/n109a01.pdf>

J

Jackson, J. A. (1991), *Migrações*. Lisboa, Portugal: Escher Foundation.

Jinkings, I., Doria, K., & Cleto, M. (orgs.). (2016). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo, Brasil: Boitempo.

K

Kilomba, G. (2019). *Memórias da Plantação: Episódios de Racismo Cotidiano*. Rio de Janeiro, Brasil: Cobogó.

King, R. (2002). Towards a New Map of European Migration. *International Journal of Population Geography*, 8(2), 89-106. Retirado de <https://doi.org/10.1002/ijpg.246>

King, R. (2012). Geography and Migration Studies: Retrospect and Prospect. *Population, Space and Place*, 18(2), 134-153. Retirado de <https://doi.org/10.1002/psp.685>

King, R. (2012). *Theories and Typologies of Migration: An Overview and a Primer*. Willy Brandt Series of Working Papers in International Migration and Ethnic Relations: Malmö University. Retirado de <https://tinyurl.com/y626uyjo>

Kritz, M. e Zlotnik, H. (1992). Global Interactions: Migration Systems, Processes and Policies. In Kritz, M, Lim, L. L. e Zlotnik H. (orgs.), *International Migration Systems: A Global Approach* (pp. 1-16). Oxford, Inglaterra: Clarendon Press.

L

Lagarde, M. (2005). *Los cautiverios de las mujeres. Madresposas, monjas, putas, presas y locas*. Cidade do México, México: Siglo XXI Editores.

Lander, E. (2005). Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In Lander, E. (orgs.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas* (pp. 8-23). Buenos Aires, Argentina: CLACSO.

Lapierre, J. W. (1998). Prefácio. In Potignat, P. e Streiff-Fenart, J., *Teorias da Etnicidade* (pp. 4-18). São Paulo, Brasil: UNESP.

Lee, E. S. (1966). A Theory of Migration. *Demography*, 3(1), 47-57. Retirado de https://www.jstor.org/stable/2060063?seq=1#metadata_info_tab_contents

Lefebvre, H. (1968). *Le droit à la ville: suivi de espace politique*. Paris, França: Anthropos.

Lefebvre, H. (1991). *The Production of Space*. Oxford, Inglaterra: Blackwell.

Lefebvre, H. (2002). *A Revolução Urbana*. Belo Horizonte, Brasil: UFMG.

Lipsky, M. (2019 [1980]). *Burocracia de nível de rua: dilemas do indivíduo nos serviços públicos*. Brasília, Brasil: ENAP.

Löwy, M. (2014), *A jaula de aço: Max Weber e o marxismo weberiano*. São Paulo, Brasil: Boitempo.

Loyola, M. A. (2002), *Entrevista a Pierre Bourdieu*. Rio de Janeiro, Brasil: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Lugones, M. (2008). Colonialidad y género. *Revista Tabula Rasa*, nº 9, 73-101. Retirado de <https://www.revistatabularasa.org/numero-9/05lugones.pdf>

Lukes, S., Noronha, N. e Finney, N. (2019). Slippery discrimination: a review of the drivers of migrant and minority housing disadvantage. *Journal of Ethnic and Migration Studies*, 45(17), 3188-3206. Retirado de <https://doi.org/10.1080/1369183X.2018.1480996>

M

- Machado, I. J. R. (2011). A condição obscura: Reflexões sobre as políticas de imigração e controle de estrangeiros em Portugal. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 97, 125-145. Retirado de <https://doi.org/10.4000/rccs.4038>
- Madden, D. e Marcuse, P. (2016). *In defense of housing*. Londres, Inglaterra: Verso Books.
- Maldonado, S. R. (2016). *Direito à Habitação como Direito Fundamental no contexto da etnia cigana*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Retirado de <https://tinyurl.com/y55k8n84>
- Malheiros, J. (2002, dezembro 1). Portugal Seeks Balance of Emigration, Immigration [Post em blogue]. Retirado de <https://www.migrationpolicy.org/article/portugal-seeks-balance-emigration-immigration>
- Malheiros, J. (2007). *Imigração brasileira em Portugal*. Lisboa, Portugal: Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural.
- Malheiros, J. e Fonseca, L. (2007). *Acesso à habitação e problemas residenciais dos imigrantes em Portugal*. Lisboa, Portugal: Alto-Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural. ISBN: 978-989-685-043-2. Retirado de <https://tinyurl.com/5bjymczc>
- Mármora, L. (2002). *Las Políticas de Migraciones Internacionales*, Buenos Aires, Argentina: Paidós.
- Marques, J. C. e Góis, P. (2009). Portugal as a Semi-peripheral Country in the Global Migration System. *International Migration*, 47(3), 21-50.
- Marques, J. C. e Góis, P. (2011). A evolução do sistema migratório lusófono. Uma análise a partir da imigração e emigração portuguesa. *Revista Internacional em Língua Portuguesa*, III(24), 213-233.
- Marques, J. C., Góis, P. e Pinho, F. (2017). Regresso de uma geração preparada: Diagnóstico de situação atual. Boavista, Porto: Fundação AEP. Retirado de <https://iconline.ipleiria.pt/handle/10400.8/2896>
- Marques, M. M. e Rosa, M. J. V. (2003). L'intégration des immigrés au Portugal: singularité ou retard? *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 41, 9-36. Retirado de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n41/n41a01.pdf>
- Martinez, R. C., Arruda, A. F. S. de, Souza, C. F. (2016). O direito social à moradia digna como elemento essencial à concretização da cidadania: O acesso aos dados do déficit habitacional na sociedade

- da informação. *Revista Direito & Paz*, 2(35), 194-213. Retirado de <http://www.revista.unisal.br/lo/index.php/direitoepaz/article/view/453>
- Martins, I. C. D. (2015). Políticas de imigração e integração: intervenção do Serviço Social. *Intervenção Social*, nº 46, 57-75. Retirado de <http://revistas.lis.ulsiada.pt/index.php/is/article/view/2357>
- Martins, L. (2016). *Geografia do turismo – linhas de enquadramento e tendências de evolução*. FLUP, Portugal: Publicação Didática. Retirado de <https://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/90847>
- Marx, K. (1867). *O capital*. Hamburgo, Alemanha: L. W. Schmidt.
- Massey, D. S. (1990). *The Social and Economic Origins of Immigration*. Anais da Academia Americana de Ciência Política e Social, vol. 510, 60-72. Retirado de <https://u.demog.berkeley.edu/~jrw/Biblio/Eprints/%20M-O/massey.1990.pdf>
- Massey, D. S. (1999). Why does immigration occur? In Hirschman, C., Kasinitz, P., Dewind, J. (orgs.), *The Handbook of International Migration: The American Experience* (pp. 34-52). Nova Iorque, EUA: Russell Sage Foundation.
- Massey, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A. e Taylor, J. E. (1993). Theories of International Migration: A Review and Appraisal. *Population and Development Review*, 19(3), 431-466. Retirado de <https://tinyurl.com/y4qhmvlv>
- Massey, D. S., Arango, J., Hugo, G., Kouaouci, A., Pellegrino, A. e Taylor, J. E. (1998). *Worlds in Motion: Understanding International Migration at the end of the Millennium*. Cambridge, Inglaterra: Oxford University Press.
- Massey, D. S. e España, F. G. (1987). The social process of international migration. *Science*, 237(4816), 733-738. Retirado de <https://tinyurl.com/y5ek6zbe>
- Matos, F. L. de (2001). *A habitação no grande porto – uma perspectiva geográfica da evolução do mercado e da qualidade habitacional desde finais do séc. XIX até ao final do milénio*. Tese de Doutoramento, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Retirado de <https://tinyurl.com/y5v97e7x>
- McDonald, C. (2013). Migration and the housing market. *Reserve Bank of New Zealand Analytical Note Series*, 10, 1-19.

- Mendes, L. e Carmo, A. (2016). State-led gentrification in an era of neoliberal urbanism: Examining the new urban lease regime in Portugal. Conferência Internacional “*From Contested Cities to Global Urban Justice*”, Madrid, Espanha.
- Menezes, P. R. (1997). As relações entre Portugal e o Brasil – uma perspectiva pessoal. *Via Atlântica*, n°1, 29-39. Retirado de <https://doi.org/10.11606/va.v0i1.48668>
- Mignolo, W. D. (2005). A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. In Lander, E. (orgs.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas* (pp. 33-49). Buenos Aires, Argentina: CLACSO.
- Mikaba, P. (2016, setembro 5). Immigrant Housing in Europe: Overview. *European Web Site on Integration: Migrant Integration Information and Good Practices* [web site]. Retirado de <https://ec.europa.eu/migrant-integration/intdossier/immigrant-housing-in-europe-overview>
- Milano, C. (2017). *Overtourism and Tourismphobia: Global trends and local contexts*. Barcelona, Espanha: Ostelea School of Tourism & Hospitality.
- Milano, C., Cheer, J. M. e Novelli, M. (2019). *Overtourism: Excesses, Discontents and Measures in Travel and Tourism*. Wallingford, Reino Unido: CABI
- Ministério dos Negócios Estrangeiros. (2021). *Tipo de visto*. Retirado de <https://tinyurl.com/1qubo9s1>
- Ministério das Relações Externas. (2021). *Comunidade Brasileira no Exterior: Estimativas Referentes ao Ano de 2020*. Retirado de <https://tinyurl.com/4adrjja9>
- MIPEX. (2020). *Migrant Integration Policy Index – Portugal*. Retirado de <https://www.mipex.eu/portugal>
- Miranda, G. (2020, abril 25). Sem dinheiro, imigrantes brasileiros pedem ajuda para voltar de Portugal. *Folha de São Paulo* [online]. Retirado de <https://tinyurl.com/yhdt3xjb>
- Monteiro, A. M. (2010). *O endividamento, relativo à habitação, das famílias residentes num bairro social, em Lisboa*. Dissertação de Mestrado, ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa. Retirado de <https://tinyurl.com/y3xs6e5h>
- Morais, L., Silva, R., Mendes, L. (2018). Direito à habitação em Portugal: comentário crítico ao relatório apresentado às nações unidas 2017. *Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais*, 7(1), 229-243.
- Moses, J. W. (2006). *International Migration: Globalization's Last Frontier*. Nova Iorque, EUA: Zed Books Ltda.

Moskowitz, P. (2018). *How to Kill a City: Gentrification, Inequality and the Fight for the Neighborhood*. Nova Iorque, EUA: Bold Type Books.

Mota, L. F. (2020). Estudos de implementação de políticas públicas: uma revisão de literatura. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 92, 133-150. Retirado de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n92/n92a07.pdf>

Murie, A. (2016). *The Right to Buy?: Selling off public and social housing*. Bristol, Inglaterra: Policy Press.

Mussa, A., Nwaogu, U. G., Pozo, S. (2017). Immigration and housing: A spatial econometric analysis. *Journal of Housing Economics*, 35, 13-25. Retirado de <https://doi.org/10.1016/j.jhe.2017.01.002>

N

Neves, V. (2018). A questão habitacional em Portugal: velhos e novos problemas. In Carmo, A., Ascensão, E. e Esteves, A. (eds.), *A Cidade em Reconstrução – Leituras Críticas, 2008-2018* (pp. 39-45). Odivelas, Portugal: Outro Modo Cooperativa Cultural.

Nolasco, C. (2016). *Migrações internacionais: conceitos, tipologia e teorias*. Coimbra, Portugal: Oficina do CES n.º 434. Retirado de <https://ces.uc.pt/pt/publicacoes/outras-publicacoes-e-colecoes/oficina-do-ces/numeros/oficina-434>

O

Observatório da emigração. (2019). Teremos 2.631.559 emigrantes. Retirado de <http://observatorioemigracao.pt/np4/7211.html>

OIM. (2019). *Glossary on Migration* [pdf]. Retirado de https://publications.iom.int/system/files/pdf/iml_34_glossary.pdf

OIM. (2020). *Migration Factsheet No. 6 – The impact of COVID-19 on migrants*. Retirado de <https://tinyurl.com/12pt19rx>

OCDE. (2019). *Under Pressure: The Squeezed Middle Class*. Retirado de <https://www.oecd.org/els/soc/OECD-middle-class-2019-main-findings.pdf>

OCDE. (2020). *What is the impact of the COVID-19 pandemic on immigrants and their children?* Retirado de <http://www.oecd.org/coronavirus/policy-responses/what-is-the-impact-of-the-covid-19-pandemic-on-immigrants-and-their-children-e7cbb7de/>

Oliveira, A. C. (2012). Alteridade e Identidade: “Quem Somos”, “Quem São” nas Vivências de Processos Migratórios. In Dantas, S. D. (orgs.), *Diálogos Interculturais: Reflexões Interdisciplinares e*

Intervenções Psicossociais (pp. 85-107). São Paulo, Brasil: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo.

Oliveira, C. R. (2020). *Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2020* (ISBN 978-989-685-111-8). Retirado de <https://tinyurl.com/1gfx47ca>

Oliveira, C. R. (2021). *Indicadores de integração de imigrantes: relatório estatístico anual 2021* (ISBN 978-989-685-111-8). Retirado de <https://tinyurl.com/5y8pictm>

Oliveira, C. R., Gomes, N. e Santos, T. (2017). *Aquisição da nacionalidade portuguesa: 10 anos da Lei em Números*, Caderno Estatístico Temático #1, Coleção *Imigração em Números* do Observatório das Migrações (coord. C. R. Oliveira). Lisboa: ACM.

Oliveira, E. de S. e Lucini, M. (2021). O Pensamento Decolonial: Conceitos para Pensar uma Prática de Pesquisa de Resistência. *Boletim Historiar* 8(1), 97-115.

Oliveira, P. (2013). *Portugal e os seus imigrantes: perfis socioeconómicos no início do séc. XXI*. Porto, Portugal: CEPESE. Retirado de <https://tinyurl.com/vjq9uxfz>

ONU. (2018). The World's Cities in 2018 - Data Booklet. Retirado de https://www.un.org/en/events/citiesday/assets/pdf/the_worlds_cities_in_2018_data_booklet.pdf

ONU. (2019). *International Migration Report 2019* (ST/ESA/SER.A/438). Retirado de <https://tinyurl.com/yf7kcwov>

Oro, A. V., Pinheiro, A. e Almeida, M. (2019). Entre as práticas e as políticas. O Programa Habitar Porto. *Forum Sociológico* [Online], 34. Retirado de <https://journals.openedition.org/sociologico/4820#tocto2n1>

P

Padilla, B. (2006). Redes sociais de los brasileiros recién llegados a Portugal: ¿Solidaridad étnica o empatía étnica? *Revista Alternativas. Cuadernos de Trabajo Social*, nº14, 49-61.

Padilla, B. (2007) Acordos bilaterais e legalização: o impacte na integração dos brasileiros em Portugal. In Malheiros, J. (orgs.), *A Imigração Brasileira em Portugal* (pp. 217-223). Lisboa, Portugal: ACIME.

Padilla, B. (2009). As migrações latino-americanas para a Europa: uma análise retrospectiva para entender a mobilidade actual. *Revista Migrações*, nº5, 19-35.

- Padilla, B. (2017). Políticas públicas e migrações. In Padilla, B., Azevedo, J. e França, T. (orgs.), *Migrações Internacionais e Políticas Públicas Portuguesas* (pp. 7-28). Lisboa, Portugal: Mundos Sociais.
- Padilla, B. e Azevedo, J. (2017). Introdução. In Padilla, B., Azevedo, J. e França, T. (orgs.), *Migrações Internacionais e Políticas Públicas Portuguesas* (pp. 1-5). Lisboa, Portugal: Mundos Sociais.
- Padilla, B. e Ortiz, A. (2012). Fluxos migratórios em Portugal: do *boom* migratório à desaceleração no contexto de crise. Balanços e desafios. *Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, XX(39)*, 159-184.
- Padilla, B., Marques, J. C., Góis, P. e Peixoto, J. (2015). *Vagas atlânticas. Migrações entre Brasil e Portugal no início do século XXI*. Lisboa, Portugal: Mundos Sociais.
- Papademetriou, D. G. (2008). Gerir melhor as migrações internacionais: princípios para maximizar os benefícios das migrações. In Papademetriou, D. G. (orgs.), *A Europa e os seus Imigrantes no Século XXI* (pp. XIV – LXVIII). Lisboa, Portugal: FLAD.
- Peck, J. (2012). Austerity urbanism. *City, 16(6)*, 626-655.
- Peck, J. (2015). *Austerity urbanism: The neoliberal crisis of American cities*. Nova York, EUA: Rosa Luxemburg Stiftung.
- Peixoto, J. (1998). *As migrações dos quadros altamente qualificados em Portugal. Fluxos migratórios inter-regionais e internacionais e mobilidade intraorganizacional*. Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa. Retirado de <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/11189>
- Peixoto, J. (2004). País de emigração ou país de imigração? Mudança e continuidade no regime migratório em Portugal. Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa: SOCIUS Working Papers n° 2. Retirado de <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2028>
- Peixoto, J. (2004). *As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas*. Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade de Lisboa: SOCIUS Working papers n° 11. Retirado de <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/2037>
- Peixoto, J., Craveiro, D., Malheiros, J. & Oliveira, I. T. (2017). *Migrações e sustentabilidade demográfica: Perspetivas de evolução da sociedade e economia portuguesas*. Odivelas, Portugal: Guide – Artes Gráficas, Lda. Retirado de <https://www.ffms.pt/FileDownload/4b3c99cf-f49c-4cd2-8ca4-a1ee7b1a77e8/migracoes-e-sustentabilidade-demografica>

- Petersen, W. (1958). A General Typology of Migration. *American Sociological Review*, 23(3), 256-266.
Retirado de https://www.jstor.org/stable/2089239?seq=1#metadata_info_tab_contents
- Pinho, A. F. A. (2012). Transformações na Emigração Brasileira para Portugal: De Profissionais a Trabalhadores. Tese de Doutoramento, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa do Instituto Universitário de Lisboa. Retirado de <https://repositorio.iscte-iul.pt/handle/10071/4931>
- Pinto, T. C. (2020). Da crise da habitação à crise da habitação: Trajetória de um direito comprometido. In Silva, M. C., Baptista, L. V., Ribeiro, F. B., Feliz, J. e Vasconcelos, A. M. (orgs.), *Espaço Urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito*, (pp. 55-83). V. N. Famalicão, Portugal: Edições Húmus.
- Pires, R. P. (2003). *Migrações e Integração: Teoria e Aplicações à Sociedade Portuguesa*. Oeiras, Portugal: Celta.
- Plataforma Global por el Derecho a la Ciudad. *El derecho a la ciudad: construyendo otro mundo posible – guía para su comprensión y operacionalización*. Retirado de https://www.right2city.org/wp-content/uploads/2019/09/R3.1_el-derecho-a-la-ciudad_construyendo-otro-mundo-posible-1.pdf
- Pordata. (2019; 2020). Portal Pordata. Retirado de <https://www.pordata.pt/Home>
- Portas, N. (1986). O processo SAAL: entre o Estado e o poder local. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 18/19/20, 635-644.
- Portes, A. (1997). Immigration theory for a new century: some problems and opportunities. *International Migration Review*, 31(4), 799–825. Retirado de <https://doi.org/10.1177/019791839703100402>
- Portes, A. (2000). Capital Social: Origens e Aplicações na Sociologia Contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 33, 133-158. Retirado de <http://www.scielo.mec.pt/pdf/spp/n33/n33a06.pdf>
- Prado Jr., C. (1981 [1945]). *História econômica do Brasil*. São Paulo, Brasil: Brasiliense.
- Prado Jr., C. (2012 [1933]). *Evolução Política do Brasil*. São Paulo, Brasil: Brasiliense.
- Putnam, R. D. (2007). *E Pluribus Unum: Diversity and Community in the Twenty-first Century – The 2006 Johan Skytte Prize Lecture*. *Scandinavian Political Studies Journal*, 30(2), 137-174.

Q

Quijano, A. (2005). Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In Lander, E. (orgs.), *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas* (pp. 107-130). Buenos Aires, Argentina: CLACSO.

Quintino, A. S. S. (2018). *Efeitos demográficos e económicos das migrações em Portugal: o caso da Segurança Social*. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa. Retirado de <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/36350>

R

Ramos, J. (2019). *Eso no estaba en mi libro de Historia de Roma*. Lisboa, Portugal: Editorial Presença.

Ramos, N. (2013). Interculturalidade(s) e Mobilidade(s) no espaço europeu: viver e comunicar entre culturas. In Pina, H., Ferreira, C., Martins, F. (orgs.), *The Overarching Issues of the European Space: Grandes Problemáticas do Espaço Europeu* (pp. 343-360). Porto, Portugal: Faculdade Letras Universidade do Porto. Retirado de <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/12315.pdf>

Ravenstein, E. G. (1885). The Laws of Migration. *Journal of the Statistical Society of London*, 48(2), 167-235. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/pdf/2979181.pdf>

Reis, E. (1996). *Estatística descritiva*. Lisboa, Portugal: Edições Sílabo.

República portuguesa. (2019). *Relatório sobre Racismo, Xenofobia e Discriminação Étnico-racial em Portugal*. Retirado de <https://tinyurl.com/9c44arzs>

República portuguesa. (2021). *PRR tem 1250 milhões para gastar em Habitação em seis anos*. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc22/comunicacao/noticia?i=pr-r-tem-1250-milhoes-para-gastar-em-habitacao-em-seis-anos>

Ribeiro, D. (1995). *O Povo Brasileiro*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.

Ribeiro, F. B. (2017). *Uma Sociologia do Desenvolvimento*. Vila Nova de Famalicão, Portugal: Húmus Editora.

Ribeiro, F. B. (2021). A habitação como (velha e nova) questão social. *Revista Spot*, p. 88.

Ribeiro, F. B., Mora, T., Sousa, M. (2020). A habitação em estado de emergência? Crise, as respostas políticas em Portugal e o caso do centro histórico de Guimarães. In Silva, M. C., Baptista, L. V., Ribeiro, F. B., Feliz, J. e Vasconcelos, A. M. (orgs.), *Espaço Urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito*, (pp. 207-224). V. N. Famalicão, Portugal: Edições Húmus.

- Ribeiro, R., Teixeira, J., Ribeiro, F. B. (2021, *no prelo*). Uma cidade sob pressão: A habitação como questão emergente em Braga. In Atas do *XI Congresso Português de Sociologia – Identidades aquecidas: diferenças, pertencimentos e populismos num mundo efervescente*. ESPP/ISCTE-IUL e ICS-ULisboa, Lisboa.
- Ribeiro, R. e Ribeiro, R. (2021, *no prelo*). Imigração e mercado de arrendamento em Braga: Inquilinos de valor diferenciado?. In Atas do *XI Congresso Português de Sociologia – Identidades aquecidas: diferenças, pertencimentos e populismos num mundo efervescente*. ESPP/ISCTE-IUL e ICS-ULisboa, Lisboa.
- Rio, R. (2018, outubro 24). Bem-vindos a Braguil. *Correio da Manhã* [online] Retirado de <https://www.cmjornal.pt/opiniao/colonistas/ricardo-rio/detalhe/bem-vindos-a-braguil>
- Rodrigues, A. M. B. O. (2011). *Nomadismo no mundo actual: mobilidade de migrantes qualificados e identidades culturais*. (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa). Retirado de <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/6165>
- Rodrigues, C. e Lopes, F. (2017). Quem são os novos cidadãos portugueses? *Público* [online]. Retirado de <https://acervo.publico.pt/multimedia/infografia/quem-sao-os-novos-cidadaos-portugueses-229>
- Rodrigues, J. (2017). A imaginação do centro no poder. *Público* [on-line]. Retirado de <https://www.publico.pt/2017/12/15/politica/opiniao/a-imaginacao-do-centro-no-poder-1796020>
- Rodrigues, J., Santos, A. C. e Teles, N. (2016). *A Financeirização do Capitalismo em Portugal*. Lisboa, Portugal: Conjuntura Actual Editora.
- Rolnik, R. (2013). Late Neoliberalism: The Financialization of Homeownership and Housing Rights. *International Journal of Urban and Regional Research*, 37(3), 1058-1066. Retirado de <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12062>
- Rolnik, R. (2015). *Guerra dos Lugares: Colonização da Terra e da Moradia na Era das Finanças*. São Paulo, Brasil: Boitempo.
- RTP. (2020). *Arquivos RTP: coleção “Emigração Portuguesa”*. Retirado de <https://arquivos.rtp.pt/colecoes/emigracao-portuguesa/>

S

- Sá, F., 2015. Immigration and House Prices in the UK. *The Economic Journal*, 125(587), 1393-1424.

- Sabal, J. (2005). *The Determinants of Housing Prices: The Case of Spain*. Department of Financial Management and Control, ESADE. Universitat Ramon Llull.
- Saiz, A. (2007). Immigration and housing rents in American cities. *Journal of Urban Economics*, 61(2), 345–371.
- Saiz, A. e Wachter, S. (2011). Immigration and the Neighborhood. *American Economic Journal: Economic Policy*, 3(2), 169-88.
- Santos, A. C. (2018). A financeirização do Estado, a política da habitação ou os subsídios à especulação. In Carmo, A., Ascensão, E. e Estevens, A. (eds.), *A Cidade em Reconstrução – Leituras Críticas, 2008-2018* (pp. 81-88). Odivelas, Portugal: Outro Modo Cooperativa Cultural.
- Santos, A. C. (orgs.) (2019). *A nova questão da habitação em Portugal – uma abordagem da economia política*. Coimbra, Portugal: Conjuntura Actual Editora.
- Santos, A. e Serra, N. (2020) O eterno mito do congelamento das rendas. *Le Monde Diplomatique*, edição portuguesa, 6-7.
- Santos, A. C., Teles, N. e Serra, N. (2014). *Finança e habitação em Portugal*. Cadernos do Observatório #2 – CES/UC. Retirado de <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/41129>
- Santos, B. S. (1990). Onze teses por ocasião de mais uma descoberta de Portugal. *Oficinas do CES*, n.º21. Retirado de <https://tinyurl.com/ycyzp2fd>
- Santos, B. S. (1994). Modernidade, identidade e a cultura de fronteira. *Tempo Social*, 5(1-2), 31-52. Retirado de <https://tinyurl.com/mu7ma3f3> .
- Santos, B. S. (2002). O Fim da Imaginação do Centro. *Revista Visão* [impressa]. Retirado de <https://www.ces.uc.pt/ces/opiniao/bss/041.php>
- Santos, B. S. (2002). Os processos da globalização. In Santos, B. S. (orgs.), *A Globalização e as Ciências Sociais* (pp. 25 – 102). São Paulo, Brasil: Cortez Editora.
- Santos, B. S. (2007). Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos estudos CEBRAP*, n.º 79, 1-55. Retirado de <https://tinyurl.com/2p8v78sf>
- Santos, B. S. (2018). *Construindo as Epistemologias do Sul: Para um pensamento alternativo de alternativas*, Volume I. Buenos Aires, Argentina: CLACSO.
- Santos, B. S. (2020). *O fim do império cognitivo*. Coimbra, Portugal: Edições Almedina, SA.

- Santos, P. M. e Amorim, P. (2010). As Relações Portugal-Brasil na primeira metade do século XX (1910-1945). In Sousa, F., Santos, P. M. e Amorim, P. (orgs.), *As Relações Portugal-Brasil no Século XX* (pp. 121-139). Porto, Portugal: CEPESE/ Fronteira do Caos. Retirado de <https://www.cepese.pt/portal/pt/publicacoes/obras/as-relacoes-portugal-brasil-no-seculo-xx>
- Sassen, S. (1999). *Guest and Alliens*. Nova Iorque, EUA: New Press.
- Schwarcz, L. M. (1993). *O espetáculo das raças: Cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo, Brasil: Companhia das Letras.
- Scott, A. S. V. (2000). Uma história de despedidas: a emigração portuguesa para o Brasil (1822 - 1910). *Revista de Ciências Humanas*, n.º 27, 29-56.
- Scott, A. S. V. (2001). As duas faces da imigração portuguesa para o Brasil (décadas de 1820-1930). Atas do VII Congresso de História Económica de Zaragoza. Saragoça, Espanha. Retirado de <https://www.aehe.es/vii-congreso-aehe-2001/>
- SEF. (2020). *Direitos e deveres do titular de autorização de residência*. Retirado de <https://imigrante.sef.pt/direitos-deveres/>
- SEF. (2020). Mapa estatístico referente à atribuição de Autorização de Residência para Investimento. Retirado de <https://www.sef.pt/pt/pages/conteudo-detalle.aspx?nID=93>
- SEFStat. (2019). *População Estrangeira Residente em Portugal, por distrito*. Retirado de <https://sefstat.sef.pt/forms/distritos.aspx>
- SEFStat. (2020). *Relatório de Imigração, Fronteiras e Asilo 2020*. Retirado de <https://sefstat.sef.pt/forms/relatorios.aspx>
- Segal, U. A. (2019). Globalization, migration, and ethnicity. *Public Health*, 172, 135-142. Retirado de <https://tinyurl.com/vvey4n6>
- Serra, N. (2019). Quanto custa ser parente pobre? Do lugar periférico da habitação nas políticas sociais à sua centralidade no processo de financeirização. In Santos, A. C. (orgs.), *A nova questão da habitação em Portugal – uma abordagem da economia política*, (pp. 275-292). Coimbra, Portugal: Conjuntura Actual Editora.
- Serrão, J. (1970). Conspecto histórico da emigração portuguesa. *Análise Social*, 8(32), 597-617. Retirado de <https://www.jstor.org/stable/pdf/41008046.pdf>

- Silva, C. A., Menezes, M. (2014, dezembro). *O contexto de crise econômica na política de habitação social em Portugal no século XXI*. Atas do XIV Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS). Natal, Brasil. Retirado de <http://repositorio.inec.pt:8080/handle/123456789/1007155>
- Silva, F. (2019, maio 20). Estudantes estrangeiros a tirar curso em Portugal aumentam 86% em quatro anos. *JPN-JornalismoPortoNet* [online]. Retirado de <https://tinyurl.com/2zts6b33>
- Silva, M. C. (2020). Espaço, cidade e habitação como primeiro direito. In Silva, M. C., Baptista, L. V., Ribeiro, F. B., Feliz, J. e Vasconcelos, A. M. (orgs.), *Espaço Urbano e Habitação Básica como Primeiro Direito*, (pp. 207-224). V. N. Famalicão, Portugal: Edições Húmus.
- Silva, M. C., Ribeiro, F. B., Cardoso, A. e Felizes, J. (2017). O espaço urbano e o problema da habitação: uma primeira aproximação às ilhas e bairros sociais no Porto e em Braga. In Rodrigues, F. M., Silva, M. C., Fontes, A. C., Fontes, A. C., Mourão, S., Baptista, L. (orgs.), *Por uma estratégia de cidade sustentável: expansão urbana planeada, quadro legal e financiamento autárquico* (pp. 169-183). Porto, Portugal: Afrontamento.
- Silva, R. (2018). Cidades para as pessoas, não para o lucro! In Carmo, A., Ascensão, E. e Estevens, A. (eds.), *A Cidade em Reconstrução – Leituras Críticas, 2008-2018* (pp. 65-72). Odivelas, Portugal: Outro Modo Cooperativa Cultural
- Silva, S. C. (2010). Intervenções estatais nas políticas para habitação. *Revista de Iniciação Científica da FFC, 10*(3), 1-13. Retirado de: <https://tinyurl.com/y4v3dnsj>
- Silvestre, H. C., & Araújo, J. F. (2012). *Metodologia para investigação social*. Lisboa, Portugal: Escolar Editora.
- Sousa, F., Martins, I. L. e Pereira, C. M. (2007). *A emigração portuguesa para o Brasil*. Porto, Portugal: Edições Afrontamento.
- Steger, M. B. (2003). *Globalization: A Very Short Introduction*. Oxford, Inglaterra: Oxford University Press.
- Stickdorn, M., Hormess, M., Lawrence, A. & Schneider, J. (2018). *This is service design doing : applying service design thinking in the real world : a practioner's handbook*. Sebastopol, California: O'Reilly.
- Stillman, S. e Maré, D. (2008). Housing Markets and Migration: Evidence from New Zealand, Wellington. *Motu Economic and Public Policy Research, Working Paper 08/06*, 1-45.

T

Teixeira, A. M. R. (2019). *Imigração em Portugal: Cidadania e Integração*. Dissertação de Mestrado, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho. Retirado de <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/65264>

Thiry-Cherques, H. R. (2009). Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. *PMKT: Revista Brasileira de Pesquisas de Marketing, Opinião e Mídia*, 3, p. 20-27.

Thumé, B. J. (2020). Os Direitos Dos Imigrantes Ilegais em Portugal: Uma verificação acerca da desumanização dos imigrantes e seus efetivos direitos. *Revista Âmbito Jurídico*. Retirado de <https://tinyurl.com/dngcwc08>

Touraine, A. (2004). On the Frontier of Social Movements. *Current Sociology*, 52(4), 717-725.

TVI 24 (2020, fevereiro 5). Brasil anuncia repatriamento de 883 brasileiros retidos em Portugal. *TVI 24* [online]. Retirado de <https://tinyurl.com/1m6d5ciq>

U

UNTWO. (2008). *International Recommendations for Tourism Statistics*. Madrid, Espanha: Department of Economic and Social Affairs Statistics Division. Retirado de <http://unstats.un.org/unsd/trade/IRTS/IRTS2008unedited.pdf>

V

Vasconcelos, Y. L., Yoshitake, M., Santos, M. A. e Fraga, M. S. (2008). Reflexos da globalização: uma análise das formas de inserção no mercado internacional. *Sitientibus*, n°39, 95-129. Retirado de <https://tinyurl.com/y66wfhz>

Vilaça, E. (2001). O "Estado da Habitação": Medidas sem Política num País Adiado. *Revista Cidades, Comunidades e Territórios*, n°3, 83-92.

Villar, P. M. B. (2015). *O Direito Fundamental à Habitação e o Direito do Urbanismo: uma análise do direito português e do direito brasileiro*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra. Retirado de <https://tinyurl.com/y3axa846>

W

- Wallerstein, E. (1992). Creacion del Sistema Mundial Moderno. In *Un mundo jamás imaginado*. Bogotá, Colombia: Ediciones Norma. Retirado de <http://www.ram-wan.net/restrepo/tcomt/creacion-sistema-mundial-moderno.pdf>
- Weber, M. (2004 [1922]). Relações Comunitárias Étnicas. In Weber, M. (2004 [1922]), *Economia e Sociedade* (pp. 267-277). Brasília, Brasil: Editora UnB.
- Wenden, C. W. (2004). Admissions policies in Europe. In Massey, D. S. e Taylor, J. E. (orgs.), *International Migration: Prospects and Policies in a Global Market* (pp. 286-294). Oxford, Inglaterra: Oxford University Press.
- Wetzstein, S. (2017). The global urban housing affordability crisis. *Urban Studies*, 54(14), 3159-3177. Retirado de <https://doi.org/10.1177/0042098017711649>
- Wolton, D. (2003). *La otra mundialización: Los desafíos de la cohabitación cultural global*. Barcelona, Espanha: Editorial Gedisa, S.A.

Legislação

Leis, decretos legislativos, despachos e resoluções

Constituição da República Portuguesa, de 10 de abril de 1976.

Código Penal, Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março de 1995.

Código Civil, Decreto-Lei n.º 47344, de 25 de novembro de 1966.

Lei n.º 37/81

Decreto-Lei n.º 264-B/81

Despacho Normativo n.º 63/91

Decreto-Lei n.º 212/92

Decreto-Lei n.º 59/93

Lei n.º 17/96

Decreto-Lei n.º 244/98

Decreto-Lei n.º 4/2001

Decreto-Lei n.º 34/2003

Decreto-Lei n.º 154/2003

Decreto n.º 40/2003

Decreto n.º 43/2003

Decreto n.º 42/2003

Decreto Regulamentar n.º 6/2004

Lei n.º 23/2007

Decreto-Regulamentar n.º 84/2007

Decreto-Lei n.º 31/2014

Decreto-Lei n.º 14/2021

Lei n.º 83/2019

Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019

Lei Orgânica n.º 2/2020

Outros

Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 10 de dezembro de 1948, Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas.

Resolução n.º 45/158 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 18 de dezembro de 1990.

Resolução n.º 45/158 da Assembleia Geral das Nações Unidas, de 18 de dezembro de 1990.

Acordo Schengen, de 19 de junho de 1992.

Convenção de Dublin, de 1993.

Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, de 2000.

Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural, de 2 de novembro de 2001. Retirada de <https://tinyurl.com/gsnr7bk>

Acordo Sobre a Contratação Recíproca de Nacionais entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, de 2003.

Acordo para a Facilitação de Circulação de Pessoas entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, de 2003.

Acordo para a Prevenção e Repressão do Tráfico Ilícito de Migrantes entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, de 2003.

I Plano para a Integração dos Imigrantes (PII), de 2007. Retirado de https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PII_2007_pt.pdf/f9ffc855-fae3-4acb-8ddb-3d00b6af0635

II Plano para a Integração dos Imigrantes (PII), de 2010. Retirado de https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PII_2010_2013_pt.pdf/32306f2f-555f-420d-af33-e5375a46cefd

Plano Estratégico para as Migrações (PEM), de 2015. Retirado de https://www.acm.gov.pt/documents/10181/222357/PEM_net.pdf/3a515909-7e66-41e8-8179-e3aa5e0c7195

Plano Nacional de Implementação do Pacto Global para as Migrações Seguras, Ordenadas e Regulares (PGM), de 2019. Retirado de <https://dre.pt/application/file/a/124068095>

Balanço do Primeiro Ano do Plano Nacional de Implementação do Pacto Global para as Migrações, de 2020. Retirado de <https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAABAAzNDA1MwEAMdxAIAUAAAA%3d>

Anexos

Anexo 1. Guiões de Entrevista

Imigrantes

1. Variáveis sociodemográficas

- 1.1.Nome
- 1.2.Idade
- 1.3.Nacionalidade
- 1.4.Estado Civil
 - 1.4.1. No caso de ter cônjuge, qual a nacionalidade dele/a?
- 1.5.Tem filhos?
- 1.6.Processo migratório solitário ou com acompanhantes?
- 1.7.Tipo de visto (quando entrou e, no caso de alteração, atual)
- 1.8. Sexo
- 1.9. Orientação sexual
- 1.10. Religião
- 1.11. Origem geográfica (Cidade e Estado de proveniência)
- 1.12. Espectro político (partido e/ou político com o qual se identifica)
- 1.13. Escolaridade
- 1.14. Ocupação atual
- 1.15. Ocupação prévia no Brasil
- 1.16. Rendimento médio mensal (escala)
- 1.17. Freguesia de entrada e (em caso de mudança) freguesia de residência atual

2. Opção por Portugal e Braga

- 2.1.A opção por Portugal deve-se a que fatores?
- 2.2.Quais os motivos que o/a fizeram sair do Brasil?
- 2.3.Há quanto tempo está em Portugal e, em particular, em Braga?
 - 2.3.1. Porque escolheu Braga para residir?
 - 2.3.2. Porque optou pela freguesia específica onde reside atualmente?
- 2.4.E quais são os motivos que o fazem permanecer em Portugal?
- 2.5.Quais as expectativas em vir para Portugal? Elas foram alcançadas?

3. Condições perante a habitação

3.1. Reside numa habitação própria ou arrendada?

3.2. Quando veio para Portugal, procurou informar-se e teve em consideração os preços do mercado imobiliário?

3.3. [No caso de arrendamento]

3.3.1. Quais os meios utilizados para alugar o espaço onde reside? (eg., imobiliária, redes sociais, indicação de amigos ou parentes, outros).

3.3.2. Possui contrato de arrendamento formal?

3.3.3. Encontrou entraves quando tentava arrendar casa?

3.3.4. Quais foram as exigências requeridas pelo indivíduo responsável pela habitação?

3.3.5. O senhorio reside no mesmo espaço?

3.3.6. Qual a nacionalidade do senhorio?

3.3.7. Qual o valor mensal despendido para renda habitacional?

3.3.8. Houve alteração de valor mensal de renda no local onde habita?

3.3.9. Considera que o valor cobrado é adequado face às condições oferecidas? Porquê?

3.4. [No caso de compra]

3.4.1. Quais os meios utilizados para comprar o espaço onde reside? (eg., imobiliária, redes sociais, indicação de amigos ou parentes, outros).

3.4.2. Recorreu a um empréstimo habitação?

3.4.2.1. **Se sim:** Como se desenrolou o processo de empréstimo? Foi um processo fácil? Quais foram as exigências colocadas? Encontrou entraves?

3.4.2.2. **Se sim:** Qual o valor mensal da prestação?

3.5. Tipologia do local de residência (quarto, casa, apartamento, Tx)

3.6. Número de pessoas que habitam o espaço.

3.7. Habita esse espaço desde que chegou à cidade?

3.7.1.1. **Se não:** quais os motivos o levaram a sair do(s) espaço(s) anterior(es)?

3.8. Tem perceção da evolução dos custos com habitação na cidade?

4. Integração

- 4.1. De um modo geral, considera Portugal um país acolhedor para os imigrantes? Porquê?
 - 4.1.1. E Braga em Particular? É uma cidade acolhedora? Porquê?
- 4.2. Sentiu, em algum contexto, alguma outra forma de discriminação? Se sim, será que pode descrever o episódio e explicar se recorreu a algum organismo?
- 4.3. Quais as alternativas que facilitariam essa integração? De onde podem partir as iniciativas que facilitariam essa integração?
- 4.4. Possui alguma teia de amizades aqui em Portugal? E quanto a essa teia: ela é constituída por brasileiros unicamente ou alargada a indivíduos de outras nacionalidades, inclusive portuguesa?
 - 4.4.1. Se não possui, porquê?
- 4.5. Participa em eventos de lazer e cultura na cidade de Braga?
 - 4.5.1. Dá preferência a eventos ligados à cultura brasileira?
- 4.6. Considera que usufrui das infraestruturas e equipamentos da cidade, como transportes públicos, instalações desportivas, parque e zonas de lazer, casas de espetáculo, bibliotecas e museus?
 - 4.6.1. Qual o grau de satisfação perante os espaços utilizados?

5. Perspetivas futuras

- 5.1. Futuramente, o que pretende fazer? (Por exemplo, continuar em Braga, continuar no país, regressar para o Brasil, emigrar para outro país europeu ou fora da Europa)
 - 5.1.1. Porquê?

Poder Público

1. Variáveis Sociodemográficas

- 1.1. Nome
- 1.2. Idade
- 1.3. Desde quando ocupa o cargo?
- 1.4. Partido político pelo qual foi eleito?
- 1.5. Reside em Braga?

2. Atendimento e integração dos imigrantes

- 2.1. Face às diferenças existentes entre os dados oficiais nacionais e os números disponibilizados pelo Presidente da câmara municipal, Dr. Ricardo Rio, quais são os valores mais fiáveis para

conheceremos a dimensão quantitativa de imigrantes e, em especial, de brasileiros, a residir em Braga? Como chegou a Câmara a estes dados?

2.2. Atendem muitos imigrantes no serviço de apoio à procura de habitação?

2.2.1. De onde são a maioria dos imigrantes atendidos?

2.2.2. Qual é a freguesia onde os imigrantes brasileiros se concentram mais?

2.2.2.1. Porquê? Quais são os fatores atrativos?

2.2.3. Consegue traçar um perfil do típico imigrante brasileiro que arrenda casa/quarto em Braga? Escolaridade, idade, faixa salarial, opções habitacionais, etc... (se conseguir expressar em números, ainda melhor).

2.3. Quais são os principais fatores que fazem com que Braga atraia uma grande quantidade de imigrantes e, de modo especial, imigrantes brasileiros?

2.4. Possuem algum tipo de promoção específica destinada a captar a atenção da população que pretende imigrar?

2.5. E uma vez em Braga, quais são as iniciativas da própria câmara para integrar a população imigrante que chega, nos mais variados níveis (habitação, educação, saúde, trabalho, culturalmente, etc)?

3. Mercado imobiliário em Braga

3.1. Consegue traçar-me também um perfil do mercado imobiliário de Braga? Zonas mais caras, com mais ou menos ofertas, etc.

3.2. Reconhece que se verificaram nos últimos anos (essencialmente a partir de 2016) alterações significativas ao nível dos preços habitacionais no município?

3.3. Quais os fatores que influenciaram este processo de crescimento dos preços e ditam um determinado preço (localização, procura, idade e renovação do apartamento, etc)?

3.3.1. Considera que a imigração é um desses fatores?

3.3.1.1. Porquê?

3.4. Considera que os preços praticados são sustentáveis e adequados face ao poder de compra dos habitantes da cidade?

3.4.1. Porquê?

3.5. Na sua leitura, o cenário imobiliário da cidade aponta para qual caminho? O que acha que o futuro reserva?

- 3.6. Observam-se iniciativas por parte do poder público local e nacional em prol de melhoria desse cenário, com o intuito de “estabilizar” o mercado? (investir em zonas subaproveitadas e “desafogar” outras áreas, investindo, por exemplo, em infraestruturas). Existem ações desenvolvidas para diminuir o déficit habitacional?
- 3.7. Considera pertinente manter a atratividade para populações migrantes mesmo sabendo que o mercado habitacional não consegue dar resposta às exigências que lhe são colocadas? (pois fica claro que a procura por Braga se explica também pelas ações promocionais da cidade levadas a cabo pelo poder local).

Consultores Imobiliários

1. Variáveis sociodemográficas

- 1.1. Nome da imobiliária
- 1.2. Localidade
- 1.3. Tempo de atividade em Braga
- 1.4. Dimensão (pequena, média e grande empresa)

2. Atendimento a imigrantes

- 2.1. Atendem muitos imigrantes?
 - 2.1.1. De onde são a maioria dos imigrantes atendidos?
 - 2.1.2. Essas pessoas procuram a imobiliária mais para compra ou mais para arrendamento de imóveis ou quartos?
 - 2.1.3. Qual é a localidade ou zona da cidade onde os vossos clientes imigrantes brasileiros se concentram mais?
 - 2.1.3.1. Porquê? Quais são os fatores atrativos?
 - 2.1.4. Quais os critérios que essas pessoas migrantes têm que cumprir para arrendar algum espaço?
 - 2.1.4.1. Há algum perfil “reprovável” à partida?
 - 2.1.5. Consegue traçar um perfil do típico imigrante brasileiro que arrenda casa/quarto em Braga? Escolaridade, idade, faixa salarial, opções habitacionais, etc... (se conseguir expressar em números, ainda melhor).
- 2.2. Possuem algum tipo de publicidade ou propaganda específica destinada a captar a atenção da população imigrante?

2.3. E quanto à experiência que tem tido com inquilinos ou potenciais inquilinos imigrantes brasileiros?
Como avalia?

3. Mercado imobiliário em Braga

3.1. Qual o perfil da pessoa que recorre a vós para colocar para arrendamento um imóvel ou quarto (por exemplo, nível socioeconómico, nível educacional, se tem mais imóveis e vive do arrendamento imobiliário ou não)?

3.2. Consegue traçar também um perfil do mercado imobiliário de Braga? Zonas mais caras, com mais ou menos ofertas, etc.

3.3. Reconhece que se verificaram nos últimos anos (essencialmente a partir de 2016) alterações significativas ao nível dos preços habitacionais no município?

3.4. Quais os fatores que influenciaram este processo de crescimento dos preços e ditam um determinado preço (localização, procura, idade e renovação do apartamento, etc)?

3.4.1. Considera que a imigração é um desses fatores?

3.4.1.1. Porquê?

3.5. Considera que os preços praticados são comportáveis considerando o poder de compra da maioria dos habitantes da cidade?

3.5.1. Porquê?

3.6. Na sua leitura, o cenário imobiliário da cidade aponta para qual caminho? O que acha que o futuro reserva?

3.7. Observa iniciativas por parte do poder público (local e nacional) em prol de melhoria desse cenário, com o intuito de “estabilizar” o mercado? (investir em zonas subaproveitadas e “desafogar” outras áreas, investindo, por exemplo, em infraestruturas).

Senhorios

1. Variáveis Sociodemográficas

1.6. Nome

1.7. Idade

1.8. Estado Civil

1.9. Ocupação profissional

1.10. Rendimento médio mensal

1.11. Desde quando negocia com imóveis?

1.12. O/os imóvel/eis que possui foi/foram adquirido/s para arrendar?

- 1.13. Que tipo de imóveis possui para arrendamento? Apartamento, moradia individual, quartos, etc.
- 1.14. Costuma publicitar o imóvel em alguma imobiliária ou na internet (página de rede social, emails gerais, *sites* de vendas ou *sites* específicos para aluguer)?
- 1.15. Reside em Braga?

2. Atendimento a imigrantes

- 2.1. Atende muitos imigrantes?
- 2.1.1. De onde são a maioria dos imigrantes atendidos?
- 2.1.2. Oferece contrato formal?
- 2.1.3. Opta por arrendar a estrangeiros ou a nacionais? Tem alguma preferência?
- 2.1.3.1. **Se prefere nacionais:** Porquê?
- 2.1.3.2. **Se prefere migrantes:** Porquê? Adota alguma forma de chamar atenção dessa mesma população?
- 2.1.4. Quais os critérios que os imigrantes têm que cumprir para arrendar o espaço? O que os leva a considerar esses critérios?
- 2.1.4.1. Há algum perfil “reprovável” à partida?
- 2.2. Consegue traçar um perfil do típico imigrante brasileiro que arrenda casa/quarto em Braga? Escolaridade, idade, faixa salarial, opções habitacionais, etc... (se conseguir expressar em números, ainda melhor).
- 2.3. E quanto à experiência que tem tido com inquilinos ou potenciais inquilinos imigrantes brasileiros? Como avalia?

3. Mercado imobiliário em Braga

- 3.1. Consegue traçar também um perfil do mercado imobiliário de Braga? Zonas mais caras, com mais ou menos ofertas, etc.
- 3.2. Reconhece que se verificaram nos últimos anos (essencialmente a partir de 2016) alterações significativas ao nível dos preços habitacionais no município?
- 3.3. Quais os fatores que influenciaram este processo de crescimento dos preços e ditam um determinado preço (localização, procura, idade e renovação do apartamento, etc)?
- 3.3.1. Considera que a imigração é um desses fatores?
- 3.3.1.1. Porquê?

3.4. Considera que os preços praticados são sustentáveis e adequados face ao poder de compra dos habitantes da cidade? Considera justos?

3.4.1. Porquê?

3.5. Na sua leitura, o cenário imobiliário da cidade aponta para qual caminho? O que acha que o futuro reserva?

3.6. Observa iniciativas por parte do poder público (local e nacional) em prol de melhoria desse cenário, com o intuito de “estabilizar” o mercado? (investir em zonas subaproveitadas e “desafogar” outras áreas, investindo, por exemplo, em infraestruturas).

Anexo 2. Consentimento Informado com Garantia de Anonimato

CONSENTIMENTO INFORMADO

Declaro que consinto participar no estudo “***À procura de um lugar na cidade: Imigração brasileira e dinâmicas imobiliárias em Braga***”, cujo principal objetivo é compreender de que forma as recentes dinâmicas migratórias provenientes do Brasil em direção à cidade de Braga – suas motivações, contornos e influências – impactam nas dinâmicas do mercado imobiliário da cidade.

Declaro que autorizo a gravação do meu depoimento (em áudio, quando presencialmente, e em vídeo, quando realizado através da plataforma *on-line* Zoom) e utilização posterior dessa informação (no âmbito deste mesmo estudo).

Declaro ainda que fui informado acerca do carácter confidencial e anónimo das respostas que der no âmbito do referido estudo, tendo-me sido concedidas garantias de que a minha identidade não será revelada.

Declaro, por fim, que me foi dada oportunidade de colocar as questões que julguei necessárias e que fui informado acerca do direito de recusar a qualquer momento a participação no estudo. Se quiser retirar a minha entrevista devo enviar um email nesse sentido para raffaellaribbeiro@hotmail.com ou contactar através do n° 934 41* ***

Li e aceito participar,

Braga, ____ / ____ / ____

Nome: _____

Assinatura: _____

Anexo 3. Consentimento Informado sem Garantia de Anonimato

CONSENTIMENTO INFORMADO

Declaro que consinto participar no estudo “***À procura de um lugar na cidade: Imigração brasileira e dinâmicas imobiliárias em Braga***”, cujo principal objetivo é compreender de que forma as recentes dinâmicas migratórias provenientes do Brasil em direção à cidade de Braga – suas motivações, contornos e influências – impactam nas dinâmicas do mercado imobiliário da cidade.

Declaro que autorizo a gravação do meu depoimento (em áudio, quando presencialmente, e em vídeo, quando realizado através da plataforma *on-line* Zoom) e utilização posterior dessa informação (no âmbito deste mesmo estudo).

Declaro ainda que fui informado acerca do carácter não confidencial e não anónimo das respostas que der no âmbito do referido estudo.

Declaro, por fim, que me foi dada oportunidade de colocar as questões que julguei necessárias e que fui informado acerca do direito de recusar a qualquer momento a participação no estudo. Se quiser retirar a minha entrevista devo enviar um email nesse sentido para raffaellaribbeiro@hotmail.com ou contactar através do nº 934 41* ***.

Li e aceito participar,

Braga, ____ / ____ / ____

Nome: _____

Assinatura: _____

Anexo 4. E-mail de Requerimento de Dados às Instituições

Assunto: Pedido de Colaboração com Dissertação de Mestrado

Conteúdo:

“Prezados,

O meu nome é Rafaela Sofia Gonçalves Ribeiro, sou estudante de mestrado em Sociologia na Universidade do Minho (nº de aluno pg40440). No presente ano letivo encontro-me a desenvolver a minha dissertação intitulada “À procura de um lugar na cidade: Imigração brasileira e dinâmicas imobiliárias em Braga” e que, como o próprio nome indica, versa sobre a temática das migrações (em particular, brasileiras) e da habitação na cidade de Braga. O projeto é orientado pelo professor dr. Fernando Bessa Ribeiro (fbessa@ics.uminho.pt) e pela professora dra. Rita Ribeiro (rmgr@ics.uminho.pt), ambos docentes no Instituto de Ciências Sociais da mesma Universidade e em CC neste e-mail.

Com muito apreço, e diante dos entraves que foram encontrados para obter determinados dados estatísticos fiáveis, atualizados e específicos, venho, por este meio, solicitar a vossa colaboração no que se refere à partilha de dados estatísticos, nomeadamente (informação requerida).

Espero que considerem. Desde já agradeço e informo que tanto eu, quanto os meus orientadores, estamos disponíveis para esclarecer qualquer dúvida adicional.

Com os melhores cumprimentos,

Rafaela Ribeiro”

Anexo 5. Carta às Juntas de Freguesia

Excelentíssimo senhor Presidente da Junta de Freguesia de (inserir freguesia), (inserir nome do presidente),

O meu nome é Rafaela Sofia Gonçalves Ribeiro, sou estudante de mestrado em Sociologia da Universidade do Minho (nº de aluno pg40440). No presente ano letivo encontro-me a desenvolver a dissertação que versa sobre a temática das migrações (em particular, brasileiras) e da habitação na cidade de Braga. O projeto é orientado pelo professor dr. Fernando Bessa Ribeiro (fbessa@ics.uminho.pt) e pela professora dra. Rita Ribeiro (rmgr@ics.uminho.pt), ambos docentes no Instituto de Ciências Sociais da mesma universidade (ICS-UM).

Com muito apreço, e diante dos entraves que foram encontrados para obter determinados dados estatísticos atualizados e específicos, venho, por este meio, solicitar a vossa colaboração no que se refere à partilha de dados estatísticos, nomeadamente no que concerne ao número de brasileiros/as atualmente residentes na freguesia sob a sua administração. A fim de cumprir com o previsto na lei da proteção de dados, não necessito da identificação dos indivíduos nem das moradas exatas, sendo apenas necessário a freguesia, o número de brasileiros/as habitantes e, se possível, distribuídos por género (feminino e masculino). Esses dados poderão ser conseguidos, por exemplo, através do número de atestados de residência emitidos ao longo dos anos (após 2015 até à atualidade). Desde já agradeço e informo que tanto eu, quanto os meus orientadores, estamos disponíveis para esclarecer qualquer dúvida adicional.

Com os melhores cumprimentos,

Rafaela Sofia Gonçalves Ribeiro

Anexo 6. Tabela de Caracterização dos/as Entrevistados/as Imigrantes

Entrevistado	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12	E13	E14	E15	E16	E17
Variável																	
Sexo	Masculino	Masculino	Feminino	Masculino	Masculino	Feminino	Masculino	Masculino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Feminino	Masculino	Masculino	Masculino	Masculino
Idade	38	42	41	33	37	46	32	46	59	28	45	49	30	39	43	38	45
Orientação Sexual	Hétero.	Hétero.	Hétero.	Hétero.	Hétero.	Hétero.	Homo.	Hétero.	Hétero.	Bissexual	Hétero.	Hétero.	Hétero.	Hétero.	Hétero.	Hétero.	Hétero.
Estado Civil	Solteiro	Casado	Casada	Solteiro	Casado	Casada	Solteiro	Casado	Solteira	Divorciada	Solteira	Casada	Solteira	Divorciado	Casado	Casado	Casado
Nacionalidade	BR	BR	BR	BR	BR e PT	BR	BR	BR	BR	BR	BR	BR e PT	BR	BR	BR e PT	BR	BR
Origem Geográfica	Niterói Rio de Janeiro Sudeste	Fortaleza Ceará Nordeste	Fortaleza Ceará Nordeste	Brasília Goiás Centro-Oeste	Alegrete Rio Grande do Sul Sul	Recife Pernambuco Nordeste	Belo Horizonte Minas Gerais Sudeste	Fortaleza Ceará Nordeste	Lajeado Rio Grande do Sul Sul	Goiânia Goiás Centro-Oeste	Taubaté São Paulo Sudeste	São Paulo Sudeste	Belém Pará Norte	Caruaru Pernambuco Nordeste	Manaus Amazonas Norte	Brasília Goiás Centro-Oeste	Manaus Amazonas Norte
Escolaridade	Licenciado	Mestre	Mestre	Secundário	Doutor	Mestre	Secundário	Mestre	Secundário	Secundário	Pós Graduada	Mestre	Licenciada	Doutor	12.º Técnico	Licenciatura	Mestre
Espectro Político	Liberal	Centro-esquerda	Centro-esquerda	Sem Orientação Política	Conservador de Direita	Sem Orientação Política	Esquerda	Sem Orientação Política	Sem Orientação Política	Esquerda	Sem Orientação Política	Sem Orientação Política	Esquerda	Esquerda	Esquerda	Esquerda	Sem Orientação Política
Religião	Evangélico	Católico	Católica	Ateísta	Católico	Católica	Ateísta	Católico	Católica	Ateísta	Ateísta	Espírita	Católica	Católico	Espírita	Católico	Católico

Fonte: Tabela produzida pela autora.